

**ACTA DA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA  
DA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BRAGANÇA**



**REALIZADA DIA 29 DE JUNHO E 2 DE JULHO DO ANO DE 2007  
NO  
AUDITÓRIO «PAULO QUINTELA»  
BRAGANÇA**

## SIGLAS

€	Euro
<b>ASCUT</b>	Associação Sócio Cultural dos Deficientes de Trás-os-Montes
<b>ACISB</b>	Associação Comercial Industrial e Serviços de Bragança
<b>CCRN</b>	Comissão de Coordenação da Região Norte
<b>CDU</b>	Coligação Democrática Unitária
<b>CGD</b>	Caixa Geral de Depósitos
<b>CMB</b>	Câmara Municipal de Bragança
<b>CTT</b>	Correios de Portugal
<b>DGTT</b>	Direcção Geral de Transportes Terrestres
<b>DGV</b>	Direcção Geral de Viação
<b>ICN</b>	Instituto da Conservação da Natureza
<b>ICNB</b>	Instituto da Conservação da Natureza e Biodiversidade
<b>ISLA</b>	Instituto Superior de Línguas e Administração
<b>IPB</b>	Instituto Politécnico de Bragança
<b>NERBA</b>	Núcleo Empresarial Região de Bragança
<b>PAOD</b>	Período de Antes da Ordem do Dia
<b>PCP</b>	Partido comunista Português
<b>PDM</b>	Plano Director Municipal
<b>POPNM</b>	Plano de Ordenamento do Parque Natural de Montesinho
<b>PNM</b>	Parque Natural de Montesinho
<b>PROCOM</b>	Programa Operacional para o Desenvolvimento do Comércio Português
<b>PS</b>	Partido Socialista
<b>PSD</b>	Partido Social Democrata
<b>RAN</b>	Reserva Agrícola Nacional
<b>REN</b>	Rede Eléctrica Nacional
<b>RTP</b>	Rádio Televisão Português

Terceira sessão ordinária de 2007 da Assembleia Municipal de Bragança, realizada em 29 de Junho e 2 de Julho, no Auditório «Paulo Quintela» de Bragança -----

<b>SUMÁRIO</b>	<b>Pág.</b>
<b>DIVERSOS:</b> Presenças e faltas	201,350
<b>MANDATOS: - MEMBROS</b>	
<b>A – Assembleia Municipal:</b>	
<b>Membros substituídos</b>	8
<b>Membros convocados .....</b>	8
<b>Instalações</b>	8
<b>MOÇÕES</b>	
- <i>Parque Natural de Montesinho</i>	13
- <i>Plano Director Municipal</i>	28
- <i>Transferências de competências da Administração Central para as Autarquias</i>	91
- <i>Reestruturação dos Serviços da Administração Pública</i>	114
- <i>Plano de Ordenamento do Parque Natural Montesinho</i>	157
- <i>.Plano Ordenamento Parque Natural Montesinho</i>	180,195
<b>QUORUM –</b> Terceira Sessão Ordinária (Primeira reunião) 29 de Junho de 2007	8
- “ “ “ (segunda reunião) 2 de Julho de 2007	205
<b>INTERVALO PARA ALMOÇO .....</b>	110
<b>PROLONGAMENTO DOS TRABALHOS</b>	201
<b>SUSPENSÃO DOS TRABALHOS</b>	201

<b>ORDEM DE TRABALHOS</b>	
<b>1 – Actas -</b> Leitura, discussão e votação da acta da 2.ª sessão ordinária de 26 de Abril de 2007. -----	8
<b>2 – Público - Período de Intervenção -----</b>	13
<b>3 – Período de Antes da Ordem do Dia</b>	13
<b>4 – Período da Ordem do Dia</b>	35
<b>4.1 – Apreciação da Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre o</b>	35

<b>Estado e Vida do Município. -----</b>	
<b>4.2 – Agendamentos nos termos da alínea r) do Artigo 65.º do Regimento -----</b>	110
<b>4.2.1 – A solicitação de membros do Grupo Municipal do Partido Social Democrata -</b> Consequências para o Concelho de Bragança e para o País, das políticas e opções do Governo na reestruturação dos Serviços da Administração Pública;-----	110
<b>4.2.2 - A solicitação de membro do Grupo Municipal da Coligação Democrática Unitária -</b> Parque Natural de Montesinho – Reestruturação Orgânica e Plano de Ordenamento ----- <b>a) Precedido de informação pela Câmara Municipal, a seu pedido, sobre o Plano de Ordenamento -----</b>	150
<b>4 .3 – Discussão e Deliberação Sobre as seguintes propostas da Câmara Municipal de Bragança: -----</b>	
<b>4.3.1 –</b> Fornecimento, montagem, calibração e certificação em voo de uma estação VOR/DME e do respectivo Sistema de Telesinalização e Telecontrolo para o Aeródromo Municipal de Bragança – Repartição de encargos decorrentes do contrato celebrado com a Sociedade Comercial Crocker, Delaforce & C.ª Lda; -----	205
<b>4.3.2 –</b> Agregação e reescalonamento de empréstimos-----	210
<b>4.3.3 –</b> PENOG – Parque Eólico da Nogueira, S.A. – Aquisição de 1% do Capital Social da PENOG, S.A à EDF EN PORTUGAL, Lda através da celebração de um contrato de compra e venda de acções; -----	244
<b>4.3.4 –</b> Museu Ibérico da Máscara e do Traje. Fixação de Taxas; -----	267
<b>4.3.5 –</b> Regulamento das zonas de estacionamento condicionado na Cidade de Bragança; -----	275
<b>4.3.6 –</b> Alteração ao Quadro de Pessoal do Município de Bragança; -----	307
<b>4.3.7 –</b> Nomeação de Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, conforme disposto no n.º 2 do artigo 48.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, que aprova a Lei das Finanças Locais, revogando a lei n.º 42/98, de 6 de Agosto. -----	339

**DECLARAÇÕES DE VOTO**

Nome	Página (s)
António Vieira	349
Bruno Veloso	33

Guedes Almeida	32
Henrique Ferreira	266,305,349
José Castro	242
Lídio Correia	32,133,198,338
Luís Afonso	243,267
Luís Fernandes	265
Luís Pires	133,242
Luís Vale	199
Nuno Reis	34,134
Victor Alves	339
Vitor Pereira	32,165,200,305,307,348

### **INTERVENÇÕES**

<b>Nome</b>	<b>Página (s)</b>
Amândio Costa	187
Amílcar Pires	93
António Vieira	343
Carlos Cadavez	127,130
Eduardo Malhão	96
Guedes Almeida	16,21
Helder Rodrigues	15,161,190,
Henrique Ferreira	102
Jorge Novo	86
José Baltasar	162,
José Castro	89,264,292,334
Júlio de Carvalho	9,10
Lídio Correia	13,122,154, 160,259,272
Luís Afonso	141,164,172,192,194,235,261,263,295,345,346
Luís Fernandes	258
Luís Pires	15,22,83,92,118,209,234
Luís Silvestre	239,259,299
Luís Vale	134,152,170,191,238
Nuno Reis	25,110,274
Paulo Xavier	146,294
Presidente da Câmara	35,81,106,150,208,232,255,258,259,269,272,288,290,301,329,333,337,343
Presidente da Mesa	8,10,12,13,15,16,21,25,28,29,30,31,32,34,35,78,79,80,81,83,86,89,92,93,96,102,104,105,106,109,117,122,127,130,131,132,133,134,137,138,144,145,146,150,151,154,158,159,160,161,162,164,165,170,172,179,184,185,187,190,191,192,194,195,198,199,200,201,205,207,209,210,232,234,235,237,239,241,242,243,244,255,258,259,261,263,264,265,266,267,269,270,271,272,273,274,275,288,289,291,292,294,295,298,299,300,301,305,306,307,329,332,335,336,338,339,343,344,346,347,349
Vítor Pereira	28,31, 131,138,141,159,161,166,170,193,292

### **PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO**

<b>Nome</b>	<b>Página (s)</b>
Henrique Ferreira	270,290
José Castro	185
Lídio Correia	29,30,79,271,301

Luís Vale	80,
Orlando Pontes	78
Vítor Pereira	184,289

### **DEFESA DA HONRA**

<b>Nome</b>	<b>Página (s)</b>
António Vieira	347
José Castro	104
Luís Pires	145,146
Paulo Xavier	105
Victor Pereira	144

### **INTERPELAÇÃO À MESA**

<b>Nome</b>	<b>Página (s)</b>
Luís Pires	131

----- Nos dias vinte e nove de Junho e dois de Julho do ano de dois mil e sete, realizou-se no auditório « Paulo Quintela » de Bragança, a **terceira sessão ordinária** da Assembleia Municipal, tendo a **primeira reunião** o seu início às 9h30 e fim às 18h30, na qual participaram oitenta e sete membros, e a **segunda reunião** com início às 9h30 e fim às 12h00 na qual participaram setenta membros , dos noventa e nove que a constituem, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

**1 – Actas** - Leitura, discussão e votação da acta da 2.ª sessão ordinária de 26 de Abril de 2007. -----

**2 – Público - Período de Intervenção.** -----

**3 – Período de Antes da Ordem do Dia.** -----

**4 – Período da Ordem do Dia:** -----

**4.1 – Apreciação da Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre o Estado e Vida do Município.** -----

**4.2 – Agendamentos nos termos da alínea r) do Artigo 65.º do Regimento-----**

**4.2.1 – A solicitação de membros do Grupo Municipal do Partido Social Democrata** - Consequências para o Concelho de Bragança e para o País, das políticas e opções do Governo na reestruturação dos Serviços da Administração Pública;-----

**4.2.2 - A solicitação de membro do Grupo Municipal da Coligação Democrática Unitária** - Parque Natural de Montesinho – Reestruturação Orgânica e Plano de Ordenamento -----

**a) Precedido de informação pela Câmara Municipal, a seu pedido, sobre o Plano de Ordenamento** -----

**4 .3 – Discussão e Deliberação Sobre as seguintes propostas da Câmara Municipal de Bragança:** -----

**4.3.1 –** Fornecimento, montagem, calibração e certificação em voo de uma estação VOR/DME e do respectivo Sistema de Telesinalização e Telecontrolo para o Aeródromo Municipal de Bragança – Repartição de encargos decorrentes do contrato celebrado com a Sociedade Comercial Crocker, Delaforce & C.ª Lda; -----

**4.3.2 –** Agregação e reescalamento de empréstimos;-----

**4.3.3 –** PENOG – Parque Eólico da Nogueira, S.A. – Aquisição de 1% do Capital Social da PENOG, S.A à EDF EN PORTUGAL, Lda através da celebração de um contrato de compra e venda de acções;-----

**4.3.4 –** Museu Ibérico da Máscara e do Traje. Fixação de Taxas; -----

**4.3.5 –** Regulamento das zonas de estacionamento condicionado na Cidade de Bragança;-----

**4.3.6 –** Alteração ao Quadro de Pessoal do Município de Bragança; -----

**4.3.7 –** Nomeação de Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, conforme disposto no n.º 2 do artigo 48.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, que aprova a Lei das Finanças Locais, revogando a lei n.º 42/98, de 6 de Agosto. -----

## PRIMEIRA REUNIÃO

**QUORUM** - Verificada a existência de quórum deu-se início aos trabalhos cerca das nove horas e trinta minutos e foram presentes:-----

**EXPEDIENTE:** ( Alínea n), nº. 1 artigo 46º. A da lei nº. 5-A/2002 de 11 de Janeiro). -----

A correspondência recebida que nos pareceu de maior relevância foi enviada aos líderes parlamentares e representantes dos Presidentes de Junta de Freguesia, para conhecimento e fins tidos por convenientes. Esta correspondência bem como a restante, encontra-se na pasta respectiva à disposição de todos os membros desta Assembleia. -----

**MEMBROS SUBSTITUÍDOS:** - **PS:** Alzira da Conceição Bento Gomes. -----

**PSD :** Ana Maria Afonso; Maria Gonçalves Correia Sampaio da Veiga. -----

**CDU:** Luís Sousa Costa.-----

**MEMBROS CONVOCADOS :** **PS:** Fernando Manuel Teixeira Rodrigues.-----

**PSD:** José Joaquim Meireles Salgueiro; Luís Manuel Ferro Azevedo. -----

**CDU:** José Manuel Correia dos Santos Ferreira de Castro. -----

**INSTALAÇÃO – Joaquim Guilherme Cameirão Melgo** – Eleito pela lista do Partido Social Democrata, nascido em 26/03/1976, filho de Manuel dos santos melro e Ernestina Amélia Cameirão, natural e residente na Freguesia de Izeda, Município de Bragança, portador: Bilhete de Identidade nº. 10719656, emitido pelos Serviços de Identificação Civil de Bragança em 8/10/2002, cartão de eleitor nº.1425, emitido pela Comissão recenseadora da Freguesia de Izeda, em 30/05/1994 e cartão de contribuinte nº.214587860.-----

**1 - ACTA**– Foi presente e posta a discussão a **acta da segunda sessão ordinária realizada em 27 de Abril de 2007**, dispensando-se a sua leitura - número um do artigo 92º. da Lei número 169/99, de 18 de Setembro - em virtude de previamente terem sido distribuídas pelos membros.-----

.....**Presidente da Mesa** – Senhoras e Senhores membros da Assembleia Municipal, muito bom dia. ....

..... Estão-me a informar que temos quórum de 52 elementos. ....

..... Senhor Presidente da Câmara e Senhora Vereadora muito bom dia.....

..... Estamos em condições de dar início aos nossos trabalhos. ....

..... Relativamente às questões de expediente, tem continuado a ser distribuída às direcções dos Grupos Municipais e dos Senhores Presidentes de Junta, a nota que reporta toda a correspondência entrada e toda a correspondência saída, sendo do conhecimento dos vários grupos e estando toda a documentação à disposição dos Senhores membros da Assembleia. ....

.....Queria também informar que, como provavelmente alguns dos senhores membros da Assembleia se deram conta esta manhã, foi decidido duplicar as listas para assinaturas de presenças, quer no princípio, quer no fim das sessões, a fim de evitar que haja maior aglomeração nesses momentos, e portanto essas listas podem ser assinadas indiferentemente num lado ou no outro da entrada daqui da sala das sessões. ....

.....Também para facilitar o cumprimento das disposições regimentais no que diz respeito a ausências durante sessões, está à disposição dos Senhores membros da Assembleia que tenham que se ausentar, um impresso para facilitar esses pedidos de interrupção.....

.....Dados estes esclarecimentos, segue-se o primeiro ponto da nossa ordem de trabalhos.....

**1 - ACTA**– Foi presente e posta a discussão **a acta da segunda sessão ordinária realizada em 27 de Abril de 2007**, dispensando-se a sua leitura - número um do artigo 92º. da Lei número 169/99, de 18 de Setembro - em virtude de previamente terem sido distribuídas pelos membros.....

.....Presumo que os Senhores membros da Assembleia dispensam a leitura, ela seria longa, com certeza que já leram juntamente com a documentação que foi distribuída, mas a acta está à discussão e seguirá a votação.....

.....Há algum Senhor membro da Assembleia que se queira pronunciar sobre essa acta? .....

.....O Senhor membro da Assembleia Júlio de Carvalho quer-se pronunciar sobre essa acta. Faça o favor.....

.....**Júlio de Carvalho** – Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Senhores Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhora Vereadora, caros Membros desta Assembleia Municipal. ....

.....Eu, já há tempos, falei sobre o teor das actas que têm sido apresentadas. Eu vou falar pouco e de coisas fúteis, se calhar, mas vou-me limitar um pouco a isso. Mas queria falar o seguinte, não vou interromper a estratégia desta Assembleia, e vou ser rápido. ....

..... Eu já há tempos falei com várias pessoas sobre o conteúdo e o teor das actas e tenho mostrado alguma preocupação com a forma como ela é feita e como está redigida. ....

..... As actas são um documento precioso de uma qualquer sessão, e elas vão ser objecto de discussão, de apreciação, de investigação, de pesquisa no futuro, se calhar daqui a muitos anos e por muitos anos. ....

..... E o que é que se verifica? .....

..... Verifica-se que sempre tem havido e não é um problema de agora, obviamente, tem havido a preocupação de apenas transcreverem tudo, literalmente aquilo que é feito em gravação. Isso, na minha opinião, com o devido respeito, não é uma acta. É uma acta mas não deve ser assim a acta. ....

..... A acta, nos próprios termos do Regimento, é um resumo que exprime fielmente aquilo que se passa numa reunião ou numa Assembleia, e eu verifico que pela média que fiz na leitura de sete ou oito páginas, verifico que há centenas e centenas de erros nas actas. São erros de redacção, são erros de pontuação, são erros ortográficos, são erros de sintaxe, enfim, uma série de erros que são próprios de quem muitas vezes intervém numa Assembleia de forma espontânea e verbalmente, e portanto não tem havido o mínimo de preocupação em fazer uma leitura correcta e corrigir aquilo que efectivamente está lá .....

..... Eu recordo, só para citar um exemplo, vejo aqui na página setenta e quatro, diz assim o Senhor Presidente da Mesa, que não foi isso que ele disse, mas o que está aqui não é bem aquilo que ele disse, diz aqui - "*Presidente da Mesa – Senhores membros da Assembleia muito boa tarde.* .....

..... *Dizem-me que estão exactamente cinquenta membros da Assembleia presentes, vamos retomar os trabalhos.* .....

..... *Pedia silêncio, Senhor membro da Assembleia Luís costa, tem a palavra*". .....

..... Pela leitura que está aqui, o que é que se diz?.....

..... - Ó! Senhor Luís Costa pedia silêncio - E não é isso que o senhor disse.....

..... **Presidente da Mesa** – Ó! Senhor Doutor. Faça o favor de continuar. Faça o favor de continuar. ....

..... **Júlio de Carvalho** - Portanto o que é que eu sugeria?.....

.....

..... **Júlio de Carvalho** - Olhe, é a primeira vez que vejo realmente alguém a falar e intervir nesses termos... ..

..... Portanto o que é que eu estou aqui a sugerir? .....

..... Sugeria que, de facto, houvesse talvez alguém, alguém que a Assembleia incumbisse de reler as actas e fazer uma correcção daquilo que se disse aqui, o que se transcreveu, por forma a que ela expressasse, enfim, com o rigor técnico, com pontuação... ..

..... Não é uma crítica obviamente, é apenas uma sugestão, enfim, de quem se preocupa com uma acta que seja objecto de estudo, análise e interpretação e que não venham, enfim, censurar-nos por aquilo que nós escrevemos, que embora produzindo mas não o é feito da melhor forma e uma acta deve ser bela quanto à forma e quanto à substância. ....

..... Eu recordo outro exemplo aqui, numa intervenção minha, numa poesia francesa, diz aqui, .....

..... **LE SOUVENIR** .....

..... *C`est la présence dans L`absence* .....

..... *C`est la parole dans le silence* .....

..... *C`est de retour sans fin* .....

..... *D`un bonheur passe* .....

..... Ora não há rima, não há sequer rima aqui... *Auquel le coeur donne l`immortalité. Immortalité é passe*... Portanto são pequenos pormenores que são importantes. ....

..... E se formos ver o Regimento e já que o Regimento é para ser cumprido em todos os aspectos, nós sentimos lá que a acta deve ser um resumo e não uma reprodução integral.....

..... Portanto é uma sugestão que eu lanço aqui por forma a que se assim o entenderem, a Mesa da Assembleia assim o entender, poder mandar alguém ou incumbir alguém de, antes de apresentar a acta final, e não é difícil, uma vez que ela está no computador, e alguém fazer uma correcção por forma a que sem alterar o sentido das intervenções das pessoas ela de facto seja apresentada com maior formalismo e com maior rigor técnico e sobretudo dentro da língua Portuguesa, que nós queremos cada vez mais privilegiada e não abandonada .....

..... Muito obrigado.....

.....**Presidente da Mesa** – Bom, deixem-me só fazer um comentário ou dois sobre esta matéria, que melhor caberia noutra ordem do dia porque estamos a falar da aprovação desta acta, mas podemos de facto trocar aqui umas impressões sobre isto. . . . .

.....As actas estão a ser feitas como vêm sendo feitas há muitos anos. Eu estou aqui na Assembleia há dezasseis anos, há quatro mandatos, e da minha memória, pelo menos nos últimos três mandatos, mais este, as actas foram sempre feitas por transcrição integral daquilo que se passa e daquilo que é dito ou que é entregue escrito durante as sessões da Assembleia. . . . .

.....Naturalmente que aquele exemplo que o membro da Assembleia Júlio de Carvalho mencionou, de eu dizer “peço silêncio” e está vírgula, Senhor membro da Assembleia Luís Costa tem a palavra, de facto devia ser ponto e vírgula, de facto devia ser ponto e vírgula, mas não vem mal ao mundo, não vamos estar a passar as discussões das vírgulas para os pontos e vírgulas. . . . .

.....Agora, o que o Dr. Júlio de Carvalho levanta e essa sim é uma questão de fundo, é se se deve continuar a seguir este modelo de acta, ou se se deve seguir um modelo de acta que se ponha o que de essencial se passa na Assembleia, de uma forma fidedigna e que seja substancial. Essa é a grande questão e é efectivamente uma opção que é preciso tomar. . . . .

.....Sobre isso, estou inteiramente de acordo que não é cómodo, não é prático, não é sequer motivador ter um monte de papel que as actas constituem, em que, pelo menos metade são coisas circunstâncias sem grande relevância para o entendimento do que foram os trabalhos e do que foram as conclusões dos trabalhos, e o que me parece que se deve fazer, já que a questão foi levantada, é numa próxima reunião da Comissão Permanente, a Comissão Permanente discutir esta matéria, porque é evidente que não é uma matéria que diga só respeito à Mesa, é preciso sentir qual é que é o entendimento dos vários Grupos Municipais sobre como é que isso deve ser encarado e se for encarado mudar o estilo das actas, arranjar-mos a maneira prática de por em execução um modelo diferente. . . . .

.....Posto isto, há mais alguma intervenção sobre esta matéria? . . . . .

**-----Após análise e discussão foi a mesma submetida a votação tendo sido aprovada, por maioria qualificada, zero votos contra, sete abstenções e**

**cinquenta e cinco votos a favor, estando momentaneamente sessenta e dois membros presentes.**-----

..... **Presidente da Mesa** – Há alguma declaração de voto sobre esta matéria? .....

..... Não há declarações de voto. ....

..... Vamos passar ao ponto .....

..... **2 – PÚBLICO - PERÍODO DE INTERVENÇÃO.**.....

..... **Presidente da Mesa** – Há algum membro do público que queira intervir? .....

..... Não há.....

..... Passamos então ao ponto .....

..... **3 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.**.....

..... **Presidente da Mesa** – Vamos registar inscrições para intervenções no PAOD. ....

..... Eu registo – Lídio Correia, Guedes de Almeida e Luís Pires.....

..... Lídio Correia tem a palavra por favor.....

..... **Lídio Correia** – Excelentíssima Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhora e Senhor Vereador, membros da Assembleia Municipal, a todos muito bom dia e votos de bom trabalho.....

..... Muito rapidamente e como provavelmente hoje o assunto que aqui me trás ainda voltará a ser discutido quer no âmbito da reestruturação dos Serviços Públicos, quer no âmbito do próprio Parque Natural de Montesinho, mas atendendo a que o Distrito e o Concelho têm vindo a ser espoliados de muita coisa e nomeadamente muitas das questões que estão muitas das vezes até legisladas, não se cumprindo minimamente a Lei na maior parte dos casos, contrariando inclusiva a própria constituição, porque a Constituição só se cumpre quando houver um desenvolvimento harmoniosos e igual em todo o território nacional, eu apresento à Assembleia a seguinte:.....

**“MOÇÃO**

Considerando que a importância das áreas protegidas para a preservação e valorização do património natural, cultural e paisagístico, deve determinar fortes e empenhados apoios à promoção da qualidade de vida das populações abrangidas, como é o caso concreto do Parque Natural de Montesinho (PNM); -----

Considerando que as Medidas Agro-Ambientais, e especificamente o Plano Zonal, criou legítimas e positivas expectativas junto dos agricultores da área do PNM, mobilizando, só no primeiro ano de vigência (2005) cerca de 511 explorações agrícolas, com dotação prevista de cerca de 1 milhão e 500 mil Euros, e com natural tendência para aumentar em candidatos e conseqüentes verbas, nos restantes 4 anos de vigência do programa; -----

Considerando que súbita e inexplicavelmente, por orientação do Ministério da Agricultura, o Plano Zonal foi anulado com claro prejuízo para os agricultores e para a defesa do ambiente;-----

Considerando que a criação de um novo programa designado ITI (Intervenção Territorial Integrada) / Montesinho - Nogueira, com verbas irrisórias, não constitui alternativa válida e séria, como se constata aliás, pela nula adesão por parte dos agricultores potenciais interessados;-----

Considerando que o esforço empenhado por parte das Associações de Agricultores, Serviços do PNM e agricultores, envolvidos na organização de candidaturas do Plano Zonal, foi gorado com a sua anulação, contribuindo para desacreditar o projecto de desenvolvimento sustentável subjacente à existência do PNM; -----

*A Assembleia Municipal de Bragança, reunida em 29/06/07, delibera: -----*

1 - Repudiar o não cumprimento das normas constantes da Portaria nº. 176/2005 de 14 de Fevereiro (plano Zonal) e exigir o pagamento integral das verbas em dívida;-----

2 - Exigir que no âmbito do Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN) e do Plano de Desenvolvimento Rural (PDR), o Governo crie programas com verbas adequadas, suficientes para a prossecução dos objectivos que justificam a existência do Parque Natural de Montesinho.-----

Bragança, 29 de Junho de 2007-----

Os eleitos da CDU: -----

a) Lídio Alberto Correia e José Manuel Ferreira Castro -----

Enviar:

Presidente da República, Primeiro Ministro, Ministro do Ambiente, Ministro da Agricultura, Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, Parque Natural de Montesinho, Governador Civil de Bragança, Grupos Parlamentares, Assembleia Municipal de Vinhais e Comunicação Social”. -----

..... **Presidente da Mesa** – Muito obrigado. ....  
..... Abrimos inscrições para pedidos de esclarecimentos sobre esta moção. ....  
..... Não há pedidos de esclarecimento. ....  
..... Abrimos as inscrições para intervenções sobre esta moção. ....  
..... Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Espinhosela faça o favor. ....

..... **Hélder Rodrigues** – Bom dia para todos, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhor Presidente da Mesa, colegas. ....  
..... É assim, eu estou com esta moção porquê? Estou-me a lembrar, Lídio, do Plano Zonal em que puseram as Juntas de Freguesia da área protegida do Parque Natural, para nós explicar-mos aos agricultores, de facto, para preencherem esses formulários, e até hoje o Parque Natural de Montesinho – ZERO! De facto, enfim, nós ficámos a reunir, às noites, com os agricultores, porque era dinheiro que vinha, porque eles diziam que era não sei quê, não sei que mais, e até este momento nada disso aconteceu. Por isso vou votar favoravelmente esta moção. ....

..... **Presidente da Mesa** – Muito obrigado Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Espinhosela. ....  
..... Senhor membro da Assembleia Luís Pires, tem a palavra. ....

..... **Luís Pires** – Senhor Presidente da Assembleia, Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Vereadores, restante Assembleia, bom dia a todos. Aproveitar para vos desejar um bom dia de trabalho a todos. ....  
..... Este ponto que a CDU aqui veio trazer é um ponto que tem alguma pertinência mas que, quanto a nós, e até pela própria introdução que foi feita pelo Lídio, é um ponto que se articula com algo mais vasto e algo que vem, digamos assim, em termos hierárquicos e funcionais, de cima para baixo. Portanto é um ponto que poderia

facilmente ser integrado num ponto que foi agendado precisamente pela CDU que é para tomar posição sobre a questão do Parque Natural de Montesinho, etc. ....  
.....Portanto, nesse sentido, nós não podemos estar aqui a desgarrar de algo que nós consideramos que estrategicamente se engloba dentro de um problema único, e estar aqui a votar uma coisa à parte e depois pegar no todo. Portanto, relativamente a isto não vamos apoiar essa moção que o Lídio apresentou, não vamos repudiá-la também, precisamente porque consideramos que o ponto da ordem de trabalhos para discutir esta questão, não seria este. ....

..... **Presidente da Mesa** – Muito obrigado. ....  
..... Não há mais pedidos de intervenções sobre este tema. ....  
..... Vamos por a moção à votação. ....

-----**Após análise e discussão foi a mesma moção submetida a votação, tendo sido aprovada por maioria qualificada, com zero votos contra, doze abstenções e cinquenta e três votos a favor, estando momentaneamente sessenta e cinco membros presentes.** -----

..... **Presidente da Mesa** – Declarações de voto? ....  
..... Não há. ....  
..... Senhor membro da Assembleia Guedes de Almeida tem a palavra se faz favor. ..

..... **Guedes de Almeida** – Bom dia a todos. ....  
.....Após um período de suspensão do mandato decidi regressar, mas embora ausente desta Assembleia, efectivamente que as pessoas continuam atentas aos problemas do Concelho, aos problemas que afectam os cidadãos, quer ao nível individual, quer ao nível empresarial, quer ao nível social, e talvez se veja de uma maneira mais, digamos assim, de uma maneira mais focada em determinados aspectos e que no fundo acabam por ser também uma das causas porque este Distrito e este Concelho chegaram à situação a que chegaram e caminham para o caminho de abismo para onde tendem a caminhar. ....  
.....Relativamente ao Município do Concelho de Bragança as pessoas assistem a queixas, assistem a queixas por exemplo do poder económico, sobretudo num sector que está em crise e aliás é dito aqui no discurso do Senhor Presidente que é o sector

da construção civil, mas também aqui não há que alijar responsabilidades porque efectivamente e segundo a minha óptica e o meu ponto de vista, existem efectivamente algumas culpas por parte também desse decréscimo ao nível da construção civil e do abaixamento de licenciamentos por parte da Câmara Municipal. ..

.....Quem anda nisto há muitos anos e se habituou sobretudo a que estejamos e vivamos num estado de direito, existem regras e essas regras são para se cumprir. ....

.....E um dos problemas fundamentais a qualquer Concelho é efectivamente aquilo a que se chama PDM. E o PDM, na minha perspectiva e constatando com os problemas locais efectivamente vividos pelas pessoas que compram, pelas pessoas que vendem, pelas pessoas que constroem, chega-se à conclusão que efectivamente há aqui um problema que tem que ser decidido para que os problemas das pessoas não sejam tão gravosos como são. ....

.....A semana passada, constatando, e porque vem sendo referido o problema do PDM, eu fiz um requerimento à Câmara Municipal na qualidade não só de membro da Assembleia Municipal mas também de cidadão, porque a Lei não veda esse estatuto no direito à informação no âmbito do desenvolvimento e revisão do Plano Director Municipal, e as perguntas que eu fiz ao Senhor Presidente da Câmara Municipal na qualidade de membro da Assembleia Municipal e ao abrigo de legislação legal que permite todo o direito à informação, sem qualquer reserva, a Lei é clara, e todo o direito à informação deve ser fornecida pela Autarquia ou pela Comissão de Acompanhamento a qualquer cidadão que pretenda. E as perguntas em concreto foram estas:.....

.....Qual a entidade privada que está a rever o PDM?.....

----- Informar, sob a forma de contratação, isto é, se por concurso público ou outra. ...

----- Em conformidade, me seja enviada cópia do caderno de encargos do mesmo por forma a apurar os termos da referência para o novo PDM - o caderno de encargos foi-me fornecido efectivamente. ....

.....Informar sobre as indicações dos compromissos, isto é: actos constitutivos de direitos; projectos de arquitectura que estivessem em curso, já aprovados; informações prévias favoráveis em vigor há pelo menos um ano; licenças e autorizações de operações urbanísticas emitidas, de loteamentos, de obras de urbanização, edificações e contratos urbanísticos que tenham com particulares. Para quê e porquê? E se são acautelados pelo novo PDM, por aquele que está em

execução. Se não forem, sendo certo que vão ter que indemnizar os particulares como se vai fazer? .....

.....A quinta pergunta é se há medidas preventivas e se o PDM em revisão está suspenso? Isto é, aquele que já vem desde há pelo menos doze anos, se está suspenso. ....

.....Em que fase se encontra o procedimento da revisão do Plano? A situação actual.....

.....Na fase de acompanhamento quais são as entidades ouvidas e qual o sentido dos pareceres emitidos pelas mesmas até à presente data? Isto é, a Comissão de Acompanhamento, efectivamente tem que integrar algumas entidades públicas e também privadas e evidentemente que o Gabinete que executa pede pareceres, se foram pedidos, se efectivamente já havia pareceres relativamente a esta matéria desde o início do PDM. ....

.....Se há entidades que discordem com as opções do novo PDM que exijam concertação. Isto também, efectivamente, sendo um documento que obriga a uma discussão aberta e transparente, tem que haver concertação para que haja um texto final e que não venha a ser aprovado depois à pressa, alegando-se que efectivamente há fundos comunitários que se vão perder, em prejuízo, talvez maior prejuízo dos interesses concelhios e dos particulares.....

..... Quando se prevê a discussão pública do PDM em revisão? .....

..... Se há planos de urbanização ou de pormenor que devam ser acautelados, bem como outros instrumentos com que o novo PDM se deva articular, por exemplo planos especiais, planos florestais e quais?.....

..... Qual o prazo para a conclusão da revisão? .....

..... E se foram publicitadas todas as medidas relativas ao PDM em revisão, nos termos previstos no artigo 74.º, quanto à publicação quer da Câmara, da elaboração do plano de urbanização, quer das medidas preventivas e nos termos que vêm na lei, e as suas alterações que estão previstas na lei. Esta última pergunta tem a ver é que se se prevê que na revisão irão ser afectadas, ou existam já contratos celebrados no plano já elaborados, que há que negociar e há que acautelar na revisão, para depois a Câmara não vir ter que indemnizar pelos prejuízos causados e desde que prevaleça, efectivamente se conclua pela superioridade, pela maior hierarquia, pelo maior peso do interesse público. ....

.....A resposta que me foi dada e, desde já, digo ao Senhor Presidente da Câmara que não me satisfaz, é muito telegráfica e não responde a nada. O que me é dito é que a entidade privada que está a elaborar a revisão do PDM é a Firma Plural - Planeamento Urbano e Transportes Lda, à qual foi adjudicada através de concurso público, em reunião de Câmara de 13 de Maio, e publicado no Diário da República. ....

..... É junto o programa de concursos, caderno de encargos e adjudicação, sim senhor. ....

..... Na outra pré elaboração da proposta do Plano foram sempre tidos em consideração os compromissos existentes, não diz quais, para além de várias pretensões, tanto ao nível individual e particular com várias Juntas de Freguesia, com as quais houve reuniões preliminares, sendo certo que se trata de um processo que foi decorrendo desde 2001, portanto já vamos com seis anos de Plano, e o caderno de encargos prevê prazos que já há muito tempo estão ultrapassados. ....

..... A revisão do PDM não está suspensa - eu referia-me aqui e a pergunta não foi bem entendida, é se não estava suspenso o Plano Director que está em vigor ainda, que é o que está a ser revisto, não é a revisão que esteja suspensa, acho que a revisão efectivamente não está suspensa, mas deveria de estar. ....

..... Tendo já sido aprovada a nova carta REN pela Comissão da Reserva Ecológica, que está em fase de aprovação por parte da Comissão da Reserva Agrícola a carta final inclui as parcelas necessárias a desafectar a REN. ....

..... Todo o processo é conduzido, e isto também é importante, pela Comissão Técnica de Acompanhamento liderada pela CCDRN, na qual estão incluídas também a Direcção Regional de Ordenamento do Território, a Direcção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes, o Parque Natural de Montesinho, o Instituto de Estradas de Portugal, o IPPAR, a Direcção Regional de Educação do Norte e o IGM....

..... E desde já aqui digo que há uma grande lacuna, que não há qualquer participação das populações locais, e a Lei é clara e prevê, e julgo que um Plano de interesse Concelhio, de estar aqui a contar apenas com a colaboração de Serviços Públicos, que ao longo destes anos têm espoliado a região e concretamente este Concelho, é, digamos assim, entregar o cordeiro na boca do lobo. ....

..... Porque efectivamente têm lugar e é clara a Lei, que o acompanhamento da elaboração do Plano Director Municipal é assegurado por uma Comissão mista de Coordenação constituída por despacho do Ministro das Cidades, Ordenamento, Território e Ambiente, devendo a sua Comissão traduzir a natureza dos interesses a

salvaguardarem e a relevância das implicações técnicas a considerar, integrando técnicos oriundos dos Serviços da Administração directa ou indirecta do Estado, das Regiões autónomas do Município e de outras entidades públicas, cuja participação seja aconselhável, bem como do representante dos interesses económicos e sociais, culturais e ambientais locais. ....

.....Portanto, se houver alguma participação na elaboração do PDM por parte, digamos assim, da sociedade civil, dos cidadãos, das Juntas de Freguesia, associações culturais, Associação de Comerciantes, o NERBA, Associações de Professores, Politécnico, que deveriam colaborar no Plano, pela resposta nada é dito.

.....Na revisão do PDM estão acautelados e feita a ??? com o Plano de Urbanização em fase de finalização. Isto aqui é um ponto importante que eu considero que aqui efectivamente há, é uma das razões principais para que o decréscimo das construções e da atribuição de licenças de construção se venha a verificar o decréscimo que se está a verificar e que é dito pelo Senhor Presidente da Câmara, na ordem dos 35 ou 36%. ....

.....Estamos certos, no entanto, que relativamente ao prazo para a conclusão da revisão do PDM, apesar de todos os nossos esforços, infelizmente está fora do nosso controle, pois toda a tramitação, coordenação e agendamento das várias fases processuais estão dependentes de inúmeras Entidades da Administração. Estamos certos no entanto, que face à evolução da evolução do processo, neste momento, que o mesmo finalizará dentro de um prazo relativamente curto. Em todo o processo de revisão do PDM, bem como na revisão do Plano de Urbanização, têm vindo a ser implementados todos os procedimentos administrativos em conformidade com os preceitos legais. ....

.....Relativamente ao Plano de Urbanização, efectivamente e segundo diz, não está terminado e isto é um aspecto que, portanto, não há qualquer outro, há zonas que não têm plano de urbanização, esta é uma questão a colocar depois ao Senhor Presidente talvez na altura própria. Não havendo Planos de Urbanização já concluídos, já publicitados, do conhecimento público, qual é o instrumento de planeamento de ordenamento do território do Concelho que se aplica, ou se se deixou de aplicar o Plano Director Municipal que está a ser revisto? ....

.....Apenas forneceu os elementos que é o caderno de encargos, e relativamente ao caderno de encargos, julgo que é uma peça muito pequena, apenas isto, para um processo que leva seis anos, apenas ser fornecido isto. Eu julgo que devia haver mais

documentos, têm que existir mais documentos, de qualquer forma o prazo de execução e era isto que eu perguntava ao Senhor Presidente. Está previsto, está assinado, está reconhecido no contrato feito com a empresa PLURAL e que é esta, o prazo de execução é o seguinte, isto tem quatro fases - até deixava uma pergunta ao Senhor Presidente - em que fase estamos da revisão do Plano Director Municipal? Ninguém sabe. Prevê quatro fases.....  
.....A primeira é a caracterização de diagnóstico e proposta preliminar que tinha que ser elaborada cinco meses após o início dos trabalhos, com referência a 2001.....  
..... A segunda fase é a proposta do Plano que seria cinco meses após a aprovação da primeira fazer. ....  
.....A terceira fase é o projecto do Plano que seria dois meses após a recepção de pareceres relativos à segunda fase. ....  
..... A quarta e última fase seria a versão final do plano, um mês após a recepção dos pareceres relativos à terceira fase....

.....**Presidente da Mesa** – Desculpe-me levar ao seu conhecimento, mas há mais um membro do seu Grupo Municipal inscrito para falar e queria-o informar que dos dezasseis minutos já gastou onze. ....  
.....Não estou a fazer nenhuma interrupção da sua intervenção, mas só informá-lo de que há este facto. ....

.....**Guedes de Almeida** – Eu não quero roubar tempo.....  
.....Eu queria que efectivamente fossem prestadas informações concretas relativamente a situação actual do Plano, com dados concretos. Quer dizer, isto é um processo que é aberto, tem de ser claro, e eu não me conformo pelo menos, e julgo que está em causa mais do que eu próprio, e eu não valho nada nisto tudo, são os interesses do Concelho, são o desenvolvimento da economia deste concelho, que vive à base da construção civil e que neste momento estão a existir graves bloqueios, não só para os construtores, mas para os proprietários de terrenos, que efectivamente não sabem com aquilo que podem contar após a aprovação do Plano em revisão. ....  
..... E reservo-me para outra oportunidade. ....  
..... Muito obrigado.....

.....**Presidente da Mesa** - Muito obrigado.....

..... Senhor membro da Assembleia Luís Pires faça o favor.....

..... **Luís Pires** – Muito bom dia a todos, novamente. ....

..... Apenas gastar dez segundos do meu tempo e cumprimentar o deputado Nuno Reis e dizer-lhe que tem uma gravata muito linda, que tem uma cor rosa choque, tecnológico talvez. ....

..... Aproveitar para dizer também que em relação a alguma documentação que tem chegado da Câmara, que nós temos solicitado, Senhor Presidente agradecia que a documentação quando nós solicitamos alguma dela, que fosse enviada com algum cuidado mais, porque nós pedimos alguns documentos sobre projectos que deram entrada, relativamente à Avenida João da Cruz, em que nós queremos analisar estas coisas com cuidado, com seriedade, com algum profissionalismo se formos capazes disso, nalguns sectores, e as imagens que nos vêm, os documentos são indiscerníveis, além disso fazem alusão à linha a vermelho ou à linha a azul, por exemplo, que vocês conseguem ver aqui. Certo? Portanto há legendas nestes mapas que se referem a cores e que nestas coisas, isto não serve para nada assim. Agradecemos a boa vontade, mas depois o conteúdo não serve para nada. ....

..... Aproveitar também para dizer ao deputado Guedes de Almeida que, a sua preocupação é a nossa preocupação, enviamos um ofício em tempos para a Câmara Municipal para nos ser disponibilizada documentação a cuidado sobre esse tema, foi-nos entregue um CD em formato CAD, num estado muito primário do que seria o PDM, portanto, a informação também não foi a suficiente para nós conseguirmos formar um juízo, e realmente comungamos também da sua opinião dizendo que este é um assunto de importância primordial e transversal para a nossa região, se calhar o mais importante, e tem que ser levado a cabo com seriedade, e de jogo aberto, digamos assim. ....

..... Posto isto gostava de fazer referência ainda a uma opinião que tive oportunidade, esta semana, de reflectir sobre ela, num jornal local, e que acho que demonstra que o Executivo às vezes tem um discurso e depois a prática é outra, e também queremos que isto não beneficie em nada a Cidade.....

..... Nesse sentido, creio que é pacífico concordar-se que as instituições de ensino superior situadas em localidades do interior do país têm sido, ao longo destes tempos, baluartes na sustentação económica dessas mesmas localidades, nomeadamente e

essencialmente pelo contributo decisivo no sentido de estancar ou pelo menos desacelerar a desertificação dessas zonas.....

..... Aproveitei e li um artigo no jornal, de um senhor que é o Carlos “Zorrinho”, que é o Coordenador Nacional da Estratégia de Lisboa e do Plano Tecnológico, e que dizia ele que *“A produção de conhecimento é uma das funções primordiais das universidades. Integradas nas cidades, quando as autarquias sabem aproveitar este conhecimento para desenvolver o seu território, nascem urbes mais desenvolvidas e com maior potencial para singrar num contexto territorial”*.....

..... Bom, A potenciação socio-económica da existência desta instituição de ensino superior numa determinada localidade depende, em grande medida, da estratégia definida pela própria instituição, mas também da estratégia de relacionamento que a autarquia que a alberga definiu para com esta, ou seja, do relacionamento entre as duas instituições. ....

.....Como vocês sabem, a estrutura socio-económica de Bragança tem sido suportada, em grande parte, ao longo dos últimos 20 anos no crescimento do Instituto Politécnico de Bragança (IPB) e nos últimos tempos tem também sido visível o reconhecimento nacional e internacional da qualidade que o Instituto se pauta mostrando que este vem cumprindo de uma forma consistente um percurso de afirmação.....

..... Sendo duas faces de uma mesma moeda, IPB e Câmara Municipal de Bragança (CMB), devem pensar em conjunto estratégias de desenvolvimento e sustentabilidade para a cidade, uma vez que se influenciam e reforçam mutuamente. Esta premissa generalista, torna-se mais evidente e premente se nos focarmos na vertente tecnológica. *“A produção de conhecimentos pode ser uma mais-valia para o desenvolvimento de uma cidade, mas tudo depende do grau de assimilação e retenção da cidade e da forma como a estratégia da instituição de ensino superior se interliga com a de afirmação da cidade*.....

..... *As universidades oferecem conhecimento, público sofisticado e potenciais empreendedores. À cidade cabe potenciar esta procura e criar um ambiente favorável à fixação de trabalhadores e indústrias do conhecimento ou de outra índole.”*[Carlos Zorrinho].....

.....Entendida a necessidade da dicotomia e tendo presente o seu funcionamento, devemos reflectir sobre a necessidade, e isto também tem a ver com o PDM, e de averiguar se a CMB, cumpre de facto, a função de potenciação deste capital

intelectual, quer seja por cooperação, quer seja por fomentação de condições convergentes com a criação de um ambiente favorável à fixação de empresas. ....

.....Desde logo, parece-nos que tal não é verdade, e vejamos. Façamos uma reflexão em torno da nova Zona Industrial de Bragança (Mós), e do Centro de Investigação, Inovação e Acolhimento de Empresas (CIIAE), uma vez que são matérias de capital importância para o futuro de Bragança. ....

.....A Zona Industrial de Mós (ZIM) deveria ter emergido com base numa estratégia, que também devia ter a ver com o PDM, e que a existir, desconhecemos. ....

.....Tem sido profícuo o debate sobre as ditas “core-competences” ou “clusters” industriais sobre os quais se deverão reunir sinergias. A questão permanece, serviram para quê? Qual foi a sua eficácia? O resultado desses debates é meramente especulativo, baseado em opiniões empíricas mas sem recurso a dados concretos, não permitindo definir com clareza e níveis de viabilidade o caminho a seguir. ....

.....A definição destas linhas orientadoras deveria ser considerada num Plano Director ou Regulamento de Condomínio Industrial da ZIM. No entanto deparamo-nos com a definição da localização concretizada, sem sabermos qual o caminho a enveredar. O tipo de indústria no qual Bragança deve apostar converge com as características e condicionantes da zona industrial? Não há dados que permitam de uma forma objectiva responder a esta questão. ....

.....O estabelecimento de uma zona industrial consistente, adequada e competitiva, requer a realização de estudos de implantação, que permitem, entre outras conclusões, definir a melhor localização da referida zona, o tipo de empresa, etc., etc., etc., e neste particular vislumbra-se aqui uma área de actuação concreta e clara entre sinergias o IPB e a CMB. Sabemos se tal interacção existiu? Temos apenas o resultado concretizado da zona industrial de Mós, mas não sabemos sobre este tipo de interacção. E não queremos dizer aqui se a zona é a melhor ou não, porque não há dados para isso. ....

.....À luz desta reflexão, impõem-se duas questões: porquê encomendar um estudo de viabilidade de uma área de localização empresarial, se esta já está escolhida? E porquê encomendar fora, porquê encomendar fora? Esta é a questão mais pertinente. Não seria este um processo típico de aproveitamento da existência de uma Instituição de Ensino Superior sediada em Bragança? Não compreendemos esta posição e achamos que isto é um erro. ....

..... Também relativamente ao Centro de Investigação, Inovação e Acolhimento de Empresas (CIIAE), consideramos que a vantagem da existência de uma instituição de ensino superior na região não foi aproveitada. O Estudo inicial foi encomendado à Sociedade Portuguesa de Inovação – Consultoria Empresarial e Fomento da Inovação, SA (SPI), vindo esta posteriormente a protocolar uma colaboração com a Universidade de Aveiro, passando assim todo o processo ao lado da instituição de ensino superior da cidade, o IPB. Não nos parece que com esta conduta Bragança consiga capitalizar em seu favor o facto de aqui existir uma instituição de ensino superior. Ao deixar o IPB à margem de um processo desta natureza, a CMB não só desaproveita essa mais valia pelos factores relatados, como deixa de parte o seu interlocutor estratégico privilegiado, não só pela proximidade, como pela competência técnica e conhecimento da realidade regional. ....

..... As Câmaras Municipais de Aveiro e Ílhavo já se aperceberam desta realidade. Em relação à Universidade de Aveiro e as de Braga e Guimarães em relação à Universidade do Minho, apenas para citar alguns dos exemplos mais emblemáticos. Neste particular Mais uma vez, cabe à CMB arrepiar caminho enquanto é tempo, num processo que consideramos como inaceitável, incompreensível pela enormidade do erro, seja qual for a perspectiva. A seriedade com que encaramos este problema plasma-se no facto de alertarmos através desta intervenção, que aqui estamos a fazer agora, e não retirarmos qualquer tipo de dividendo político passível de ser consubstanciado na apresentação de uma moção. ....

..... É só. Muito obrigado. ....

..... **Presidente da Mesa** - Muito obrigado. ....

..... Senhor membro da Assembleia Nuno Reis tem a palavra. ....

..... Tem cinco minutos de tempo disponível. ....

..... **Nuno Reis** – Muito obrigado Senhor Presidente. ....

..... Senhor Presidente da Mesa, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhora e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores membros da Assembleia Municipal. Antes de mais uma palavra de cumprimentos e saudação. ....

..... Permitam-me apenas que agradeça a referência que o deputado orador, que nomeadamente me antecedeu, fez à minha gravata, é um cumprimento simpático, muito amável, cordato, mas desde já lhe digo uma coisa Senhor deputado, é que o

rosa choque ou não choque, tecnológico ou não tecnológico, é uma opção de natureza meramente estética e não tem qualquer tipo de conotação ideológica. Aliás, se leituras ideológicas houvesse acerca das opções da minha gravata ou das cores que eu uso em termos de indumentária, devo-lhe dizer que o seu Grupo Parlamentar estava bem arranjado Senhor deputado...aliás, fazendo um mero vislumbre dos membros desta Assembleia sentados na bancada do Partido Socialista, poucos são os pontos rosa de referência que conseguimos descobrir em tantos Senhores deputados. Mas de qualquer forma, agradeço as suas amáveis palavras. ....

..... Permita-me no entanto que lhe diga que a opção da gravata cor de rosa é e não podia deixar de ser meramente estética, porque em termos ideológicos estou cada vez mais desapontado, cada vez mais desiludido, cada vez mais frustrado com o cor de rosa prometido pelo Partido Socialista, aliás, se duvidas houvesse acerca daquilo que é a conduta ou acção do Partido Socialista ao nível da sua Governação, limito-me apenas a olhar aquilo que foi a visita do Senhor Primeiro Ministro ao Distrito aqui vizinho de Vila Real, onde, pasme-se, depois de há um ano ter vindo a Bragança fazer um conjunto de promessas, designadamente ao nível das rodovias, reitera promessas, ou seja, passamos uma campanha eleitoral a prometer, somos eleitos, no primeiro ano de mandato voltamos a prometer, e um ano depois de termos prometido renovamos a promessa, sendo que os calendários apresentados para a execução de alguns projectos, já foram largamente ultrapassados. ....

.....Aliás, é um problema que não é só do Senhor Primeiro Ministro, que pelos vistos se esqueceu da promessa que fez em Bragança em Abril de 2006, quando fez a sua visita cá e prometeu o arranque dos procedimentos com vista à execução da auto-estrada transmontana, que acho que é o novo nome que agora lhe dão, e voltou em 2007 desta feita ao Distrito de Vila Real onde inaugurou mais um troço de auto-estrada, para de uma vez por todas fazer o quê? Vir novamente prometer outra vez aquilo que já havia prometido. ....

..... Claro está, claro está que o Governo já leva cerca de dois anos e de promessas, com todo o respeito, já estamos todos um bocadinho fartos, porque este Distrito, além de ter ouvido pela terceira vez o anúncio de uma auto-estrada, porque a verdade é que a primeira vez que ouvimos este anúncio de concretização de auto-estrada por parte de um membro do Governo foi com o Dr. Santana Lopes que anunciou a aprovação de um decreto no Conselho de Ministros que depois veio a ser

devolvido em sede de promulgação pelo Presidente da República ao Governo, e que arrastou o processo. ....

..... A segunda vez que ouvimos foi o ano passado, e a terceira vez foi este fim de semana, e eu pergunto concretamente ao Partido Socialista quantas vezes mais vamos ter de ouvir a reiteração desta promessa. Será que desta é que é? .....

.....E já agora, que elementos é que dispõem que nos permitam ganhar mais confiança, ganhar mais consciência de que desta é que vai desta é que é de vez senhores deputados. Porquê? Olhe por uma coisa muito simples, porque, eu que sou um rapaz, ainda não sou muito velho, mas sou um rapaz do povo, que olha a política com alguma esperança, com algum sentido de confiança no futuro, começo a desmoralizar um bocadinho....sobretudo porque me sentei nesta Assembleia entre 2001 e 2005 e ouvi aqui várias vezes o clamor de vários membros do PS contra a má actuação dos Governos do PSD, contra a incompetência dos Governantes do Partido Social Democrata que perante tão boas oportunidades, vamos lá saber quais são, as desperdiçavam, as deixavam ao abandono, e eles, Socialistas, conseguiam fazer muito mais e melhor.....

..... A verdade é que dois anos depois continuamos à espera do mais e continuamos à espera do melhor. E não é só quanto à auto-estrada, continuamos à espera de mais e melhor relativamente ao IP2, continuamos à espera de mais e melhor relativamente ao IC5 e continuamos à espera de muito mais e melhor de várias obras algumas das quais não foram prometidas em campanha eleitoral mas que foram sendo arrançadas à vontade do freguês, de alguma maneira, olhe, por exemplo com uma que já foi objecto de um requerimento aqui apresentado à Assembleia Municipal, com um pedido de informação ao Instituto de Estradas de Portugal, e que se prendia por exemplo com a beneficiação de uma estrada nacional que liga a zona de Rio de Onor, cujo concurso foi prometido para o primeiro trimestre do ano 2006 pelo Senhor Ministro das Obras Públicas. ....

..... Bom, no segundo trimestre de 2006 afinal o Senhor Secretário de Estado das Obras Públicas já dizia que não era para o primeiro trimestre, já era até ao final do segundo trimestre, a verdade é que já estamos nós no segundo trimestre do ano 2007, ou seja, mais de um ano depois, bom, e que eu saiba ainda não há caterpillares à vista na zona daquela estrada. ....

..... E portanto, não é de maneira nenhuma uma intervenção ofensiva, é uma intervenção de reflexão e uma intervenção que suscite ao Partido Socialista dar novos

elementos que gerem em nós uma convicção mais profunda, uma convicção muito mais genuína de que é desta que vamos ter obra, é desta que vamos ter auto-estrada.  
..... E já agora, gostaria muito de saber qual é a opinião do PS quanto à eventual ligação por auto-estrada ou através de uma via rápida entre Bragança e Chaves, reforçando-se por essa via a coesão entre vários territórios daquela que é a NUT III, que é uma unidade territorial existente mas cuja matriz passa a fundar a nova organização de alguns serviços da Administração Pública. ....  
..... Muito obrigado.....

..... **Presidente da Mesa** - Muito obrigado.....  
..... Terminado o Período de Antes da Ordem do Dia...

.....

..... **Presidente da Mesa** - Não tem tempo.... Não tem tempo. Peço desculpa. Tem nove minutos e quarenta segundos gastos, tem vinte segundos... se quer utilizar os vinte segundos.....

.....

..... **Presidente da Mesa** - De facto tem vinte segundos, se quer ler a moção e que vai apresentar à Mesa, faça o favor.....

..... Deixe-me só dizer uma coisa que é, porque também, Senhores membros da Assembleia, nós temos que ter alguma auto-disciplina. Quando o senhor membro da Assembleia Luís Pires estava a falar, avisei que estava a esgotar o seu tempo.....

..... Mas faça o favor de ler a moção.....

-----**Victor Pereira – Apresentou, por escrito, a seguinte**-----

### “MOÇÃO

Dada a importância que o PDM tem como documento orientador nos diversos sectores do Concelho, e dado o pouco conhecimento que esta Assembleia tem da revisão que está a ser efectuada do Plano, propomos: -----

Criação de uma Comissão de Acompanhamento da Revisão do PDM, composta por elementos de todos os Grupos Municipais, de acordo com os termos regimentais.-----

O Grupo Municipal do Partido Socialista.-----

a) Luís Carlos Magalhães Pires”-----

.....Já não é nova, já a trouxemos aqui há vários dias, portanto propomo-la agora outra vez .....

..... **Presidente da Mesa** – Bom, aceite a entrada na Mesa desta moção, abrimos inscrições para pedidos de esclarecimento sobre esta moção, embora o Partido Proponente, o Grupo Municipal proponente não tenha tempo para prestar esses esclarecimentos. ....

..... Senhor membro da Assembleia Lídio Correia faça o favor. ....

..... **Lídio Correia** – Muito rapidamente eu só queria saber qual é a diferença entre esta Comissão que está aqui a ser proposta e aquela que foi aprovada na última Assembleia Municipal aqui, salvo erro com os votos contra do Partido Socialista ou com a abstenção, não tenho bem a certeza. ....

..... Obrigado.....

..... **Presidente da Mesa** – isto é para o PDM.....

-----

..... **Presidente da Mesa** – Não, não... ..

..... **Lídio Correia** – Na última ou na outra. ....

..... Uma Comissão para o Plano de Urbanização e outra Comissão para acompanhar o PDM, e outra para acompanhar o Plano de Ordenamento do PNM, aliás a Comissão para acompanhar as três questões. Foi aprovada na última Assembleia Municipal. Desculpem lá mas foi!.....

..... **Presidente da Mesa** – Senhor membro da Assembleia, salvo erro, salvo erro, mas temos que confirmar.....

..... **Lídio Correia** - Mas já agora ainda lhe quero dizer mais, o PSD e o PS votaram contra no Teatro Municipal, a uma Comissão de Acompanhamento do Plano Director Municipal, por parte daquilo a que vocês... eu não gosto da expressão, porque me apetece ser logo militar quando ouço falar de sociedade civil, mas que foi votada contra por parte do PS e do PSD, no Teatro Municipal, uma Comissão de Acompanhamento do Plano Director Municipal! .....

..... **Presidente da Mesa** – Senhor membro da Assembleia... desculpem, desculpem, vamos procurar esclarecer isto. Peço desculpa, Senhores membros da Assembleia do Grupo Municipal do Partido Socialista, vamos seguir. Salvo erro, mas peço que alguém, peço que seja verificado se estou errado, o que foi aprovado nesta Assembleia, por uma proposta da CDU, foi que fossem organizadas sessões de esclarecimento sobre o Plano de Urbanização, o PDM e o Plano de Ordenamento do PNM. Supletivamente a essa proposta, houve uma proposta do Bloco de Esquerda, de que fosse criada uma Comissão de Acompanhamento do Plano de Ordenamento do Parque Natural de Montesinho, e foi isto que foi aprovado, não foi mais do que isto. Não há nenhuma proposta, nem nenhuma moção para haver uma Comissão de Acompanhamento do PDM. Da minha memória, e teria sido então um lapso se não tivesse sido dado seguimento, foi isto que foi aprovado. ....

..... Senhor membro Lídio Correia quer fazer um pedido de esclarecimento?.....

..... Temos que terminar isto, temos de terminar esta troca de .....

..... **Lídio Correia** - Senhor Presidente, "*mea culpa*" minha, é exactamente nos termos que o Senhor acabou de enunciar que as coisas se passaram. Isso foi aprovado não na última sessão, mas sim na sessão de Fevereiro, e a Comissão de Acompanhamento que foi rejeitada foi no Teatro Municipal. ....

..... Muito obrigado.....

..... **Presidente da Mesa** - Muito obrigado.....

.....

..... **Presidente da Mesa** - Um momento... um momento... uma coisa de cada vez...  
..... Houve este pedido de esclarecimentos. ....  
..... Nós temos uma moção em cima da Mesa, foi feito este pedido de esclarecimentos que no fundo houve um lapso por parte do Lídio Correia, que é habitualmente extremamente atento, mas também todos nós o temos e eu também não tinha bem a certeza se as coisas eram como eu pensava que tinham sido, mas foram. ....  
..... Embora não haja tempo, o Grupo Municipal do Partido Socialista quer responder à questão que foi levantada pelo Lídio Correia? ....  
..... Faça o favor.....  
..... Tem três minutos.....

..... **Vítor Pereira** - Muito rapidamente. O deputado Lídio Correia cometeu aqui dois erros. Primeiro, ficou provado que realmente não foi apresentada nenhuma Comissão na última Assembleia, e segundo, que é mais grave, Lídio Correia é muito mais grave, em Fevereiro no Teatro Municipal foi apresentada uma moção para o acompanhamento do PDM e foi apresentada pelo Arquitecto Ortega. E isso, vá às actas e veja se faz favor, veja, foi rejeitada, foi ele que a apresentou e foi rejeitada. ....

..... **Presidente da Mesa** - Muito obrigado.....  
..... Eu perguntava se há mais algum pedido de esclarecimentos. E chamo a atenção que quer o Grupo Municipal do PSD, quer o Grupo Municipal do PS têm os seus tempos esgotados neste PAOD, e para poderem intervir tem de ser ao abrigo da tolerância dos três minutos para o pedido de esclarecimentos. Se não há nenhum pedido, abro o período de inscrições para os grupos Municipais que têm tempo disponível. ....  
..... Não há inscrições para intervenções, passamos à votação.....

-----**Após análise e discussão foi a mesma moção submetida a votação, tendo sido reprovada com quarenta e sete votos contra, duas abstenções e dezoito votos a favor, estando momentaneamente sessenta e sete membros presentes.** -----

..... **Presidente da Mesa** – Inscrições para declarações de voto?.....

..... Senhor membro da Assembleia Vítor Prada faz favor.....

..... **Vítor Pereira** – Bom, para quem nos acusa de que nós só fazemos política do “vota abaixo”, e que não fazemos a tal política construtiva, e que não queremos soluções para o Concelho, e que não queremos encontrar respostas, no fundo, para a vida de todos nós cidadãos deste Concelho, realmente ficou aqui provado que afinal, afinal, quem quer a discussão, quem quer saber o que se passa, quem quer encontrar soluções, e depois temos aqui uma resposta por parte do Grupo do PSD e que nos dá esta resposta que eu me escuso de comentar e que a Comunicação Social, penso eu que está lá atrás, que dê eco disto. Foi dito aqui, por um deputado do PSD, o mais importante se calhar que nós aprovaríamos nesta legislatura e foi reprovado, eu abstenho-me de fazer qualquer tipo de comentários.....

..... **Presidente da Mesa** - Muito obrigado.....

..... Senhor membro da Assembleia Lídio Correia, faça o favor. ....

..... **Lídio Correia** – Nós votamos favoravelmente esta proposta, com a consciência clara de que se trata, por um lado, de um *fait divers* do PS, a fingir de que efectivamente é muito dialogante, e por outro lado, pelo facto também de constarmos de que o PSD, por razões que não entendemos e nomeadamente por parte desta Assembleia, que acho que estará a sofrer de alguma domesticação, passo o termo, e que por parte do PSD de facto o envolvimento das populações parece incomodá-los extraordinariamente. ....

..... Nós falamos, falamos, falamos, dizemos que queremos o envolvimento, quando chega a hora, quando chega a prática, quando chega o momento certo, votamos contra! .....

..... **Presidente da Mesa** - Muito obrigado.....

..... Senhor membro da Assembleia Guedes de Almeida.....

..... Faça o favor.....

..... **Guedes de Almeida** – Eu abstenho-me por uma questão de alguma, digamos assim, coerência comigo próprio, e também isto no duplo sentido. Eu considero que

efectivamente a Lei não inibe que haja Comissões de Acompanhamento e que daqui desta Assembleia pudesse sair uma Comissão de Acompanhamento da Revisão do PDM, que seria salutar e seria uma forma de garantia de que as coisas estariam a ser menos preocupantes, pelo menos mais abertas e mais sabidas por parte das populações e das pessoas mais directamente interessadas. ....

.....De qualquer forma, isto também não quer dizer que não existam outros meios para que outras entidades consideradas importantes para o desenvolvimento do Plano possam vir a integrar. Não tenho aqui, mas existe uma portaria de que por exemplo entidades culturais que queiram integrar a Comissão de Acompanhamento do PDM, podem fazer o requerimento, salvo erro junto da Câmara Municipal e a Câmara Municipal terá que se pronunciar se aceita ou se não aceita. ....

.....A filosofia da Lei é uma filosofia extremamente aberta, não limita nada, aliás vai no sentido de quanto mais aberta for melhor será o documento final que vier a ser aprovado, portanto eu julgo que a Comissão de Acompanhamento seria salutar aqui, porque não estaríamos entregues só e exclusivamente às mãos da CCR, da Direcção Geral de Agricultura de Trás-os-Montes, do Instituto de Estradas, como temos visto não nos dão nada, tiram-nos tudo, e também do ICN. Portanto, eu julgo que seria benéfica, não saiu, não foi aprovada, as maiorias em democracia mandam, muitas vezes não mandam da melhor maneira, esta é a minha opinião.....

.....**Presidente da Mesa** - Muito obrigado.....

..... Senhor membro da Assembleia Bruno Veloso.....

.....Peço que seja breve, que é em acumulação de tempo com o seu colega de bancada.....

.....**Bruno Veloso** – Serei rapidamente, obviamente também para corroborar as palavras do meu colega de bancada, do voto favorável a esta moção também que o próprio Partido Socialista apresentou, que obviamente não faria outro sentido, e não compreendemos de facto este deambular... esta moção e a sua aprovação e a concretização de uma Comissão, que apenas confeririam transparência ao processo, e isso era aquilo que o Partido Socialista assim pretendia com esta moção. ....

.....Obviamente tenho que responder àquilo que foi dito aqui pelo PCP, em relação aos “fait divers”, o Partido Socialista não aceita de facto lições de moralidade, de facto quando tenta apresentar, aliás como todos os partidos nesta Assembleia, propostas de

facto que tenham algo de prático e palpável. Portanto, esse discurso dos “fait divers” é uma coisa que já começa a cansar, porque de facto nós apresentamos uma proposta concreta e é nessa base que nós queríamos que essa proposta concreta viesse a funcionar.....

..... Muito obrigado.....

..... **Presidente da Mesa** - Muito obrigado.....

..... Senhor membro da Assembleia Nuno Reis faça o favor, tem a palavra.....

..... **Nuno Reis** – Senhores deputados, o Partido Social Democrata votou contra esta proposta porque entendemos que, tal como faz o Partido Comunista, que isto não passa de um “fait divers” do Partido Socialista .....

..... Entendemos que o debate deve ocorrer de forma aberta, de forma ampla, não se deve confinar nem deve ficar limitado num órgão como a Assembleia Municipal. A assembleia Municipal tem uma participação específica em todo este processo, tem uma participação muito clara e objectiva determinada pelo regime jurídico de aprovação do Plano Director Municipal, e entendemos que isto é uma sobreposição , é redundante, é redundante andarmos a criar comissões, grupos de trabalho, grupos de trabalho e comissões. ....

..... Por outro lado, recusamos completamente qualquer tipo de ligação ou de conotação desta forma de votação, do voto contra esta proposta, com eventuais receios ou medos de discussão, de confronto, ou de debate público. Provamo-lo em diversos meios, provamo-lo em diversos fóruns, aliás Lídio Correia permita-me que lhe diga o seguinte, o Lídio ou o Partido Comunista hoje, e os demais partidos, sentam-se numa Comissão de Acompanhamento do Plano de Ordenamento do Parque Natural de Montesinho, porque a maioria do Partido Social Democrata viabilizou essa proposta e portanto, recusamos completamente, completamente qualquer tipo de ligação desta votação específica a uma política de medo, de receio ou de defesa de posições mais reservadas da Câmara. ....

..... Reiteramos, o debate deve ocorrer lá fora, a Assembleia tem um momento específico e claro para fazer essa sua participação, aguardaremos por ele, não vamos afunilar nem vamos amarrara a Assembleia nem o debate.....

..... Obrigado.....

..... **Presidente da Mesa** - Muito obrigado.....

..... Para entrarmos então no ponto .....

#### 4 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA: .....

##### 4.1 – **Apreciação da Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre o Estado e Vida do Município.** .....

..... Senhor Presidente da Câmara tem a palavra. ....

..... **Presidente da Câmara** – Cumprimento o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, caros Vereadores, Comunicação Social.....

..... Senhor Presidente, pretendia, se me fosse autorizado, responder a algumas questões do Período de Antes da Ordem do Dia, usando desse tempo disponível para a Câmara. ....

..... **Presidente da Mesa** - Senhor Presidente, desculpe... eu olhei para aquele lado, se queria intervir mas não vi qualquer menção nesse sentido .....

..... **Presidente da Câmara** – Foi lapso meu, peço desculpa. ....

..... **Presidente da Mesa** - De facto passou-me pela cabeça que tendo agora o período do Estado e Vida do Município, e as questões que foram postas podem-se enquadrar também nisso, pretende responder nesta altura? .....

..... Faça o favor.....

..... **Presidente da Câmara** – Muito obrigado Senhor Presidente.....

..... Respondendo ao Dr. Guedes de Almeida, o PDM não está suspenso como é óbvio, está em vigor, é assim que a Lei determina, nós não modificamos a Lei, a Lei é feita pelo Governo, a Comissão de Acompanhamento é fixada pelo Governo, a Câmara não integra sequer a Comissão de Acompanhamento e sabe tão bem como eu, porque é jurista e acompanha a imprensa diariamente, que o Governo se obrigou

recentemente a modificar a legislação para por termo a este calvário que é a revisão de PDM's no País.....

..... Não é um problema de Bragança, é um problema do país que trava a economia. Não é um problema da Câmara, infelizmente, nós temos lutado contra isso, e sempre que é possível nos fóruns necessários, seja em Congresso da Associação de Municípios, seja em Conselho Geral, nós aí temos sempre estado a expressar a nossa dificuldade e a nossa contestação a essa atitude dos tecnocratas que se sobrepõem à decisão e à vontade legítima daqueles que são eleitos pelo povo. Portanto, essa responsabilidade não é nossa. ....

.....Segundo , questões que pôs de outra natureza - Dimensão de caderno de encargos - é o normal, é o que está na Lei, não vou sequer comentar isso. Toda a informação está disponível, tudo o que quiser, tivemos o cuidado, Dr. Guedes de Almeida, de num tempo relativamente curto lhe fornecer uma resposta escrita, eu ontem telefonei-lhe para lhe entregar os elementos em mão, nem sequer utilizamos o correio, para mim não há segredos na Câmara, eu nem tenho nenhuma cópia do PDM, nem nenhum documento no meu Gabinete. Está tudo nos serviços, está acessível. Há-de haver gente, se calhar, fora, que o conhece e que lida com os papeis e com o processo tão bem como eu. Agora é inquestionável que a discussão do documento em termos públicos se faz em sede de discussão pública conforme a Lei o determina. ....

.....O Calendário que está previsto é o seguinte: .....

.....A carta da REN foi aprovada, levou tempo, tivemos que resolver um problema que era importantíssimo, se nos mantivéssemos com o actual PDM em revisão a actual carta da REN, mantínhamo-nos na mesma, conseguimos fazer um trabalho especializado no sentido de alterar a REN e fazer essa proposta, levou tempo e foi aprovada, reduzimos em 50% a área que estava afectada à REN. Esse é um ganho muito grande para o desenvolvimento da actividade económica. ....

.....A carta da RAN, também um processo que ficou dependurado tanto tempo no Ministério da Agricultura, a última vez, mais recentemente, ficou um mês porque não foi sequer designado um substituto para assinar uma acta porque a pessoa que a devia assinar estava doente, imagine coisas tão ridículas e caricatas como essa. ....

.....A REN será aprovada no mês de Julho, é o compromisso que existe. Durante o mês de Outubro estará o documento final para as entidades serem consultadas e emitirem durante o mês de Outubro o parecer final que antecede a discussão pública.

Novembro, de acordo com o que está previsto será o mês do início da discussão pública. ....

..... Quanto a Comissões de Acompanhamento, do nosso ponto de vista, da Câmara, perante a Assembleia, a Assembleia tem legitimidade para criar as Comissões que quiser e lhe apetecer. Nós não temos nada a opor a essa matéria. Não temos documentos nenhuns a ocultar e reserva nenhuma, e eu particularmente nesta matéria, tenho, eu e o Executivo temos uma obrigação primeira, é na medida do possível concertar interesses, mas no processo de concertação há uma coisa que tem que estar sempre subjacente e presente, o interesse público para nós prevalece nas nossas decisões, mesmo que isso às vezes represente alguma perturbação relativamente a outros interesses. Mas o interesse público, do meu ponto de vista, enquanto estiver na Câmara há-de prevalecer sempre. Quero sair da Câmara como entrei, de cabeça erguida a olhar as pessoas de frente. ....

..... Responderei a outras questões relacionadas com a construção civil durante a intervenção do Estado e Vida do Município e com alguns mapas para abordar essa matéria de forma mais clara. ....

..... Quanto ao Senhor deputado Luís Pires, eu como Presidente de Câmara e nenhum Vereador não desencadeamos uma política de hostilização de Instituições. Não o vamos fazer. Não o queremos fazer em relação ao Instituto Politécnico, somos parceiros permanentes e activos, fazendo aquilo que se impõe e que é necessário. ....

..... A Câmara tem um percurso a fazer, todos os dias tem desafios pela frente, o Instituto tem muitos desafios pela frente, muitos dos seus quadros mais qualificados têm desafios muito importantes, têm também que demonstrar e têm que evidenciar de forma útil à sociedade aquilo de que são também capazes, no sentido de que todo o esforço público que foi feito pelos cidadãos para os qualificar, deve agora ter um retorno. A nossa perspectiva é de parceria plena, total e absoluta com o Instituto Politécnico de Bragança. ....

..... Há várias confusões que surgem na sua intervenção. ....

..... A primeira tem a ver com a Zona Industrial de Mós, é de facto uma zona industrial, não é uma área de localização empresarial no conceito em que está legislado, deixe-me que lhe diga. Deixe que lhe diga mais ainda, não há uma única área de localização empresarial que tenha sido implementada. Fixe isso. Fixe isso. ....

.....Ainda anteontem num seminário na CCRN esta matéria foi abordada, desenvolvida e desagregada, as dificuldades de âmbito administrativo e de financiamento a esse nível. ....

.....Importa também referir que para a elaboração do Centro de Investigação Inovação e Acolhimento Empresarial e área de localização empresarial, contratamos através de concurso público uma empresa e concorreu naturalmente quem tem habilitações para desenvolver matérias neste nível, que se sentiu melhor preparado. ..

.....A equipe integrou um professor do Instituto Politécnico, foi Professor, um Professor de referência, o Professor Francisco Cepeda, faz parte da equipa.....

.....Para as várias sessões de discussão e acompanhamento convidámos responsáveis do IPB, o Presidente do IPB, os Presidentes de algumas Escolas, outros professores mais ligados a esta temática potencial de investimento no Instituto, deram também o vosso contributo. ....

..... Dia 12 de Julho faremos a apresentação do resultado final deste estudo e aí poderão aperceber-se bem daquilo que é falar numa zona industrial e o que é falar numa área de localização empresarial. Aquilo que é falar de um Centro de Investigação Inovação e Acolhimento Empresarial, onde se pode constituir uma interface de ligação entre a actividade económica e as instituições de Ensino Superior. Nós estamos a trabalhar para criar condições para que o Instituto possa articular-se melhor com a actividade económica. ....

.....Esperamos também, e estou ciente disso que assim vai acontecer, que o Instituto vai ter capacidade de estar neste desafio fazendo aquilo que lhe compete. ....

**.....Seguidamente se transcreve o discurso apresentado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal e previamente distribuído pelos membros: .....**

#### **ESTADO E VIDA DO MUNICÍPIO**

Conforme o previsto na alínea e) do nº. 1 do art.º 53 da Lei 5-A/2002, apresento para apreciação a presente informação escrita da situação financeira do Município e das actividades e decisões mais relevantes tomadas pela Câmara Municipal, no período que decorreu desde a última Sessão da Assembleia Municipal que teve lugar a 27 de Abril de 2007, até à presente data.

## **1 - Assuntos tratados para deliberação ou conhecimento da Assembleia**

### **Municipal:**

- 1.1 - Fornecimento, montagem, calibração e certificação em voo de uma estação VOR/DME e do respectivo sistema de telesinalização e telecontrolo para o Aeródromo Municipal de Bragança – Repartição do encargos decorrentes do contrato celebrado com a Sociedade Comercial Crocker, Delaforce & C<sup>a</sup>, Lda. (para aprovação);.....
- 1.2 – Agregação e reescalonamento de empréstimos (para aprovação);.....
- 1.3 - PENOG – Parque Eólico da Nogueira, S. A. – Aquisição de 1% do capital social à Empresa EDF EN Portugal, Ld.<sup>a</sup> (empresa que substituiu a SIIF Energies Portugal, Ld.<sup>a</sup>, na PENOG S.A.) através da celebração de um contrato de compra e venda de acções (para aprovação);.....
- 1.4 – Fixação de Taxas – Museu Ibérico da Máscara e do Traje (para aprovação);
- 1.5 – Regulamento das zonas de estacionamento condicionado na Cidade de Bragança (para aprovação);.....
- 1.6 – Quadro de Pessoal – Criação/Extinção e Reclassificação de lugares (para aprovação);.....
- 1.7 - Nomeação de sociedade de revisores oficiais de contas conforme disposto no n.º 2 do art.48º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, que aprova a Lei das finanças locais, revogando a Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto (para aprovação); .....
- 1.8 – Plano de Ordenamento do Parque Natural de Montesinho (para conhecimento).....

..... **Principais deliberações e acções realizadas no âmbito da gestão do plano de actividades e orçamento:**.....

### **..... 1- DEPARTAMENTO DE GESTÃO GERAL E ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA**

#### **..... 1.1– DIVISÃO FINANCEIRA**.....

##### **..... 1.1.1 – Secção de Taxas, Licenças, Contra-Ordenações, Execuções Fiscais e Metrologia** .....

..... Neste período o total da receita arrecadada, no âmbito das atribuições da secção foi de 346.535,56€. Deste valor as receitas mais significativas foram as referentes à utilização das Piscinas Municipais, com um valor de 71.953,67€, e a

receita proveniente das rendas de habitações e edifícios com um montante 55.760.64€. Os Parques de Estacionamento contribuíram com 71.479,24€.....

.....Do serviço de Contra-Ordenações foi recebida a importância de 24.724,28€, correspondente à cobrança de 92 processos. O serviço de Execuções Fiscais apresenta uma receita de 34.752,28€, correspondendo a 1965 processos cobrados.

No mesmo período do ano anterior a receita arrecadada foi de 326.777,44€, verificando-se um saldo positivo de 19.758,12€ (+6,05%). Pela mesma ordem de importância, a utilização das Piscinas Municipais registaram o valor de 63.542,06€ (+13,24%), as Rendas de Habitações e Edifícios apuraram o valor de 48.697,52€ (+14,50%). Pela utilização dos Parques de Estacionamento a receita arrecadada foi de 50.018,85€ (42,90%).

O serviço de Contra-Ordenações apurou o valor de 30.055,13€ (-17,74%), com a cobrança de 113 processos. O serviço de Execuções Fiscais apurou o valor de 33.496,88€ (+3,75%), com a cobrança de 1975 processos. ....

#### ..... **1.1.2- Secção de Contabilidade e Sector da Tesouraria** .....

..... Verifica-se que durante os meses de Abril e Maio de 2007, foi cobrada receita no valor de 5.819.171,38 euros, atribuída na sua quase totalidade (4.857.294,58 euros) a receitas correntes e 961.871,51 euros a receitas de capital. Estes montantes contribuíram para uma taxa de execução orçamental em 15,13%, provenientes na sua maior parte da execução das receitas correntes com 24,35%. ....

..... Feita a análise de forma global, o desempenho do orçamento de receita até 31/05/2007, podemos concluir que o mesmo se encontra executado em 33,77%, com valores cobrados no valor de 12.990.660,21 euros. A proveniência é maioritariamente corrente com 9.549.038,51 euros, obtendo uma execução de 47,86%. Relativamente às receitas de capital de 3.436.656,98 euros revelam uma taxa de execução de 18,93%. ....

..... Relativamente ao comportamento da despesa durante os meses de Abril e Maio, a despesa paga atinge o valor de 5.965.258,69 euros, imputável em 3.052.444,61 euros a despesas correntes e 2.912.814,08 euros a despesas de capital, o que na sua globalidade originou uma execução orçamental de 15,51%. Globalmente e até ao dia 31/05/2007 o orçamento de despesa encontra-se executado em 33,56%, sendo que a maior execução (40,17%) reporta-se a despesas correntes e 28,01% a despesas de capital. ....

.....As despesas mais significativas são as provenientes das despesas correntes - Despesas com pessoal no valor de 2.538.266,43 euros; Aquisição de bens e serviços 3.873.966,18 euros e das despesas de capital - Aquisição de bens de capital no valor de 4.174.474,09 euros; Transferências com 661.507,53 euros; Activos financeiros no valor de 332.267,82 euros; Passivos financeiros no valor de 690.750,48 euros. ....

..... **1.1.3 – Tesouraria** .....

..... Com a gradual integração do abastecimento de água da área rural, mantém-se a tendência de aumento do número de utentes que se deslocam a este serviço para pagamentos, leituras e outros serviços. O atendimento médio diário está estimado em 320/pessoas dia. A regularidade de funcionamento está assegurada, sendo feitos as inspecções de rotina, conforme norma interna. ....

..... **Transferências para as Juntas de Freguesia: - Junta de Freguesia de Baçal**, apoio no valor de 1.500,00€, para obras de reabilitação da ponte sobre o rio Igrejas; **Junta de Freguesia de Izeda**; apoio no valor de 13.822,50€, para a execução de obras no campo de Futebol da Vila de Izeda; **Junta de Freguesia de Parada**, um apoio no valor de 10.000,00€, para obras de levantamento e reposição de cubos de granito na aldeia de Paredes; **Junta de Freguesia de Coelhooso**, apoio no valor de 7.500,00€, para obras de reparação das redes de águas pluviais e saneamento a realizar na Freguesia; **Junta de Freguesia de Faílde**, apoio no valor de 2.000,00€, para aquisição de equipamento de protecção contra descargas atmosféricas; **Junta de Freguesia de França**, apoio no valor de 6.500,00€, para obras de manutenção das redes de águas e saneamento; **Junta de Freguesia de Nogueira**, apoio no valor de 15.000,00€, para obras de construção de habitação do Pároco de Nogueira; **Junta de Freguesia da Sé**, apoio no valor de 10.000,00€, para obras de reparação/conservação dos diversos polidesportivos existentes na Freguesia; **Junta de Freguesia de Carrazedo**, apoio no valor de 15.000,00€, relativo a 25% do valor da adjudicação de projectos participados por fundos comunitários.....

..... **Subsídios e participações: - Federação Portuguesa de Caça**, um apoio financeiro no valor de 1.500,00€, no âmbito da realização da prova do calendário nacional, para apuramento do Campeonato do Mundo de Santo Huberto; **Agrupamento Vertical de Escolas de Izeda**, apoio financeiro no valor de 1.000,00€,

no âmbito da realização de duas actividades de recriação histórica (mostra de armas e torneio a pé), dirigida aos alunos do agrupamento, e em particular aos alunos dos jardins de infância e escolas do 1.º Ciclo; **Clube Trilhos do Nordeste**, apoio no valor de 500,00 €, no âmbito da realização da “II Prova de Navegação Bragança 2007”; **Tuna Feminina Universitária de Bragança – TÔNA TUNA**, apoio financeiro no valor de 250,00 €, no âmbito da realização do II Festival de Tunas Femininas de Bragança; **Associação Regional de Ciclismo de Vila Real**, apoio no valor de 2.500,00€ para a realização da XXI Volta a Trás-os-Montes e Alto Douro em Bicicleta. ....

..... **Protocolos celebrados com diversas entidades - Associações, Clubes, Juntas de Freguesia e IPSS: -** .....

..... Ginásio Clube de Bragança - 12.500,00€ (apoiar, a realização das actividades do Clube e em particular da Milha das Cantarinhas); Associação Coral Brigantino Nossa Senhora das Graças - 7.500€; Associação Cultural e Desportiva e Recreativa de Aveleda - 500€; Associação Cultural e Recreativa Abade de Baçal - 1.000€; Associação Cultural e Recreativa de Pinela - 2.000€; Associação Cultural Recreativa Amigos dos Caretos Salsas - 1.000€; Associação Cultural e Recreativa do Bairro da Mãe D'Água - 2.800€; Associação Cultural, Recreativa e Ambiental de Palácios - 2.500€; Associação Grupo de Caretos de Podence - 500€; Grupo Etnográfico e Desportivo de Varge - 500€; Associação Cultural, Recreativa e Desportiva de Ousilhão - 500€; Associação da Banda de Música da Sé - 4.500€; Casa do Professor de Bragança - 1.750€; Associação Desportiva e Cultural de Vila Boa de Ouzilhão - 500€; Associação Trindade Coelho - 20.000€; Associação dos Bombeiros Voluntários de Bragança - 99.000€; Associação dos Bombeiros Voluntários de Izeda - 57.630€; APADI - 7.500€; Associação Reaprender a Viver - 12.000€; Azimute - 2.500€; Associação de Cicloturismo de Bragança - 1.750€; Clube Académico de Bragança - 20.000€; Junta de Freguesia Coelhooso e Associação Desportiva de Coelhooso - 25.000€; Junta de Freguesia de Izeda e Clube Desportivo de Izeda - 10.000€; Motocruzeiro de Bragança - 15.000€; Nordeste Clube Automóvel - 12.750€; Teatro de Estudantes de Bragança - 4.500€; Banda de Música de Izeda - 3.000€.  
**Montante global de 333.680€.** .....

..... **1.1.4- Secção de Património e Aprovisionamento** .....

.....No mês de Abril e Maio procedeu-se à abertura de 20 procedimentos concursais, à análise e apreciação de 10, à adjudicação de 23. ....

.....Foram emitidas 611 notas de encomenda no valor total de 354.063,43€ e enviadas 573 a satisfazer pelos fornecedores. Na aplicação de Armazéns emitiram-se 83 requisições internas (saída de material existente em stock). ....

.....Foram inventariados diversos bens móveis, distribuídos pelas rubricas de equipamento básico, ferramentas e utensílios, equipamento administrativo e diverso material de captação, tratamento e distribuição de água. ....

.....Quanto aos bens imóveis, foram inscritos e regularizados na rubrica “terrenos e recursos naturais”, os seguintes imóveis: 8 prédios rústicos com a área total de 34.393m<sup>2</sup>, destinados à instalação da Zona Industrial de Mós; 1 prédio rústico com a área de 7.433m<sup>2</sup>, destinado a melhoramentos na Zona envolvente da Pista do Aeródromo Municipal; A Câmara Municipal é já proprietária de mais de 600.000m<sup>2</sup> de terreno afecto a esta infra-estrutura. ....

.....Lote (A) para complemento de futuro lote de terreno para construção, sito no lugar de ‘Navalho’, com a área de 441 m<sup>2</sup>, na freguesia de São Pedro de Serracenos, proveniente de Cedências em loteamento, destinado ao domínio privado do Município, doado à Junta de Freguesia de S. Pedro; 4 lotes de terreno sitos na zona do Estádio Municipal, identificados de A a D, destinados a regularização de todos os equipamentos desportivos, recreativos e de lazer já aí instalados, provenientes da emissão do alvará de loteamento urbano n.º 8/2006, referente à zona Desportiva de Bragança; 1 parcela de terreno para construção, sita no Campairo, em Izeda, destinada a regularização da zona Desportiva de Izeda, provenientes da emissão do um alvará de emparcelamento.....

.....No âmbito das cedências de bens imóveis a outras entidades foram tratados os seguintes processos: 1 lote de terreno, com a área global de 18.400m<sup>2</sup>, designado de ‘Zona Desportiva de Izeda’, destinado a equipamentos desportivos, constituído por Campo de Futebol, Campo de Andebol, Campo de Basquetebol e Balneários, cedido através de deliberação de 23/04/2007, à Junta de Freguesia de Izeda; Escola Primária de Pombares, cedida através de deliberação de 14.05.2007, à Junta de Freguesia de Pombares, para instalação de um Posto Público de Internet; ....

.....Escola Primária de Coelhooso, cedida através de deliberação de 14.05.2007, à Junta de Freguesia de Coelhooso, uma sala para ministrar cursos de formação e destinar uma outra sala, para instalação de um museu e arquivo escolar. ....

..... **1.1.5 – Outros assuntos** - Aprovada a proposta de aquisição de serviços de revisores oficiais de contas, tendo para o efeito procedido à realização de consulta prévia, a submeter a aprovação da Assembleia Municipal.....

.....Aprovada a proposta de **aumento de Capital Social da Empresa, MMB Mercado Municipal de Bragança, EM.**, a Assembleia Geral da Empresa MMB, E.M., deliberou em sua reunião de 30 de Março de 2007, o aumento de capital social, mediante um reforço de 175.000,00€, passando o capital social do valor 919.000,00€ para 1.094.000,00€, aumento esse na modalidade de entradas em dinheiro, mediante a emissão de 35.000 novas acções de 5,00€ cada, a realizar pelo accionista único, Município de Bragança. ....

#### ..... **1.2 - Divisão Administrativa** .....

.....Sector de Arquivo – decorrem os procedimentos conforme objectivo previstos, estando a ser organizado/informatizado o arquivo da Divisão de Urbanismo e em fase de instalação o estanteamento do arquivo principal (Paulo Quintela). ....

.....Sector de Expediente Geral – a actividade decorre com regularidade, salientando estar em fase de início de instalação um novo sistema de controlo de assiduidade, assim como é de referir ter ocorrido evolução no sistema de elaboração de actas. ....

.....Secção de Recursos Humanos – a organização dos procedimentos relacionados com as competências da Secção decorre com regularidade. ....

.....Secção de Remunerações – o processamento de remunerações e controlo de despesa, decorre com regularidade, destacando ter a despesa com pessoal sido inferior à de 2007 em igual período. ....

#### ..... **1.3 - Divisão de Informática e Sistemas** .....

.....No período em análise, das actividades mais relevantes desempenhadas na Divisão de Informática, destacam-se: Apoio aos serviços na colocação de conteúdos dinâmicos; Manutenção de conteúdos do site; Assistência e apoio às aplicações SIGMA; Instalação da versão mais recente de “ÁGUAS” em monoposto, para testes

juntamente com os serviços; Instalação de dois aplicativos na Secção de remunerações, relacionados com a Caixa Geral de aposentação e com a segurança social; Apoio na utilização da aplicação de gestão de actas; Instalação do software “SIAL” na contabilidade; Assistência a equipamentos da Autarquia, nomeadamente nos seguintes locais: Edifício principal / Anexo (DIS - DSB - DTE) / Oficinas / Armazéns / Central de Camionagem / Piscinas municipais / Teatro Municipal / Centro cultural / Assembleia Municipal; Assistência aos estabelecimentos de ensino (Escolas do 1º Ciclo e pré-escolar); Manutenção do equipamento informático existente no espaço de acesso à Internet na Biblioteca Municipal; Colaboração na elaboração dos planos de emergência da Autarquia; Análise de propostas relativas à aquisição de um sistema de gestão de assiduidade; Implementação de infra-estruturas com vista a um novo sistema de leitura óptica de artigos para os armazéns; Instalação de cablagem para expansão da rede informática no edifício principal; Configuração de um bastidor e instalação de novos servidores (sigma, terminais, backups, web); Transferência do “web site” e do “email” para um novo servidor; Preparativos com vista à migração de aplicações SIGMA para o sistema de gestão de bases de dados SQL Server; Configuração e instalação de novos equipamentos para os serviços (24 PC’s / 6 impressoras), com criação de um CD para a clonagem.....

## ..... **2 - DEPARTAMENTO SÓCIO CULTURAL** .....

.....**2.1 - Área do Ensino** – nesta área de actividade, destaca-se no período em apreciação: Informação, levantamento e tratamento de carência ao nível do equipamento no Pré Escola e do 1º ciclo; reuniões com os Agrupamentos de Escolas relativas às actividades extra-curriculares; Elaboração dos planos de emergências nas Escolas; Elaboração dos Planos de Emergência nas escolas; Escola de Trânsito calendarização regular a partir do mês de Abril; Organização do Dia Mundial da Criança; reunião do Conselho Municipal de Educação. No dia 29 de Maio de 2007 foi Homologada a Carta Educativa do Concelho de Bragança. ....

.....Alteração de horários da empresa Rodonorte/Santos, sem qualquer justificação nem aviso prévio, a empresa alterou diversos horários utilizados pelos alunos no regresso das aulas à residência e cancelou outros. Foram alterados das 13H30 para as 12H00, 12H10 e 12H20 os horários das linhas Bragança – Izedo, Bragança –

Guadramil, Bragança – Veigas, Bragança – Dine e cancelados Bragança – Quintanilha, Bragança – Freixedelo e Bragança – Zoio. ....  
.....Esta situação obrigou a Câmara Municipal a encontrar alternativas de transporte através de consulta urgente a empresas, para transporte dos cerca de 350 alunos transportados diariamente por aquela empresa, sobretudo à quarta-feira e sexta-feira, dias em que não há aulas da parte de tarde. Entretanto a Câmara Municipal, efectuou diligências junto da DGTTF, que notificou a empresa, no sentido de repor a regularidade dos horários, o que veio a acontecer. ....

.....**2.2 - Área Cultural** — Museu Ibérico da Máscara e do Traje: durante os meses de Abril e Maio, 4357 pessoas visitaram o Museu, destas 3029 são de nacionalidade portuguesa e 977 espanholas, as restantes são oriundas de vários países. ....

.....No Teatro Municipal de Bragança realizou-se o Festival Internacional de Teatro “O Vinte e Sete”, que decorreu entre 27 de Março e 27 de Abril e no qual tiveram lugar os seguintes espectáculos: O Bando - Alma Grande; J.P. Simões; Cabaré Molotov; Walter Hidalgo; Peripécia: Sou do tamanho do que vejo; Conversa: Da(s) História(s) do Teatro; Anabela Duarte; Zeca Afonso - 20 Anos com: Vitorino e Zé Carvalho; IX Festival Internacional Tunas Académicas de Bragança; Galandum Galundaina; Recital de Piano – Domingos António; Sonlar – Teatro Nacional de Cuba; Gala das Escolas. ...

.....O festival vai já na terceira edição, sendo uma organização do Teatro de Vila Real em parceria com a Delegação Regional de Cultura do Norte, o Teatro Municipal de Bragança, a Associação Chaves Viva e a Companhia Urze-Teatro, conta este ano com uma nova colaboração, da Academia de Música de Espinho. A Comemoração do Centenário do Nascimento de Miguel Torga foi a principal marca desta edição.....

.....Durante o dia 13 de Abril a 19 de Maio, a sala 1 acolheu a exposição 1º Concurso de fotografia, da autoria da CGTP IN, com 23 fotografias; Desde o dia 26 de Maio que está patente na sala 1, a Exposição “Os Contos de Hans Christian Andersen”, da autoria do Escultor José Eliseu. ....

.....Do dia 12 de Abril a 19 de Maio, a sala 2 acolheu a exposição Didáctica, Desenho/Expressão Plástica “percurso” com 60 trabalhos realizados no âmbito da disciplina de Desenho pelos alunos do 12º ano do Curso de Artes Visuais da Escola Secundária Emídio Garcia – 2006/2007. ....

.....Desde o dia 28 de Maio, que a sala 2 acolhe uma exposição colectiva sobre Ilustração Científica. A exposição compreende um total de cerca de 30 trabalhos originais de quatro autores portugueses e dois painéis, com uma explicação técnica de elaboração de dois tipos de ilustrações expostos: ilustrações clássicas e ilustrações digitais. ....

.....Durante este período o número de visitantes da galeria de exposições temporárias no Centro Cultural de Bragança foi de 1784. Em Maio, na Sala Polivalente, esteve patente uma exposição sobre “Dia Mundial da Terra”, uma abordagem feita por alunos do Ensino Básico e Secundário do Cidade de Bragança. ...

.....A nível da Biblioteca Municipal, durante o mês de Abril, tivemos 2088 utilizadores em todos os serviços existentes na biblioteca e no mês de Maio 2445. Na secção infantil realizaram-se algumas actividades e projecção de filmes com a presença de 135 crianças no mês de Abril e 163 no mês de Maio. ....

.....De 02 a 5 de Junho, decorrer nos Claustros do Centro Cultural a XVIII Feira do Livro.

A organização foi da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia da Sé. Participaram 11 livreiros e contamos todas as noites com a presença de um escritor convidado e animação. O espaço escolhido foi do agrado dos participantes e do público em geral. ..

.....Decidiu-se durante este período manter aberto ao público, o Centro Cultural e a Biblioteca, onde várias pessoas visitaram as exposições e o edifício em si, porque algumas não o conheciam. Também se realizaram ateliers para crianças (Hora do Conto, À procura da Música, Máscaras dos Caretos), no espaço interior e no exterior, com uma boa participação dos mais novos. ....

.....Aprovadas as normas de funcionamento do bar do Centro de Arte Contemporânea – Graça Morais, bem como autorização para abertura de processo de consulta com vista à concessão do mesmo, destacando que o horário de funcionamento do bar deverá ser: Terça a Domingo: 10h00 às 18h30. ....

.....Aprovada a taxa de visita deste equipamento, nos seguintes moldes: 2,00 € por pessoa incluindo crianças a partir dos 10 anos de idade e para grupos organizados com um mínimo de 10 pessoas, a taxa terá um desconto de 50%.....

.....**2.3 - Área do Desporto** - Destaca-se a colaboração nas actividades de Expressão e Educação Físico Motora junto das Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico

de Bragança; Gestão da distribuição das instalações desportivas; Apoio à realização de torneios e competições oficiais (Torneio da Função Pública); Actividades Orientadas da Piscina Municipal de Bragança; Apoio a o projecto “Mexa-se em Bragança”, actividade Física Para diabéticos tipo II; 25 de Abril – “Bragança Saudável, Bragança Solidária” 3º *Passeio da Liberdade*; “Campeonato Regionais de Basquetebol”; 3ª Maratona de Hidroginástica; 28 de Abril – II Torneio Internacional de Natação Cidade de Bragança, com as participações das cidades de Bragança, Zamora, León, Porto, Guimarães, Lousada, Vila Real, Alijó, Chaves, Murça, Amarante, Braga, Viana do Castelo, Vila do Conde, Penafiel, Maia, Felgueiras e Valongo; 1 de Maio realizaram-se os “VIII Encontro de Jogos Tradicionais do Concelho de Bragança”, na Freguesia de Parada; 2 de Maio – Milha Escolar - Milha Popular - VIII Milha das Cantarinhas; 4,5 e 6 Maio Workshops - “*Fruição da Vida* - Um Encontro com o Tango Argentino 2007”; no âmbito do – programa “Bragança Saudável, Bragança Solidária” realizaram-se as seguintes caminhadas rurais: das Vias Augustas (Carrazedo) e de Pereiros; 26 e 27 de Maio – Campeonato Nacional de Atletismo da ANDEM - Pista de Atletismo do IPB; 6 de Junho – “A ginástica e a sua teia”; Dia do Desporto - 9 de Junho “Mexa-se, não fique parado. Pela sua Saúde!”. .....

*.....Devo salientar que a Câmara todas as actividades que faz quantifica as participações de um modo geral seja qual for a actividade, o que significa que passamos a dispor de indicadores que são bem interessantes, particularmente no que diz respeito ao envolvimento dos jovens em muitas das actividades do Município. ....*

*.....***2.4 - Área Social** – Conclusão do projecto de candidatura para a Rede Social; apoio à comissão de protecção de crianças e jovens em risco; análise/acompanhamento de problemas resultantes da degradação habitacional das famílias carenciadas; atendimento, encaminhamento e solução de situações problemáticas; gestão dos processos das refeições e suplementos alimentares das escolas do 1º ciclo e jardins-de-infância; organização dos processos dos boletins de candidatura para as habitações; actualização dos processos de pedido de habitação com aplicação da grelha de prioridade aprovada em reunião de Câmara 22 de Janeiro; levantamento e estudo das intervenções a efectuar para recuperação das casas devolutas propriedade da Câmara (Habitação Social); finalização do processo de actualização de rendas das habitações sociais de pertença da CMB; finalização o processo para candidatura *Prohabita* do Instituto Nacional de Habitação; tratamento e

recolha de dados para elaboração do plano escolar de transportes; emissão e revalidação de segundas vias de passes escolares; tratamento e recolha de dados referentes à elaboração de processos de componente social; elaboração de protocolos com várias entidades fornecedoras, no âmbito do “Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico”; tratamento e recolha de dados por escola e por período sobre suplementos alimentares; auxílios económicos para compra de livros e material escolar.....

.....Realojamento de famílias - após a actualização do levantamento de necessidades habitacionais, e de acordo com as regras de selecção de candidatos a realojamento, foi aprovado o realojamento, no Bairro Novo da Previdência, de sete agregados familiares avaliados como muito prioritários, prevendo-se que até ao final do ano, sejam ainda realojados mais dez famílias. ....

.....*Trazemos uma equipa da Câmara exclusivamente na parte da gestão de habitação Social, de conseguir recuperar fogos que estavam abandonados ou fechados, com os antigos proprietários já a residir noutros sítios, temos que ter uma gestão mais próxima, mais firme em benefício da resolução de problemas para alguns dos nossos concidadãos.* .....

.....No âmbito desta área foram, ainda aprovados apoios diversos, destacando: - Isenção/redução de passes Escolares a 6 alunos, com um encargo global anual para o Município no valor de 2.465,67€; .....

.....- Apoio social ao agregado familiar, residentes nas aldeias da Sarzeda, de Sortes e Martim, para melhoria das condições habitacionais e transferidos através das Juntas de Freguesia. ....

.....**2.5 - Área do Turismo** – Durante este período foram atendidos no posto Turismo Municipal e Posto de Venda 2098 turistas, dos quais 608 portugueses e 1490 de nacionalidade estrangeira (dos quais 874 espanhóis).....

### ..... **3 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO** .....

#### ..... **3.1 - Divisão de Urbanismo** .....

..... Muito embora o número de solicitações (entrada de requerimentos) à Divisão de Urbanismo se mantenha estável (média mensal de 450), verifica-se a tendência de decréscimo na construção privada, reflectindo a crise generalizada no sector da construção civil relativamente aos últimos quatro anos: o número de processos novos diminuiu cerca de 36%, o número de licenças de construção diminuiu cerca de 23% e o número de licenças de utilização diminuiu cerca de 27%.

..... O processo de informatização dos serviços e a sua adequação tendo por base princípios de simplificação de procedimentos, assim como o controlo total do percurso dos processos está no bom caminho, com resultados positivos evidentes. Também o arquivo, constituído por mais de 10.000 processos está em evolução muito significativa, estando o serviço globalmente avançado, o que nos permitirá certificar procedimentos.

..... Eu queria aqui perder mais um bocadinho de tempo e salientar o seguinte, foi recentemente publicado um mapa em que faz uma avaliação da percentagem de fogos devolutos nas cidades.



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL - SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE JUNHO DE 2007

URBANISMO



.....Do lado direito, está um quadro que mal se vê, mas em termos de disponibilidade de fogos ou fogos devolutos, Bragança está com 11,1% e assim estará na média do País. A média anda mais ou menos dentro disso, Lisboa está com 14, naturalmente tem muitos fogos, Porto com 15,1, Braga com 14,5, são essas três cidades naturalmente que fazem disparar a média. Bragança em termos de oferta de habitação está dentro da média do País, o mesmo é dizer, os fogos que estão

*disponíveis, estão devolutos, estão dentro de valores que são normais, se há excesso de habitação disponível no país, Bragança estará com excesso, se este valor em termos médios é uma situação normal em termos de mercado de construção, portanto Bragança está numa situação normal. Não há hoje dificuldades, em princípio, de arrendamento, não há dificuldades. ....*

*..... Mas quero destacar um indicador importante, é que quando se fala do peso do imposto do betão, que é aquilo que se fala, as câmara dependem dos licenciamentos, dependem das receitas de construção. Não é assim com Bragança. Não é assim com Bragança, e não é porque temos desenvolvido uma política correcta no sentido de construir Cidade com qualidade. A política habitual da Câmara era a seguinte, nas operações de loteamento as áreas de cedência para zonas verdes e equipamentos, de um modo geral, uma parte significativa, ou às vezes toda a área era compensada financeiramente ou em espécie, em espécie poucas vezes, mas fundamentalmente financeiramente, o que daria jeito à Tesouraria da Câmara. ....*

*..... A nossa decisão e já leva alguns anos, foi, queremos construir cidade com qualidade, não precisamos de dinheiro adicional na tesouraria, precisamos sim é de uma Cidade a ser construída para os cidadãos e para os nossos filhos. Foi uma opção estratégica que fizemos e isso está bem evidente nesta avaliação às Capitais de Distrito. ....*

*..... Naturalmente acompanhamos esta decisão, de outras decisões. Quando se fala - a Câmara não está atenta à construção, bloqueia a construção - não bloqueia absolutamente nada! Hoje a Câmara decide processos de loteamento, decide processos de licenciamento em prazos muito curtos. ....*

*..... Estamos sim a trabalhar numa área em que a tensão é grande. Naturalmente há um processo de conciliação de interesses e nem sempre é possível conciliar o interesse público e o interesse privado, e em situações dessas os processos podem levar mais algum tempo, sendo que na decisão final o interesse público tem obrigatoriamente sempre e sempre que prevalecer, é a nossa perspectiva. A norma e a regra hoje é nos nossos serviços, os processos tanto de loteamento como de habitação multifamiliar ou individual, tem prazos muito curtos de apreciação e de decisão. ....*

*..... E temos que destacar no slide anterior o seguinte, atentos a um problema que a Lei Geral criava no nosso Município no que diz respeito à reabilitação, há pouca reabilitação no Município. É preciso que se comecem a conhecer os indicadores e a*

política que foi desencadeada está a dar resultados francamente positivos, proximamente faremos essa abordagem em termos estatísticos.....



**MUNICÍPIO DE BRAGANÇA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL - SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE JUNHO DE 2007**

**URBANISMO**

**INCENTIVOS À REQUALIFICAÇÃO URBANA**

**1 – Taxas de Emparcelamento**

- a) Redução em 100% (taxa 0%) na área rural e Vila de Izeda
- b) 50% na Zona Histórica da Cidade e zonas de reabilitação e 100% para áreas de construção legalmente existentes nos prédios intervencionados

**2 – Taxas de Licenciamento**

Redução das restantes taxas em 75% e 50% na área de intervenção da dois níveis da Zona Histórica da Cidade

.....Decidimos no que diz respeito ao emparcelamento fazer uma redução de 100%, ou seja, taxa zero, não podemos isentar, legalmente não podíamos isentar uma taxa, podíamos reduzi-la, reduzimos a zero para a área rural e Vila de Izeda. Para a zona Histórica da Cidade decidimos reduzir em 50% para áreas novas em operação de emparcelamento, e em 100% para as áreas já edificadas nessa parcela. Foi uma aproximação muito grande, naturalmente com perda de receitas para o Município, como é óbvio, mas com benefício para um impulso na reabilitação urbana que é isso que nos interessa. ....

.....Nas taxas de licenciamento de salientar que foram determinadas taxas que estão em vigor já há bastante tempo, em redução de 75% e 50% respectivamente para as intervenções no Centro Histórico, em qualquer taxa, ou seja, há aqui dois incentivos que se podem sobrepor e acumular no Centro Histórico. Só falta, qualquer dia a Câmara começar a fazer os projectos e começar a propor –se fazer as obras... Em termos de incentivos não escasseiam os incentivos. ....

.....Passava à parte seguinte. ....

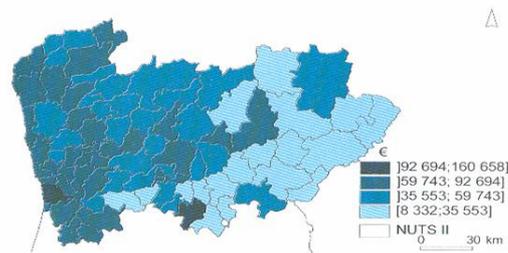


## MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL - SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE JUNHO DE 2007

### URBANISMO

Valor médio dos prédios urbanos em propriedade horizontal transaccionados, 2004  
Mean value of traded split property regime urban real estates, 2004



Fonte: Ministério da Justiça - Gabinete de Política Legislativa e Planeamento.  
Source: Ministry of Justice - Office for Legislation Policy and Planning.

..... Também no que diz respeito ao valor médio de construção, esta é a informação do INE deste mês, em termos de construção, o custo da construção em Bragança não é um custo elevado, é um custo abaixo da média no Norte do País, quando dizem que a construção está muito cara não está cara a construção em Bragança. Poderia estar um bocadinho mais barata, eventualmente, mas essas contas são das empresas, são dos cidadãos que compram.....

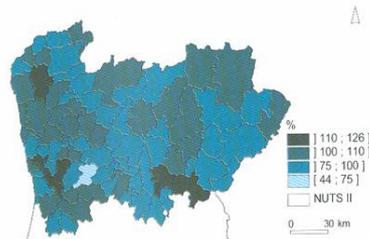
..... O que é que a Câmara fez e em que é que se empenhou mais recentemente para garantir que os jovens casais pudessem aceder a habitação a preços controlados? Negociando com o Instituto Nacional de Habitação para que os terrenos que tinha disponíveis na Quinta da Braquinha fossem colocados no mercado e fossem lançadas operações de construção.....

..... A primeira está quase finalizada com o êxito evidente, com os fogos praticamente todos comercializados, com clara e evidente qualidade de construção que a Comunicação Social teve oportunidade de constatar, para um T3 com 72 000€ a custo e está licenciada uma nova operação para construção de mais 46 fogos, que iniciará dentro em breve, imediatamente ao lado também para construção de habitação a preços controlados. Portanto a Câmara não se descuida no que diz respeito à política habitacional no Município. ....



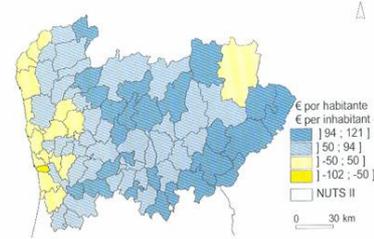
## URBANISMO

Relação entre receitas e despesas, 2004  
Relationship between receipts and expenditure, 2004



Fonte: Mapa de controlo orçamental das Câmaras Municipais.  
Source: Budgetary control map of municipalities.

Índice de carência fiscal, 2004  
Index of fiscal need, 2004



Fonte: Mapa de controlo orçamental das Câmaras Municipais.  
Source: Budgetary control map of municipalities.

..... Também uma outra nota relacionada com a parte de receitas e despesas, tem um pouco essa relação entre as receitas, aqui já não tem bem a relação com o urbanismo, tem mais a ver com a parte financeira onde podia ter apresentado esta nota. ....

.....A Câmara tem um indicador positivo na relação entre receitas e despesas e comparativamente basta olhar para o mapa na zona norte, e se olharmos para o índice de carência fiscal. Esta parte é importante. O índice de carência fiscal é um indicador, é um factor que tem a ver, com as transferências financeiras da Administração Central para as Câmaras Municipais. ....

.....A Câmara Municipal de Bragança tem um índice de carência fiscal negativo. O que quer isso dizer? Quer dizer que não recebe verbas pela via de avaliação destes factores, quem recebe é que tem um índice de carência fiscal positivo, ou seja, a economia de Bragança evolui de forma inequívoca. Comparem-se os elementos, é a única mancha amarela que surge em todo Trás-os-Montes e Alto Douro, em toda a zona do Douro, a seguir aproximam-se só as zonas do Litoral. ....

.....Destaco, como é do vosso conhecimento, em termos de índice de poder de compra, Bragança em 2004 ascendeu à 11.ª posição ao nível das capitais de Distrito. Assumiu a 9.ª posição em todos os 86 Municípios da Zona Norte, e pergunta-se, o Município não se substitui às empresas, mas o Município não tem estado alheio, de

forma inequívoca, evidente e objectiva relativamente à actividade económica. Os dados são mais do que evidentes e portanto quando se quer deitar abaixo, quando se tem sempre e permanentemente uma perspectiva negativa, isso não ajuda a construir, só puxa para trás, não constrói, destrói. Nós preferimos empurrar e puxar para a frente. ....



## MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL - SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE JUNHO DE 2007

### URBANISMO – QUALIDADE DE VIDA

- A Associação DECO e a Revista PRO-TESTE, realizaram um inquérito em 76 Cidades Capitais de Distrito Europeias (Portugal, Espanha, Itália e Bélgica):

#### CIDADE DE BRAGANÇA

**4ª posição a nível Nacional**

**23ª posição a nível Europeu**

Parâmetro	Índice
Habituação	7.7
Saúde	4.8
Mobilidade	6.9
Paisagem Urbana	6.2
Emprego	3.3
Meio Ambiente	7.7
Segurança e Criminalidade	6.0
Cultura, Lazer e Desporto	6.3
Planeam. e Adm. da cidade	5.9

.....De salientar também, no que diz respeito a outros indicadores de qualidade, é importante que haja crescimento e que haja um crescimento feito com qualidade. Com alguma regularidade em Bragança tem vindo a ser reconhecida a qualidade na nossa Cidade. Não era assim num passado recente. Em 2004 o “Expresso” colocava-nos na 5.ª posição, avaliando as principais cidades do País. Recentemente a Pró-Teste numa avaliação feita a cidades de alguns Países, coloca-nos na 4.ª posição. E naturalmente que o tipo de inquérito, a tipologia de inquérito feito em Bragança é a mesma que foi feita para Lisboa ou para outras Cidades. É a mesma que foi feita na Suíça, em Itália, em Espanha, onde outras cidades foram comparadas. Portanto é preciso que se vá cruzando informação, para que no nosso espírito não reine uma atitude de depressão, porque essa não ajuda absolutamente nada, não constrói. Não é por essa via que se constrói o futuro, não é por essa via que se deixam marcas de afirmação positiva num percurso de desenvolvimento, que nós todos temos obrigação de fazer. ....



**MUNICÍPIO DE BRAGANÇA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL - SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE JUNHO DE 2007**

**URBANISMO – Circular à Cidade de Bragança**



**MUNICÍPIO DE BRAGANÇA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**  
**SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE JUNHO DE 2007**

**Arranjos da Zona Histórica e Acessos ao CMIA**



+



**MUNICÍPIO DE BRAGANÇA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL - SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE JUNHO DE 2007**

**OBRAS – Estrada de Ligação Fontes / Hermisende**





**MUNICÍPIO DE BRAGANÇA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL - SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE JUNHO DE 2007**

**OBRAS - Saneamento - CAROCEDO, CASTRELOS, CONLELAS e VALVERDE**





**MUNICÍPIO DE BRAGANÇA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL - SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE JUNHO DE 2007**

**OBRAS - Saneamento – FERMENTAÇOS, SANCERIZ e SENDAS**





**MUNICÍPIO DE BRAGANÇA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL - SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE JUNHO DE 2007**

**OBRAS – Passeios - Jardim Bartolomeu de Gusmão**





**Divisão de Saneamento Básico - Saneamento – Bairro do Couto**



.....

..... **3.2 – Divisão de Obras**.....

.....*Há várias obras em curso, a informação faz essa referência, darei só uma indicação de que foram abertas as propostas para a construção da circular, o primeiro troço da circular interna, respectivamente a Rotunda da Avenida do Sabor até à rotunda da Avenida das Forças Armadas, que dará acesso ao Parque da Trajinha, cujo projecto de execução estará concluído no próximo mês, assim como dará acesso ao Centro de Saúde, processo relativamente ao qual aguardamos o Visto do Tribunal de Contas.* .....

.....*Têm sido feitas várias obras, uma pequena nota de vários trabalhos que têm sido feitos.* .....

.....*Na parte de requalificação do Centro Histórico, hoje não há espaço no Centro Histórico por requalificar. Há sete, oito anos que iniciamos um processo de requalificação total e absoluto ao Centro Histórico. Eu faço este desafio, indiquem-me uma cidade no País que tenha feito uma requalificação total ao Centro Histórico. Não há a primeira. Nós podemos ter essa marca e orgulhamo-nos disso. Temos estado a*

fazer pequenos trabalhos que tinham ficado para trás na intervenção POLIS, para que não ficassem pequenas zonas não intervencionadas. É uma pequena amostra, amanhã terão oportunidade ao aproximar-se também do Centro de Ciência Viva, quem estiver na inauguração, de perceber as evoluções também e pequenos trabalhos.....

.....Ligação da estrada de Fontes-Parâmio à Fronteira, é uma imagem, a estrada está avançada, será concluída ainda este ano. ....

.....Depois também temos na área de saneamentos, é a área de mais investimento, neste momento, no Município, há vários saneamentos em construção nas aldeias, estamos a aproveitar esta última fase deste Quadro Comunitário de Apoio, verbas nesta rubrica, porque só já havia disponibilidade neste âmbito, sendo que nesta fase está a ser feita...amanhã será feita, ou no início da próxima semana uma avaliação ao grau de execução, e à possibilidade de se libertarem verbas de projectos que não tenham sido concretizados, ou que tenham fechado abaixo dos valores inicialmente candidatados. ....

.....Nós apresentamos três candidaturas para eventualmente absorver dinheiro se ele estiver disponível, portanto estamos a fazer, procurar, equilibrar o melhor que podemos nessa área. São várias obras de saneamento, estão listadas, estão em curso, estão avançadas. ....



**Divisão de Defesa do Ambiente – Jardim Bartolomeu de Gusmão**



..... Também na área de Defesa do Ambiente se têm feito vários trabalhos, estão devidamente identificados, queria salientar que, uma pequena intervenção, por exemplo, a cidade também se constrói com estas pequenas intervenções, no parque Bartolomeu Gusmão tínhamos umas lacunas importantes ali na ligação das vias, reorganizamos o cruzamento das vias, reorganizamos os passeios, e naturalmente temos também no Parque Bartolomeu de Gusmão, hoje, já, a amostra daquilo que será um parque urbano de pequena dimensão, mas de evidente qualidade.....

..... Também obras de Administração directa, são várias, a nível de águas, saneamento.....



**MUNICÍPIO DE BRAGANÇA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL - SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE JUNHO DE 2007**

**Divisão de Saneamento Básico - Abastecimento de Água- Estrada de Turismo**



..... Também na Estrada do Turismo, um investimento importante, acima dos cem mil euros, impunha-se construir essa conduta, há várias habitações que estavam com problemas, em anos secos, particularmente no ano de 2005, em que foi preciso fornecer com auto-tanque algumas habitações.....

..... Na área dos espaços verdes, queria destacar, tem-se continuado a fazer uma aposta muito forte, Bragança conquista, não tenho dúvidas, conquista ou já conquistou e vai reforçar o estatuto de cidade verde. Uma cidade com muita qualidade, com qualidade superior. A quarta posição para nós é um desafio. é preciso subir, é preciso conquistar ainda mais uma posição ou duas. ....



**Divisão de Defesa do Ambiente – Jardim da envolvente à Sé Catedral**



*..... Esta é uma imagem dos espaços verdes, e da qualidade que se coloca hoje na construção dos espaços verdes, tem a ver com a envolvente da Sé catedral.....*

*..... O resto dos assuntos estão na intervenção, penso estar a esgotar o tempo, vou terminar e estarei disponível para qualquer pergunta que os Senhores deputados queiram formular sobre o Estado e Vida do Município.....*

*( continuação da transcrição do discurso)*

*.....No período em análise constata-se a abertura de seis concursos de onde se pode destacar o concurso da empreitada para a construção da circular interior da Av. cidade de Zamora à Braguinha. Foram adjudicadas obras e fornecimentos num valor de 184.152,94€ de onde se destaca a execução de muros e pavimentação da zona envolvente ao CMIA. Nestes dois meses, foi realizada uma facturação no valor de 530.382,51€ para empreitadas e 43.451,10€ para outras acções.....*

.....No âmbito desta divisão, foram aprovados os seguintes assuntos: Execução da rede de saneamento básico na aldeia de Sortes – adjudicação feita pelo valor de 72.750,00€, valor a que acresce o IVA; Execução de redes de saneamento básico nas aldeias de: Gimonde, Formil, Castanheira, Nogueira e Gostei - execução dos ramais de água - a adjudicação da empreitada, pelo valor 48.930,00€ a que acresce o IVA à taxa legal em vigor; Construção da circular interior, da avenida cidade de Zamora/Braguinha – aprovado o projecto de execução, programa de concurso, caderno de encargos e Plano de Segurança e Saúde em fase de projecto e abertura de concurso público para adjudicação dos trabalhos, com um valor base de estimativa orçamental de 2.493.994.01€ (+ IVA); Rectificação de via e arranjo de passeios no jardim Bartolomeu de Gusmão – feita a adjudicação, pelo valor de 13.595,00€ a que acresce o IVA; Arranjos complementares no centro histórico, execução de muros e pavimentação na envolvente do CMIA – trabalhos adjudicados pelo valor de 39.180,00€ a que acresce o IVA. ....

.....Criação de dois Elementos Escultóricos alusivos, um deles, aos “Mascarados” - dada a importância da “Máscara” e “Mascarados” nas tradições, usos e costumes das populações rurais do concelho, a Câmara Municipal decidiu proceder à abertura de concurso limitado, para elaboração do estudo de um elemento escultórico alusivo aos “Mascarados”, a ser implantado no cruzamento da via Circular Interna com a Avenida das Forças Armadas e o outro ao “Cão de Gado Transmontano” – “sendo o cão de gado transmontano, animal nobre, companheiro inseparável do solitário pastor e valente guardador de rebanhos, com funções específicas de guarda contra o ataque do lobo existente nesta região montanhosa, que se caracteriza por campos íngremes de pastos de difícil acesso rodoviário, adaptou-se às condições da região e ao tipo de gado ovino e caprino que tradicionalmente tem pastagem nesta área, em perfeita simbiose com as condições e o tipo de trabalho que lhe foi solicitado”, a colocar na plataforma central da Av. Abade de Baçal. ....

### ..... **3.3 - Divisão de Equipamento** .....

.....No âmbito desta divisão, foram aprovados os seguintes assuntos, em sede de Reunião de Câmara:.....

.....Aquisição de fardamento – vestuário de trabalho – pelo valor de 31.710,24€, no sentido de garantir maior segurança e higiene no trabalho e adequada identificação

dos trabalhadores; Alienação e arrematação em hasta pública de dois lotes, um de sucata diversa e outro de cabos de cobre revestidos a PVC; Adjudicada a venda, após concurso, pelo valor de 0,14€/kg e 0,50€/kg, respectivamente; Venda de veículos em fim de vida para abate e desmantelamento – com regularidade, temos que proceder à realização de concurso para venda de veículos abandonados, recolhidos para o estaleiro da Câmara Municipal, assim, após concurso, foi adjudicada a venda pelo preço unitário de 40,00€ por unidade a desmantelar. ....

.....**3.3.1 - Equipa de conservação de vias urbanas** - 13 intervenções com destaque para a continuação da reparação de fogos no Bairro Novo da Previdência e calcetamento em Rio de Onor e Sortes. ....

.....**3.3.2 - Equipa de conservação de edifícios** – 8 intervenções com destaque para a continuação da remodelação do Jardim-de-Infância de Santa Comba de Rossas e reparação em carpintaria dos fogos no Bairro Novo da Previdência e pintura dos mesmos. ....

..... **3.3.3 – Parque de equipamento** - 29 intervenções, com destaque para além do apoio corrente às Juntas de Freguesia, terraplanagens no aeródromo com melhoramentos na zona envolvente da pista e criação de plataforma para implantação de novos hangares. ....

.....**3.3.4 – Armazém** - Destaque para a evolução de melhoria contínua no controle e gestão global centralizada, incluindo melhoramentos nas instalações físicas com ampliação de áreas cobertas e reorganização do espaço exterior para além da rentabilização de recursos humanos e eficiência de funcionamento e instalação de leitura óptica das referências dos artigos movimentados, e integração geral com a contabilidade. ....

.....**4- Departamento de Serviços Municipais** .....

.....**4.1 - Divisão de Saneamento Básico** .....

.....No âmbito da Secção de Águas, relativamente à área urbana realizaram-se os seguintes trabalhos: execução/remodelação da rede de água no Bairro do Couto e

colocação de reservatório para rega e respectivas ligações no Jardim Bartolomeu de Gusmão, bem como a reparação do açude para proteger a conduta de água que abastece a cidade, a partir do Rio Baceiro. ....

.....Na área rural destacam-se os trabalhos nas aldeias de Babe e Palácios, execução de furo; Aveleda, Varge e Outeiro, colocação de contadores e Vale de Lamas, ampliação da rede de abastecimento de água.....

.....Outros trabalhos relevantes: execução da empreitada relativa à rede de abastecimento de água na Estrada de Turismo e execução do projecto de remodelação do abastecimento e colocação de um depósito na aldeia de Sacoias. ....

.....A Secção de Águas procedeu aos trabalhos correntes de manutenção das redes, e gestão de 221 processos. ....

.....No âmbito da Secção de Saneamento, realizaram-se trabalhos de conservação corrente das redes e gestão de 124 processos. No perímetro urbano, encontra-se em execução trabalhos de reparação/substituição da rede de saneamento básico nos Bairros do Couto e Campo Redondo, na área rural existem trabalhos nas aldeias de Santa Comba de Rossas, Sortes, S. Pedro, Rebordãos, Rabal e França.....

.....Acordo de partição de custos para recolha e tratamento de águas residuais domésticas dos subsistemas de águas residuais de Bragança e Izeda, na sequência do Contrato de Concessão entre o Estado Português e a Empresa, Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A para a Exploração e Gestão do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento de Trás-os-Montes e Alto Douro, e ainda do Contrato de Recolha de Efluentes celebrado entre o Município de Bragança e as Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A em 26 de Outubro de 2001, esta última beneficiou, ampliou e posteriormente integrou as infra-estruturas relativas aos Subsistemas de Águas Residuais de Bragança e de Izeda. ....

.....No entanto, à data da integração existia um contrato entre a Câmara Municipal de Bragança e a AGS – Administração e Gestão de Sistemas de Salubridade, SA cujo âmbito é a da exploração das referidas Infra-estruturas, entre outras, o qual se manterá até à data prevista nos termos contratuais.....

.....Pretende-se com este acordo clarificar a partição dos custos do referido contrato, bem como o relacionamento entre a Câmara Municipal de Bragança e as ATMAD, no que concerne à gestão do mesmo. Tal partição, não alterará o vínculo contratual entre o Município e a AGS.....

#### .....4.2 - Divisão de Defesa do Ambiente.....

.....A Divisão de Defesa do Ambiente, nas suas actividades de prestação de serviços à população, executou trabalhos no âmbito do sector Jardins e Cemitérios, sector de Mercados e Feiras e no sector da Manutenção Urbana. ....

.....No sector de espaços verdes existentes (45 hectares - 11,32 m<sup>2</sup>/hab.) foi realizada a sua manutenção corrente; foram plantadas 13 árvores e 17320 arbustos; limpeza de espaços não ajardinados existentes nos bairros da cidade; de recintos escolares, (colocação de herbicida), fontes da Praça Cavaleiro Ferreira, Praça Camões e Escola Abade de Baçal, Parque de Campismo Municipal e outro mobiliário urbano. De referir, também, a colocação de floreiras piramidais no núcleo central urbano. ....

.....No sector da manutenção urbana com três áreas de intervenção: controlo de fiscalização da R.S.U., manutenção e sinalização urbana e actividade de cemitérios e sanitária veterinária, de salientar a remoção dos parques infantis do Parque Eixo Atlântico e Bairro Novo da Previdência, para posterior substituição, a (re)colocação de 14 sinais de trânsito, 3 pilaretes retrácteis e 3 papeleiras (por acções de vandalismo), 7 postes; reposição de passeios e fecho de 6 caldeiras, manutenção de marcações de estacionamento e outra sinalização rodoviária, manutenção de abrigos e mupis (colocação de 70 posters) e remoção de grafites em muros (80m<sup>2</sup>). ....

.....No Sector de Cemitérios, foram realizadas 6 inumações. Procedeu-se, ainda, à colocação de separadores de resíduos, e realizada a limpeza geral dos talhões e arruamentos. Conclusão o processo de cadastro do Cemitério do Toural, para gestão informatizada com vista a poder utilizar a informação em tempo real. ....

.....No âmbito da actividade veterinária e sanitária, foram capturados e abatidos alguns canídeos e 2 asininos. ....

.....No âmbito da gestão de RSU a empresa CESPÁ procedeu, em Maio, à recolha de 1.406 toneladas de resíduos, das quais transportou para aterro, 1.395 toneladas.

Relativamente à gestão florestal, procedeu-se à elaboração e aprovação do Plano Operacional Municipal; acompanhamento projecto Agris-Serra da Nogueira; elaboração de folheto, cartaz A3-autocarros e mensagens para as facturas da água de sensibilização para questões defesa da floresta contra incêndios e ao acompanhamento projecto Riscos Naturais e Tecnológicos.

Foram, ainda, efectuados os trabalhos inerentes à verificação dos trabalhos contratualizados com a CESPÁ e VADECA; limpeza de 3 habitações sociais no Bairro

Novo da Previdência; colocação de 200 grades para apoio a actividades; transporte de artesãos do concelho a diversas exposições. ....

.....Nota para custos com o vandalismo - durante os meses de Abril e Maio, verificou-se um custo de 6.201,87€ de reposição de situações de vandalismo, compreendendo a reposição de flores, mecos, sinais e papeleiras. Este valor daria para plantar 5000 flores ou colocar 93 novos sinais. ....

.....Sepulturas / jazigos abandonados – estando em fase de elaboração o processo de informatização da gestão cemiterial, verificou-se existirem quatro talhões e um jazigo abandonados, pelo que foi decidido classifica-los como abandonados e declarar a prescrição a favor do município, estando a decorrer os procedimentos regulamentares adequados. ....

.....Aprovado o projecto de Regulamento Municipal de Resíduos Sólidos Urbanos – para substituição da actual postura de higiene e limpeza, por estar inadequada, face ao desenvolvimento tecnológico, à implementação das várias actividades económicas, evolução de hábitos de vida e aumento do consumo, à produção de quantidades de resíduos sólidos que, ao não serem sujeitos a uma gestão adequada e controlada, provocarão a degradação do ambiente, da saúde e da qualidade de vida.....

.....A gestão de resíduos sólidos urbanos exige o envolvimento de todos os munícipes e uma colaboração esclarecida dos cidadãos.....

.....Neste contexto o Regulamento deverá desempenhar uma dupla função: por um lado estabelecer as regras de limpeza e recolha, valorização e tratamento dos RSU, divulgar estas regras, envolver e comprometer também os produtores de RSU da área do Município e assegurar orientações de sustentabilidade do serviço. ....

#### ..... **4.3 - Divisão de Transportes e Energia** .....

.....Até 31 de Maio, no que à produção de energia eléctrica diz respeito, verificou-se um acréscimo de 0,56% relativamente a igual período do ano anterior. ....

.....No período, foram colocados 109 pontos de luz e 37 postes, num investimento global para a Autarquia no montante de 6.647,51€+IVA; verificou-se uma redução de gastos com comunicações, em valor médio, de 9% e de energia eléctrica de 15%. ....

.....No âmbito desta divisão, foram aprovados os seguintes assuntos, em sede de Reunião de Câmara:.....

.....Projecto do novo Regulamento das Zonas de Estacionamento Condicionado na cidade de Bragança. Em fase da audiência pública dos interessados, foi auscultada a Polícia de Segurança Pública de Bragança e a Associação Comercial, Industrial e Serviços de Bragança.

Após a apresentação do projecto de Regulamento das Zonas de Estacionamento Condicionado na Cidade de Bragança na Reunião de Câmara do dia 22 de Janeiro de 2007, foi aprovada na Reunião de Câmara de 27 de Fevereiro de 2007, a proposta de alteração e ampliação das zonas de estacionamento condicionado; na Reunião de Câmara de 28 de Maio de 2007, foi aprovada a atribuição de um dístico que permite a atribuição de 50% de tempo em vez de 50% de desconto na tarifa de estacionamento. Decorrido o período de apreciação pública, procedeu-se a aprovação da versão definitiva. ....

.....Atribuição de um valor sobre a facturação da produção de energia eléctrica nas Centrais Hidroeléctricas do Alto Sabor (Montezinho e Prado-Novo) e Gimonde: Junta de Freguesia de França, o valor de 7.075,25€, correspondente a 1% da energia produzida; Junta de Freguesia de Gimonde, o valor de 959,58€, correspondente a 2,5% da energia produzida. ....

.....Alteração das linhas Urbanas do STUB, decidido proceder a ligeiras alterações no percurso, nas paragens e horários das Linhas urbanas 1, 2 e 3, no sentido de assegurar melhor serviço (maior regularidade nos horários, garantir disponibilidade para manutenção dos veículos, reduzir custos), adequando o sistema de transportes públicos, no sentido de com idênticos recursos, servir melhor a população e em simultâneo eliminar desperdícios de recursos públicos.....

.....Lembro que o serviço de transportes públicos no país é deficitário, mesmo nas zonas de maior procura, caso da área metropolitana de Lisboa e Porto, serviço na qual a Administração Central aplica importantes recursos públicos, não concedendo igual tratamento nas zonas do interior, colocando assim os cidadãos em situação de verdadeira desigualdade de tratamento, aqueles como cidadãos de primeira, estes como se não fossem cidadãos do mesmo país. ....

.....Concurso Público para prestação de serviço de transporte escolar no Concelho de Bragança para o ano lectivo 2007/2008 - o D.L. 299/84, de 5 de Setembro define a

obrigatoriedade das Câmaras Municipais em organizar, planear e executar o transporte escolar na aérea do respectivo concelho no âmbito do ensino obrigatório.....

.....Nestes termos, projectou-se uma rede de transportes escolares que servirá um universo de 248 alunos (51 alunos da pré-primária, 176 alunos do 1º, 2º e 3º ciclo e 21 alunos do secundário), composta por 27 circuitos distintos que totalizam 689Kms/dia. No ano lectivo de 2006/2007, o número de alunos transportados foi de 306 em 20 circuitos de transporte que totalizavam 1.095Kms. ....

.....Prevê-se uma estimativa da despesa anual de cerca 400.000€, tendo em conta os valores do concurso de 2006/2007, valores a que acrescem os custos relacionados com o transporte em linhas públicas concessionadas a privados e às executadas pelo STUB. Assim, foi aprovado o Programa de Concurso e Caderno de Encargos e autorizada a abertura do respectivo Concurso Público. ....

#### ..... **5 - Outros assuntos** .....

.....Visita a Bragança de Delegação de Jornalistas da Associação da Imprensa Estrangeira em Portugal - uma delegação de 14 jornalistas de vários países correspondentes em Portugal, visitaram com o apoio da Câmara Municipal, o nosso Município no período de 25 a 28 de Maio, com o objectivo de conhecer e divulgar o concelho e a região. ....

.....Parques Eólicos - 1 – Iniciativa da Airtricity, Energias Renováveis S.A., com sede em Bragança - ocorreu uma primeira reunião a 31 de Janeiro de 2007, com esta empresa e a Enerbaça – Energias Renováveis de Portugal, na qual, as empresas apresentaram o seu interesse no potencial eólico na zona de Montesinho e Lombada. .

.....Informei as empresas do interesse da Câmara Municipal nos projectos de instalação dos parques eólicos, e por se tratar de iniciativas de interesse económico e ambiental para o Município. Informei que o Município, dada a discussão anunciada para os Parques, pretendia que a instalação da sede social da empresa ocorresse em Bragança, assim como a instalação do centro logístico de apoio à construção do parque eólico. ....

.....Solicitei, igualmente, que o gestor empresarial avaliasse a possibilidade de a Câmara Municipal aceder ao capital social da empresa a criar para a construção e gestão dos parques eólicos, bem como a disponibilidade para a eventual criação de parceria no âmbito do desenvolvimento científico e tecnológico; .....

.....A empresa fez a sua apresentação pública em Bragança no dia 19 de Abril último, tendo anunciado o início de actividade nesta cidade e assinou um protocolo de colaboração com o Instituto Politécnico de Bragança; .....

.....Teve lugar uma reunião com a empresa a 22 de Maio último, com vista a iniciar uma abordagem relativa a compensações financeiras para a Câmara Municipal e condições de participação no capital social das empresas a constituir para implementação dos parques eólicos, processo que será objecto de negociações a apresentar em data oportuna à Assembleia Municipal. ....

.....2 - PENOG – Parque Eólico da Nogueira, S.A. - no dia 23 de Maio de 2007, reuniu a Assembleia Geral da empresa, estando representados todos os accionistas, tendo sido aprovado o relatório e contas do exercício de 2006, em que foi apurado o resultado líquido do exercício de 15.972,75€.....

.....Foram discutidos os princípios de estratégia da empresa, relativos ao projecto eólico a implementar na Serra da Nogueira e zonas circundantes.....

.....A empresa encomendou ao INEGI, uma campanha de medições de vento, para eventual redefinição de localização dos aerogeradores, em face do maior diâmetro das pás (82 metros).

Durante o ano de 2008, deverá ser atribuído o ponto de ligação avançando, a partir daí, o projecto de instalação do parque eólico da Nogueira. Foi decidido que os contratos existentes de arrendamento de terrenos assinados com a SIIF ENERGIES (Portugal), Lda., serão transferidos para a PENOG – Parque Eólico da Nogueira, SA. ..

.....Relativamente ao parque eólico de Montesinho, (contrato com baldios de Montesinho), foram já iniciados contactos com o ICN.....

.....Foram, ainda, aprovados os contratos de compra e venda de acções entre a EDF EN Portugal, Lda. titular do capital que antes pertencia à SIIF ENERGIES (Portugal) Lda., em resultado da mudança de nome da empresa, em que a EDF EN Portugal, Lda., vende a cada um dos municípios, 1% do capital (500 acções), passando estas a ser detentoras de 15% do capital. ....

Terra Fria Carnes, Lda. - No dia 26 de Abril de 2007, a empresa Terra Fria Carnes, Lda., procedeu à venda em hasta pública de dois lotes de terreno, n.ºs 213 A e 213 B titulados pelo alvará de loteamento n.º 11/98, pelo valor respectivamente de 121.600,00€ e de 113.085,00€. ....

.....Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE) – repartição de Finanças de Bragança - da leitura do Dec. Lei n.º 81/2007 e Portaria n.º 348/2007 depreendem, a intenção de fusão de Direcções de Finanças e extinção de Serviços de Finanças.....

.....Assim, a Câmara Municipal de Bragança manifestou a sua total discordância perante tal situação e apela para uma estratégia de permanência destes serviços, como garantia de viabilidade e sustentabilidade de uma importante parte do território nacional e de combate às assimetrias, exigindo do Governo uma atitude positiva, no sentido de, a serem fundidas as Divisões de Finança de Bragança e Vila Real e criada a Direcção de Finanças do Interior Norte, a mesma seja sedeada em Bragança, já que das decisões conhecidas de reestruturação da Administração Central, em Bragança não foi decidida, ainda, a colocação de nenhum Serviço Público relevante.....

.....Protocolo entre o Instituto da Segurança Social, I.P. e o Município de Bragança – tendo em vista a execução de um programa de qualificação habitacional nos espaços rurais, de habitações sem o mínimo de condições, ocupadas por cidadãos de baixos recursos e com o objectivo de prevenir a dependência e a institucionalização dos cidadãos mais idosos.....

.....Plano de Ordenamento do Parque Natural de Montesinho – foi pela Câmara Municipal tomada posição oficial no âmbito da participação na Comissão de Acompanhamento e que em termos gerais se pode sintetizar nas seguintes preocupações essenciais: .....

.....1 – Aproveitamento de energias renováveis – O Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC 2006) reforça a aposta na promoção da produção de electricidade a partir de fontes de energia renovável, sem excluir qualquer parte do território. ....

.....O Município de Bragança dispõe de um elevado potencial eólico, nas serras de Nogueira e Montesinho, que lhe deverá permitir produzir 4 a 5 vezes a electricidade consumida e, por esta via, tornar-se um concelho exportador de energia verde, contribuindo para a sustentabilidade global do Planeta, para a evolução e melhoria da economia do concelho, para a criação de postos de trabalho e para a fixação de população. ....

.....2 – Construção da Barragem de Veiguiñas - A generalidade do território da Península Ibérica está incluída nas zonas do Planeta com precipitação em decréscimo

e também sob influência do processo de desertificação global, resultante das alterações climáticas. ....

.....Os estudos elaborados por especialista de climatologia, às séries de dados relativas à precipitação nas últimas décadas, apontam no sentido da redução das precipitações na Península Ibérica. As situações de seca serão mais frequentes, mais prolongadas, o que obrigará à construção de reservas estratégicas fiáveis, capazes de fazer frente a situações de seca inter anuais. ....

.....3 – Ligação do IP2, entre Bragança e Puebla de Sanábria - a construção de acessibilidades, em condições de segurança e conforto, é indispensável para, nos dias de hoje, desenravar qualquer território. Não é aceitável e não se compreende a oposição à construção da ligação do IP2, entre Bragança e Puebla de Sanábria por ser seguro que há na área do Parque um vasto corredor de muito baixo valor ambiental, no qual é possível enquadrar esta infra-estrutura, sem ferir os interesses de conservação dos bens naturais. ....

.....4 - Plano de financiamento – necessário um plano específico para financiamento das acções previstas no Plano de Ordenamento. Não se compreende que o Plano de Ordenamento não seja acompanhado por um plano de acção e de investimento público que garanta a concretização dos objectivos traçados para esta importante área protegida. Às populações não se pode pedir que cumpram uma função social de preservação de bens ambientais de interesse para a humanidade, sejam sujeitas a regras duras impostas pela Comunidade Europeia, sem que a estas populações sejam assegurados meios de compensação às actividades, que lhes permitam ter uma vida feita com dignidade. ....

.....Reestruturação do ICN e criação do ICNB, IP - prevendo-se que no âmbito da reestruturação dos serviços do ICN prevalecia uma atitude centralista, o que poderia vir a penalizar Bragança, e considerando que a reorganização do ICN deveria fazer-se no sentido de garantir a participação dos municípios com capacidade de voto, tanto na estrutura da Direcção Central, a Câmara Municipal propôs ao Senhor Ministro do Ambiente e Ordenamento do Território: Que os Serviços Centrais fossem instalados em Bragança (aproveitando a reorganização da Administração Pública como oportunidade para descentralizar e fortalecer as cidades capitais de distrito);.....

.....Lamentavelmente, as preocupações apresentadas na altura eram mais do que justificadas, uma vez que o Decreto-Lei nº 136/2007, de 27 de Abril, veio concretizar a

reestruturação do ICN, red denominando-o de ICNB, Instituto Público, sedado em Lisboa, aí concentrando a generalidade do pessoal técnico e administrativo, ficando com serviços locais nos territórios das áreas protegidas, esvaziados de competências.

..... Foi criado o Departamento de Gestão de Áreas Classificadas – Norte (DGAC – Norte), que engloba os Parques Naturais da Peneda-Gerês, de Montesinho, do Douro Internacional, do Alvão e do Litoral Norte, com sede em Braga. A reestruturação é negativa para Bragança, numa dupla perspectiva: .....

..... 1. A da preservação e conservação do ambiente porque, ao centralizar as decisões e afastar as autarquias, os decisores estão mais longe das necessidades reais e por isso se trata de um retrocesso evidente na política de gestão das áreas protegidas; .....

..... 2. A da coesão social e económica. Ao concentrar em Lisboa a generalidade da capacidade de decisão e os meios técnicos e administrativos, as zonas de periferia irão perder postos de trabalho, o mesmo é dizer que a estrutura técnica e administrativa do PNM tenderá a reduzir. ....

..... A Câmara Municipal de Bragança, sempre se empenhou, no sentido de serem construídas instalações condignas para a sede do Parque Natural de Montesinho, as oportunidades existiram, titulares de cargos políticos com capacidade de decisão e com responsabilidades com esta situação, também houve. O facto de não existirem em Bragança instalações adequadas não ajudou à reivindicação da Câmara Municipal de aqui instalar mais serviços no âmbito da reestruturação do ICN. ....

..... Para além do referido é inegável que tendo o distrito de Bragança 60% de todas as áreas protegidas da Zona Norte de Portugal, a localização da Direcção Norte em Braga, relega para uma posição marginal os Parques de Montesinho e Douro Internacional. Se o resultado da política do ICN nas duas últimas décadas foi a redução de população nas aldeias, o envelhecimento e o empobrecimento, com a actual reestruturação, este cenário tenderá a agravar-se. ....

..... A participação das Câmaras Municipais na gestão nos Parques era uma prova de maturidade democrática, de confiança e de partilha de responsabilidades. Representava a concertação de políticas de recursos, a partilha de objectivos estratégicos nas políticas ambientais que não conseguirão evoluir sem a adesão dos cidadãos. ....

..... Município de Bragança, 20 de Junho de 2007 .....

..... O Presidente da Câmara Municipal .....

..... António Jorge Nunes, Eng.º Civil .....

..... **Presidente da Mesa** - Muito obrigado.....

..... Vamos registar inscrições para pedidos de esclarecimentos .....

..... Senhor membro da Assembleia Orlando Pontes faça o favor.....

..... **Orlando Pontes** – Senhor Presidente da Mesa, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhor Vereador, Senhores membros da Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, minhas Senhoras e meus Senhores, a todos bom dia.

..... Eu queria fazer só muito rapidamente ao Senhor Presidente duas ou três perguntas e uma chamada de atenção para uma coisa que me parece que não está correcta, ou pelo menos mal escrita no seu discurso.....

..... Primeiro queria chamara a atenção para a disparidade que há nalguma atribuição de verbas nos protocolos, concretamente a Banda de Música de Izeda no Protocolo teve que assinar um protocolo de três mil euros, tem cerca de 50 pessoas em regime de permanência, e uma Escola de Música de 40 a 50 pessoas. À banda de Música da Sé, e não estou a dizer que à da Sé de deu muito, estou a dizer que de facto devia ser pelo menos igual. A Banda de Música da Sé teve quatro mil e quinhentos... é só para ver a diferença. ....

..... Tem aqui também que à Junta de Freguesia de Izeda e Grupo Desportivo de Izeda deu dez mil euros, eu gostava de saber, separadamente, porque está a misturar uma coisa com outra e aqui vêm dez mil euros à Junta e Clube Desportivo, gostava de saber quanto é que era a diferença. ....

..... Aos Bombeiros de Izeda, tem aqui que no protocolo tem 57 650€ e quero-lhe recordar que deve ainda 15 000 contos do Quartel, não sei se estão incluídos aqui, é que vem-se protelando e os números vão ser ditos várias vezes, e como são repetidos as pessoas pensam que são diferentes, e são os mesmos. Queria chamar só a atenção a isso. ....

..... Ainda em relação e concretamente na página 5, diz aqui que no âmbito das cedências foi cedida a zona desportiva de Izeda com equipamento, o campo de futebol, campo de andebol, campo de basket e balneários, isto é quando for construído! Neste momento há lá um campo de futebol e uns balneários, desculpe que chame a atenção principalmente para as áreas da engenharia e arquitectura, que aquilo é uma aberração... o balneário... alem de estar muito em cima do Campo de

futebol, naquele balneário só podem tomar banho quatro pessoas de cada vez em cada balneário, é muito mais pequeno do que o que tinha feito há quarenta anos na Escola de Izeda, e esta zona desportiva que aqui diz e para quem ler, diz que é um campo de futebol, de andebol, campo de basquetebol... não há lá nada! Há lá um terreno terraplanado, de facto com fundações, mas tudo o que está aqui deve ser construído dentro em breve, porque não há lá nada. E quero recordar que já começou a obra há sete anos. ....

..... **Presidente da Mesa** - Muito obrigado.....

..... Senhor membro da Assembleia Lídio Correia tem a palavra. ....

..... **Lídio Correia** – Senhor Presidente eu gostaria de saber muito rapidamente algumas questões.....

..... Primeiro, o Senhor Governador Civil disse que até Maio estaria resolvido o problema do Centro de Formação da Escola de Bombeiros. Como ela está encerrada há seis meses, do nosso ponto de vista acho eu alguém se prepara para a encerrar definitivamente, nós gostaríamos de saber em que pé está a situação da Escola de Bombeiros ou Centro de Formação, como lhe queiram chamar. ....

..... Em segundo lugar, recebemos na CDU uma carta de um munícipe que nos chamava a atenção para uma urbanização que está a ser realizada no Campo Redondo, em que se afirmava, e eu tive o cuidado depois de ir lá verificar, que essa urbanização iria ocupar o terreno de tal forma, tendo até a urbanização muito terreno, que ocupa para estacionamento, digamos, a faixa de rodagem, ou seja, aquela faixa de rodagem tem nove metros, da forma como aquilo está planeado e da forma como estão lá colocadas as estacas aquilo que vai acontecer é que o passeio fica junto da estrada, não fica tal e qual como está planeado o resto da estrada e em última análise podemos chegar à conclusão que aquela estrada, com aquela urbanização a ser construída assim reduzir-se-á a prazo, a cinco metros, pelo menos naquela fase.....

..... Terceira questão, também mesmo no Campo Redondo e no resto da Cidade, para quando e se resolve de vez a questão dos buracos abertos, nomeadamente pelo gás e fiquem depois as lombas ou os buracos por tapar. O Campo Redondo é uma vergonha, no resto da Cidade continua a ser uma vergonha. ....

..... Para quando o fim das obras na Avenida do Sabor? .....

..... Por último, um munícipe queixou-se-nos que das sete horas às sete, há cerca de três semanas, sem que ninguém o avisasse, esteve sem água, isto concretamente em Vale D'Álvaro, entre a Adega Cooperativa e lá em baixo junto à Rotunda ou algo parecido. ....

..... E já agora Senhor Presidente, agradecia que mandasse tapar os buracos que a estrada de Portela tem já não sei há quanto tempo, porque um buracinho vai-se fazendo um buracão e qualquer dia já não temos estrada de ligação à aldeia. ....

..... Muito obrigado.....

..... **Presidente da Mesa** - Muito obrigado.....

..... Senhor membro da Assembleia Luís Vale faça o favor.....

..... **Luís Vale** – Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Membros da Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Público, Comunicação Social, bom dia a todos.....

..... Senhor Presidente, duas questões relativamente a este documento. Na página treze, na Divisão de Saneamento Básico, neste último parágrafo, faz referência ao contrato celebrado entre o Município de Bragança e as Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, em vinte e seis de Outubro de dois mil e um. E logo a seguir, no primeiro parágrafo da página seguinte, refere o acordo ou o contrato anterior que havia com a empresa AGS. Eu não sei se é uma questão de Português, mas, a questão que tenho que lhe por é que tenho dúvidas se não há aqui conflito de interesses entre os dois contratos, havia um anterior com uma empresa e a seguir faz-se um outro contrato com outra entidade.....

..... Uma segunda nota para um pequeno parágrafo, na página quinze, em que faz referência aos custos com o vandalismo. Eu desde que estou nesta Assembleia é a primeira vez que vejo referência, pelo menos não estou recordado disso, de ler nenhuma nota acerca disto, e a questão que tenho para lhe colocar é simples, é saber se é pontual ou se há alguma assiduidade e permanência destes valores, se têm crescido, se têm aumentado, porque de alguma forma pode ser sintomático de algo mais grave.....

..... Era isso.....

..... **Presidente da Mesa** - Muito obrigado.....

..... Senhor Presidente da Câmara, pedindo a maior brevidade possível, mas de facto há algumas questões que não podem ficar sem o esclarecimento senão fica prejudicado o andamento dos trabalhos, mas peço para ser breve. ....

..... **Presidente da Câmara** – Muito obrigado senhor Presidente. ....

..... Senhor Deputado Orlando Pontes: .....

..... Banda de Música de Izeda e da Sé - O protocolo é exactamente igual, 3 000€, acresce que este ano à Banda da Freguesia da Sé decidimos atribuir uma verba adicional para comprar um instrumento. Aconteceu assim em protocolos anteriores com a banda de Izeda, quando têm uma carência ajudamos a equipá-los. Deixe-me que lhe lembre, eu antes de vir para a Câmara nenhuma das bandas tinha protocolo nenhum. ....

..... Quanto ao Clube Desportivo a verba é toda para ser utilizada pelo Grupo Desportivo, a Junta esteve envolvida no protocolo não tinha de estar eventual emente, portanto, só isso. ....

..... Bombeiros de Izeda - Proporcionalmente os Bombeiros de Izeda recebem mais do que recebem os Bombeiros de Bragança, este ano fizemos essa reflexão, ainda não tocamos nas verbas, mas recebem mais proporcionalmente, e, se calhar, vamos ter que fazer uma reflexão, vamos ter que fazer uma reflexão juntando as duas Associações. Mas esta é a realidade. E o orçamento da Câmara, o envelope financeiro da Câmara não é ilimitado. ....

..... Lembro que a Câmara deve apoiar os Bombeiros ainda no arranjo dos acessos, há uma verba para isso, mas também quero lembrar-lhe que há outras verbas que não estão protocoladas, que têm sido disponibilizadas por decisão pontual para os Bombeiros, para resolver problemas vários, seja na construção, seja noutros âmbitos. .

..... Se alguém não se pode queixar, deixe-me que lhe diga, são os Bombeiros de Izeda.....

..... A cedência do terreno, não foi fácil em Izeda, já o disse mais do que uma vez, arranjar e comprar terreno para um campo de futebol. Nem houve colaboração local sequer, na altura nem a Junta colaborou para esse efeito. A Câmara empenhou-se pessoalmente porque tinha esse compromisso e conseguiu fazê-lo. E agora o que fez, depois de construir o campo, que tem boas medidas, tem balneários com as dimensões das do Centro de Educação Especial, até feitas pela mesma empresa, com o mesmo projecto, com o mesmo caderno de encargos, agora imagine, quantas

dezenas de atletas por dia utilizam os balneários do Centro de Educação Especial? Qual será a dificuldade que terão os atletas de Izeda em utilizar os balneários? Não dá para perceber! .....

.....O facto de fazer referência a um campo de ténis é o que está previsto naquela área. Mais nada. É o que está previsto. Se não estivesse previsto nem sequer podiam ter o sonho e ambição disso. ....

.....Lídio Correia - Nós dissemos por escrito à Assembleia, também já, suponho, quais foram as soluções que apresentamos ao Senhor Governador Civil, relativamente à instalação provisória e definitiva da Escola de Bombeiros, não temos resposta ainda em relação a essa situação, eu presumo que a resposta e o grau de envolvimento onde a Câmara chegou, será um grau absolutamente irrecusável. Mas não sei pormenores sobre essa situação. ....

.....Carta do Município sobre a urbanização - Não sei responder neste momento, sei que temos já uma carta da Junta de Freguesia de Gostei entregue recentemente, que eu mandei avaliar com carácter de urgência. Mandei pedir elementos, provavelmente daqui a um bocadinho poderei já disponibilizar.....

.....Há vários buracos abertos pela Duriensegás, estamos em cima, há situações que nos perturbam bastante os trabalhos, abrimos concurso recentemente e já adjudicado para fazer várias pavimentações na Cidade, respectivamente os arruamentos no jardim Bartolomeu de Gusmão, arruamentos em toda a zona da Estacada, Rubacar (antigo bairro), não o bairro mais recente, também uma parte que está em terra no Bairro da Boavista para aceder a umas habitações, o acesso à Câmara e estamos a preparar outros projectos para repor asfalto conforme aquilo que disse na Assembleia. ....

..... Há um calendário, um calendário que se ajusta aos meios financeiros, portanto antes do final do ano abriremos um concurso para repavimentar outros Bairros, no início do próximo a mesma coisa, temos o calendário definido. ....

.....A Portela vamos tentar chegar.....

.....Corte de água em Vale D'Álvaro - Vou procurar obter informação e fornecer-lhe essa informação. ....

..... Senhor deputado Luís Vale: .....

..... Contrato de partição .- É um contrato de partição de custos entre a Câmara Municipal e a AGS. Terei alguma dificuldade em explicar-lhe em tempo curto o que é o contrato de partição. Não há contratos novos, há um contrato que a Câmara tem

com a AGS já há alguns anos, que tem um prazo de dez anos, terá mais três, quatro anos de vigência, suponho, e há um contrato que a Câmara assinou de fornecimento com a Águas de Trás os Montes e Alto Douro relativamente ao saneamento. ....

.....Nós não quisemos que a primeira empresa saísse por razões de segurança relativamente às Águas de Trás os Montes, não quisemos que a AGS saísse da relação contratual com a Câmara e o contrato fosse transferido para a ATMAD, isso fragilizava-nos face a eventuais negociações que tenhamos que vir a fazer, se eventualmente Veiguinhas não for construída. ....

..... Esse contrato de partição é um contrato simples, embora parecendo complexo, podemos-lhe fornecer toda a documentação se assim o entender. Como podemos enviá-la toda para a Assembleia. ....

..... Vandalismo - O Chefe de Divisão do Ambiente pediu-me para que pela primeira vez fosse dada uma informação à Câmara em termos da quantificação - Quanto é que gastamos num período curto relativamente ao vandalismo - Vandalismo há todos os dias na cidade, há jardins onde roubam os aspersores, roubam os equipamentos de controle, que são caros, naturalmente não é um cidadão que rouba, mas desaparecem imensos, ainda hoje de manhã passei na zona da catedral, há várias zonas que não foram regadas, porque há vários equipamentos que foi roubado certamente, e isto é regular. Portanto, não é um acto pontual. ....

..... A Câmara gasta imenso dinheiro a corrigir situações, mas não penso que isso seja uma situação que tenha um figurino diferente do que acontece noutras cidades e até que seja grave. Eu não acho que seja grave. É só um alerta a dizer que a Câmara também gasta muito a esse nível sem que os senhores deputados saibam. ....

..... **Presidente da Mesa** - Muito obrigado. ....

..... Intervenções? ....

..... Senhor deputado Luís Pires tem a palavra. ....

..... **Luís Pires** – Bom, muito bom dia a todos outra vez. ....

..... Senhor Presidente da Câmara, permita-me que lhe diga e que utilize aqui uma expressão que “Churchil” utilizou para os seus aliados na 2.ª Guerra Mundial, que “ *no meio das nossa diferenças havemos de levar Bragança para a frente*”. Havemos de levar Bragança para a frente. Mas nós também temos a nossa visão, a nossa

responsabilidade, e como tal, queremos ser entendidos e valorizados nesse sentido e não menosprezados, digamos assim, ou menos valorizados. ....

.....Permita-me também que lhe diga, Senhor Presidente, que o Grupo Municipal do PS é o último interessado em desenvolver ou iniciar uma guerra institucional. O Grupo Municipal do PS e eu particularmente, ainda serei mais último do que o Grupo Municipal do PS, por motivos óbvios. ....

..... Agora também, permita-me que lhe diga, Senhor Presidente da Câmara, que não é agradável, e o que eu tenho aqui está disponível no site da Universidade de Aveiro, ver uma notícia que diz que a UA e SPI estudam o empreendedorismo de Bragança. Isto não é agradável de ver. ....

.....Eu como não tenho muito tempo não vou continuar a ler o que está aqui, mas isto não é agradável de ver e é nesse sentido que nós achamos, e a talho de foice também, nós achamos que converge com a opinião a visão de alguém que neste momento tem responsabilidades no País, como é o Carlos “Zorrinho” e concretamente com o Plano Tecnológico, e o Governo acho que deu bastante importância ao Plano Tecnológico. Portanto nós só seríamos... vamos-lhe chamar inteligentes em tentar aproveitar as coisas que daí poderiam advir. ....

.....Também refere esse Senhor, e eu disse-o há pouco, que não são as Universidades que têm que ter iniciativa, são as autarquias, são os privados, que têm que procurar a universidade para lhe resolver problemas. E passa-se isso neste Distrito! Há Várias Câmaras neste Distrito, que têm projectos com a Instituição Instituto Politécnico de Bragança, que mexem com muitos zeros, e que estão a ser realizados! Nós não queremos ser diferentes, queremos que Bragança faça o mesmo também, só isso. ....

.....Relativamente aos parques não há confusão! Está aqui uma notícia do AveParque, que tem ligação com a Universidade do Minho, e que por motivos óbvios eu tenho algum relacionamento com isto, conheço muito bem o que isto é, por isso é que eu digo que cá não está a ser feito em condições. Mas não é hoje que estou a apresentar isto, já fiz este tipo de afirmação quando nós falamos na questão da Zona Industrial de Mós, que eu tentei nessa altura fazer uma evolução da Zona Industrial para Centros Tecnológicos, Pólos Tecnológicos, e não sei se na altura alguém percebeu, pelo que estou a ver hoje... ....

.....Permita-me também Senhor Presidente, e quero deixar aqui algum tempo para outros camaradas da minha bancada que têm intervenções previstas e eu fiz esta

intervenção fora daquilo que eu tinha programado, que lhe diga que relativamente ao estado de Bragança, à nossa classificação, também eu acho que vocês me têm por uma pessoa responsável... eu não ando aqui a brincar... o estudo da DECO está aqui, não é? Está analisado, tem bolinhas, etc., portanto eu quando falo tento, na medida do possível, não ser leviano. E quando tenho dúvidas não falo, informo-me, e neste caso aconteceu o mesmo.....

..... Eu não vos vou estar aqui a explicar o estudo, aliás há bocadinho o Senhor Presidente ficou com uma dúvida, que se calhar se ler aqui, a nível do vandalismo da cidade, há aqui dados que podem dizer como é que está, porque o Estudo também foca isso. ....

..... Mas reparem que há aqui coisas interessantes, reparem que diz este estudo que é mais fácil arranjar emprego em Bragança do que em Setúbal, por exemplo! Ou em Braga! Creio que vocês, e agora apelando ao vosso empirismo, concordarão comigo que não sei se baterá muito certo.....

..... Já agora, também a natureza deste estudo foi feito e há várias formas de fazer estudos e não vos vou maçar com isso, mas foi feito com entrevistas a cidadãos normais e aleatórios que se apanharam, não é? Eu encontro um de vocês na rua, independentemente da vossa formação e não estou aqui a por em causa isso, faço uma série de perguntas, não é? E essas perguntas às vezes vêm de muito empirismo de cada um de nós, e resultam nisto. ....

..... Bem, portanto, vamos ter calma, não vamos ser assim. Agora fiquem certos que nós também temos uma visão para Bragança e já provámos aqui ao longo do tempo que.....

.....

..... **Luís Pires** - E é bom que assim seja! A nossa visão não é a mesma do Senhor Presidente da Câmara. Mas isso é bom. O ser humano já tinha desaparecido se fôssemos todos iguais, se o mesmo bicharoco nos matasse! Nós somos diversos e é por isso que a gente vai evoluindo, e é por isso que a Democracia evolui, e é por isso que Bragança há-de evoluir, e há-de evoluir para a frente com sentido muito positivo. Agora, não pactuamos, não convergimos e não aceitamos estas visões do Senhor Presidente da Câmara. ....

..... E é só. Obrigado.....

..... **Presidente da Mesa** - Muito obrigado.....  
..... Senhor membro da Assembleia, Presidente da Junta da Freguesia de Santa Maria, Jorge Novo tem a palavra. ....

..... **Jorge Novo** – Muito obrigado Senhor Presidente. ....

..... **Apresentou, por escrito o seguinte:**.....

..... “Aproveito para cumprimentá-lo, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente, Excelentíssima Mesa, Senhora e Senhor Secretário da Mesa, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta, Senhoras e Senhores deputados Municipais, Comunicação Social presente, .....

..... Um bom dia a todos. ....

..... Na discussão do Estado e Vida do Município, não obstante ter em consideração os aspectos mais positivos da gestão autárquica, na maior parte das vezes, pois para isso existe maior propensão e é a maneira de ser portuguesa que se manifesta também aqui, somos tentados a expressar sempre o que vai mal, o que está menos bem e o que necessita de atenção e incidência primordial por parte dos nossos responsáveis do Município. ....

..... Porque a tradição ainda é o que era (alguns estariam a pensar que esta introdução seria para justificar o contrário...mas já lá vamos), gostaria de colocar para reflexão e tomada de decisão do Senhor Presidente e Executivo as seguintes notas, - *às vezes é difícil a vida de um Presidente de Junta porque também ele tem, muitas vezes, que apresentar coisas que vê que podem e devem ser melhoradas não obstante o trabalho que tem vindo a ser efectuado e que é muito* - somente duas para não ser muito exaustivo, e porque para outras coisas ainda haverá tempo no futuro: .....

..... A primeira no domínio das acessibilidades: .....

..... No Bairro Rubacar: a nível do piso que está num estado lastimoso, pois há algum tempo em virtude de rebentamento de conduta de água na Avenida Cidade de Zamora , em frente inclusive à casa do candidato do PS à Junta de Freguesia, apesar de alerta para os serviços da Câmara, continua sem alcatrão um bom pedaço desta rua. A que se soma agora um péssimo serviço, que não sei se é da TV Cabo em que rebentaram o chão há mais de dois meses e não o taparam, continuando na mesma. A título de aparte: também se acha demasiada a profusão de postes que estão a colocar

em algumas ruas da cidade para o fornecimento da TV Cabo, quase dando para, em jeito de tirada humorística, lhe serem colocadas fitas e outros enfeites para um arraial popular.....

.....Assim, já não se fala da colocação de asfalto/repavimentação por todo o Bairro, essa pelos vistos tem que aguardar melhores dias (ainda se acreditou que com a intervenção na Avenida isso fosse possível!), mas pelo menos, sugere-se a colocação de remendos nesses buracos que o piso das ruas apresentam.....

.....Ainda neste domínio, igualmente muito positivo - *e estão a ver porque é difícil a vida de um Presidente de Junta* - seria equacionar a possibilidade de completar os passeios no Bairro de S. Sebastião – *um Bairro que tem mais de vinte e cinco anos, inclusivamente há aqui ilustres membros desta Assembleia que lá residem e que não deixam de manifestar precisamente este anseio* - e iniciar a construção dos passeios na Quinta das Carvas, pelo menos na zona dos restaurantes onde afluem centenas de pessoas, e também na Avenida do Sabor, apresentando-se já como uma prioridade, porque a situação actual não apresenta nenhuma dignidade, com pessoas a terem que circular pela estrada com os perigos todos que daí podem advir e as responsabilidades que podem vir a ser pedidas. ....

.....A segunda nota, *apesar de também já aqui ter sido referido*, no domínio da reabilitação Urbana e de todas as questões relativas à Recuperação de Habitações, que sem dúvida devem merecer também um destaque e um ênfase especial nesta Assembleia, que pensa o presente para projectar melhor o futuro.....

.....Não falo aqui de diagnósticos, esses estão feitos e são sobejamente conhecidos por todos, *todos temos conhecimento de como as casas estão principalmente nesta Zona Histórica, na Rua Combatentes da Grande Guerra, Rua Abílio Beça, Bairro Além do Rio, etc., etc., e que sabemos, conhecemos*, mas apelo a que se procure encontrar os processos e os meios de solução para recuperar as habitações da zona histórica. ..

.....Reflectamos bem no que há a fazer para tal. É imperioso que tal aconteça. ....

.....Há demasiadas habitações degradadas e vazias, identificando-se a olhos vistos os edifícios com necessidade de intervenção. ....

.....Sabemos que a capacidade económica, talvez na maioria dos casos, não seja a melhor para que as pessoas proprietárias das casas as possam recuperar. Mas por outro lado, essas casas não podem continuar assim. São imensos os perigos e péssima a imagem que dão da Cidade. Só para dar um exemplo: ao lado do Edifício da Nova Sede da Junta de Freguesia que se está a recuperar, estão duas casas em

forte ruína que ameaçam cair a todo o instante: agora vem o verão, mas não passam do próximo Inverno. Aliás, encontram-se colocadas pela Câmara grades de interdição de passagem: até quando elas surtirão efeito? E servirão de algo, se cair uma telha em cima das pessoas? Urge portanto encontrar mecanismos legais e económicos para fazer avançar as soluções para estes casos e outros similares, como nos batoques, o Forno da Rua dos Fornos antes do Bairro Além do Rio, etc. ....

.....Sabemos que a Câmara tem feito o seu trabalho, com empenho e esforço. Importará agora talvez ser mais incisiva e resolutiva para com estes casos mais graves e urgentes. ....

.....Terminadas estas duas notas e terminando então o azimute e porque, como referi nas primeiras linhas desta minha intervenção, importará enaltecer também o que vai sendo feito, e é muito e bem (mesmo contra aquilo que pensam os opositores sem critério e sem estratégia) neste espaço dedicado ao Estado e Vida do Município. Deste modo, gostaria de sublinhar e de dar o devido realce às notícias *provindas do estudo que aqui o nosso deputado Luís apresentou, da DECO, que coloca Bragança sob mais uma avaliação extremamente positiva.* ....

.....Refiro-me ao inquérito efectuado a uma amostra da população de cada uma das 18 Capitais de Distrito de Portugal Continental, entre Outubro e Novembro de 2006, pela Associação de Consumidores – DECO, e que foi dado a conhecer publicamente por estes dias do mês de Junho. ....

.....Iguar procedimento que *também aqui foi apresentado pelo senhor Presidente da Câmara,* foi seguido pelas Associações de consumidores congéneres da nossa, em Espanha, Itália e Bélgica. ....

.....No referido inquérito, denominado de “Qualidade de Vida: inquérito em 76 Cidade” foram utilizados como critérios os seguintes: Habitação, Saúde, Educação, Mobilidade, Paisagem Urbana, Emprego e Mercado de Trabalho, Meio Ambiente, Segurança e Criminalidade, Comércio e Serviços, Cultura, Lazer e Desporto e, por último, Planeamento e Administração da Cidade. ....

..... Avaliação efectuada pelos inquiridos, situava-se numa escala de um a dez. ....

.....Dos itens acima enunciados onde Bragança se destacou, mais curiosamente, foi no da habitação com 7,7, obtendo igual nota no domínio do Meio Ambiente. Os domínios onde os resultados foram mais baixos encontram-se a Saúde com 4,8 e o Emprego/Mercado de trabalho com 3,3. Nos restantes critérios a média foi sempre superior a 6. ....

.....Do cômputo geral dos resultados, verifica-se que Bragança se classificou em quarto lugar, a nível nacional e em vigésimo terceiro lugar a nível internacional. Ambas configuram uma excelente classificação. ....

.....Neste contexto será de toda a justiça fazer menção honrosa à Câmara Municipal por ser *conjuntamente com as freguesias, e temos que também dar este realce, em conjunto e parceria dando cada uma de nós, Juntas de Freguesia, o seu contributo, abnegado, sobretudo ao nível dos recursos humanos, porque recursos financeiros nós sabemos que esses não vão rondando, aliás como no resto do País, inclusivamente para os Municípios mas manifestar de facto esta menção, este louvor à Câmara Municipal por ser o lado mais positivo do nosso desenvolvimento, revelando à sociedade que o trabalho efectuado consegue fazer-se traduzir em ótimos resultados, atestando o trabalho, a competência e a vontade de bem fazer aliada à reivindicação de cada vez mais e melhores condições para a nossa população.*.....

.....A finalizar, Senhor Presidente, Excelentíssimo Executivo, Ex.ma Mesa, Senhoras e Senhores Deputados, caros colegas, aproveito esta ocasião para manifestar o regozijo por mais um equipamento educativo e cultural estar pronto a funcionar no próximo sábado, o Centro de Ciência Viva de Bragança, para bem das escolas e dos alunos de Bragança e dos milhares que ele hão-de vir visitar anualmente. ....

..... Disse .....

..... **Presidente da Mesa** - Muito obrigado.....

..... Senhor membro da Assembleia José Castro faça o favor.....

..... **José Castro** – Bom dia Senhor Presidente, Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Vereação, minhas Senhoras e meus Senhores, .....

.....Eu espero que estes dados positivos, tão cirurgicamente escolhidos e apresentados pelo Senhor Presidente da Câmara não signifiquem dizer que está tudo bem e que não é preciso fazer nada, antes pelo contrário. Aliás, eu, do meu ponto de vista, considero que seria muito difícil que Bragança não apresentasse um índice de qualidade ambiental ponto 7, não é? Ou seja, era preciso realmente estragar bastante para descermos abaixo deste nível ponto 7.....

..... Bastante mais difícil é fazer coisas na área do emprego e da saúde, e são coisas que realmente são pertinentes como vamos já ver a seguir.....

..... Quando o Senhor Presidente diz que quer uma cidade cada vez mais verde, a gente compreende que o quer fazer à custa de canteiros feitos em pleno centro urbano, porque de facto, ao longo dos tempos o que tem feito não é mais do que emparedar o Centro da Cidade e cada vez nos é mais difícil realmente observar a magnífica paisagem que esta cidade tinha no seu entorno, porque vai sendo substituído por estas urbanizações que vão crescendo um pouco e que as aberturas de novas vias vão fazendo. ....

..... Mas à parte isto, e depois de lido com todo o cuidado este Estado e Vida do Município e porque a CDU entende que de facto é importante analisar o presente, mas sobretudo perspectivar o futuro, a CDU não encontra neste relatório do Estado e Vida do Município nada que fale do que é que se perspectiva, e o que se perspectiva não é muito brilhante, não é muito risonho, antes pelo contrário, é bastante cinzento. ....

..... E refiro-me concretamente às novas competências que estão a ser negociadas, transferidas, muitas vezes à força, do Governo Central para a Administração Local. Nem uma palavra sobre isso. Antes pelo contrário, sobre as novas competências que entretanto tinham sido adquiridas, nomeadamente na área da Educação, o Relatório tem apenas três singelas linhas a dizer que a Vereação responsável pelo Pelouro da Educação vai falar com os Agrupamentos para ver então como é que vai resolver o problema das actividades extracurriculares. ....

..... A mim parece-me bastante tarde e adivinho que de facto vai acontecer exactamente o que aconteceu o ano passado, em que já pelo ano lectivo dentro, não é, estava então a Câmara a dialogar com os Agrupamentos, com as Associações de Pais, para poder resolver um problema de uma delegação de competência, que aceitou, que negociou, não é? E que provavelmente achará que negociou da forma melhor para o Município, mas que de facto veio prejudicar bastante o desempenho do Município, e refiro-me realmente às transferências de competências. ....

..... Vêm aí transferências de competências na área da Saúde, da Educação, da Acção Social, e sobre isso não há sequer uma palavra no Estado e Vida do Município. O que é que o Município pretende fazer relativamente a isto, porque realmente a minha intervenção visa a apresentação de uma moção, peço para passar a apresentar a moção.....

## “MOÇÃO

Considerando o processo «negocial» iniciado pelo Governo para transferência de competências da Administração Central para as Autarquias Locais nas áreas como a Saúde, a Educação e a Acção Social, processo este desrespeitador da Autonomia do Poder Local Democrático por não ser acompanhado pela transferência dos recursos financeiros necessários ao exercício dessas mesmas competências;-----

Considerando que este processo resulta da nova e injusta Lei das Finanças Locais, da recusa de criar e instituir as Regiões Administrativas (elemento essencial a qualquer processo sério e coerente de descentralização), da elaboração e gestão centralizada e centralizadora do QREN, do encerramento de sistemático de serviços públicos por todo o País e muito concretamente na nossa Região, e ainda de anteriores processos de transferência de competências penalizadores da actividade autárquica;-----

Considerando a ausência de um Princípio da Subsidiariedade que aproxime de forma eficiente os centros de decisão dos seus destinatários, para uma efectiva melhoria dos serviços prestados às populações, bem como a ausência duma prestação de serviços diferenciada para a nossa Região de modo a não destruir o carácter universal dos serviços públicos, mas antes que corrija as actuais injustiças e assimetrias;-----

A Assembleia Municipal de Bragança, reunida no dia 29 de Junho de 2007, delibera:-----

1- Recusar um processo forçado de transferência de encargos e de insatisfações para as autarquias, visando unicamente a redução sistemática de investimento da Administração Central, exigindo que as competências transferidas transitem em função das necessidades existentes e não das dotações que lhe estão afectas, ou seja, subfinanciadas e carenciadas dos competentes meios técnicos e humanos;-----

2- Condenar as tentativas de transferências de competências para as quais os Municípios não estão preparados, contribuindo tão-somente para a desestruturação de políticas públicas, e a privatização de funções e serviços tão fundamentais como a saúde e a educação;-----

3- Denunciar o mecanismo de transferência de recursos financeiros pelo Fundo Social Municipal implicando uma tutela de mérito sobre os Municípios que viola a

autonomia do Poder Local Democrático, transformando-o num mero serviço desconcentrado da Administração Central.-----

4- Exigir mais uma vez a criação de Regiões Administrativas, para um Estado moderno, em que as dinâmicas nacionais, regionais e locais permitam o desenvolvimento sustentado do País, o fim de múltiplas injustiças e assimetrias entre os diversos territórios, e salvaguardem as funções sociais do Estado e a qualidade dos serviços públicos prestados aos cidadãos. -----

Bragança, 29 de Junho de 2007-----

Os eleitos da CDU -----

Lídio Alberto Correia e José Manuel Ferreira Castro-----

Enviar:-----  
Presidente da República, Primeiro-Ministro, Grupos Parlamentares, e Comunicação Social".-----

..... **Presidente da Mesa** - Muito obrigado.....

.....Bom, entrada a moção na Mesa, Senhores membros da Assembleia que queiram inscrever-se para pedidos de esclarecimentos sobre esta moção?.....

.....Não há pedidos de esclarecimentos. ....

..... Senhores membros da Assembleia que queiram inscrever-se para se pronunciar sobre esta moção? .....

..... Senhor membro da Assembleia Luís Pires tem a palavra.....

..... **Luís Pires** – Bom, muito rapidamente, apenas dizer aquilo que já disse também de manhã quando o Lídio veio aqui com a moção dele, a questão é que esse tema eu acho que vai ser amplamente debatido num ponto que está agendado na Ordem de Trabalhos, e não vamos aqui andar a desperdiçar tiros, digamos assim, em assuntos que depois se vão repetir outra vez. ....

.....De qualquer maneira achamos que está errada em termos formais de apresentação da Ordem de Trabalhos, mas também desde já lhe digo que o conteúdo também não acho que esteja correcto. Estamos num País que como costuma dizer o Lídio, democrático, houve eleições democráticas, há que deixar correr o sistema democrático e no final o povo deverá dizer alguma coisa, não é? .....

.....**Presidente da Mesa** – Se não há mais inscrições para intervenção sobre esta moção vou por a moção à votação. ....

-----**Após análise e discussão foi a mesma moção submetida a votação, tendo sido reprovada, com dez votos contra, quarenta e duas abstenções e três votos a favor, estando momentaneamente cinquenta e cinco membros presentes.**-----

.....**Presidente da Mesa** – Declarações de voto? .....

.....Não há declarações de voto. ....

..... Senhor membro da Assembleia Amílcar Pires tem a palavra.....

.....**Amílcar Pires** – Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhor Vereador, Senhores membros da Assembleia Municipal incluindo Presidentes de Junta, Comunicação Social, Público, se houver, bom dia para todos.....

.....Eu queria começar pela página que a Câmara Municipal tem na Internet. Eu tenho feito várias visitas, o site no global parece-me um site bem elaborado, mas tem lá dois problemas para os quais eu queria chamar a atenção do Senhor Presidente da Câmara. ....

.....O Primeiro é a questão da publicação e divulgação das actas das reuniões de câmara. Neste momento só está disponível a acta de catorze de Maio, ou seja, há assim um intervalo de quarenta e cinco dias já. Eu queria solicitar ao Senhor Presidente da Câmara que fizesse esforços de pelo menos reduzir a trinta dias, que houvesse um intervalo apenas de duas actas, para que a informação fosse mais atempada.....

..... Depois também há lá algo que eu acho que deve ser corrigido. Nos documentos de interesse tem lá o Plano Plurianual de Investimentos, mas em vez de ter o de dois mil e sete, tem o de dois mil e três, ora isso acho que é uma vergonha naquele site, eu acho que devia estar um bocadinho mais actualizado, de maneira que solicitava essas duas correcções. ....

.....Depois em matéria de planeamento, já aqui foi muito discutido o PDM, teria muito a dizer sobre ele, mas vou apenas também lembrar ao Senhor Presidente da

Câmara que deve estar, em simultâneo, a ser elaborado o Plano Geral de Urbanização da Cidade de Bragança, e se nos pudesse também informar em que fase está a elaboração do PDU, também lhe ficava grato. ....

..... Depois também em matéria de transferências financeiras, sempre que nós lemos o relatório sobre as transferências financeiras, quer para as Juntas de Freguesia, quer para os clubes desportivos ou outras associações, fica-nos sempre a ideia de que o sol quando nasce não é para todos...ou seja, que há aqui alguns tratamentos diferenciados. ....

..... Ora, para que isso não fique no espírito de ninguém, eu perguntava ao Senhor Presidente da Câmara qual tem sido a calendarização das transferências para as Juntas de Freguesia, por exemplo. Qual é o calendário? O que é que está deliberado no Executivo? Todas as Juntas de Freguesia já receberam a verba que lhe cabia pelo orçamento de 2007? Ou ainda não?.....

..... Depois também em transportes urbanos, a Câmara e bem, nessa matéria havia que corrigir alguma coisa nos STUBS, havia que fazer alguma campanha de divulgação no sentido de atrair utentes para o STUB. Eu perguntava ao Senhor Presidente da Câmara se já foram tomadas algumas medidas e quais? E que fosse evitada aquela que previa que o horário de funcionamento deixaria de ser de meia em meia hora, pelo menos nalguns períodos do dia podia haver intervalos até de duas horas. Ora, eu acho que essa alteração da regularidade de passagem em vez de atrair utentes só vai afastar utentes. ....

..... Em matéria de habitação na zona histórica e indo ao encontro daquilo que disse, e bem, o Senhor Presidente da Junta da Freguesia de Santa Maria nessa matéria, eu perguntava à Câmara qual é o mecanismo ou mecanismos que têm ao seu dispor para obrigar os proprietários daquelas casas que ameaçam ruína a qualquer momento, que façam obras de restauro, ou a própria Câmara fazê-las e debitar-lhe depois a respectiva despesa, porque eu acho que aí ele tem razão, realmente há ali situações que ficam mal na tal cidade que todos nós queremos com qualidade de vida. ....

..... Depois, na questão ainda das verbas, aqui no relatório diz-nos que a Empresa Terra Fria Carnes vendeu em hasta pública dois lotes, um por cento e vinte e um mil euros e outro por cento e treze mil euros. Isso só nos vem dar razão àqueles que na altura acharam que a Câmara devia optar pela aquisição da tal cota que estava à venda e não deixar que fosse realizado o tal negócio que um privado, que por aí indiciava querer fazer, que afinal esse privado não estava a fazer frete nenhum à

cidade, antes pelo contrário... de maneira que ainda bem que a Câmara optou pela aquisição da sua quota.....

.....Depois na questão do ambiente, e olhando aqui ao Rio Fervença. Eu há dias assisti, como muitos, a uma tentativa de limpar o leito do rio Fervença, andava lá, creio que é uma empresa, e os trabalhadores que lá andavam creio que eram trabalhadores aplicados e estavam a fazer grande esforço, mas creio que há ali qualquer coisa que está mal e que é preciso corrigir Senhor Presidente da Câmara. ....

.....Eu penso que é necessário criar alguma rampa de acesso a uma máquina e a uma viatura para que permitam limpar o leito do rio e retirar logo os resíduos sólidos e a flora que por lá houver em cada um dos patamares, por forma a que as pessoas não tenham que mandar o lixo de um patamar para o patamar seguinte, e isso só dificulta, e então aquele patamar que está logo em frente ao Jardim António José de Almeida , que é o mais largo, não conseguiram, aliás é passar lá hoje e vê-se que a limpeza que lá foi feita não resultou. Portanto, acho que falta ali uma rampa de acesso ao leito do rio, para viaturas. ....

.....Depois na questão da cultura, a Feira das Cantarinhas e a Feira do Livro cada vez estão a resultar menos entre nós, estas alterações constantes de ano para ano, do local de instalação das respectivas feiras, quer uma, quer outra, não estão a resultar. ..

..... Eu penso que a Câmara, e o pelouro da Cultura em Particular, com o apoio das duas Juntas de Freguesia, a Sé e Santa Maria, deviam repensar uma localização quase permanente para estas duas feiras, no sentido de as tornar mais atractivas ao cidadão. ....

.....Depois em matéria de obras, eu creio que uma vez mais ficou provado que o Partido Socialista tinha razão e quando nós falamos não é no sentido negativo, não é no sentido de evidenciar só o que está mal, antes pelo contrário, também nós queremos ajudar ao desenvolvimento do Concelho, à qualidade de vida na Cidade, na Vila de Izeda e nas aldeias. ....

.....Em boa hora a Câmara agora alterou a saída dos parques de estacionamento, porque é verdade que as saídas anteriores dificultavam a manobra a quem de lá saía, portanto, em boa hora fizeram essa alteração. ....

.....Perguntava também ao Senhor Presidente o que é que se passa com os passeios do Bairro do Vale Churido. Andaram lá, não sei se foi uma empresa se foi a Câmara, abriu a caixa mas agora parece que abandonou a obra, aquilo está lá a caixa aberta para a elaboração dos passeios mas não há continuidade.....

.....No cruzamento de Vale D'Álvaro cada vez é mais urgente uma intervenção urbanística. Eu creio que é necessário estudar e alterar a inserção da Rua de Vale D'Álvaro com aqueles acessos ao parque da Braguinha. São cruzamentos que só criam dificuldade a quem por lá passa, e que a Câmara, se já está a estudar que nos diga, se não está, eu creio que devia ser estudado o quanto antes.....

.....Agora, para terminar, em matéria social, Senhor Presidente da Câmara, a gente de etnia cigana celebrou o seu dia nacional no passado dia 24 e nessa celebração veio ao de cima algo que a Câmara de Coimbra tem feito no sentido de realojar as gentes de etnia cigana. ....

.....Estando neste momento a elaborar uma candidatura para o realojamento definitivo, eles criaram um parque habitacional de transição, ou seja, a gente de etnia cigana sairá das barracas para esse parque, nesse parque irão ser educados, irão criando hábitos de higiene, de segurança, se saúde, e só depois é que transitará para um realojamento definitivo. ....

..... Ora, comparado com o que temos feito em, Bragança é realmente muito, nós em Bragança não temos feito nada por essa gente, zero! .....

.....As barracas que existem no cruzamento de Donai, nos Formarigos e na antiga carreira de tiro realmente aquilo é de uma imagem degradante e que não abona a tal qualidade de vida que a Cidade de Bragança tem. ....

.....A gente de etnia cigana tem vindo a ser penso eu enganada ao longo do tempo, porque por parte da Câmara vão-lhe dizendo que querem elaborar uma candidatura. ...

..... Eu não sei quantos inquéritos fizeram já àquela gente, o que é verdade, Senhor Presidente da Câmara, é que essa candidatura nunca mais avança, hoje não sabemos se ela vai ser apresentada ou não, o Senhor nos dirá, mas para quando fazer alguma coisa para erradicar aquelas barracas onde vive a gente de etnia cigana? .....

..... Obrigado.....

.....**Presidente da Mesa** – Senhor membro da Assembleia Eduardo Malhão tem a palavra.....

.....**Eduardo Malhão** – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia, Excelentíssimos membros da Mesa, Excelentíssimo Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssimo Senhor Vereador, Excelentíssimos Senhores Deputados deste Fórum,

Senhores Presidentes de Junta, Senhoras e Senhores da Comunicação Social, bom dia a todos.....

.....Eu gostaria de fazer aqui uma breve intervenção deixando algumas notas sobre o Estado e Vida do Município anteriormente apresentado pelo Senhor Presidente da Câmara, mas antes gostaria de deixar também aqui uma nota. ....

.....Relativamente ao senhor deputado Luís Pires, de facto ??? a democracia deve funcionar mas não é apenas relativamente ao Governo, também relativamente ao Município deve funcionar, deve-se deixar desenvolver o programa sufragado pelos eleitores e no final esses mesmos eleitores irão julgá-lo. ....

.....Não fica bem referir-se apenas nesses termos ao Governo, deve-se lembrar também quando, de uma forma sistemática, criticam o trabalho do município, ter também essa postura. ....

.....Continuando gostaria de – uma primeira nota – para destacar a grande acção da Autarquia na defesa das populações locais e na construção de melhor qualidade de vida porque as autarquias são o principal baluarte das defesas dos cidadãos e dos interesses locais. ....

.....Sublinhar uma vez mais os projectos estruturantes que a Câmara está a desenvolver e que tem em projecto, simbolizando obviamente que existe uma grande visão por parte do Actual Executivo, que é um Executivo que está dinâmico, pujante. ..

.....Não é de forma alguma um projecto gasto, não se trata de uma equipa cansada, trata-se de uma equipa que projecta muito para além do curto prazo, tem um projecto de médio e longo prazo e a prova evidente são as obras que recentemente vão inaugurar, nomeadamente o Centro de Interpretação e Monitorização Ambiental, que amanhã iremos ter oportunidade de estar presentes na sua inauguração. ....

..... Também o Centro de Arte Contemporânea que muito brevemente irá ficar concluído. São duas obras de grande referência, projectadas por Arquitecto de renome, que para além de enriquecerem o espólio cultural e tecnológico também do nosso Concelho irão permitir em termos de fluxos turísticos potenciar também a visita de estudantes de arquitectura, projectistas. São claramente duas obras de grande referência, duas obras emblemáticas que pensam no horizonte e muito mais amplo do que o actual mandato . ....

.....Para além disso recordo também os trabalhos de requalificação da Avenida do Sabor, contrariamente ao que muita gente diz, eu, ontem, tive a oportunidade de

passar lá, acho que está um trabalho bem feito. Obviamente que sofreu alguns atrasos que não podem ser de forma alguma imputáveis à Câmara Municipal.....

..... Recordo que aquela via deixou de ser a principal via de acesso e de entrada no centro da Cidade. Existe já projectada e em vias de se iniciar o concurso de adjudicação, a Circular Interna que irá naturalmente retirar muito trânsito da Avenida do Sabor. Aquela Avenida não é uma Avenida comercial, é uma Avenida residencial e como tal os moradores penso que só têm a beneficiar com o facto de não ser uma via larga.

..... Nós, por hábito, só criticamos as obras quando elas estão executadas. Elas são apresentadas publicamente, são discutidas, toda a gente bate palmas, toda a gente acha os projectos muito bonitos, ninguém diz nada e depois numa fase posterior quando já não dão contributo nenhum, pelo contrário, apenas servem para desgastar e desmoralizar quem faz obra, vêm num ataque ferrado criticar essas mesmas obras....

..... De facto toda a gente deve ter consciência de que apesar de estarmos no fim de ciclo do III Quadro Comunitário onde naturalmente os fluxos financeiros são menores, mas continuar a existir uma grande dinâmica da parte do Município e, penso eu, que quem estiver interessado, não tenho qualquer dúvida, que o Partido Socialista e a CDU e o Bloco de Esquerda que estão interessados também nisso, no desenvolvimento efectivo e real da nossa cidade, mas penso também que devem dar um contributo mais positivo no sentido de apresentarem projectos e ideias e não se limitarem, de uma forma, como disse, sistemática, à crítica que de facto é a coisa mais fácil, e eu reconheço que nós, culturalmente, somos muito dados a esse tipo de crítica, em vez de valorizarmos os nossos recursos, valorizarmos as nossas instituições, valorizarmos o papel das Juntas de Freguesia, das associações culturais, das IPS's. ....

..... Recordo, por exemplo e ainda recentemente, uma associação local, a ASCUT foi distinguida como ONG, como o exemplo de boas práticas ao nível local de entre doze empresas e ONGs a nível nacional e de referir que é o segundo ano consecutivo que essa associação é distinguida. ....

..... Portanto temos que valorizar o que temos de bom: valorizar as pessoas; valorizar as associações culturais; valorizar os estabelecimentos de ensino; valorizar os nossos professores que são pessoas empenhadas, pessoas qualificadas; valorizar os nossos investigadores; porque não valorizar os nossos empresários a apostar mais

no que é nosso e acho que com esta perspectiva optimista e positiva certamente teremos um futuro mais risonho do que muitas pessoas pensam ser possível. ....

.....De facto não podemos estar sempre à espera que os outros façam o nosso trabalho, nós temos todos a nossa quota parte de responsabilidade. Naturalmente que o Governo, este e os outros governos obviamente, tem grande culpa no nosso atraso mas também nós temos a nossa quota parte de responsabilidade. ....

.....Uma outra nota também para as Juntas de Freguesia, como disse, pela grande dinâmica que continuam a imprimir no desenvolvimento das suas Freguesias. Queria destacar aqui, naturalmente por serem obras de maior dimensão e mais emblemáticas, a recente entrada em funcionamento do Pavilhão Desportivo de Rebordãos, uma obra de qualidade, bastante cuidada, na qual está já em curso neste momento um torneio de futsal com vinte e sete equipas, bem organizado, dou por isso os parabéns ao Presidente da Junta. ....

.....Isto também é prova que a descentralização de equipamentos que se pensava que não tinham viabilidade nas Freguesias, que são úteis e que é possível. Por isso parabéns ao Presidente da Junta de Rebordãos e ao Senhor Presidente. ....

.....Também uma nota para lembrar aqui a abertura do Lar de Idosos de São Pedro, a minha freguesia, como sabem, uma obra de qualidade que foi apoiada pela Câmara Municipal. Não teve apoios ao nível Central mas a obra fez-se, com grande empenho do actual Presidente da Junta e do Centro Social legalizaram o equipamento, entrou neste momento em funcionamento, naturalmente o meu agradecimento ao Senhor Presidente da Junta e também ao senhor Presidente da Câmara e restante Executivo pelo apoio e pela valorização da obra. ....

.....Uma última nota para também sensibilizar o Executivo no sentido de se corrigirem alguns pormenores que são pequenos, são pormenores, mas também são importantes e as pessoas valorizam muito. De facto por vezes as grandes obras roubam-nos algum tempo e algum discernimento para cuidar dos pormenores mas os detalhes no asseio e na arrumação das cidades também são importantes. ....

.....Eu recordaria aqui, por exemplo, os passeios da Avenida 22 de Maio, que é uma Avenida central que liga a Rua Engenheiro Amaro da Costa à Rua que dá acesso à Câmara. É uma Avenida já com bastante movimento, numa zona nobre, como eu disse, na qual se situa a Escola Secundária Emídio Garcia e a nova Sé Catedral.....

.....Se repararam e naturalmente que já viram isso, um passeio está muito bonito, está em mini cubos de granito, com árvores, o passeio contrário está com umas

pedras, não diria crateras porque isso era exagero obviamente, mas com bastantes irregularidades. Passam por ali estudantes, fica bastante próxima da Câmara e de facto acho que não é de grande investimento e aquela Avenida merecia de facto uma pequena intervenção no sentido de a regularizar ainda que com betonilha. ....

..... Também nesse mesmo espaço existem lá construções de terrenos que foram vendidos pela Câmara Municipal acerca de quinze anos e continua ainda com as infra estruturas básicas em falta, nomeadamente passeios, rampas de acessos às garagens. É uma obrigação da Câmara, neste caso, porque vendeu os terrenos, recebeu o respectivo montante, licenciou, portanto acho que essa obra deve ser executada com a máxima urgência porque já peca por tardio. ....

..... É óbvio que não se pode fazer tudo num dia, e que os recursos não são elásticos não chegam para tudo mas também é um investimento de pequena monta e de facto acho que deveria ser repensado no curto prazo. ....

..... Depois também a recolocação de algumas passadeiras e de alguns sinais de trânsito. Recordo que as passadeiras servem para segurança dos peões mas por vezes também atrapalham quando elas são mal posicionadas e quando elas estão em excesso. Por exemplo no início da Avenida General Humberto Delgado entre a ligação da Avenida João da Cruz e a Escola Abade de Baçal penso que há ali, sem exagero, umas cinco ou seis passadeiras. Isso implica que não haja uma disciplina dos peões, passa um peão numa passadeira, passa outro noutra passadeira, atrapalha o trânsito e põe em perigo os peões. Portanto eu acho que deveriam ser repensadas porque também o que é a mais por vezes atrapalha e não torna o espaço funcional. ....

..... Depois também pequenas ligações entre ruas que continuam, nomeadamente na Zona da Braguinha, continuam sem ser tratadas urbanisticamente e também são pequenas intervenções que não são onerosas nem oneram muito o Orçamento da Câmara. ....

..... Também uma palavra para a situação da Avenida das Cantarias, claramente a principal via de entrada na cidade, é por ali que se efectua grande parte do trânsito e está com mau aspecto. A Câmara tem estado atenta e quando é necessário coloca remendos nos buracos mas isso não é solução. Acho que se deve pensar numa solução definitiva porque a primeira imagem que fica das pessoas que nos visitam é a entrada da cidade e penso que deve haver alguma atenção nesse aspecto. ....

..... Depois falar também um pouco na simplificação e modernização administrativa. .

..... A semana passada a pedido de um amigo que não conhecia a cidade, acompanhei-o a três instituições da cidade para proceder à requisição de gás, luz e água. Fui à DurienseGás, com ele, demorei cerca de dez minutos a ser atendido e a contratualizar o serviço. Fui à EDP, também uns dez a quinze minutos. Na Câmara demorámos cerca de quarenta e cinco minutos. Parece-me muito, eu penso que com as novas tecnologias isso é possível otimizar. Por outro lado implica que as pessoas estejam em duas filas, uma na Secção de Águas para contratualizar e outra na Tesouraria. ....

.....Em tempo de Inverno é preciso atravessar o Parque, isso não é bom porque as pessoas para além das demoras que têm, mesmo em termos de saúde não é bom, estão quentes num lado e depois têm que se molhar e apanhar frio para ir ao outro lado, e por outro lado também não se justifica isso, porque a EDP faz o contrato de ligação de luz e não cobra nada no acto da contratualização, cobra no primeiro recibo.

.....O problema do pagamento da taxa resolvia-se imputando esse pagamento no primeiro recibo e isso evitava já que os utentes tivessem que esperar numa nova fila e penso que se ganhava eficiência em proveito de todos. ....

.....Também relativamente ao cruzamento de informação na Câmara, penso que não está a ser bem tratado, porque um utente que vá aos serviços de urbanismo pedir uma licença de utilização, carece de um documento da secção de águas e saneamento que diga que está assegurado o pagamento do ramal. Não faz sentido numa mesma instituição haver dois documentos. Hoje é extremamente fácil cruzar essa informação, penso que seria útil criar uma rede de intranet para ultrapassar essas situações, ou se existe optimizá-la, porque em pleno século XXI não me parece que seja a forma mais adequada e mais eficiente para os serviços. Penso que haveria muitos ganhos nessa alteração. ....

.....E agora sim, esta é mesmo a última nota. Relativamente aos incentivos e à redução de taxas do emparcelamento e licenciamento na zona histórica e nos meios rurais, de facto eu sei que ela existe, mas, parece-me que a comunicação não tem sido bem direccionada. Portanto deve haver uma comunicação mais direccionada para as pessoas, porque muitas das pessoas não estão sensibilizadas e informadas para isso, é óbvio que por vezes a informação é dada na comunicação social, mas nem todas as pessoas têm acesso a essa informação. ....

.....Portanto haver o cuidado da Câmara Municipal ter também uma política de pedagogia e de sensibilização para os promotores, para os proprietários, no sentido de os estimular. ....

..... Dessa forma acho que tem a ganhar a cidade, e tem a ganhar naturalmente os proprietários.....

..... Disse. ....

..... **Presidente da Mesa** - Muito obrigado.....

..... Senhor membro Henrique Ferreira informo-o que o Grupo Municipal do PS tem disponíveis dois minutos.....

..... **Henrique Ferreira** – Muito obrigado Senhor Presidente da Assembleia, Excelentíssima Mesa da Assembleia, Excelentíssima Câmara, caros colegas membros da Assembleia, Excelentíssima Comunicação Social. ....

.....Portanto, impondo-me a mim próprio o desafio de dois minutos, só três notas.....

.....Uma primeira nota para a aprovação da Carta Educativa do Município de Bragança que por lapso não foi referida no discurso Municipal e que portanto é uma nota importante e que foi aprovada rapidamente, ao contrário do que eu esperava face à experiência de outras cartas educativas. ....

.....

..... Está lá? Então fui eu que li mal. Peço desculpa. É dos óculos. ....

.....Uma segunda nota e no âmbito da dinâmica que já aqui hoje foi referida da necessidade de interacção entre as instituições municipais e supra-municipais, neste caso em concreto o Instituto Politécnico de Bragança e a Câmara Municipal, que eu vinha aqui referir justamente três exemplos de colaboração, na medida em que, por exemplo no âmbito do mestrado em Administração Educacional, três das dissertações, o conceito da dissertação aplica-se aos mestrados e o conceito de tese aos doutoramentos, portanto, três dissertações versaram especificamente a realidade do Município de Bragança. ....

.....Foram elas a do Isidro Rodrigues sobre a provisão local da educação, a de Catarina Parreiras sobre a dimensão educativa do desporto escolar, e a de Maria Luísa Afonso sobre a constituição do Agrupamento de Izeda. Portanto são três casos,

claramente, em, que o IPB pôs ao serviço do Município o seu saber e a sua acção no sentido de estudar o que ocorre na vida Municipal. ....

.....Um minuto e cinquenta e sete segundos, uma última nota e um pedido, é um pedido do nosso colega do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, Bruno Veloso, que pede para apresentar uma moção à Assembleia no sentido de que seja criado um Gabinete de Apoio ao Emprego Jovem na Câmara Municipal, sob a coordenação da Câmara Municipal, pondo em interacção as instituições que têm intervenção nesta área, portanto a Câmara seria a entidade gestora e promotora desta iniciativa ao mesmo tempo que dinamizadora. ....

.....Se me permite Senhor Presidente, se me aceita em nome do Bruno Veloso ou se tenho que assinar eu?.....

.....**Presidente da Mesa** – Bom, os Senhores estão-me a por em dificuldades, por um lado o tema é simpático, mas por outro lado é a segunda vez que o Grupo Municipal do Partido Socialista, hoje, quer entregar uma moção fora do tempo que já não tem... Eu não primeira vez transigi, e peço muita desculpa mas na segunda vez não vou transigir. Não pode ser. ....

.....

.....**Presidente da Mesa** - Não... o requerimento é que tenho que o aceitar e por à votação. Uma moção não. Peço desculpa nomeadamente ao proponente que com certeza o faria com muito boa vontade, mas lembro-lhe que efectivamente hoje nesta sessão seria a segunda vez que isto estaria a acontecer. ....

..... Senhor membro da Assembleia Paulo Xavier, faça o favor. ....

.....**Paulo Xavier** – Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores membros da Assembleia, Presidentes de Junta, Comunicação Social. ....

.....Algumas breves notas em virtude de que quero dar os parabéns ao membro da Assembleia Eduardo Malhão pela análise, pela forma, pelo sentido positivo e sentido reivindicativo que fez aqui na sua intervenção. É exactamente aquilo que um membro da Assembleia atento deve fazer. Mais do que isso pouco há a dizer. No entanto tenho

algumas notas, e muitas delas fê-las de uma forma brilhante e tenho que enaltecer exactamente a sua intervenção. ....

..... Também aqui uma nota, uma nota a um membro da CDU, sobre quando fala dos canteiros de forma pejorativa, etc., possivelmente em 1997 não conhecia a nossa cidade. ....

..... Há que enaltecer quando tem que se enaltecer, há que criticar também de forma positiva sempre que se possa, fazê-lo. ....

..... Indiscutivelmente a requalificação da zona histórica é ímpar, a Circular penso que vai ser uma realidade, e os espaços verdes de grande qualidade na nossa cidade. É indubitavelmente uma grande e uma marca de gestão autarca. As mostragens claramente valem aquilo que valem, a taxa de desemprego no nosso Concelho não nos diz isso, pese embora o tal papel que andou por aí, mas, a preocupação da taxa de emprego, eu aliás já o trouxe aqui, noutra Assembleia, que é claramente o pico, o máximo entre nós. ....

..... Senhor Presidente da Câmara quero efectivamente dar-lhe os parabéns pelo rigor, a forma determinada e atenta com que encarou a questão da Praça Camões. A Praça Camões, a sua impermeabilização que muito se criticou, e isso é uma marca de rigor e de forma atenta e determinada o fazer cumprir e obrigar a empresa àquilo que é importante. Por isso, da parte da Freguesia da Sé os parabéns. ....

..... Os passeios e aquilo que foi feito na Santa Apolónia é um bom caminho e gostaria de lhe dizer assim Senhor Presidente, poderia continuar porque nós temos já a área urbana toda de passeios, e deveria ter uma equipa pontual, porque nós temos hoje muita gente a andar, caminhar nesta nossa cidade e temos claramente nalguns pontos e pontuais, da nossa cidade meia dúzia de metros em que os passeios precisavam de uma reparação. ....

..... Acho que neste momento, aliás pelas pessoas que andam a passear, pelas pessoas que indiscutivelmente - até ali o nosso companheiro Dr. Cadavez tem incentivado - merecem ter passeios condignos e sem problemas para poderem caminhar.....

..... Perguntava, já foi aqui abordado, mas não posso deixar de reivindicar de forma muito clara. A Freguesia da Sé, hoje, precisa e com urgência, e repito, precisa e com urgência, as repavimentações nos Bairros de Santiago, do Campelo, do bairro Novo da Providência, alguma parte, parte de Vale D`Álvaro, artérias da Mãe D`Água, em virtude de saber da repavimentação do Plantório, é urgente. ....

..... Não sei como é que a Câmara se vai posicionar sobre os seus dinheiros e sobre as prioridades. No meu entender, como Presidente da Freguesia da Sé, essa é a prioridade das prioridades.....

..... Deixava ficar esse sentido reivindicativo aqui ao Senhor Presidente da Câmara.

..... Quanto aos passeios, já vos faltam tão poucos para os ter, ou seja, Campo Redondo e Santa Isabel, faça lá um esforcinho este ano, pelo menos ao concurso ou numa delegação de competências para a Junta de Freguesia as verbas respectivas e nós fazemos. ....

..... Disse. ....

..... Obrigado.....

..... **Presidente da Mesa** - Muito obrigado.....

.....

..... **Presidente da Mesa** - Defesa de??? .....

..... **Presidente da Mesa** - Eu confesso que fico surpreendido... não tive... Bom, mas penalizando-me por ter estado um bocadinho ali numa pequena conversa com o Senhor membro da Assembleia Bruno Veloso, faça o favor. ....

..... Mas muito estranharei eu se tivesse havido alguma ofensa... muito estranharei eu...

..... **José Castro** – Muito obrigado.....

..... É muito rápido e provavelmente defesa da honra é um termo muito forte, exagerado ... ..

..... **Presidente da Mesa** – ... exagerado, bem me parecia que não havia honra para defender, a mim bem me parecia. Muito obrigado pela sua sinceridade.....

..... **José Castro** - ... não sei se regimentalmente há outro termo mais leve, mas se o houver... ..

..... Eu queria dizer que em mil novecentos e noventa e sete eu já conhecia Bragança há quase dez anos, e o Paulo sabe-o, sabe-o porque o Paulo foi

precisamente das primeiras amizades que eu cultivei, era difícil não ser, não é? quando cá cheguei a Bragança, e que hoje me considero Brigantino de todos os costados ! Antes pelo contrario, eu costumo dizer que sou Brigantino ao contrário de muitos Brigantinos que são Brigantinos por parte do pai, mas que já não se sabe deles ou onde é que estão, eu costumo dizer que sou Brigantino por parte dos meus filhos que são Brigantinos de todos os costados, estão a entender? E quantas vezes em casa tenho problemas precisamente porque eles defendem isso. E vou continuar a defender isso e isso para que fique claro nesta Assembleia.....  
..... E portanto já conheci, conheci a gestão do Eng.º José Luís Pinheiro, do Dr. Mina e estou a conhecer agora a gestão e de uma forma atenta, do Eng.º Nunes, como sabe. Ok? E portanto para que fique, porque pode passar nesta Assembleia que caio de pára-quedas e que não conheço... Não! Mas conheço! Vai para vinte anos que cá estou e que conheço a cidade, e que me sinto perfeitamente habilitado para falar, antes pelo contrário, e repito que me sinto totalmente Brigantino. Para que fique aqui bem claro.....

..... **Presidente da Mesa** – Sem ferir a sua honra, continue a ser bem-vindo a Bragança.....  
..... Muito obrigado.....

..... **Presidente da Mesa** – Ó Paulo, é meio dia e trinta e cinco, um minuto.....  
..... Se cámos nesta de defender a honra desta maneira.....

..... **Paulo Xavier** – Eu reconheço que em 1997 estava cá e que tive prazer de estar consigo sempre, e que tenho imenso gosto de o ter como amigo. Isto é só uma comparação... que as pessoas não podem deixar de comparar. Agora, indiscutivelmente aquilo que eu quis fazer foi uma questão comparativa, e nessa comparação é indiscutível, só nesse sentido.....  
..... Eu considero Bragança, porque também há uma nota positiva nisto tudo, e já dizia o meu falecido pai, que dizia o seguinte, e que fique bem claro, até para outras situações: “a nossa terra é aquela onde nós temos o trabalho!” E todo o jovem, toda a

..... pessoa que arranja trabalho no lugar A, B ou C, passa obrigatoriamente a ser a nossa terra, e esse é efectivamente o nosso problema.....  
..... Disse. ....

..... **Presidente da Mesa** - Muito obrigado.....

..... Senhores membros da Assembleia, antes de interrompermos os trabalhos eu queria chamar a vossa atenção e pedir-vos que atendendo à longa agenda que nos resta para a parte da tarde, possamos recomeçar os trabalhos às duas horas. ....

.....

..... **Presidente da Mesa** - Quer dar uma resposta? .....

..... Faça o favor.....

..... Embora também já não tenha tempo, mas agora com as defesas da honra... é para dar resposta a vocês e gastaram o tempo todo. ....

..... **Presidente da Câmara** – Obrigado Senhor Presidente.....

..... Senhor deputado Lídio Correia - A via que citou tem uma faixa de circulação de nove metros, tem dois virgula cinco metros de estacionamento e dois metros de passeio. Poderá ter havido inicialmente uma marcação, eventualmente em desconformidade. Esta é a característica da via. É a informação que posso dar. ....

..... Conclusão da Avenida do Sabor - A Câmara fez uma prorrogação de prazo até ao dia de amanhã, data a partir da qual se não houver justificações legais e plausíveis a empresa está obrigatoriamente em regime de multas, é essa a decisão da Câmara...

..... Deputado Luís Pires, não vou poder responder às perguntas todas, a todos os problemas, seleccionei algumas. ....

..... O grau de colaboração da Câmara com o IPB é evoluído, não estamos desatentos a essa relação, quero citar que com a Escola Agrária tem havido vários Projectos, nesta altura estão alguns a decorrer; com a Escola Superior de Educação - uma participação muito mais activa; Conservatório de Música - aulas de inglês no primeiro ciclo, de música. ....

..... No inglês, o ano passado enviamos um convite à escola para concorrer e poder também assegurar as aulas ao primeiro ciclo, não apresentou proposta. ....

.....Este ano sabemos que há professores de inglês em risco de não poder ter trabalho e poderem sair de Bragança. Nós vamos dialogar com a Escola Superior de Educação para ver se conseguimos ajudar alguma coisa neste âmbito.....

..... No âmbito da Escola Superior de Tecnologia e Gestão não temos, neste momento, nenhum projecto relevante, mas estamos abertos a todos os projectos que forem relevantes e que possam ser contratualizados. ....

..... Senhor Presidente da Junta de Santa Maria, notificação aos proprietários com casas em ruína no Centro Histórico - fizemos um levantamento exaustivo a todas as casas em situação de ruína, estejam habitadas ou abandonadas, tendo os mesmos sido notificados nos termos da lei para proceder à execução de obras. ....

..... Esse processo está a decorrer, não é um processo fácil, a Câmara não pode chamar a si a responsabilidade de recuperar as casa privadas do Centro Histórico, em abandono, para isso temos de fazer uma opção, podemos fazê-lo, direccionamos o orçamento da Câmara, aguardamos decisões do Tribunal para recuperar o investimento e paramos outras iniciativas... podia ser uma opção política. Não me parece que seja aquela que deve ser conduzida. ....

.....Entretanto para a Assembleia de Setembro ou Novembro tentaremos trazer alguma informação adicional sobre esta matéria, estamos a fazer uma avaliação em sede de IMI no sentido de saber se podemos penalizar quem não reaja a esta solicitação da Câmara, e se podemos beneficiar quem tem uma atitude activa. Se este processo nos permitir desencadear um instrumento de política que venha a ser considerado como positivo, apresentá-lo-emos à Assembleia para decisão.....

.....Área de emprego e de saúde são áreas de facto em que Bragança sai mais penalizada na avaliação feita entre as cidades, mas essas são áreas da responsabilidade da Administração Pública.....

..... Então não lutamos todos para que não fosse anulado o projecto de adjudicação das obras de ampliação do Hospital? Fez-se tanta movimentação dentro da Assembleia, da Câmara, com os cidadãos, com debates públicos, com informação, fez-se um esforço enorme. ....

.....Lamentavelmente as obras evoluem a passo de caracol e não ao nível e à dimensão daquilo que precisa, porque isso penaliza os utente, o serviço, e mais, e faz muitos médicos sair de Bragança, o que é pena, numa situação em que o País tem carência de profissionais. ....

.....Na área do emprego, é inquestionável, isto acontece no interior do País, não é só em Setúbal, o interior do País é mais castigado. E se o problema de emprego não se faz notar tanto é porque os jovens com mais facilidade encaram a saída deste território. ....

.....Portanto, aquilo que se impõe é que o Governo venha a criar instrumentos de política pública capazes de dar espaço e oportunidade para os jovens do interior do País e que não tenham que abandonar a terra que os viu nascer, e eu acho que isso só se faz com uma verdadeira política de choque em termos fiscais e de fixação de investimento no interior. ....

.....Tudo o resto, a Administração Pública, o emprego público tem significado, tem importância, mas isso não é decisivo para fixar jovens, para criar emprego, para criar riqueza. É a economia que tem que ser animada. O emprego público é importante, mas a animação da actividade económica é vital, é fundamental nesta matéria.....

.....Não fazemos uma política de canteiros. A intervenção POLIS é uma intervenção em quarenta e cinco hectares de requalificação ambiental e portanto isso derrota todas as perspectivas do Senhor deputado José Castro. Aconteceu o mesmo com o Parque da Trajinha, e como acontece noutros jardins que se têm feito. De resto, pequenos canteiros, temos estado a iluminar todos, pavimentando e encontrando outras soluções. ....

.....Novas competências - naturalmente o Presidente da Câmara não tem estado alheio a esta matéria, participei na organização do Congresso, assegurei a presença numa das quatro mesas das matérias em debate no Congresso e tive oportunidade ainda de fazer duas intervenções. Portanto tenho a atitude activa que se impõe, não se justificava, do meu ponto de vista, estar a trazer esta matéria para esta Assembleia, neste momento. ....

.....Parte do ensino - funcionaram bem as actividades de enriquecimento curricular, não tenham dúvida. Mesmo que tivesse havido dificuldades o resultado final é bom. Assim foi feita a avaliação, quer pelos Agrupamentos de Escolas, quer pela Câmara, quer pela ???? da Área Educativa, quer pelos pais. ....

..... Começar um caminho é difícil, nós começamo-lo e acho que o resultado está a ser bom. Vamos continuar a fazê-lo de forma positiva, afirmativa que é essa a obrigação que temos. ....

.....Plano de Urbanização – situação – está exclusivamente, está o parecer final assinado pela Comissão de Acompanhamento, está exclusivamente à espera que do

Ministério da Agricultura seja disponibilizado o parecer relacionado à desafecção na RAN para, acto imediato, entrar em discussão pública. Esta situação deve acontecer durante este mês, portanto o envio desse documento.....

..... Feira do Livro - A Feira do Livro ganhou, ganhou do ponto de vista do Executivo, porque já fizemos essa abordagem, o espaço definitivo onde ela deve acontecer, nos claustros do Centro Cultural. ....

..... É aí que está a Biblioteca, é aí que estão os restantes equipamentos, é aí que está a complementaridade, é aí que os livreiros gostam de estar, é aí que os cidadãos gostam de ver a Feira. Foi essa a informação que nos chegou. Definitivamente do nosso ponto de vista a feira do livro a continuar a realizar-se é aí que deve ser realizada. ....

..... Portanto, não andamos a derivar nessa matéria e acontece num espaço de Excelência, um espaço que há seis, sete anos nem sequer a cobertura tinha, estava completamente degradado, abandonado, servia para toxicodependentes aí se juntarem e tantas outras situações. Um edifício de referência, cuja recuperação permitiu conquistar, hoje, um espaço de grande dignidade para que a Feira do Livro possa acontecer, bem como outras actividades.....

..... Em matéria social - temos vindo a trabalhar, não o suficiente, sabemos que é preciso fazer mais, mas uma das empreitadas que a Câmara lançou recentemente, em cerca de cento e vinte mil euros, vai exclusivamente direccionada para melhorar as condições do espaço envolvente de famílias de etnia cigana na área rural. ....

..... Portanto, não somos insensíveis, estamos a trabalhar, como temos de disponibilizar apoios financeiros para recuperar algumas habitações em espaço rural de famílias de etnia cigana, o problema que temos na cidade é de outra complexidade, é de outra dimensão, mesmo assim, nós não temos estado a olhar para o lado. ....

..... E era o essencial que eu gostava de referenciar. ....

..... **Presidente da Mesa** - Muito obrigado Senhor Presidente.....

..... Senhores membros da Assembleia peço o favor da vossa presença às 14h 15m para podermos retomar os trabalhos. ....

..... Muito obrigado.....

**INTERVALO PARA ALMOÇO** – Neste ponto da agenda de trabalhos foi interrompida a sessão, tendo-se reiniciado novamente, depois de verificada a existência de quórum, cerca das catorze horas e quinze minutos. ....

..... **Presidente da Mesa** – Senhores deputados já temos quórum.....

..... O ponto da ordem do dia em que estamos é o .....

..... **4.2 – AGENDAMENTOS NOS TERMOS DA ALÍNEA R) DO ARTIGO 65.º DO REGIMENTO** .....

..... **4.2.1 – A solicitação de membros do Grupo Municipal do Partido Social Democrata** - Consequências para o Concelho de Bragança e para o País, das políticas e opções do Governo na reestruturação dos Serviços da Administração Pública.....

..... Para introduzir o ponto dou a palavra ao Senhor membro da Assembleia Nuno Reis. ....

..... **Nuno Reis** – Muito obrigado Senhor Presidente. ....

..... Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores membros da Assembleia Municipal de Bragança, antes de mais, boa tarde. ....

..... Atento à extensão dos trabalhos que ainda nos esperam ao longo desta tarde, e provavelmente o número de intervenções quer esses pontos ainda irão suscitar, procurarei ser breve e desde já digo que submeterei à Assembleia a apresentação ou a apreciação de uma moção respeitante a esta matéria. ....

..... Procurarei assim, em traços muito largos, fazer a caracterização geral daquilo que o PSD pensa sobre esta matéria. ....

..... Como é sabido, o Partido Socialista em campanha eleitoral e depois uma vez chegado ao Governo, assumiu o compromisso eleitoral e tem vindo a concretizar, bem ou mal é isso que nós vamos aqui discutir aqui hoje, tem vindo a concretizar um conjunto de alterações legislativas que vêm assumindo como sendo a sua estratégia de reforma da Administração Central do Estado. ....

..... Com motivações de índole económica e motivações de índole financeira, que nós não disputamos, com um objectivo de carácter absolutamente... eu tenho alguma dificuldade em caracteriza-lo, mas com um carácter absolutamente imperioso para aquilo que é a estratégia do Partido Socialista, quer assenta numa política absolutamente espartana de redução crescente da despesa pública, ou pelo menos é isso que eles dizem, a verdade é que o programa de reestruturação da Administração Central do Estado, tal como se encontra delineado nas suas bases, quer políticas, quer legislativas, bases políticas atenta às resoluções do Conselho de Ministros que lhe estão subjacentes e legislativas porque já foram sendo publicadas várias leis orgânicas, várias decretos orgânicos e vários estatutos, não só de serviços ligados à Administração Directa como à Administração Indirecta, que não podem deixar de nos preocupar. ....

..... Efectivamente se fizermos uma análise, que não precisa de ser tão atenta nem profunda quanto isso, mas se fizermos uma análise daquilo que está verdadeiramente em jogo, facilmente se conclui que os dados de partida se encontram viciados e em desfavor do interior. E não é uma mera crítica resultante de partidarice, é mesmo assim Senhores deputados. ....

..... Se os Senhores virem, um dos princípios fundamentais das resoluções do Conselho de Ministros que tem vindo a lume, assentam no pressuposto de contingentação da Administração Pública em função do número ou do volume processual que cada Departamento Governativo tem. ....

..... Assim, há um pressuposto fundamental em toda a linha de reforma que este Governo preconiza, que vai no sentido de atribuir a cada funcionário da Administração Pública um número mínimo de processos ao qual estará adstrito, ou cujo tratamento ou procedimento estará adstrito. ....

..... Ora, Senhores deputados, facilmente se conclui que numa região amplamente despovoada como é a região transmontana, mas um pouco por todo o interior, facilmente se conclui que regiões que se encontram absolutamente ao abandono e em processos acelerados de desertificação, como é o caso das regiões mais interiores do País, este tipo de pressuposto, naturalmente nos irá prejudicar. ....

..... Mas perguntam Vossas Excelências, então deve ficar tudo como está? Diremos nós, Senhores deputados, não! Obviamente que não poderá ficar tudo como está. Não poderá ficar, primeiro porque o País precisa de uma Administração Pública eficaz e competitiva, não poderá ficar tudo como está, porque o País precisa de factores de

competitividade e a Administração Pública é um factor de competitividade, para fazer aquilo que alguns deputados do Partido Socialista aqui já promoveram, que é a internacionalização da economia, é a competitividade, é o abraçar das regras da economia de mercado. ....

.....Mas não poderá também ficar tudo como está porque este Estado com a dimensão que tem, pelo peso que tem nas nossas vidas se tornou demasiado asfixiante, se tornou demasiado pesado para nós o podermos aguentar. A verdade, e no fundo, no fundo, acho que há um consenso absolutamente partidário quanto a esta matéria, a verdade é que tem que haver alterações. Quanto a esse ponto, todos nós nos entendemos. O sentido das alterações, bom, aí, naturalmente surgirão divergências. ....

.....Dirá o Partido Socialista, eu vou fazer aqui um exercício de prognose, dirá o Partido Socialista que, é demasiado prematuro avançar com especulações, que nos antecipamos numa fase tão inicial deste processo, que nos antecipamos e que verdadeiramente ainda não sabemos, designadamente ao nível da colocação, ou sedes ou centros de poder decisório, dos serviços concentrados da Administração do Estado, que ainda não temos dados concretos que nos permitam de alguma forma assumir aqui posições políticas mais consolidadas, mais estruturadas, mais “sérias”. ..

.....Bom, eu com todo o respeito pelas opiniões que fui aqui ouvindo, discordo, e discordo por um motivo muito simples. A Assembleia Municipal e penso eu que os autarcas em geral, não podem chorar sobre o leite derramado, e portanto se temos já definido o quadro legal em que a nova organização da administração pública vai assentar, se temos já definidas algumas perspectivas que indiciam o caminho que vamos a trilhar, é bom que nós enquanto decisores políticos, é bom que nós enquanto representantes dos povos da região de Bragança, assumamos desde já, de forma clara, de forma objectiva qual é a nossa posição, se um ou outro caminho vier a ser trilhado, se uma outra decisão efectivamente vier a ser concretizada. ....

.....Porquê? Bom, porque direi, e eu acho que isto tem passado um pouco por todos os discursos, também, porque os Portugueses em geral são todos muito bons a fazer diagnósticos, os Portugueses e os Partidos há muitos anos que fazem bons diagnósticos, o problema é depois a terapêutica, a verdade é que nós todos sabemos que corremos sérios riscos de Centros de Decisão, Serviços Desconcentrados da Administração Central, poderem eventualmente serem retirados de Bragança, serem retirados da Região Transmontana. ....

..... E isso deve suscitar, desde logo, uma preocupação. Preocupação, porque nós que aqui nos sentamos hoje também representamos os funcionários públicos que vêem as suas vidas perturbadas, se alguns serviços daqui saírem vamos mexer com a vida de algumas famílias, tem que suscitar a nossa intervenção porque urge tomar uma decisão perante o Poder Central, perante aqueles que têm o poder decisório, para os tentar convencer, para os tentar dissuadir. ....

..... E é importante tomar uma posição porque apesar da Resolução do Conselho de Ministros que inaugurou o processo de Reforma da Administração Central do Estado atribuir aos Governadores Civis em particular, algum protagonismo ao nível da discussão em torno da localização de centros de decisão dos Serviços Desconcentrados, a verdade, minhas Senhoras e meus Senhores, é que a Assembleia Municipal, assim como a Câmara Municipal o tem feito, tem que tomar aqui posições muito claras sobre esta matéria, para que todos nos entendamos de uma vez por todas.....

..... E a posição do PSD nesta matéria é claríssima, muito, muito clara, quase cristalina diria mesmo, porquê? Porque o Partido Social Democrata e tem-no dito publicamente, entende que é estrategicamente errado, e não é estrategicamente errado na lógica regional, é estrategicamente errado na lógica nacional, penalizar as regiões do interior retirando-lhes alguns dos Serviços. E porque é que é estrategicamente errado na lógica nacional? Porque se nós fizemos uma breve análise à situação das regiões do interior deste País, verificamos que têm cada vez menos capacidade de atracção de empresas, têm cada vez menos capacidade de fixação de população, têm cada vez menos capacidade de se constituírem como pólos de atracção e de interesse para aqueles que, recém licenciados, podiam empreender e que vão naturalmente iniciar a constituição dos seus agregados familiares.....

..... E portanto entendemos que esta lógica de concentra no litoral, concentrar na grande área metropolitana de Lisboa esta ideia de uma grande cidade lisboeta, o centro em que gira este País, parece-nos absolutamente errado. Errado para as regiões que ficam despovoadas, mas também errado para aquela região que está saturada de pessoas, está saturada de viaturas, está saturada de construção, está saturada, pura e simplesmente está absolutamente em fase de asfixia.....

..... E portanto, Senhores deputados, parece-nos a nós que o PRACE, a verdadeira reforma da Administração Central do Estado pode ser uma oportunidade. Pode ser uma oportunidade se a encararmos como forma de reequilibrar o País, se

entendermos que não sendo a solução definitiva para o problema do despovoamento, não sendo a solução definitiva para o problema da hemorragia populacional que o interior atravessa, pode ser sim uma forma de atenuar, pode sim ser uma forma de reduzir o impacto de anos e anos de abandono, de desinvestimentos no interior, nos conduziram. ....

.....E portanto, minhas Senhoras e meus Senhores, parece-me e parece ao Grupo Municipal do PSD, chegada a altura de discutir. De discutir, porque não, a saída de serviços de Lisboa para o interior, e quando falo em interior não me limito a discutir Bragança, e nem vou entrar nesta diatribe partidária de porque é que o ICN foi não sei para onde, e porque é que vocês prometeram o ICN? Passamos essa fase, é altura de recentrar o discurso e é necessário erguer novas bandeiras, novos objectivos e dialogar de forma séria, frontal, clara com a Administração Central, e dizer concretamente ao Governo do Terreiro do Paço que não faz sentido que as novas empresas, que os novos institutos públicos que têm vindo a ser criados continuem sedeados em Lisboa. Não faz o menor sentido que Call Centers que podem funcionar em qualquer parte do País, continuem centralizados em Lisboa. ....

..... Minhas Senhoras e meus Senhores, é altura de os Partidos com acento nesta Assembleia assumirem as suas posições e confrontarem os Brigantinos de uma vez por todas, sem subterfúgios, sem álbis, sem camuflagens, que permitem apenas mais algum tempo de oxigénio político. ....

..... É fundamental, fundamental, que Socialistas, Social Democratas, Comunistas e Bloquistas assumam de uma vez por todas aquilo que pensam. Para bem e para mal. E aqui estaremos nós, e como já foi dito esta manhã, cá estaremos nós para em 2009, todos, autarcas e governantes assumirmos as nossas responsabilidades no sítio certo, que são as urnas. Vamos a votos. Mas é importante separar águas, é importante clarificar posições, e é por isso que o Partido Social Democrata suscitou de imediato esta matéria. ....

.....Assim, Senhor Presidente se me dá licença, submeto à apreciação da Assembleia uma proposta de moção para deliberação nos seguintes termos:

### **“MOÇÃO**

Considerando:

**a)** Que o XVII Governo Constitucional abraçou o desiderato programático de proceder à reforma da Administração Pública da República Portuguesa, designadamente da sua Administração Central; -----

**b)** Que o projecto constitucional português proclama como princípios estruturais da orgânica administrativa do Estado a descentralização e desconcentração administrativas;-----

**c)** Que por imperativo constitucional, vertido no artigo 267º, n.º 1 da Constituição, a Administração Pública deve ser estruturada de modo a evitar a burocratização aproximando-se os serviços das populações; -----

**d)** Que a resolução do Conselho de Ministros n.º. 39/2006, determina a conformação da organização dos serviços desconcentrados da administração central do Estado com as circunscrições territoriais relativas às NUTS II, aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 46/89, de 15 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 317/99, de 11 de Agosto;-----

**e)** Que a lógica de reorganização dos serviços a que imediatamente supra se alude, se excepciona nos casos dos serviços desconcentrados respeitantes à Segurança, Protecção Civil, Finanças e Segurança Social, os quais devem manter a lógica de distribuição territorial assente em unidades territoriais correspondentes aos distritos administrativos; -----

**f)** Que no Município de Bragança a relação existente entre o número de activos ligados aos serviços da administração pública, em referência à totalidade da população activa, assume a mais relevante expressão no cômputo das capitais de distrito portuguesas;-----

**g)** Que a Administração Pública, designadamente a central, assume inegável e actualmente insubstituível relevo para a captação e fixação de mão-de-obra qualificada no Município;-----

**h)** Que a capacidade de atracção de investimento privado para o distrito se encontra, particularmente limitado ou condicionado em resultado das sucessivas e persistentes políticas de abandono e ostracismo da região, promovidas a partir de Lisboa;-----

**i)** Que o Estado deve procurar a promoção e desenvolvimento de todo o território nacional, designadamente pela sua actuação como elemento de regulação e correcção de eventuais assimetrias resultantes das lógicas específicas das economias de mercado;-----

j) Que a República Portuguesa deve promover uma política de ocupação e distribuição populacional pela plenitude do território nacional, obstando ao abandono e desertificação humana de todas as regiões e, face à realidade actual, com particular acuidade nas regiões interiores;-----

k) Que a lógica subjacente à redistribuição dos serviços desconcentrados da Administração Central do Estado deve privilegiar a fixação de serviços, com poder decisório efectivo, nas regiões do interior;-----

l) Que as melhores práticas europeias, para a reforma das administrações públicas, preconiza políticas de deslocalização de serviços para as regiões mais deprimidas ou com menor capacidade de desenvolvimento sócio - económico;-----

m) Que se encontram aprovados e publicados os diplomas legais de enquadramento da reorganização administrativa da administração central do estado, sem que até ao momento tenham sido adoptadas decisões efectivas no que se refere à localização dos seus serviços;-----

**A Assembleia Municipal de Bragança, reunida em sessão ordinária, em 29 de Junho de 2007, delibera, nos termos legal e constitucionalmente consagrados, o seguinte:-----**

1º Considerar a reforma da Administração Central do Estado como uma oportunidade para a modernização do país;-----

2º Julgar a reforma da administração pública como um instrumento insubstituível e determinante para a correcção das assimetrias regionais e a consolidação de factores de competitividade do país;-----

3º Expressar preocupação e repúdio pela adopção de quaisquer políticas que conduzam à eliminação de postos de trabalho, no âmbito dos serviços desconcentrados da Administração Pública localizados no distrito em geral e no Município em particular;-----

4º Considerar imprescindível para o desenvolvimento da região não só a manutenção dos actuais serviços da administração pública em funcionamento no

distrito, como o reforço da sua presença, com a deslocalização dos vários serviços concentrados na orla litoral, designadamente em Lisboa, para os distritos do interior.---

5° Dar conhecimento do conteúdo da presente deliberação aos Grupos Parlamentares, Deputados eleitos pelo Círculo Eleitoral de Bragança, Ministro das Finanças e da Administração Pública e Governador Civil. -----

Bragança, 29 de Junho de 2007-----

a) Nuno Machado Reis”.....

-----Disse.-----

..... **Presidente da Mesa** - Muito obrigado.....

..... A Mesa abre então um período de inscrições... ..

-.....

..... **Presidente da Mesa** - Nas conclusões ou nos considerandos? .....

-.....

..... **Presidente da Mesa** - Na proposta dos considerandos. ....

..... Então eu não maço o Senhor proponente ou subscritor e vou ler. ....

..... O primeiro diz: .....

.....“*Considerar a reforma da Administração Central do Estado como uma oportunidade para a modernização do País*” .....

..... Vamos então abrir inscrições para pedidos de esclarecimento relativamente a esta moção. ....

..... Não havendo pedidos de esclarecimento, a Mesa regista inscrições para intervenções sobre esta moção. ....

..... Luís Pires tem, desde já, a palavra.....

..... **Luís Pires** – Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, mais uma vez sozinho...os Vereadores deixam-no assim isolado... é o que eu digo, parece um homem só... ..

.....Meus caros amigos, boa tarde a todos e desde logo dizer-vos que o agendamento deste ponto por parte do PSD merece da nossa parte uma reflexão satisfatória, como não podia deixar de ser. ....

.....Desde logo porque a sua introdução permitirá esclarecer alguma desinformação que constantemente é posta a circular, permitirá falar em legitimidade política, bem como fazer referência a alguns valores como sejam a coerência e a moral.....

..... E, fazendo um pouco de história, no decurso do segundo semestre do ano de 2005, Portugal encontrava-se numa depressão profunda, creio que ainda se recordam. Era unanimemente reconhecido por todos os sectores políticos, incluindo o PSD, associando-se vozes como as de Marcelo Rebelo de Sousa, António Borges, Miguel Cadilhe, entre outros, no sentido da necessidade de realização de eleições, uma vez que o Governo de Santana Lopes batia todos os recordes de incompetência. ....

..... Convocadas eleições, assistiu-se a uma sensação de alívio nacional. ....

..... Das eleições saiu um vencedor claro, com legitimidade clara para Governar pelo menos nos próximos quatro anos. ....

..... O diagnóstico revelou a necessidade de medidas excepcionais no sentido de recolocar o País no trilho correcto. O desafio era e é difícil. A tarefa não é fácil. Face a este cenário é óbvio que era preciso mudar, reformar, agilizar, era necessário devolver a confiança aos investidores, aos consumidores, aos parceiros externos, ou seja, era necessário credibilizar de novo Portugal. ....

.....Certamente não estariam à espera que isso fosse feito de um dia para o outro... Ao Governo foram dados quatro anos, de uma confiança sólida, tendo desta forma quatro anos para explanar e concretizar uma estratégia que eleve de novo Portugal a um País considerado e respeitado entre os seus pares e que disponibilize ao seu povo condições quotidianas, dignas e capacitadoras de evoluções contínuas e sustentadas.

..... A legitimidade política que nos foi dada deverá ser referendada ao final do mandato por todos os Portugueses e não antes de tempo. Uma estratégia pressupõe um plano de acção, escalonado no tempo, que terá certamente objectivos intermédios, mas que se concretizará na sua plenitude próximo do final desse escalonamento. ....

.....Parece-nos esta a postura mais séria e razoável, entendemos no entanto, a dificuldade e mau estar em que a oposição se encontra. Até porque não percebemos,

falando de moral, qual é que é a moral de quem deixou sair de Bragança a Delegação, por exemplo, da RTP, ou já não se recordam? A Direcção Comercial do Norte dos CTT; Os Serviços Consulares, como exemplo, ou já ninguém se lembra disto? E vir agora questionar a saída de algo que ainda de facto não saiu, parece-nos prematuro...  
..... Aliás, o Nuno não disse que saiu, disse prevendo-se que irá sair. Portanto, sejamos claros, neste momento nada saiu de Bragança. ....  
.....Creio que todos têm a noção de que uma reestruturação implica mudança, implica extinção ou fusão de actividades, e como tal as coisas não ficam como estavam. Por exemplo, a Direcção Geral de Viação extinguiu-se, certo, mas não foi retirada de Bragança, extinguiu-se, é um conceito completamente diferente. Vamos ver o que acontece aos postos de trabalho. E não houve perda de postos de trabalho. Os funcionários que aí se encontravam regressaram aos seus lugares de origem, porque a maior parte deles eram requisitados, de facto houve uma reestruturação onde a designada DGV foi substituída mediante uma reafecção de valências para outras unidades. Não há extinção! ....  
.....Outro exemplo tem a ver com a Sub-Região de Saúde. Não é verdade que a Sub-Região saia de Bragança. O que acontece de facto, é que com base numa estratégia distinta da que existia antes, o Governo estabeleceu uma forma alternativa de gerir os serviços de saúde, passando os Centros de Saúde a assumirem uma posição de maior protagonismo, nesse particular, permitam-me que refira que a centralidade de Bragança será reforçada, uma vez que o Centro de Saúde de Bragança coordenará os Serviços de Saúde do Distrito. ....  
..... Então, impõe-se a questão, é sério referir-se que Bragança ficará sem a Sub-Região de Saúde? Cremos que tal afirmação é demagógica e pouco séria, sendo também enganadora das populações. ....  
.....Relativamente a esta questão dos Centros de Saúde, permitam-me ainda um outro apontamento, que todos vocês conhecem, mas para referir que Bragança vai ter um novo Centro de Saúde, e isto não é novidade, creio eu. No entanto é novidade saber-se que o facto de o Centro de Saúde vir a ser uma realidade em Bragança, é devido aos esforços do Governo, uma vez que me parece, e se estou enganado corrijam-me, o terreno que foi dado pela Câmara, não era um terreno que fosse da Câmara, portanto teve que ser o Governo a resolver este imbróglio. ....  
.....As mudanças são também visíveis no Centro Hospitalar do Nordeste mais concretamente na Unidade de Bragança, que para além de uma nova consulta externa

que há-de estar pronta, não tarda, terá também uma nova urgência, onde a actual representará tão só ¼ da nova área da urgência. ....

.....A sustentação do benefício da dúvida, devido e merecido na implementação de reformas, é também e claramente visível naquilo que de facto fechou, e até agora o que fechou foram escolas. ....

.....A polémica empolada na altura, deu lugar à satisfação das populações. Hoje a polémica “reforma” traduz-se em melhor ambiente estudantil para os alunos, satisfação dos pais, nenhum professor no desemprego, e por indicações que nos chegam mas ainda não temos certeza disso, a mais elevados índices de sucesso dos alunos. ....

.....Minhas Senhoras e meus Senhores, ouve-se que haverá alterações ao nível da Direcção Distrital de Finanças, e esse é um facto. Numa perspectiva Regional existe uma orientação no sentido de colocar a Sede das agora Direcções Regionais na Cidade ou Urbe, ou o que quiserem, que mais impostos recolhe, e neste particular, apesar de nós termos um IMI alto, etc., outras taxas Municipais também, Vila Real colecta mais impostos, e terá no seu seio a Sede da Direcção Regional de Finanças. É verdade. ....

.....Mas, cara Assembleia, já se questionaram, porventura, onde ficará a sede da Inspeção Tributária? E se ela vier para Bragança. Imaginem que nesta azáfama de esvaziar Bragança a nossa Capital de Distrito ficará com a Direcção de Inspeção Tributária. Então como será o saldo nessa situação? Relativamente à Direcção Geral de Finanças, falamos de provavelmente uma dezena de postos de trabalho que não é certo que saiam, enquanto relativamente à Inspeção Tributária falamos em cerca de cinco dezenas. Perdemos ou ganhamos? ....

..... Acresce a este facto, que a breve trecho, Bragança - Cidade - contará com uma Loja do Cidadão, como o Senhor Presidente costuma dizer, de referência, que podem crer que será positiva para a Cidade, dada a sua dimensão, localização e postos de trabalho.....

.....Também relativamente a outros serviços poderá haver novidades positivas a breve trecho, que na devida altura serão divulgadas. Na devida altura serão divulgadas. ....

.....A seriedade obriga-nos a que no final da intervenção se faça uma análise entre o que estava antes e aquilo que estará depois. Se o saldo dessa reestruturação for

positivo para a cidade, então não estaremos perante um esvaziamento nem desinvestimento, mas sim perante investimento e reforço. ....

.....Agradecemos a atenção do PSD, mas nós estaremos vigilantes e seremos os primeiros a reagir. Um vez que no ponto expresso foi também inserida a problemática do País, permitam-me que também faça uma pequena alusão ao Distrito, e por exemplo, a realidade da Direcção Regional de Agricultura, pela sua importância e coerência intrínseca, dá um sinal de que se vai no bom caminho.....

.....Demonstra que as coisas não se fazem por fazer, mas que obedecem a uma estratégia bem delineada, adequada e executada com acuidade. ....

.....Já ouviram falar da casa JÁ, ou CASA NA HORA, ou por exemplo na Sede de ASAE, que vão ficar em Mirandela. Também é uma garantia. ....

..... Quanto a mim isto são ganhos importantes para a região. ....

..... Cara Assembleia, não se pense que não estamos atentos aos desenvolvimentos e planos que são pensados para a região, estamos atentos, participativos e fiscalizadores. Entendemos o desenvolvimento como uma dicotomia participativa e não como uma relação submissa.....

..... Permitam-me que recorra à adaptação de palavras proferidas por um político do século passado, lembrado que é altura de não nos questionarmos sobre aquilo que o País poderá fazer por nós mas sim sobre aquilo que poderemos fazer por nós próprios no sentido de nos evidenciarmos, possibilitando assim, sermos positivamente discriminados mas por mérito e nunca por comiseração. ....

.....Nesse sentido também temos que perguntar o que é que a Câmara tem feito no sentido da descentralidade de Bragança. Não é unidireccional tal como o Nuno referiu à bocado aqui, esta relação tem que ser biunívoca, não é - isto é um problema do Governo - nós temos que nos preparar para sermos discriminados. Esta é a aposta correcta.....

.....O Senhor Presidente da Câmara, parece evidente, direccionou os seus esforços numa vertente, a cultura. Tem todo o cabimento, se essa foi a estratégia que ele delineou. Bragança tem equipamentos culturais que não tinha na altura, mas também se estivéssemos como há quase dez anos atrás, mal de nós.....

.....Meus caros, alguma coisa terá que ser feita, só que só a cultura não é suficiente para sustentar uma cidade. A legitimidade política que nós temos para o nosso projecto é ampla, realizada com coerência e moral. Desenganem-se aqueles que

ainda por um segundo pensam que não estamos atentos aos desenvolvimentos e planos que são pensados para a região. Estamos atentos, e vamos participar. ....  
.....E já agora, para terminar, como disse um ilustre militante do vosso Partido, “deixem-nos trabalhar!” .....

..... **Presidente da Mesa** - Muito obrigado.....

..... Senhor membro da Assembleia Lídio Correia faça o favor. ....

..... **Lídio Correia** – Boa tarde a todos.....

..... Quem ouvisse, quem chegasse aqui, conhecesse isto como nós conhecemos e tivesse ouvido o Representante do PSD e logo de seguida o Representante do PS, diria que eram dois marceiros acabadinhos de cair na terra...e que de facto desconheciam por completo tudo aquilo que se tem passado nestes últimos trinta anos ao nível da Administração Pública. ....

..... Acho curioso até ser o PSD a trazer este assunto a debate. Eu de “*meas culpas*” já vou estando meio farto e já mais do que uma vez aqui disse, que quaisquer uns de vocês do PS ou do PSD me fazem lembrar o bêbado que chega a casa e jura a pés juntos à mulher que nunca mais se embebedará! Até à próxima.....

..... Bom, eu direi que tudo isto, a questão da Administração Pública, a questão dos serviços em Bragança ou no Distrito prende-se com uma questão muitíssimo mais vasta que é uma questão ideológica no fundo, e é a questão do Estado. É a questão de mais Estado ou menos Estado e que tipo de Estado é que queremos. Porque denegrir tudo o que é público para tudo privatizar é moda e é obsessão promovida por este Governo, pelos anteriores, em nome de interesses cada vez mais obscuros e complexos. ....

..... Apelidar os funcionários públicos de incapazes, calaceiros, burocratas, corruptos e outros mimos, considerando-se quase como os chulos da sociedade é ofício de capatazes invertebrados e deputados rastejantes, a mando de Secretários de Estado e de Ministros padrinhos e protectores. Curiosamente todos eles vivem principescamente do erário público e todos eles chegaram onde estão na vida por via das Instituições Públicas, nomeadamente as Universidades, direito que agora pretendem retirar a todos os outros, nomeadamente em termos de aposentação e vejam as aposentações milionárias quer dos Senhores do PS, quer do Senhores do

PSD, que se passeiam por aí, e todos eles são adeptos ferrenhos do menos Estado, e todos eles são adeptos ferrenhos da iniciativa privada. ....

..... E depois temos os empresários mandantes, temos os patrões do antigamente e profissionais liberais bem instalados, que enchem a boca com o dinheiro dos contribuintes, mas não pagam impostos como facilmente se verifica através do IRC ou do IRS. Quem de facto paga impostos neste País são os trabalhadores por conta de outrem, nomeadamente os trabalhadores da Administração Pública. É por conseguinte o dinheiro dos nossos impostos, os impostos da Administração Pública que estes Senhores vivem, e é com o dinheiro dos nossos impostos que estes senhores pretendem financiar as empresas privadas, que a eles e só a eles, dão lucro chorudos isentos de impostos. ....

..... Quando se fala de Serviço Público fala-se do direito de cada um a ser cidadão. Ora a cidadania é algo que não se compra ou vende, pelo que não pode ser objecto de qualquer negócio, não é pois indiferente a prestação de serviço público por entidades privadas, ou entidades públicas. ....

..... As primeiras visam ilegitimamente o lucro e contra elas nada, desde que com dinheiros próprios e desde que cumpram as regras e as leis do país. As segundas, a Administração Pública, tem que cumprir com rigor critérios de eficácia e eficiência. E é por isso que a Saúde, a Educação, a Justiça, o Ambiente, os Recursos Naturais, Ordenamento de Territórios, Segurança Social, etc., não poderão ser negócio de meia dúzia, para benefício de muito poucos. Porque poder-se-á perguntar, qual o benefício para o país e para os Cidadãos, e nomeadamente para o Concelho de Bragança, da privatização e da desresponsabilização do Estado, nomeadamente na EDP, na Telecom, nos Hospitais, etc. Quais foram as melhorias que isso nos trouxe a nós habitantes do Concelho de Bragança? ....

..... E por último pergunto, é legítimo entregar um bem que é fonte de vida, como é a água, à voracidade lucrativa de alguns? Serviço público por entidades públicas é exigência de crescimento e desenvolvimento harmonioso do País. Exigem a desertificação crescente do Nordeste e de todo o interior, e exigem-nos enormes problemas de ambiente e ordenamento, trânsito, segurança, etc., provocados pela sobrelocação das cidades e de todo o litoral. ....

..... Só com serviços públicos o cidadão consegue o seu direito à qualidade e esta está consagrada na Constituição. ....

.....A eficácia da Administração Pública e portanto um bom serviço prestado aos Cidadãos estão directamente relacionados com a organização e a modernização dos serviços. Ora isto não depende dos trabalhadores da Administração Pública, depende e tem dependido de quem não tem nada que ver com os serviços públicos e os gere e tem gerido, e deles tem beneficiado ao longo dos anos. ....

.....A administração Pública funciona graças ao empenho, auto-formação e brio profissional da esmagadora maioria dos seus trabalhadores, e não temem pois os trabalhadores a inovação e a mudança, sempre o exigiram a exigem, para poderem prestar o serviço a que o cidadão utente e não cliente, como hoje em dia de diz, a que têm direito. ....

.....Não temem ser avaliados pelo seu mérito, exigem é que se avalie o mérito de quem decide, organiza e burocratiza a Administração Pública. O mérito de quem se esvazia de funções excelentes, quadros e serviços, para poder justificar e pagar a intervenção externa dos amigos ou dos lobbys do privado. ....

.....Os trabalhadores da Administração Pública não têm que ter a confiança política de quem quer que seja, têm somente de cumprir o que está legal e constitucionalmente consagrado, e o que lhes é hierarquicamente transmitido. É ao Estado que cabe o Serviço Público e de qualidade, e este não se consegue com caridade disfarçada de solidariedade, e muito menos com negócios altamente lucrativos para alguns que desfavorecem todos. ....

.....E dito isto, falando concretamente de serviços e falando da extinção de serviços, perguntaria, por exemplo, se o PSD estaria disposto a abdicar daquilo que tem sido definido em Bruxelas e que tem levado a que esta política actual de desertificação do interior e de extinção de serviços públicos fosse efectivamente concretizada. Estariam dispostos efectivamente a criticar essas questões? Julgo que não. E isto porquê? Porque o Serviço Público é apenas e só isso, serviço, que é algo que falta. E não há qualquer reestruturação através do PRACE, não se trata da reestruturação, mas tão só a desarticulação e desmantelamento de serviços para dizer que não funcionam e para depois privatizar. ....

.....E o PS e o PSD defendem sempre “menos Estado”. O que é que isto quer dizer? “Menos Estado” para onde e para quem? Para os interesse e para os lobbys privados? Só, tão só para isso. O Estado deve estar ao Serviço de quem? Dos Grupos económicos e financeiros como tem acontecido? Ou o problema da Administração pública não tem sido a governamentalização absoluta, quer pelo PS,

quer pelo PSD? É que os partidos que ganham eleições se capacitam de que eles são os donos do Estado, e através da Administração Pública tratam pura e simplesmente de colocar os seus boys e as suas girls, e o Estado serve-lhes apenas como agência de emprego para os seus militantes, para os amigos e como o favorecimento de - e isto acontece hoje, é cada vez mais flagrante - o favorecimento dos seus interesses e dos lobbys que representam.....

..... Normalmente, verifique-se que se fazem auditorias na Administração Pública, e não sou eu que digo, foi o Senhor Ex-Ministro dos Negócios estrangeiros, Professor Freitas do Amaral, que fez um estudo em que diz que o Estado gastou mais de 250 milhões de Euros em Auditorias, que não percebo porque é que não podiam ser feitas internamente... têm que ser externas! .....

..... E quem são normalmente esses auditores? São empresas de parentes amigos ou benfeitores de Ministros, Secretários de Estado ou amigos ou primos do Presidente não sei de quantos ou de não sei de que mais. ....

..... Esta é que é a situação da Administração Pública e o PRACE contrariamente ao que é dito nesta moção, e por isso nós não a votaremos a favor, o PRACE não é efectivamente um instrumento de modernização da Administração Pública. O PRACE é tão só uma forma de desresponsabilização do Estado, e não há qualquer tipo de reforma. Notem, se lerem o Público de hoje, vocês vêem que diz: *“o compromisso de Portugal...”*. Aqueles Senhores que pensam nestas coisas todas por nós todos e que são os gurus, e que sabem tudo e mais alguma coisa, hoje diz o Público que *“o serviço público elogia o Governo mas pede mais ímpeto reformativo”*. Quer mais. O PSD tem dito todos os dias pela boca do seu Secretário Geral ou Presidente ou como é que se chama, que eu não sei exactamente, que quer mais, que acha que é pouco! .....

..... E quando nós estamos a falar concretamente do Concelho, não vale a pena andarmos a tentar iludir-nos, todos os serviços, neste momento, que existem no Concelho de Bragança estão esvaziados! .....

..... Querem exemplos? .....

..... Olhe, a Segurança Social pode ir, e pode desaparecer no fim do ano, basta para tanto que o Governo queira. ....

..... Primeiro, temos uma lei de mobilidade dos trabalhadores. Por exemplo, os vencimentos dos trabalhadores, como acontece na maioria dos serviços da Administração Pública, são processados exclusivamente por uma empresa inglesa

que processa, nada mais, nada menos, que três quartos dos vencimentos da Administração Pública, como processam os ingleses e os outros a nível da Europa.....

..... Neste momento a secção de pessoal, por exemplo, da Segurança Social não tem razão de existir. Todos os seus processos estão em Lisboa, no fim do ano o próprio suporte em papel irá para Lisboa. Que é que ficam lá a fazer as pessoas da secção de pessoal? É uma pergunta que deixo no ar. ....

..... Mas tem mais, neste momento somos o único distrito do norte que não tem um Serviço Regional da CCDR! Somos o único, porque a implementação da Lei orgânica da CCDR acabou pura e simplesmente com todos os serviços, e temos Viana, Braga e Vila Real com Serviços da CCDR, Bragança não consta sequer!.....

..... Mais, o GAT por omissão foi extinto, a partir do momento da implementação da CCDR, não existe neste momento!.....

..... Estes são alguns dos exemplos que nós poderemos efectivamente dar. ....

..... Mas a reforma da Administração Pública, aquilo que efectivamente nós precisávamos neste Concelho, era que o Estado fosse mais Estado, fosse melhor Estado, que possibilitasse o investimento privado para que pudéssemos ter desenvolvimento. ....

..... A verdade é que não é nada disso que está a acontecer. Se nós não temos escolas, se nós não temos saúde, se nós não temos uma série de coisas, como é que alguém se vai fixar no interior. Se inclusivamente nós não temos um metro de auto-estrada, temos apenas promessas de impacto ambiental, como é que alguém se vem fixar em Bragança? .....

..... E a propósito disso, onde é que está por exemplo a eficácia de uma moção que aprovamos aqui, no sentido da auto-estrada começar de Quintanilha para o Porto?.....

..... Estas questões têm que ser efectivamente equacionadas por todos nós e não vale a pena andarmos aqui a dizer, nós vamos estar vigilantes, nós vamos fiscalizar, nós vamos estar muito atentos... ..

..... Fartos de atenções estamos nós e a verdade é que este Concelho e este Distrito estão cada vez mais longe do litoral, têm cada vez menos gente, irão ficar cada vez mais desertificados, e um dia destes não teremos nada, rigorosamente nada que nos prenda aqui, e isto por culpa da centralização que todos os partidos têm vindo a executar, seja o PS, seja o PSD, que pretendem tão só que o Estado sejam eles próprios.....

..... Em tempos dizia-se e esta é a tal que o Partido Comunista tinha uma cassete, o Partido Comunista há muito tempo que estava na era da digitalização e ainda vocês continuavam a falar na cassete, mas a verdade é que dizia-se que o Partido Comunista confundia o Estado com o Partido... ..

..... Eu pergunto - quem é que hoje acha que é o Estado? Qualquer um dos partidos que tem estado no Governo considera-se o Estado. Qualquer militante de base dos partidos do Centrão se acha no direito de ocupar um lugar na Administração Pública, pelo simples facto de ter andado a colar uns cartazes.....

..... E neste momento, tal como aconteceu no tempo do PS e do PSD e do CDS, os lugares todos da Administração Pública estão ocupados apenas e só por boys e girls, e a Administração Pública tem que estar ao serviço dos cidadãos, não ao serviço de quem ganha eleições, e tem que ser um serviço prestado aos cidadãos e não um serviço prestado àqueles que efectivamente se acham os donos porque têm o voto popular. Voto popular significa serviço e não servir-se! .....

..... Muito obrigado.....

..... **Presidente da Mesa** - Muito obrigado. ....

..... Senhor membro da Assembleia Carlos Cadavez. ....

..... Tem a palavra.....

..... **Carlos Cadavez** – Boa tarde meus senhores. ....

..... Depois destes dois intervenientes anteriores, certamente sou penalizado. Muitas das coisas que disse o meu antecessor, não com aquela violência e aquele radicalismo, algumas com certeza que eu concordo. ....

..... Mas a reestruturação e a reforma da função pública tinha que ser feita após imensas arbitrariedades de vários Governos e Governantes. ....

..... Uma reforma deve ser feita com os trabalhadores e não contra os representantes dos sindicatos. ....

..... No turbilhão das informações os funcionários públicos, neste momento, estão com medo. ....

..... Em mil novecentos e setenta e oito e seguintes, vários relatórios e estudos eram feitos e apontava-se sempre uma média de quatrocentos e cinquenta mil funcionários públicos. ....

..... Aquando do Governo do Professor Cavaco Silva houve um incremento de cinquenta mil admissões na função pública, já nessa altura caía o “Carmo e a trindade”...os jornais todos falavam nesse sentido. ....

.....No Governo do Senhor Engenheiro António Guterres, embora legalizando os contratos a prazo, contou com mais duzentos a duzentos e cinquenta mil funcionários, até podemos por um desvio padrão aí de cinquenta mil funcionários. A partir daqui ficaram setecentos a setecentos e cinquenta mil funcionários públicos. ....

.....Temos que emagrecer o Estado? Parece que sim. Mas será que aumentar o tempo de emprego para os sessenta e cinco anos resolve em alguma coisa o problema? .....

.....Nas décadas de setenta e oitenta , como bem sabem, os países nórdicos como a Bélgica, para resolver o problema de emprego reduziram o tempo de reforma em alguns casos para quarenta e cinco anos. ....

..... E além disso fizeram as auto-estradas sem portagens. Com certeza que eles tinham aquilo que nós não temos neste momento, tinham dinheiro. ....

.....Em Bragança o medo também impera na função pública. Mas os boatos são altamente prejudiciais. ....

.....Eu acho que todos somos a favor que não devemos deixar sair serviços de Bragança e se pudermos trazer mais, com certeza. E digo boatos, disse à pouco, pelo seguinte, há duas semanas uma médica, médica de família, falava comigo e dizia - Senhor Dr. tenho dois filhos na faculdade, há hospitais do Porto a quererem-me contratar, só queria saber se o Serviço de Urgência vai continuar com a programação que está a ter neste momento. ....

.....Com certeza que eu sou assessor do Director Clínico e disse-lhe que não tinha de ter receio porque a urgência ia continuar a funcionar na mesma. Mas, aquela família estava quase em pânico porque fizeram um determinado tipo de investimentos e com certeza que punham em risco continuar em Bragança. ....

.....Os investimentos estruturais de capital intensivo, eu gostava de lhes dizer que em mil novecentos e noventa e três e agora já se pode dizer, era eu candidato à câmara Municipal de Bragança, e consegui encontrar-me com o Professor Cavaco Silva, Primeiro Ministro, em Carrazeda de Ansiães. Cá não consegui. Mas ele quis falar comigo e em Carrazeda de Ansiães, durante dez, quinze minutos lá estive com ele, e uma das coisas que ele dizia, e pelo menos aquilo que eu tinha aprendido numa

base económica e devido ao desenvolvimento de Bragança, dizia o Senhor Primeiro Ministro - nós precisamos de capital intensivo. ....

.....Aquilo que o Senhor Presidente da Câmara disse da parte da manhã - nós necessitamos de capital intensivo. ....

.....Como disse um representante do Partido Socialista - nós queremos um critério de subsidiariedade para com o interior. É necessário. ....

.....E a resposta do Professor só foi uma - primeiro ganha a Câmara, depois pede. Eu perdi a Câmara. Também se pedisse não sei o que é que iria acontecer, não é? ....

..... Mas, há coisas nesta reestruturação que as pessoas têm que ter conhecimento e têm que saber, e as pessoas ficam com medo, e às vezes com algumas razões.....

..... Por exemplo, no estatuto que existe na função pública, neste momento, das empresas do Estado, EPE`s, todos os responsáveis dos serviços, Directores de Serviço, Chefes de Divisão, têm que ter contrato individual de trabalho. Isso equivale a dizer que todos os funcionários públicos, inclusive aqueles que andaram no Instituto Politécnico, que se formaram, que penso que estão devidamente habilitados, esses não podem ser responsáveis de Serviços, a não ser que peçam uma licença sem vencimento e enveredem por um contrato individual de trabalho. Também ninguém põe em risco os seus vinte ou trinta anos de serviço para ser responsável por um serviço. ....

..... Meus senhores, com certeza que isto dá medo e dá receio. ....

..... Eu trazia aqui uma carta também de um Professor, do Senhor Fernando José Rodrigues, que é escritor e é professor do ensino secundário, e que dizia -Querido Sócrates encolhi-lhe as carreiras. Eles também muitas vezes sem a informação estão apavorados.....

..... Este professor dizia – *O Rui de Carvalho, um dos melhores actores portugueses de sempre cumpre esta semana sessenta anos da sua brilhante e celebrada carreira. Tem sorte Rui de Carvalho em não ser professor, pois caso o fosse estaria a celebrar em vez de seis décadas, apenas sete anos dessa longa carreira. ....*

.....*Passo a explicar com mais detalhe, pois eu próprio também não percebo muito bem mais uma das muitas maquiavelices do Ministério alegadamente da Educação. ...*

.....*Eu vou cortar algumas frases que de alguma maneira considero não próprias para a senhora Ministra*.....

..... Como é do conhecimento geral, o Ministério dividiu as carreiras dos professores em dois, sendo uns poucos professores titulares e os restantes a grande maioria, uns

meros acólitos a partir de agora vulgar, rasca e simplesmente tratados por professores.....

..... **Presidente da Mesa** - Senhor deputado, deixe-me só, peço desculpa, mas é só para lhe chamar a atenção e para poderem gerir bem o vosso tempo, de que restam ao PSD 8 minutos, e tenho mais duas inscrições de pessoas do PSD. O problema é entre vocês, mas giram o tempo como entenderem. ....

..... Faz favor de continuar.....

..... **Carlos Cadavez** – Bem, a título de exemplo, vejamos o meu caso. Tem 28 anos de serviço, sempre foi professor e numero algumas das coisas que fiz, Presidente do Conselho Directivo durante sete anos, Presidente do Conselho Pedagógico, Presidente do Conselho Administrativo, Coordenador/Director de turma, Delegado de disciplina, Acompanhante da prática pedagógica, exerceu durante dez anos funções de docente de Língua de Cultura Portuguesa no Instituto Camões, nas Universidades Portsmouth, no Reino Unido e de Estocolmo na Suécia, escreveu manuais didácticos, fez a investigação nas áreas de aprendizagem das novas tecnologias, apresentou bastantes comunicações, algumas em Espanha, México, Brasil, Inglaterra, Suécia, e fez várias actualizações em vários domínios, tirou uma pós graduação. ....

..... Este professor apenas lhe interessam os últimos sete anos de carreira, e com os últimos sete anos de carreira, apesar de ter 28 anos de serviço, ele não vai passar a professor titular porque esteve a escrever livros, e publicou dois. ....

.....Eu penso que há determinado tipo destas coisas na reestruturação e nas reformas que têm que ser vistas e não pode ser com todo o poder que o Partido Socialista tem, de ser maioritário, e que pode sem dúvida nenhuma continuar com a sua política durante os quatro anos, mas as pessoas estão a ficar com medo. ....

..... O pavor dos funcionários públicos, que já não é medo, o que eu desejava é que se transformasse em estabilidade, em alegria e no gosto de viver na nossa terra, em Bragança, e em Portugal, porque há já quem pense emigrar. ....

.....Muito obrigado.....

..... **Presidente da Mesa** - Muito obrigado.....

.....

..... **Presidente da Mesa** - Faça o favor.....  
..... É uma interpelação à Mesa? .....

..... **Luís Pires** – Bom, aqui este ponto, o ponto 4.2 diz que temos agendamentos nos termos da alínea r) do Artigo 65.º do Regimento, portanto consequentemente é uma tomada de posição perante o Governo Central, certo? Eu agora fiquei na dúvida, se, quando o Nuno apresentou a moção, se essa era a consequência deste ponto ou se estamos aqui a debater a moção e depois ainda se vai debater este ponto outra vez. Portanto há aqui uma convergência do ponto, não é? .....

..... **Presidente da Mesa** – Senhor membro da Assembleia Luís Pires neste momento estão-se a verificar as intervenções correspondentes às inscrições para intervir relativamente à moção. Para quem tiver ainda tempo, pode intervir também depois no âmbito do ponto globalmente, depois de votada a moção. ....

..... **Luís Pires** - Não tinha sido esse o meu entendimento... ..  
..... Pensei que consequentemente como era um ponto diferente agendado segundo um artigo concreto, que seria esta a conclusão... pareceu-me... fiquei esclarecido. ....

..... **Presidente da Mesa** - Pela ordem dos trabalhos estamos a discutir a moção, está a haver intervenções sobre a moção.....

..... **Luís Pires** - Fiquei esclarecido e fiz esta pergunta porque a seguir há outro ponto dentro deste âmbito e permite-nos gerir melhor o tempo. . ....

..... **Presidente da Mesa** - Muito obrigado.....  
..... Feito já este esclarecimento também, pergunto ao Senhor membro da Assembleia Vítor Pereira se quer intervir agora? .....

..... **Vítor Pereira** – Aquilo que eu queria dizer efectivamente é que houve aqui uma confusão de entendimento do ponto, e o Luís Pires foi induzido em erro efectivamente, porque em relação à moção eu só queria dizer exactamente isto, se, fazendo fé, e eu tenho o Nuno como um rapaz sério, fazendo fé naquilo que o Nuno diz no preâmbulo

antes de entregar a moção, que era preciso discutir aqui desapassionadamente e seriamente a questão do PRACE, fazendo fé nisso, eu acho que esta moção só teria sentido no fim do debate, e não agora. E por isso mesmo é que eu não digo mais nada, quer dizer, isto foi completamente invertido.....

..... **Presidente da Mesa** – Bom. O que o Senhor membro da Assembleia não pode dizer é que foi induzido em erro, pode ter tido um entendimento errado, mas o ter um entendimento errado não quer dizer que tenha sido induzido em erro, porque ninguém induziu ninguém em erro. Houve uma moção que foi apresentada, como é regulamentar foram pedidas inscrições para pedidos de esclarecimento sobre a moção, teria sido a altura eventualmente de levantar algum problema desse tipo, não houve nenhuma intervenção nesse sentido, foram abertas inscrições para intervenções sobre a moção, elas estão-se a processar, e vamos votar a moção no momento de a votar. ....

.....O Senhor membro da Assembleia Vítor Pereira então prescinde de outra intervenção sobre isto? .....

..... Prescinde.....

.....Então vamos continuar, e clarificando mais uma vez que estão a ser intervenções sobre a moção, eu tenho duas inscrições, do Senhor membro da Assembleia Luís Afonso e Paulo Xavier. ....

..... Não querem intervir agora. ....

.....Então esgotaram-se as intervenções sobre a moção, vamos por a moção à votação. ....

-----**Após análise e discussão foi a mesma moção submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com quinze votos contra, duas abstenções e cinquenta e seis votos a favor, estando momentaneamente setenta e três membros presentes.**-----

..... **Presidente da Mesa** – Declarações de voto? .....

.....**Lídio Correia** – Em nome da CDU votei contra e sobretudo porque não consideramos que o primeiro ponto – o PRACE – seja qualquer tipo de instrumento de modernização do país. Trata-se tão só do nosso ponto de vista, de uma ofensiva contra os serviços públicos e que não pode ser desligada do ataque mais global aos direitos de todos os trabalhadores e da população em geral. ....

..... Vínculo laboral, flexibilidade e precariedade, categoria profissional, sistema de saúde, segurança social, ou seja, tudo isto está em perda, tudo isto está no PRACE. ..

..... Mais, o serviço público está e cada vez mais vai ser exercido por precários, a recibo verde, trabalhadores dependentes mas na prática empresários em nome individual, parecendo este mais um País de muitos empresários que não passam tão só de trabalhadores dependentes e mais que dependentes, trabalhadores permanentemente chantageados e como se verificou recentemente, inclusivamente demitidos se não se comportarem como o patrão manda.....

..... Muito obrigado.....

.....**Presidente da Mesa** - Muito obrigado.....

..... Senhor membro da Assembleia Luís Pires faça o favor.....

.....**Luís Pires** - Bom, muito rápido, apenas para dizer que da moção que o Nuno apresentou, ainda que alguns pontos fossem iniciados com alguma convergência de ideias com aquelas que nós temos, depois concluía numa óptica muito PSD, e também diga-se a bom da verdade que eu já conhecia o discurso do Nuno porque tive oportunidade de ver os dois minutos de resumo que o “frasquilho” fez nas rádios, portanto, já sabia o que é que ele ia dizer aqui, portanto nós não poderíamos votar a favor. ....

..... Muito obrigado.....

.....

.....**Presidente da Mesa** - Quer também fazer uma declaração de voto? .....

..... Faz favor. ....

..... **Nuno Reis** – Muito obrigado Senhor Presidente. ....

..... Senhor Presidente, não podia deixar de usar este momento regimental para dizer que acho que esta Assembleia perdeu uma boa oportunidade, de forma consensual, de forma quase unânime dizer claramente aquilo que pensa sobre a reforma da Administração Central do Estado.....

..... Durante a minha intervenção eu tive oportunidade de dizer que este era o momento certo para clarificar águas, para separar águas, em dois mil e nove lá estaremos para nos bater, e em dois mil e nove cada um vai assumir perante os cidadãos eleitores o voto que aqui e agora expressou.

..... Daqui a uns tempos, quando se concretizar e materializar a reforma da Administração Central do Estado, bom, eu quero ver o que é que o Luís Pires vai dizer e o que é que vai fazer com o discurso que aqui fez hoje. ....

..... Portanto, a única coisa que eu digo é, o PSD está ao lado dos cidadãos, está ao lado das populações, não podia deixar de manifestar a sua preocupação e votar favoravelmente esta moção, o que fez, e lá estaremos então para separar águas e para justificar perante os eleitores as opções que aqui tomamos. ....

..... Obrigado.....

..... **Presidente da Mesa** - Muito obrigado.....

..... Eu informava a Assembleia de que ainda neste ponto os tempos disponíveis para os diversos grupos municipais são: seis minutos para o PSD, sete minutos para o PS, dez minutos para o Bloco de Esquerda e trinta e cinco minutos dos senhores Presidentes de Junta. Dentro desta base a CDU já não tem tempo disponível.....

..... Dentro desta base eu pergunto se há inscrições para usar da palavra neste ponto. ....

..... Senhor membro da Assembleia Luís Vale pode usar da palavra. ....

..... **Luís Vale** – **Apresentou, por escrito, o seguinte:** .....

..... Meus Senhores boa tarde a todos. ....

..... “Serão sempre de salutar iniciativas destas que promovam a reflexão e a discussão sobre os reflexos e consequências que se sentem no concelho e na região das políticas e estratégias governamentais. Estaremos sempre disponíveis para essa reflexão, aliás, essa reflexão já há muito tempo está feita por nós e são mais do que conhecidas as permanentes consequências negativas para a região dessas

estratégias e políticas nacionais. Aquilo que, neste momento, estranhámos é a necessidade, é a vontade do PSD em trazer isso para aqui, pois aquilo que acontece hoje, não difere daquilo que aconteceu ontem, nem será estranho o que acontecerá amanhã. Isto não significará que concordamos com a actual atitude política do governo socialista e não invalida que possamos criticar a sua actuação, que se tem caracterizado por uma obsessão reformista, fundamentada numa pseudo racionalização e contenção de despesas.....

.....Gostaria de vos lembrar aquela frase que diz: *“cada um só tem aquilo que merece”*, o que se aplica na perfeição aos portugueses e a nós aqui também, pois quem tem votado nestes governos não merecerá muito mais do que aquilo que eles serão algum dia capaz de nos dar. Meus Senhores, minhas Senhoras, são já mais de trinta anos do mesmo.....

.....Nas ciências sociais há um princípio metodológico que é frequentemente utilizado, designado holismo, em que para explicar um fenómeno particular ou individual, é sempre preciso analisar esse fenómeno como resultante de um conjunto de acções, de crenças ou de atitudes colectivas. De alguma forma, o holismo metodológico não valoriza o indivíduo na sua dimensão racional e psicológica, situando-o mais como um elemento dentro de uma estrutura social que orienta e explica a sua acção. Explicado de uma outra forma, o holismo privilegia o todo em detrimento das partes que o constituem. ....

.....Se utilizarmos este princípio metodológico nesta nossa reflexão, muito facilmente perceberemos que o paradigma actual se baseia nesta visão holista do país, aliás, em retrospectiva, concluímos que a visão dos sucessivos governos democráticos, até hoje, tem sido essa e a mesma, apesar de algumas nuances de protagonismos e pomposas designações. ....

.....O defeito desta perspectiva aplicada na administração e gestão do território, é o facto de este todo que é o país ser constituído por inúmeras partes com especificidades e com características próprias e dispareas entre si, o que por si só, deveria obrigar a uma atenção e dedicação individual, de forma a garantir o sucesso de todas as partes e assim beneficiar o todo. Mas não, a prática é precisamente oposta, decide-se para o todo e depois aplica-se indiscriminadamente pelas partes. ....

.....Os senhores do poder e dessa “coisa” superior que é a estratégia nacional, com esta visão holista do território, agarram-se aos números e às estatísticas para fazer e

desfazer, sem conhecerem a real dimensão do país e as diferentes regiões e, principalmente, sem pensarem nas pessoas. ....

..... Dois exemplos desta prática comum no governo socialista: .....

..... 1 - A lei da mobilidade tem como objectivo eliminar 75 mil postos de trabalho na Administração Pública, que poderão ser substituídos por “tarefas” a realizar por trabalhadores e trabalhadoras sujeitos a vínculos precários (em *outsourcing*, com contratos individuais de trabalho ou contratos a termo). Os primeiros passos já foram dados no Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, onde a lista de pessoas a dispensar já foi elaborada pelos serviços. Tendo estas pessoas recebido uma carta a informar a sua colocação numa bolsa de emprego público, o que implica a passagem por várias fases, a saber:.....

..... - Uma transição de 60 dias, ganhando o mesmo salário;.....

..... - Uma requalificação de 10 meses, auferindo 5/6 do salário;.....

..... - e uma compensação por tempo indeterminado, ganhando 4/6 do salário; .....

..... Esta fase só termina quando o trabalhador reinicia funções num outro organismo público ou privado, se aposenta, se desvincula voluntariamente, ou (vejam bem) sofre uma pena disciplinar que provoque a desvinculação. ....

..... O que se pretende com isto e de facto, é desmoralizar as pessoas e levá-las a rescindir os seus contratos. Não se trata de agilizar ou rentabilizar os serviços públicos, mas sim de os fragilizar e privatizar. A obsessão do combate ao défice não é mais do que uma máscara de um processo que coloca trabalhadoras e trabalhadores da função pública em casa com cortes nos salários e deixa os cidadãos à mercê de piores serviços públicos afectando os seus direitos sociais. ....

..... 2 - O relatório da Comissão do Livro Branco das Relações Laborais, que foi esta semana apresentado pelo ministro do Trabalho aos parceiros sociais, propõe mudanças no Código Laboral que incluem a redução das férias para 23 dias, em vez dos 25 a que podem hoje chegar, a admissão de que ocorram despedimentos por alegação de incompetência. Propõe-se também a redução do valor do subsídio de férias, a impossibilidade de anular um despedimento em tribunal só por razões processuais e a liberdade de trabalhadores e empresas gerirem o número de horas de trabalho, através de bancos de horas. ....

..... A proposta alarga o número de situações previstas para que a empresa e o trabalhador possam acordar uma diminuição no salário, com o acordo da Inspeção de Trabalho. ....

.....Em relação à liberdade negocial, a lei actual diz que empresas e trabalhadores não podem acordar condições menos favoráveis do que as previstas nas convenções colectivas. A comissão admite mudar o artigo, para aumentar o grau de liberdade negocial. ....

.....O documento defende, ainda, que a lei não deve fixar um número de horas para a jornada de trabalho, mas referir apenas a duração de trabalho semanal e anual. ....

.....Outro elemento que gostaria de trazer para esta reflexão e que em muito tem prejudicado a nossa região é a essa “coisa” mais que pós-moderna da macro ou micro economia, que está na moda nos discursos dos políticos que é a **escala**. “*É preciso adquirir escala!*” ou “*qualquer projecto tem que ter escala!*” são frases que em catadupa saem da boca dos nossos governantes. ....

.....Exmos. e Exmas, desculpem-me mas não percebo como é que as pessoas podem ganhar escala. As pessoas não são coisas nem números... e quando falamos da nossa região, segundo eles, é disso que se trata, da falta de escala e dimensão. Por isso, há que centralizar esforços, meios e equipamentos para adquirir essa tal escala e, conseqüentemente, afastar os serviços das populações. ....

.....Aqui, *nesta casa*, assistimos a uma permanente troca de acusações entre a bancada do PS e a do PSD, no que diz respeito à culpabilidade destas acções. “*Eu não, mas tu sim*” – afirmam constantemente, sem perceberem que tanto faz, para a região, o governo ser de um partido ou de outro... estamos em perda e assim iremos continuar... até um dia.....

..... Obrigado.....

.....BRAGANÇA, 29 de Junho de 2007” .....

..... **Presidente da Mesa** - Muito obrigado.....

..... Senhor membro da Assembleia Vítor Pereira faz favor.....

.....

..... **Presidente da Mesa** – Não, não... eu isso explico isso em voz alta. ....

.....Eu chamo a atenção de que isto é um ponto agendado a pedido do Grupo Municipal do PSD. Como por boa regra, em qualquer agendamento a introdução do tema e o fecho do debate pertence e deve pertencer ao subscritor do tema, é por esse

motivo que eu efectivamente fiz esta inversão. Não foi por nenhuma habilidade, que não me agrada esse termo, é porque deve ser assim, e assumido muito frontalmente. .

..... **Vítor Pereira** – Está justificado Senhor Presidente. Nem eu disse, nem queria dizer que foi habilidade. Só que eu vi levantar dedos primeiro do que eu, quer dizer, e eu naturalmente achei que a primazia e a preferência seria e com toda a naturalidade, pois se levantou primeiro do que eu...teria todo o direito a falar primeiro do que eu. Só por isso. ....

..... **Presidente da Mesa** – Mas compreende a explicação? .....

..... **Vítor Pereira** – Sim, sim. ....

..... **Presidente da Mesa** - Muito obrigado.....

..... **Vítor Pereira** – Bom, eu vou ser muito rápido, até porque tenho pouco tempo, e só quero deixar aqui nesta Assembleia três ou quatro notas que me parecem importantes. E eu uso a palavra Assembleia e não é por acaso que a utilizo. É que esta Assembleia tem todo o direito em debater estes assuntos que me parecem da maior importância para o futuro deste Concelho. Assim como me parecem outros assuntos da maior importância para o futuro do Concelho, e por isso é que, à laia de introdução eu começo por questionar a posição que algumas pessoas têm aqui nesta Assembleia Municipal, porque, é como se costuma dizer, ter dois pesos e duas medidas... há assuntos que nos dizem respeito, esses votamos contra quando é apresentada qualquer moção para no fundo sermos esclarecidos e sabermos o que se está a passar com determinado assunto para o Concelho, aí nós vetamos. Quando o assunto realmente é para bater no Governo, aí, “*aqui D’el Rei*”, perdemos mais uma oportunidade e etc, etc. Portanto, primeiro ponto, não podemos ter dois pesos e duas medidas. ....

..... Segunda coisa que eu queria dizer aqui, é que o PRACE, e quem o disse foi o Nuno Reis e quem o disse foi o Dr. Cadavez, e muito bem, o PRACE tem a ver com a reestruturação e com a reformulação da Administração Pública. Correctíssimo. E foram eles que disseram que tinha que se fazer. E portanto foram eles que o disseram

que teria que se fazer. E fez-se. E está-se a fazer. É um processo contínuo que se está a fazer. ....

.....Bom, estar aqui, e não concordo nada com o Nuno quando vem dizer aqui que depois não venham chorar sobre o leite derramado, mas estar-se aqui a antecipar e a levantar lebres que se calhar depois não vão dar em nada, parece-me a mim, e aí vou usar outro argumento que utilizou aqui o Dr. Cadavez, que é a questão do alarmismo, é que nós se calhar estamos aqui a criar alarmismos que se calhar vai desestabilizar, e de que maneira, os funcionários públicos. ....

.....Portanto, resumindo e concluindo, eu acho que nós devemos sim senhor tomar posições, mas quando nós sabemos, e eu já disse isto aqui noutras Assembleias, quando realmente sabemos em concreto aquilo que se irá passar. Porque estar aqui a fazer uma série de considerandos, como por exemplo fez o Lídio, diz-me que, e também é o Nuno que o diz na sua moção, que a distritalização da Segurança Social é um facto consumado, e das Finanças. E vem-me dizer alguém de uma outra bancada, vem-me afirmar, coitados dos funcionários da Segurança Social que estão à rasca e não sei quê, não sei que mais... Por amor de Deus, querem mais demagogia no meio disto tudo? .....

.....Bom, outra coisa que eu queria dizer aqui é que nós somos um Governo que fomos sufragados, nós, o Governo de Portugal, é evidente, apoiados pelo Partido Socialista ao qual eu pertenço... ..

-.....

.....**Vítor Pereira** - Não Lídio, eu fiz já a distinção, eu fiz já a distinção. E como tal, o nosso partido enquanto apoiante de um Governo legalmente constituído, nós, nós, apoiaremos qualquer reforma que este Governo leve a cabo. Agora, e eu reafirmo mais uma vez aqui, como fez em nome da verdade e isso é verdade, como fez o Luís Pires, nós estaremos sempre atentos ao evoluir das diversas situações, porque nós não podemos ir aqui em determinadas afirmações que são ditas nesta Assembleia, e não podemos ir de olhos cegos, digamos, atrás delas. ....

.....Reparem, um exemplo, dizia-se aqui há um ano atrás, que a Ponte de Quintanilha, por exemplo, nunca mais ia ser feita, que iria para as calendas gregas, etc., etc., etc.. Afinal falta, parece que, um tabuleiro para a unir. Está feita. Quer dizer, e nós estamos aqui a discutir coisas que realmente as coisas estão a andar.....

..... O caso do IP4, ou da futura A4, o Lídio vem-me dizer que nós ficamos contentes com o impacto ambiental, o Senhor Presidente da Câmara vem-nos dizer, e ainda ontem ouvimos na Comunicação Social, que termina e em Agosto e a partir daqui já não há desculpas para o Governo. Correcto, o Senhor Presidente da Câmara tem toda a razão. ....

.....A abertura das propostas para a obra avançar serão feitas no princípio do ano. Quer dizer, e nós andamos aqui a brincar com coisas sérias, não me parece que seja a melhor maneira de nós defendermos os interesses do nosso Concelho. Não me parece! Não me parece! Porque, e agora voltando por exemplo aos Serviços, nós teríamos... e não quero ir por aí, se eu quisesse fazer demagogia política diria, o Nuno aliás quis cortar na sua intervenção, quis logo cortar isso, vindo com o ICN, etc., etc., não vamos entrar em demagogias. Porque eu poderia utilizá-la aqui também, mas não quero ir por aí, agora, não podemos é querer o sol na eira e a água no naval. Se reestruturarmos a Administração Pública, nós temos que a reestruturar. ....

.....Quando o Luís Pires fala aqui por exemplo da DGV, a DGV foi extinta, e já que está a falar em funcionários eu pergunto, quantos funcionários da DGV já saíram daquela casa? Desafio-os, digam-me quantos funcionários já saíram daquela casa. E mais, mas mais, mas há uma reestruturação que está em curso, que vai ser criada a Direcção dos Serviços Terrestres. Também toda a gente sabe isso, mas ninguém tem coragem de o vir dizer aqui. Não interessa! .....

.....Bom, e já agora que estamos a falar de PRACE, por exemplo, ninguém valoriza uma série de serviços que irão ser implantados no Distrito de Bragança, ninguém os quer valorizar! Não interessa! Não interessa! Interessa é o tal discurso e a tal política do “bota abaixo”, pois claro.... Se daqui amanhã um outro serviço vier a ser reforçado, e iremos se calhar falar nisto no ponto a seguir, e vier a ser reforçado no Distrito de Bragança, não interessa! Não se fala! O que interessa é que a DGV foi extinta. Entenderam? .....

.....Portanto, com este tipo de discurso não vamos lá meus senhores, tenham paciência! Nós temos é que falar em coisas sérias. Aliás, estes alaridos, e agora lembrei-me da ocasião, lembrei-me, disseram aqui, já foi dito nesta... acho que veio aqui uma moção, eu não tenho a certeza, em que se falava na tal Divisão de Veterinária. “*Aqui D’el Rei*”, que a Divisão de Veterinária continua em Bragança! Quer dizer, e nós andamos a fazer este tipo de política, este tipo de alarmismos. Acham que é uma política correcta? Se acham... eu não acho. Tenham paciência. ....

.....**Presidente da Mesa** - Muito obrigado.....  
.....Para encerrar o debate, tem a palavra o Senhor membro da Assembleia Luís Afonso. ....

.....**Luís Afonso** - Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhor Vice Presidente da Câmara de Bragança, muito boa tarde a todos. ....

.....Bom, sei que só tenho três minutos, ou seis minutos, não é muito tempo mas eu gostaria de depois da intervenção que fez aqui o meu companheiro de Bancada Nuno Reis, pouco mais ficaria por dizer. Mas fiquei um bocado, enfim, triste com algumas declarações que foram feitas aqui, nomeadamente vindas da bancada do Partido Socialista, e incomodei-me um pouquinho na cadeira, e disse, sim, tenho que me inscrever para ir falar, para que se faça um pouco de justiça relativamente ao que foi, enfim, a execução das políticas do PSD na gestão da Câmara Municipal de Bragança.

..... E quero também lembrar aqui algumas declarações que foram feitas pelo meu antecessor, Presidente da Comissão Política Concelhia do PS acerca de quinze dias atrás, tudo envolvido nesta questão do PRACE, portanto, não estou a fugir ao tema. ...

..... Parece e sem me alongar na matéria, e não vou tocar muito nessa matéria que já foi aqui dissertada anteriormente, mas eu gostaria de recordar aqui o seguinte, parece que há gente nesta Assembleia e que publicamente vai fazendo uso da palavra para poder exprimir alguns recalamentos, passando a ideia para os cidadãos de Bragança de que, eventualmente, algumas culpas de algum abandono desta terra, deste Concelho também são, ou querem por uma tónica importante na responsabilidade da Câmara de Bragança. ....

..... Eu recordo, e se alguns de vocês aqui não ouviram as declarações do Vitor Prada Pereira, Presidente da Comissão Política Concelhia do PS, acerca de quinze dias atrás, aparece junto num encontro de autarcas Socialistas, dizendo que o Concelho estava numa tónica de entorpecimento, de algum abandono, sofrendo algumas penalizações em termos de desenvolvimento, criação de postos de trabalho, desemprego, etc., por vias de algum - a ver se me recordo da palavra - de algum cansaço do Senhor Presidente da Câmara. Julgo que muitos de vocês ouviram isso. ..

..... Eu gostava de aproveitar este momento aqui para dizer exactamente aquilo que eu penso e julgo que na generalidade dos cidadãos de Bragança, corre como ideia. ....

.....Se alguma coisa ao longo dos últimos dez anos tem sido feito como bom em termos da construção de equipamentos, em construção de acessibilidades, em construção da geração de emprego, tem sido por via da Câmara Municipal de Bragança e não do Governo da Nação. Com culpas também para a Governação do Partido Social Democrata, mas agora em questão e mais propriamente com a Governação que tem como origem o Partido Socialista e as suas políticas para Portugal, e as suas políticas contra Bragança. ....

.....Bragança continua a ser a único Distrito do País sem um quilómetro de auto-estrada. Bragança continua a ter um conjunto de instrumentos que deviam ser utilizados por parte do Governo para discriminar positivamente esta região e que não o fazem.....

..... Agora deitar as culpas para cima do Presidente da Câmara de Bragança! .....

.....Esquecem-se que algumas iniciativas geradoras de emprego em Bragança foram por via da Câmara? Esquecem-se que uma empresa falida chamada GRUNIG, acabou por, em hasta pública, serem compradas as suas instalações pela Câmara de Bragança e que a seguir o Senhor Presidente da Câmara foi buscar uma empresa internacionalmente importante na área da construção de equipamentos de automóveis, gerando a criação de emprego. Hoje não sei quantos estarão, entre oitenta a cem funcionários a trabalhar naquela indústria, seguramente serão mais no futuro. ....

.....Que a Câmara de Bragança trouxe a Portugal Telecom, que podia ter ido para Portalegre, para Évora, para Alcoutim, para Almeirim, para Braga. ....

..... Trouxe para Bragança o Call Center da PT, que gerou emprego para cerca de oitenta pessoas, esquecem-se disso? Então a Câmara de Bragança é que é a verdadeira culpada do atraso? Ou é o Governo? Esquecem-se disso? Como é possível esquecer, como é possível vir aqui o deputado Luís Pires dizer - que *sim senhor, nota positiva, a Câmara de Bragança fez alguma coisa* na área da cultura - uma nota negativa, pejorativa talvez.....

..... Então esquece-se, ou você não estava cá... não estava cá seguramente, como não estava, pelos vistos, o deputado da CDU há dez anos atrás para ver o que era a realidade do Concelho de Bragança!.....

..... Se falamos em desenvolvimento, é preciso lembrar que antes de mil novecentos e setenta e sete e durante oito anos de Governação Socialista, se esqueceram de pavimentar os bairros. Hoje em Bragança vive-se com dignidade nos

bairros, porque há pavimentação feita, há asfalto, há passeios, que os acessos às localidades do Concelho de Bragança se fazem com dignidade, com qualidade, porque as rodovias construídas pela Câmara de Bragança estão lá! E não têm comparação nenhuma em termos de qualidade com aquilo que não é feito pelo Estado Português na conservação das vias que tem ainda neste território. ....

.....É preciso lembrar isso, é preciso lembrar o esforço que a câmara fez na construção de equipamentos desportivos, porque até um Governante da área Socialista, muito importante, e que foi eleito por esta Assembleia Municipal na última legislatura, conseguir fazer comentários jocosos à ausência de equipamentos da área desportiva, vulgo piscinas, em Bragança, porque havia em Vinhais. Mas Bragança chegou e concluiu esse equipamento, está disponível para os cidadãos essa utilização ao longo de todo o ano. ....

.....Esses equipamentos desportivos deviam ter sido por si referidos aqui para não ser injusto com a memória colectiva da Cidade e do Concelho de Bragança. ....

.....Lamentavelmente, eu tenho e vocês têm, os Senhores Presidentes de Junta, os deputados, todos têm uma visão bem ampla daquilo que foi feito ao longo destes dez anos de gestão Social Democrata na Câmara, que não tem nada a ver com o investimento, a dedicação que o Estado Português tem dado a esta terra. ....

..... A Câmara de Bragança destacou-se ao longo destes anos, destes dez anos, contra tudo e contra todos, e agora contra também eventualmente os Governantes do Partido Socialista, para construir uma sociedade digna, com capacidade para dar dignidade aos seus cidadãos. Esqueceu-se de equipamentos produtivos como o Matadouro, como o Mercado Municipal, como um conjunto de equipamentos que vocês não foram capazes de fazer nesta terra. Estacionamento na cidade, até o cemitério vocês não foram capazes de fazer...deixaram a vergonha de ter espaços incapazes de serem ocupados, porque quem infelizmente falecia.... ,e que esta câmara fez ao final de um século. A Estação de Camionagem... ..

.....Bom, eu estaria aqui a tarde toda para fazer nota justa do trabalho que a Câmara de Bragança tem feito ao longo dos anos, coisa que vocês não têm feito, e não têm agora a vergonha de vir tentar intoxicar os cidadãos de Bragança dizendo que o Senhor Presidente da Câmara está cansado. ....

.....Cansado estava o vosso Presidente de Câmara que antecedeu o Governo do Partido Social Democrata na Câmara de Bragança, isso sim! .....

..... **Presidente da Mesa** - Muito obrigado.....

.....

..... **Presidente da Mesa** - Peço desculpa, peço desculpa... Senhores membros da Assembleia... Não. Não vamos invocar figuras que não existem, que não se aplicam. Não houve nenhuma ofensa à honra de ninguém... não vamos agora querer utilizar figuras para fazer réplicas e trélicas. ....

.....

..... **Presidente da Mesa** - Queira-me resumir qual foi a frase pela qual a sua honra foi ofendida? Queira resumir!.....

.....

..... **Presidente da Mesa** - Então faça o favor.....

..... Senhores membros da Assembleia, por favor vamos ter comedimento.....

..... Diga qual foi a frase que o ofendeu. ....

..... **Vítor Pereira** – Aquilo que eu quero dizer aqui, e isso tem a ver com a minha defesa da honra, e tem a ver com a honra da minha bancada, tem a ver com o seguinte, dito pelo deputado do PSD. Ele disse uma série de mentiras, na minha opinião, e é a minha opinião, que eu não posso concordar e que tenho que as defender e tenho que as rebater. ....

..... Ponto um – não é verdade que o PS tivesse desprezado Bragança nos últimos oito anos da governação do Eng<sup>o</sup>. Nunes. ....

..... **Presidente da Mesa** - Senhor membro da Assembleia, só um segundo... ..

..... **Vítor Pereira** – Espere aí! .....

..... **Presidente da Mesa** - Não, não! Quem espera aí é o Senhor! Eu estou a interrompê-lo, e o que lhe tenho a dizer é o seguinte, dizer que não é verdade uma afirmação que foi feita em termos políticos não é nenhuma ofensa da honra. ....

..... **Vítor Pereira** – Essa é a sua interpretação.....

..... **Presidente da Mesa** - Mas eu estou a conduzir os trabalhos e se isso é a defesa da honra que quer fazer, não há nenhuma honra ofendida, de maneira que eu não permito que sejam feitas interpretações do que é honra ofendida para fazer novas intervenções sobre um tema no qual o tempo do Grupo que representa está esgotado! Isto fica claro, muito obrigado pelas suas palavras, pode regressar ao seu lugar.....

.....

..... **Presidente da Mesa** – Peço-lhe também... a única figura que está aqui em causa é se há ou não há ofensa da honra. Faça favor de me dizer onde é que a sua honra foi ofendida? .....

..... **Luís Pires** - Senhor Presidente da Assembleia, eu vou-lhe dizer porque é que eu acho o seguinte, a não ser que a minha honra seja menor que a do meu amigo José Castro, se ele veio cá defender por uma alusão que em 1997 estava não sei aonde, também quando aqui o Senhor deputado do PSD disse que eu não devia estar cá não sei há quantos anos tenho de ser tratado com igualdade. ....

..... **Presidente da Mesa** - Senhor membro da Assembleia, o Senhor tem mostrado perante esta Assembleia uma agudeza de espírito e uma inteligência que o levam a conseguir compreender perfeitamente o contexto em que houve uma transigência relativamente a uma pretensa ofensa da honra, que não foi, e que o próprio reconheceu que não foi, sobre lhe ter sido dito que numa determinada altura ainda não estava em Bragança. Não vamos fazer extrapolações. O Senhor sabe que por boa coerência mental não se devem fazer essas equivalências, e eu peço-lhe portanto, e conto com a sua razoabilidade que se a sua honra foi ofendida, diga em quê. Se não foi não vamos usar essas figuras.....

..... **Luís Pires** - Senhor Presidente eu estava na intenção de chegar aqui e lhe dizer qual o motivo que eu achava que devia ter defesa da honra, e quando o Senhor Presidente me concedesse, dir-lhe-ia que tal como o Zé Castro reconheceu eu também reconheço que no calor às vezes há coisas que não se dizem, mas, para ver que tem que haver aqui alguma calma e alguma igualdade de tratamento, só isso. E por outra vez aqui alguma serenidade nisto.....

..... **Presidente da Mesa** - Se errei ao ter feito aquela concessão ao Senhor membro da Assembleia José Castro, eu peço desculpa, mas estamos num ambiente claramente diferente. Peço desculpa.....

..... A Mesa fez um lapso de não ter considerado uma inscrição para usar da palavra o Senhor membro da Assembleia Paulo Xavier, e eu não posso encerrar os trabalhos sem lhe dar a palavra.....

.....

..... **Presidente da Mesa** – Não, não. Têm todo o tempo os Presidentes de Junta. Todo o tempo. Por inteiro.....

..... **Paulo Xavier** - Não nos queiram tirar esse tempo. ....

..... Eu percebo que o Partido Socialista esteja um pouco nervoso, é normal, não gostam de ouvir verdades, mas não nos tirem esse tempo. ....

.....

..... **Paulo Xavier** - Não, não faço defesa da honra nenhuma. é no tempo em que nós Presidentes de Junta temos. Essa é que é essa.....

..... Então muito boa tarde a todos. ....

..... E isto bem diferente, temos aqui dois retratos, o retrato do Partido Comunista que já nos habituou ao seu discurso puramente ideológico, bem ao estilo dos anos 50, e por outro lado o líder da bancada Socialista que nos veio aqui a prometer o céu na terra. Oxalá que sim, e eu vou bater palmas no dia em que esse céu estiver aqui na terra. ....

.....A mim ressaltou-me esta ideia do medo, do Dr. Cadavez, e quando o Vítor Prada falou do tal medo, António Barreto faz um retrato do Governo e de Sócrates também, não vou ler porque seria extenso, mas diz assim, isto falando do medo, e que sabemos que António Barreto é uma figura importantíssima no nosso País, diz assim mais ou menos: *“O estilo de Sócrates está vivo, por inteiro, no ambiente que se vive, feito já de medo e de apreensão”*. Depois diz assim: *“A austeridade administrativa e orçamental ameaça a tranquilidade dos cidadãos que sentem que a sua liberdade de expressão pode ser onerosa”*. Por aí adiante, por aí adiante, e mais, depois diz assim: *“Nomeia e saneia a belo prazer”*. Isto diz tudo do estado em que vivemos. ....

.....Depois minhas Senhoras e meus Senhores, este é um momento muito importante para a Assembleia Municipal, e pensamos nós que para o Município de Bragança. ....

.....Ao longo das últimas semanas as estruturas autárquicas vêm acompanhando o processo da reforma da Administração Central do Estado, preconizada pelo Governo do Partido Socialista, designadamente o processo de publicação de múltiplos instrumentos normativos de natureza quer orgânica, quer estatutária. ....

.....Porém, é com profunda preocupação que os Social Democratas do Município de Bragança observam as transformações que o Governo propõe para a reforma da Administração Pública. De facto, poucas são as regiões do País para as quais a presença e dinamismo da Administração do Estado assumem a importância que estas assumem no Município de Bragança. ....

.....Efectivamente, situado numa região pobre e profundamente deprimida, o Município de Bragança, pese embora o esforço desenvolvido pela Autarquia Brigantina, continua sem grande capacidade de atracção da indústria ou serviços, mercê do continuado processo de abandono e desinvestimento que o Governo de Lisboa promove ao abrigo dos mais variados infundados argumentos. ....

.....Qualquer um dos nossos concidadãos compreende a importância da Administração Pública não só para a dinâmica económica do Concelho, mas também para o estancar da hemorragia populacional a que toda a região se acha sujeita. É absolutamente indesmentível a importância da Administração Pública do Estado para a fixação de massa crítica na região, são insubstituíveis os serviços e investimentos públicos, mobilizadores dos meios financeiros necessários ao funcionamento do nosso comércio, dos nossos serviços, da nossa indústria de construção civil e obras públicas. Se os poucos serviços que ainda restam da Administração do Estado, abandonarem o

nosso Concelho, onde se empregarão os nossos jovens licenciados? Quem comprará no nosso comércio? Quem terá ainda os meios para comprar as casas que ainda vamos construindo? É pela importância que as populações reconhecem à Administração Pública e à presença dos seus serviços na região, particularmente para a Capital de Distrito, que entendemos que esta oportunidade não só para o Estado se reformar, mas também para a lógica de desenvolvimento nacional não deve ser desperdiçada. ....

.....Os Sociais Democratas não são contra a reforma da Administração Central do Estado, pelo contrário, há já vários anos que entendemos que a reforma do Estado Português e em particular da Sua Administração Central constitui uma das últimas oportunidades que o País tem para inverter a lógica de afunilamento e de concentração dos meios públicos na capital do País. ....

..... Entendemos que o Estado deve honrar a Constituição Portuguesa, compromisso fundador do próprio Estado, em particular, a disposição vertida no seu artigo 9.º, alínea g), na qual se determina que o desenvolvimento harmonioso do território nacional constitui uma tarefa fundamental do Estado. Porém, as opções governamentais de fixação em Lisboa de serviços como o Call Center, da Saúde, ou os serviços das novas empresas públicas para o controle da facturação dos serviços dependentes do Ministério da Saúde, ou dos recursos humanos do Estado, são o oposto da lógica constitucional ou até mesmo do bom senso político. ....

.....Assim, parecem-nos absolutamente inacreditáveis as afirmações que vêm sendo proferidas pelos dirigentes locais do Partido Socialista, que se afirmam despreocupados com o processo de retirada de serviços de Bragança. Eu diria mesmo, que oxalá, como iniciei esta minha intervenção, que venha o tal céu para a terra... ..

.....Aparentemente aquilo que é óbvio ou evidente ao cidadão ou ao observador comum, não se afigura tão evidente para aqueles que há dois anos atrás pediam o voto e confiança dos Brigantinos para o reforço e afirmação da Região num contexto nacional dominado pelas opções e de liderança política dos Socialistas. ....

..... Não pretendemos, aqui e agora, discutir todo o rosário de promessas e compromissos eleitorais assumidos pelo Partido Socialista, e que não estão a ser honrados. Aqui e agora queremos discutir opções e decisões que o Governo do PS pretende concretizar e que condicionarão largamente a capacidade de desenvolvimento do Concelho e da Região para o futuro. ....

..... É importante que de uma vez por todas, que todos, mas todos sem excepção assumam as suas responsabilidades e digam aos eleitores aquilo que verdadeiramente pensam e defendem para o Concelho e para o País. ....

.....É fundamental marcar desde já uma linha de fronteira entre aqueles que defendem os interesses da Região e das suas populações, e aqueles que defendem os interesses da maioria absoluta. Dirão alguns que agitamos fantasmas e alicerçamos o nosso discurso em especulações, já ouvimos aqui mais do que uma vez. Acreditamos que é fundamental que não se discutam factos consumados, isso sim, não se discutam decisões inalteráveis, se discutam opções e alternativas enquanto estas ainda existem. ....

.....Não se afigura admissível o encerramento sem que os cidadãos disso tomem conhecimento, ou sem que o Partido da maioria explique publicamente as suas opções de reforço e de afirmação da concentração e centralização dos serviços públicos em Lisboa. ....

..... Que se expliquem os motivos que conduzem ao encerramento dos múltiplos serviços. Estas decisões podem e devem ser discutidas, é pois fundamental o assumir da responsabilidade de todos e em particular daqueles que hoje as tomam e que por elas devem ser responsabilizados. ....

.....O grau de instabilidade introduzido na vida de várias dezenas de famílias, não só do nosso Concelho, mas também de toda a região, não pode acontecer sem que as populações digam uma palavra, não podemos permitir a perda de dezenas de postos de trabalho, que no futuro deixarão de constituir o único meio de atracção e fixação dos jovens técnicos do Concelho. ....

..... Trata-se pois de uma matéria que a todos diz respeito, e que por todos deve ser debatida. Não é mera guerrilha partidária, nem sequer um qualquer argumento de arremesso da disputa política. O que aqui hoje está em causa é o futuro das nossas gentes, das suas famílias, da nossa terra. ....

..... Assim, não deixaremos de clamar pela justiça e solidariedade que ao nosso Concelho é devida por Lisboa, que ao longo de anos se alheou das nossas vidas, rotinas ou bem estar. Tenhamos pois todos a coragem de reivindicar e resgatar para as nossas gentes a dívida histórica que todo o País tem para com Trás-os-Montes em geral, e Bragança em particular. ....

..... Disse. ....

..... Obrigado.....

..... **Presidente da Mesa** - Muito obrigado.....

..... Encerrado este ponto da ordem de trabalhos, passamos ao .....

..... **4.2.2 - A SOLICITAÇÃO DE MEMBRO DO GRUPO MUNICIPAL DA COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA - PARQUE NATURAL DE MONTESINHO – REESTRUTURAÇÃO ORGÂNICA E PLANO DE ORDENAMENTO** .....

..... **a) Precedido de informação pela Câmara Municipal, a seu pedido, sobre o plano de ordenamento** .....

..... Com a concordância do subscritor do pedido de agendamento, a discussão deste ponto vai iniciar-se com uma comunicação sobre o Plano de Ordenamento a fazer pelo Senhor Presidente da Câmara, que tinha pedido também para agendar também um ponto sobre esta matéria, seguindo-se também conforme consenso estabelecido na Comissão Permanente uma intervenção do Coordenador da Comissão de Acompanhamento do Plano de Ordenamento e tendo a seguir a palavra para introdução do tema em geral, o Senhor membro da Assembleia Lídio Correia, que foi o subscritor do pedido de agendamento. ....

..... Senhor Presidente da Câmara tem a palavra se faz favor.....

..... **Presidente da Câmara** – Muito obrigado Senhor Presidente.....

..... A Câmara Municipal tem vindo a acompanhar a elaboração do Plano de Ordenamento do Parque Natural de Montesinho, processo que teve início já há mais de dez anos, teve a primeira reunião da Comissão de Acompanhamento em vinte e dois de Abril de mil novecentos e noventa e sete. Foram realizadas onze reuniões da Comissão de Acompanhamento, e a Câmara Municipal participou em todas. Ontem foi realizada a décima primeira reunião na qual estive o Representante da Câmara Municipal na Comissão de Acompanhamento e eu estive a fazer-lhe companhia também. ....

..... A Câmara Municipal tem vindo a defender as suas posições no sentido da ideia que corresponde àquilo que na nossa perspectiva poderá assegurar uma relação de maior equilíbrio entre a conservação da natureza e o desenvolvimento sustentável para as populações deste território. ....

..... Essas exposições foram expressas em documentos que foram enviados para a Assembleia Municipal, são dois anexos à resolução que a Câmara tomou na reunião

de onze de Junho e que enviou para a Assembleia Municipal, para conhecimento, resolução na qual procurou centrar alguns dos aspectos essenciais para o desenvolvimento, e o facto desta certidão e nesta resolução estarem contempladas um número mais restrito de preocupações, não significa que outras preocupações de níveis diferentes e também importantes não tivessem sido registadas e por isso me referi aos anexos a esta resolução. ....

..... Ontem na Reunião de Acompanhamento a Câmara Municipal assinou a acta dessa mesma reunião declarando, por escrito, considerar não estar a versão actual do Plano de Ordenamento em condições de ir para discussão pública. ....

..... Em traços gerais é isso que eu tenho a dizer neste momento à Assembleia Municipal. A forma como a Câmara interpreta este processo nas suas várias vertentes está expressa na certidão, tem algumas páginas de síntese desse raciocínio, foi distribuído aos senhores deputados, portanto eu não vou ler a matéria que consta dessa certidão. Importante sim é que a Assembleia faça também o debate, tome a sua posição e defenda como entender os interesses legítimos da população. ....

..... A posição da Câmara é clara, foi votada por unanimidade, e continuaremos a lutar por ela ao lado da população, da Assembleia, dos Presidentes de Junta legítimos, os mais directos representantes da população, entendendo e percebendo, como é óbvio, que o Plano sofreu algumas evoluções desde a primeira versão até à situação actual, mas trata-se ainda de uma versão claramente insuficiente. A primeira versão de zonamento incluía zonas de protecção total, cerca de 20% do território, o que era uma verdadeira irracionalidade, um verdadeiro disparate, onde a actividade humana não parece ser possível assegurar a protecção total. Felizmente que essa situação foi retirada, porque eu acho que uma situação dessa a manter-se seria um apontar para uma mais rápida desqualificação do território. ....

..... Evidentemente que a Câmara marcou também a sua posição relativamente à reestruturação do ICN, fizemo-lo internamente, fizemo-lo publicamente e fizemo-lo também no Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, considerando que a reestruturação que ocorreu e a forma como se verificou corresponde a um evidente retrocesso na política de conservação do ambiente. ....

..... **Presidente da Mesa** - Muito obrigado. ....

..... Para usar da palavra na qualidade de Coordenador da Comissão da Assembleia Municipal de Acompanhamento do Plano de Ordenamento do PNM, tem a palavra o Senhor membro da Assembleia Luís Vale. ....

..... **Luís Vale –Apresentou, por escrito, o seguinte:** .....

..... Uma vez mais boa tarde a todos. ....

..... “Exmos. Senhores(as) .....

..... Como estarão recordados esta Assembleia na sua reunião de 26 de Fevereiro deste mesmo ano de 2007, deliberou, por unanimidade, a constituição de uma Comissão de Acompanhamento do processo de elaboração e decisão relativo ao Plano de Ordenamento do Parque Natural de Montesinho. ....

..... Tendo já decorrido cerca de quatro meses desde então e porque para a reunião de hoje, estava agendado na ordem de trabalhos, um ponto relativo ao Plano de Ordenamento do Parque Natural de Montesinho, na sua última reunião, esta Comissão achou por bem dar conhecimento a toda a Assembleia do seu trabalho e de todas as diligências efectuadas no sentido de alcançar os propósitos pelos quais foi constituída.

..... Depois de formalmente constituída em termos regimentais, a instalação da mesma aconteceu a 26 de Março, com a presença do Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, que nesse mesmo momento, informou e documentou os membros da Comissão da sua diligência junto do Presidente do ICNB, por carta datada de 15 de Março e onde, pela primeira vez, informa sobre a existência desta Comissão e solicita informações várias para o grupo de trabalho.....

..... Em 18 de Abril e porque estranhámos não haver qualquer resposta por parte daquela instituição, insistimos e reforçamos o pedido, sem no entanto, obter qualquer reacção ou resposta... o silêncio manteve-se!... Numa derradeira tentativa e via fax, em 18 de Maio manifestamos à mesma entidade o nosso desconforto pela indiferença manifestada. A resposta foi a mesma, ou seja, nada!... Por fim, sabendo que o ICNB é tutelado pelo Ministério do Ambiente, solicitamos através de ofício, em 23 de Maio, ao Sr. Ministro do Ambiente a averiguação e o esclarecimento desta desagradável situação e/ou falha de comunicação. ....

..... Na reunião da Comissão de 21 de Maio foi decidido comunicar à Câmara Municipal e Assembleia Municipal de Vinhais, dando conhecimento da existência desta Comissão, informar dos seus propósitos e manifestar a disponibilidade e o interesse no encontro de uma plataforma de trabalho, que permitisse um esforço e um empenho

partilhado para um fim comum. Estranhamente, até hoje, não recebemos qualquer resposta ao “desafio” proposto!.....

.....Entretanto, solicitamos a presença do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Bragança – o que aconteceu a 28 de Maio. Uma vez que a Câmara Municipal está representada na Comissão Técnica de Acompanhamento e toda a informação reunida até então ter sido disponibilizada pela autarquia, tentamos assim, dar resposta a algumas dúvidas e ao mesmo tempo actualizar o nosso conhecimento. Para além disto, a presença do Sr. Presidente da Câmara Municipal e do Sr. Vereador, Arqº Nuno Cristóvão permitiu perceber qual o papel da autarquia na Comissão Técnica de Acompanhamento, assim como conhecer o cronograma previsto para todo o processo.

.....Como podem constatar pelos factos atrás relatados, esta Comissão e, depois, a própria Assembleia Municipal foram e são, completamente ignoradas pelas referidas instituições, o que não podemos nem queremos resignadamente aceitar. Por isso e como forma de manifestação do nosso desagrado, nestes últimos dias, enviamos para a comunicação social um documento, uma tomada de posição pública em relação ao comportamento do ICNB e do Ministério do Ambiente, para que a população possa, também, ter conhecimento daquilo que, aqui, acontece e se faz. ....

.....Nunca, nem em qualquer momento, desde a sua origem, a Comissão ou qualquer dos seus membros se quis imiscuir nas competências ou intrometer-se nos propósitos dos parceiros que constituem a Comissão Técnica de Acompanhamento, responsável pela elaboração do documento, tão só e apenas, a Comissão, quis e quer estudar o documento que será levado a discussão pública e então aí, apresentar propostas e sugestões que possam melhorar e ser mais-valias para o Parque Natural e suas populações. ....

.....Portanto, reafirmamos aqui, como não poderia deixar de ser, e independentemente do conhecimento efectivo que viermos a alcançar, a nossa vontade e o nosso empenho em prosseguir com o trabalho a que nos propusemos. Sabemos que, seja qual for o resultado final e a aceitação das nossas críticas e propostas, estas estarão sempre de acordo com a defesa do espaço físico e natural, como de acordo com a defesa do habitat cultural que são as comunidades e populações que vivem o Parque Natural.....

.....Excelentíssimos Senhores, Membros da Assembleia e Senhores Presidentes de Juntas de Freguesia, caso tenham qualquer dúvida, pretendam informações ou

esclarecimentos complementares relativos ao aqui exposto, poderão consultar o dossier da Comissão onde encontrarão toda a documentação existente.....

..... Obrigado.....

..... Bragança, 29 de Junho de 2007”.....

..... **Presidente da Mesa** - Muito obrigado.....

..... Para a introdução do tema deste ponto agendado tem a palavra o Senhor membro da Assembleia Lídio Correia, subscritor do pedido de agendamento.....

..... **Lídio Correia** – Antes de iniciar a minha intervenção, eu queria lembrar aos oradores que me antecederam, que a CDU há longos anos tem propostas muito concretas e visíveis, plasmadas em variadíssimos documentos, sobre o Concelho, sobre o Distrito e sobre a Região. Basta ter um bocadinho de memória e consultar. Claro está que a memória dos anos cinquenta só é possível porque existia nessa altura o Partido Comunista Português, seria impossível ter memória do PSD ,de facto, nessa altura. Por outro lado, aconselhava o Senhor Presidente da Junta da Freguesia da Sé, por exemplo, a ler o livro “Pátria” de Guerra Junqueiro, de mil oitocentos e noventa e sete, lá estará plasmado o que é efectivamente o Bloco Central, nomeadamente o Bloco Central de Interesses. ....

..... E posto isto, eu queria dizer: .....

..... A riqueza natural e paisagística do maciço montanhoso Montesinho - Coroa e os valiosos elementos culturais das comunidades humanas que ali se estabeleceram justificam que urgentemente se iniciem acções com vista à salvaguarda do património e à animação sócio - cultural das populações. A instituição de um Parque Natural capaz de mobilizar as populações, levando-as a participar na procura de soluções, na pesquisa de formas de relançamento das suas economias tradicionais e da dignificação da sua cultura, apresenta-se como processo mais aconselhado.....

..... Estas palavras, como é óbvio, não são minhas. Estes dois parágrafos farão 28 anos no próximo mês de Agosto, e são os parágrafos do Decreto Lei n.º 355/79 de 30 de Agosto, que institucionalizou o Parque Natural de Montesinho. E chamo a atenção de que as comunidades humanas/populações, são referidas 3 vezes neste preâmbulo, e a riqueza natural não mais é referida do que a animação sócio-cultural e o relançamento das economias tradicionais. E já lá vão vinte e oito anos. ....

..... Quem hoje conhece a realidade do espaço designado por Parque Natural de Montesinho não pode deixar de ficar revoltado com a incúria a que os responsáveis votaram este território, as suas populações e ainda toda a nossa comunidade que esperou pela concretização do Parque natural de Montesinho como uma realidade diferenciadora para relançar um dos maiores potenciais da nossa região, a sua qualidade ambiental. E esses responsáveis são conhecidos, têm nome e ficarão para sempre associados ao atraso do desenvolvimento da nossa região.....

..... Ao longo dos últimos 28 anos sucederam-se Governos PS, PS/CDS, PS/PSD, PSD/PP, todas as combinações possíveis, menos alguma que apostasse em nós Brigantinos, no desenvolvimento da nossa terra, nomeadamente aquele que passaria pela concretização do Parque Natural de Montesinho.....

..... Desde os representantes do então Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico, Direcção Geral de Ordenamento e Gestão Florestal, Direcção Geral do Turismo, Comissão Regional do Turismo de Bragança, Direcção Geral do Planeamento Urbanístico, Direcção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes, Câmara Municipal de Bragança, Câmara Municipal de Vinhais, até aos mais recentes Presidentes da Comissão Directiva nomeados pelo Ministro do Ambiente e os vogais nomeados pelo ICN e pelas Câmaras Municipais de Bragança e Vinhais, são quase três décadas de irresponsabilidade. ....

..... Hoje em dia o Parque Natural de Montesinho é um projecto desacreditado, pese embora a sua missão inicial, bem definida desde 1979, que era a protecção dos valores naturais existentes, a defesa do património arquitectónico e cultural e a renovação da economia local, o desenvolvimento das actividades artesanais, bem como a promoção de repouso e de recreio ao ar livre. As populações locais hoje não se revêm mais do que há trinta anos na sua missão de conservação do valioso património natural e cultural, e quando falha a mobilização destes actores que estão directamente envolvidos neste processo, podemos anunciar a sua morte. ....

..... Ao longo dos tempos o fracasso do Projecto do PNM foi servindo sempre de variados propósitos, desde logo e à partida, uma imensa demagogia eleitoralista. ....

..... Quem não se lembra da célebre promessa dos Serviços Centrais do ICN em Bragança? .....

..... Por outro lado a feira de vaidades que constituiu a sucessiva nomeação de responsáveis locais, ou irresponsáveis, como se queira, pelo ICN, ora sem perfil técnico apropriado, ora sem inserção local ajustada mesmo quando sancionada pelas

autarquias locais, também serviu de justificação para os atrasos na concretização de uma infra-estrutura que consolide o abastecimento de água em quantidade e qualidade ao Concelho, entregue pela Autarquia a interesses alheios e privados, e que quer agora justificar com a existência do PNM. ....

..... Mais recentemente, a má gestão da estrutura local do ICN, completamente desamortizada e estrangulada financeiramente, serve até de justificação para o abandono das nossas aldeias e a desertificação dos nossos campos tentando desligá-la de uma liberada política do Governo Central, de marginalizar o interior norte, sempre com o beneplácito das autarquias locais, que assim justificam também o seu fracasso na dinamização do meio rural, neste caso desgraçadamente a realidade exterior ao PNM também não é famosa. ....

.....Mais recentemente também, tenta-se, com o actual estado do PNM justificar o oportunismo demagógico de promotores privados que se propõem explorar os nossos recursos naturais mediante investimentos fortemente comparticipados por fundos comunitários, por nós todos afinal tão disponíveis para a iniciativa privada, mas cada vez mais longe da nossa iniciativa local. ....

.....Se dúvidas houvessem, a recente reestruturação do agora designado ICNB (Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade), fala por si. Concretiza-se antes, a desestruturação que vinha sendo anunciada desde a sua fundação em 1979.

.....Ao fim destes 28 anos, e engenhosas variações da mesma política sem alternância, vem agora o Governo presentear-nos com uma nova proposta de Governação para a nossa área protegida. Um Director em Braga com poderes para pouco mais do que determinar qual o funcionário local que tem a responsabilidade de ir ao correio; com um Sub-Director local, com a responsabilidade dos incêndios das áreas protegidas de Braga... Os interesse locais que supostamente seriam defendidos pelos autarcas locais, esses ficam com carácter consultivo, não vinculativo. ....

.....Por último, num espectáculo do mais puro malabarismo político e esperteza saloia, assistimos às declarações dos deputados locais da maioria Governamental, dizendo que vão falar com o Ministro, mas resumindo a sua performance à interjeição “muito bem”, proclamada da primeira fila do hemiciclo. Maior evidência da prioridade estratégica concedida pelo Governo para tão importante vector de desenvolvimento local é impossível. ....

.....Mas também há 28 anos, no seu articulado e já referido diploma, previa o ordenamento preliminar, equipamento e regulamento do PNM são estudados pelo

Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico no prazo de um ano a partir da publicação do presente diploma, sendo coadjuvado durante a sua execução pela Comissão Instaladora que os aprovará quando concluídos, antes de serem submetidos a aprovação superior. O Prazo poderá vir a ser prorrogado se necessário no máximo de um ano, por simples despacho do Secretário de Estado do Ordenamento Físico, Recursos Hídricos e Ambiente. Estranha escala temporal esta a dos sucessivos Governos, só comparável à relação entre as promessas de acessibilidades a Trás-os-Montes, desses mesmos Governos com a sua concretização, multiplicando por mais de dez, cada ano de promessa. ....

.....Tendo em conta a anunciada discussão pública de tão importante instrumento regulador, e que não pode deixar de passar pela sua pública apresentação, explicação e discussão, a CDU propôs a aprovação e aprovou a sua ???? em sessões próprias e dedicadas, de iniciativa desta mesma Assembleia. No entanto, e pese embora as tentativas encetadas pela Comissão de Acompanhamento do referido processo desta Assembleia, mais uma vez deparamos com uma tutela manipuladora, arrogante e autoritária, cada vez mais longe de espírito e letra do Diploma fundador da área protegida.....

..... Assim, esta Assembleia não pode deixar passar a oportunidade, sem declarar a sua indignação para com o abandono que tem sido votado tão importante projecto de desenvolvimento da nossa região, a forma como a nossa sociedade tem sido afastada do delineamento do seu futuro, bem como de um projecto que depositou e cremos ainda, deposita todas as esperanças.....

..... Para tal, propomos a aprovação da seguinte:.....

### **“MOÇÃO**

----- Considerando a incúria a que tem sido votada a concretização efectiva e plena do Parque Natural de Montesinho, no espírito e na letra que consigna a legislação que o institucionalizou há já 28 anos;-----

----- Considerando o afastamento dos representantes locais das populações no órgão executivo do Parque Natural de Montesinho; -----

----- Considerando a forma displicente com que a tutela tem vindo a gerir a realização do Plano de Ordenamento deste Parque Natural, nomeadamente a consideração tida para com esta Assembleia; -----

----- Considerando as legítimas expectativas das populações locais, inerentes à sua função geradora de mais valias para a sustentabilidade e qualificação ambiental deste território em particular, e do nosso País em geral;-----

**A Assembleia Municipal de Bragança, reunida em 29/06/07, delibera:**

1. Reafirmar a sua firme convicção no projecto do Parque Natural de Montesinho, tal e como consagrado na legislação em vigor;-----
2. Repudiar a ausência de uma gestão autónoma, discriminada e adaptada à realidade diferencial que representa o Parque Natural de Montesinho; -----
3. Exigir o conhecimento atempado para apreciação e discussão do Plano de Ordenamento e seu Regulamento, enquanto órgão deliberativo do Município de Bragança; -----

Bragança, 29 de Junho de 2007-----

Os eleitos da CDU -----

a) Lídio Alberto Correia e José Manuel Ferreira Castro -----

**Enviar:** -----

Presidente da República, Primeiro Ministro, Ministro do Ambiente, Ministro da Agricultura, Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, Parque Natural de Montesinho, Governador Civil de Bragança, Grupos Parlamentares, Assembleia Municipal de Vinhais, e Comunicação Social”. -----

.....Por último dizer-vos que gostaríamos de aflorar de alguma forma o Plano de Ordenamento do parque, acontece porém que esta Assembleia não está minimamente habilitada a fazê-lo, porque efectivamente quem de direito se negou a fornecer o que quer que fosse sobre o Plano de Ordenamento. A única coisa que temos é a versão da Câmara Municipal, e do nosso ponto de vista, essa não é suficiente.....

.....**Presidente da Mesa** - Muito obrigado Senhor membro da Assembleia.. ..

.....Permito-me só aqui... agora sou eu que faço um pedido de esclarecimento... porque este ponto 3, quando se diz, “*exigir o conhecimento de apreciação e discussão do Plano de Ordenamento e seu regulamento enquanto órgão deliberativo do Município de Bragança*”, em qualquer caso e circunstância este plano de

Ordenamento tem que vir à deliberação da Assembleia Municipal, e portanto tinha que o conhecer nessa altura, não é? Julgo que isto pode ter alguma confusão, o exigir antecipadamente.....

.....Bom, de qualquer maneira era só esta explicação, e tem tempo de fazer algum ajustamento na redacção se quiser. ....

.....Vamos fazer inscrições para pedidos de esclarecimento sobre esta moção. Vamos seguir o mesmo processo que seguimos no ponto anterior, haverá discussão da moção e a sua votação e o ponto agendado se merecer outras considerações ficarão para depois, é como os vários grupos municipais quiserem organizar-se. ....

..... Há pedidos de inscrições para esclarecimentos? .....

..... Não há pedidos de inscrições para esclarecimentos. ....

..... Estão abertas as inscrições para intervenções sobre a moção.....

..... Estou a aguardar inscrições para intervenções. ....

..... Vítor Pereira faça o favor. ....

..... **Vítor Pereira** – Bom, lá está, eu reafirmo aquilo que disse em relação ao ponto anterior. Quer dizer, nós vimos para aqui para discutir... ..

.....

..... **Presidente da Mesa** - Bom, podem. São cinco menos um quarto, não querem discuti-lo em “petit comité”, que se calhar tem o mesmo efeito, e de podermos prosseguir com os trabalhos? .....

..... **Vítor Pereira** – Aquilo que eu dizia e reafirmo a mesma coisa em relação ao ponto anterior, quer dizer, nós estamos aqui a discutir um Plano de Ordenamento e se estamos de acordo ou não com este plano, e a própria estruturação. A mim parece-me, a mim parece-me que seria mais lógico, porque realmente isto é fazer a tal política que eu disse, quer dizer viemos para aqui a fazer política... não entendo isto. Porque é que nós não vamos discutir primeiro, realmente o Plano de Ordenamento, se estamos ou não estamos de acordo com o Plano de Ordenamento, e depois sim, apresentar isso. Porque não? Porque senão assim, o que é que eu sou levado a pensar? Que realmente a CDU se aproveitou da boa vontade da Comissão Permanente para serem

os primeiros a intervir, para discutir o ponto e meter a moção! Isto não é nada! Sinceramente eu não acho que... como fez o PSD. ....  
.....Eu isso não acho fazer política com seriedade, tenham paciência, e por isso é que eu peço, e estou a dizê-lo com o maior à vontade e com a maior abertura, para vocês retirarem a moção e depois votamo-la. Deixem discutir! Deixem discutir o assunto, o ponto que está na ordem de trabalhos e depois votamos uma moção! Porque utilizar a Comissão para fazer a intervenção em primeiro lugar e em seguida enfiar uma moção, eu parece-me que não é muito coerente. Parece-me! .....  
.....Mas se realmente a CDU não está disposta a retirar a moção.....

..... **Presidente da Mesa** – Dá-me licença.....  
.....O que, se eu entendo bem, mas agradecia que me corrigisse, o que o Senhor membro da Assembleia Vítor Pereira está a propor à CDU é que não exija, como é seu direito, a discussão e votação já, mas que a votação seja feita no fim do debate. É isto? .....  
.....É isto. ....  
.....E isto só pode ser feito, de facto, em termos regimentais, com o acordo dos proponentes. Se os proponentes derem esse acordo pedem-se os esclarecimentos, faz-se a discussão geral e vota-se a moção no fim do ponto . ....

..... **Presidente da Mesa** - Faz favor. ....  
.....A sua pergunta está clara. Agora, não foi a utilização da condição da Permanente, porque pediu o agendamento do ponto é que teve o ponto de propor a moção. ....

..... **Lídio Correia** – Em primeiro lugar eu queria dizer ao Senhor membro da Assembleia Vítor Pereira que esta é uma discussão política. O local por excelência da discussão política, no nosso caso concreto, é a Assembleia Municipal, gostemos ou não, queiramos ou não! Todas as questões que aqui vêm não são questões de meninos a brincar, são questões políticas e são questões muito sérias. Para isso é que nós fomos eleitos! Primeira questão. ....

..... Segundo lugar, eu disse no fim da minha intervenção, que era impossível discutir o Plano de Ordenamento porque o não conhecemos, não sabemos, porque o Representante do Governo, que ainda há bocado voes diziam que apoiavam incondicionalmente, se negou terminantemente a dar qualquer versão do Plano de Ordenamento à Assembleia Municipal. E por isso, é óbvio que nós não retiramos nada, não nos aproveitamos do que quer que fosse, utilizamos um procedimento legal e regimental, para introduzir este ponto, porque consideramos que a questão da Lei Orgânica é extremamente grave, é extremamente importante e tem muito que ver connosco. Por isso procedamos à votação e cada um de nós assuma as suas responsabilidades.....

..... **Presidente da Mesa** - Muito bem.....

..... Não tinha havido pedidos de esclarecimento. Eu reabro o período para inscrições para intervenções sobre esta moção. ....

..... Já estava inscrito o senhor Presidente de Junta de Espinhosela, o Senhor membro da Assembleia Eng.º Baltasar, Vítor Pereira também, aliás era o primeiro, Luís Afonso.....

..... Senhor membro da Assembleia Vítor Pereira tem a palavra se faz favor. ....

..... **Vítor Pereira** – Eu sou muito claro e muito rapidamente digo o seguinte, a mim parece-me que, ao contrário do que pensa o Lídio, e cada um pensa o que pensa e cada um é livre de pensar, e ainda bem que é assim, eu acho que esta moção teria todo o sentido depois da discussão. Por isso mesmo, e nós vamos argumentar a seguir no ponto que vamos discutir, o porquê, e vamos lá justificar, nós vamos votar contra esta moção. Porque realmente não achamos que isto se deve fazer, a tal política que eu disse, de uma maneira séria e de defesa dos interesses da Região. E eu vou justificar isso no ponto seguinte. Quem é que está na defesa dos interesses da Região!.....

..... **Presidente da Mesa** – Senhor Presidente da Junta de Espinhosela faça o favor.

..... **Hélder Rodrigues** - Muito boa tarde para todos. ....

..... Eu estou um pouco de acordo ali com o Vítor, porque é assim, eu de facto nunca poderia votar esta moção, e sou coração do PNM e também vou fazer as minhas

intervenção daquilo que está bem e que acho que está bem, e aquilo que está mal, nem é nenhum bicho de sete cabeças como já pôs aqui o Lídio, que não é, e vamos discutir de facto depois, e então a esta moção nunca podia votar favorável, depois de ser discutido sim. Depois irei ver o que irei fazer. Mas de facto, não votarei esta moção. ....

..... **Presidente da Mesa** – Senhor membro da Assembleia Eng.º Baltasar faça o favor. ....

..... **José Baltasar** – Excelentíssima Mesa, minhas Senhoras e meus Senhores. ....

..... Como já foi aqui dito pelos oradores que me antecederam, que pertencem ou que integram a Comissão de Acompanhamento da execução do Plano de Ordenamento do PNM, eu concordo com aquilo que foi dito pelo Coordenador da Comissão, e em relação àquilo que também foi referido e pedido por ele próprio, no sentido de pretender saber mais informações sobre esta temática, eu encontrei algumas informações que gostaria de apresentar aqui e que têm a ver com o seguinte.

..... Conforme já todos nós sabemos o Parque já tem 28 anos de criação, mas também sabemos que o mesmo Parque nunca teve um plano de ordenamento. Essa situação fez com que durante todo este tempo as pessoas nunca soubessem muito bem quais eram os objectivos que se pretendiam atingir com o Parque e muito menos as pessoas deixaram de se rever na criação do Parque, na medida em que não sabiam muito bem como e quando é que as promessas que constantemente lhe iam sendo feitas seriam cumpridas. ....

..... Daí que, e recordando aqui aquilo que o colega do PS, Luís Pires dizia a propósito do Plano Tecnológico Nacional, referindo um ilustre membro do PS, foi pena que realmente essa situação que ele invocou não tivesse uma continuidade positiva relacionada com esta situação do Parque. Isto porquê? Porque em 2004, uma vez que o Parque não tinha o Plano de Ordenamento em execução, foi pedido a uma instituição do Ensino Superior em Bragança, para que fizesse um trabalho, ou seja, deitasse em prol da população do Concelho de Bragança o conhecimento que entretanto ia sendo produzido. ....

..... Acontece que, durante o período em que o IPB teve sob a sua responsabilidade a execução desse plano, não o tendo conseguido dentro do prazo a que se tinha comprometido aquando do acordo com o ICN, o ICN delimitando-lhe o prazo dessa

mesma entrega do Plano, exigiu que realmente fosse entregue o trabalho tal como estava feito. Ora acontece que, aquando da execução do contrato ou do acordo com o IPB, o IPB tinha-se comprometido a fazer o Plano de Ordenamento mas também o Plano de Gestão. E o trabalho estaria concluído logo que fosse discutido e publicado em Diário da República. ....

.....Ora quando em 2007, ainda com algum atraso, o IPB tivesse entregue uma versão preliminar do Plano de Ordenamento, esse mesmo Plano de Ordenamento não era do agrado das pessoas ou dos técnicos do ICN. Como não havia aqui concordância entre o ICN e o IPB, o ICN não teve problemas em prescindir dos serviços do IPB. Ora bem, aqui é pena que o caso da Instituição de Ensino Superior não pudesse continuar a produzir o conhecimento falado da parte da manhã, porque talvez os resultados teriam sido outros. ....

.....De qualquer modo, o ICN tomando essa posição assumiu a continuidade dos trabalhos por sua conta própria e risco. Desde essa altura, ou seja, desde Janeiro que nós temos então estado à espera que esse Plano de Ordenamento e Plano de Gestão tal como tinha sido inicialmente acordado, fosse entregue, e nos fosse entregue inclusivamente, portanto, a nós Assembleia Municipal. ....

.....Desta maneira, nós Comissão de Acompanhamento tivemos alguma informação, como já foi referido anteriormente, pela Câmara Municipal que entretanto nos foi fazendo chegar algumas informações que eram produzidas na Comissão Técnica de Acompanhamento. ....

.....Dentro dessa situação, compete-me ter aqui uma opinião acerca daquilo que nos foi chegado, não o Plano de Ordenamento concluído mas sim um documento que fará parte daquilo que será o Plano de Ordenamento, que é o Regulamento. E nesse Regulamento eu entendo que é um documento feito para a defesa de uma área protegida virtual, porque o que é preconizado no art.º 2, por exemplo - Objectivos – pressupõe a consulta das populações, não tendo sido elas consultadas. Daí que não me parece que haja aqui qualquer consonância entre aquilo que se pretende e aquilo que é dito no Plano. ....

.....Por outro lado, no art.º 7, onde refere “acções e actividades a promover”, como podemos garantir que as populações estão interessadas em colaborar na prossecução dos trabalhos que são propostos, se eles não têm formações da sustentabilidade na sua actividade no futuro?.....

..... Porém, em relação às actividades interditas e condicionadas, além de descritas de uma forma pormenorizada, vêm acompanhadas de informações sancionarias e punitivas, caso um descuido de um qualquer habitante infringe uma regra de uma medida protectora, contudo, se esta atitude é tão dramática, qual será a razão porque ainda podemos falar de Parque Natural? Deixo aqui esta pergunta.....

..... Tenho dito.....

..... **Presidente da Mesa** - Muito obrigado.....

..... Senhor membro da Assembleia Luís Afonso tem a palavra.....

..... **Luís Afonso** – Pois, no sentido da proposta colocada em votação da moção da CDU, nós gostaríamos de dizer muito brevemente o seguinte. Entendemos que a proposta embora tenha direcções enfim, fundamentais, parece-nos muito vaga. Parecia-nos mais adequado, de facto, que aquela proposta fosse votada no final da discussão.....

..... Parece-nos que se podia ter ido mais além nessa moção e nesse sentido entendemos pronunciar-nos sobre essa matéria com a abstenção, porque o PSD tem também para discussão nesta Assembleia uma moção que nos parece mais ampla, embora conducente com os objectivos que vocês têm e apresentam na vossa moção, que nos parece mais vasta, a vossa penso que é muito limitada e devia ter tido uma outra abertura. Nesse sentido vamos votar com abstenção.....

..... Vamos então votar a moção.....

-----**Após análise e discussão foi a mesma moção submetida a votação, tendo sido reprovada com treze votos contra, cinquenta e seis abstenções e três votos a favor, estando momentaneamente setenta e dois membros presentes.**-----

..... **Presidente da Mesa** – Declarações de voto? .....

..... Não há inscrições para declarações de voto. Vamos prosseguir então com as inscrições para intervenções já no âmbito geral do ponto.....

..... Senhor membro da Assembleia Vítor Pereira tem a palavra.....

..... **Vítor Pereira** – Eu, como na altura não me foi permitido defender a minha honra, farei aqui breves considerandos, até porque na altura o orador, de certa maneira, me pôs em causa, utilizou assuntos que não tinham nada a ver para a ordem de trabalhos, que devia utilizar no Estado e Vida do Município. E eu agora vou fazer só rapidamente um ponto.....

..... Primeiro, não é verdade que o PS tivesse discriminado a Câmara de Bragança seja quando for e em que altura for. E isso, faço lembrar que nos anos dourados da Câmara de Bragança, que vocês consideram anos dourados, a Câmara de Bragança teve investimentos do POLIS, do PROCOM, do Teatro, da Faurécia, tudo apoios do Governo do Engenheiro António Guterres. Ao contrário, como foi dito pelo Senhor Engenheiro Carlos Cadavez, levou-me a pensar que o Dr. Mina com certeza foi discriminado pelo Governo do, na altura, Dr. Cavaco Silva. Isto porquê? Eu transcrevo: Quando foi candidato à Câmara de Bragança, deslocou-se a Carrazeda de Ansiães para lhe solicitar investimentos para o Concelho, o qual lhe foi dito - ganhe primeiro a Câmara e depois falaremos de investimentos. ....

..... **Presidente da Mesa** - Senhor membro da Assembleia Vítor Pereira, peço desculpa de o interromper.....

..... **Vítor Pereira** - Se isto não é discriminar vou aqui e já venho...e agora vamos ao tema, vou ao tema.....

..... **Presidente da Mesa** - Não quero que vá ao tema. O Senhor é um experiente membro desta Assembleia Municipal, por isso conhece perfeitamente o regimento pela qual esta Assembleia Municipal tem que se conduzir, sabe perfeitamente o que está dito relativamente aos assuntos a tratar em cada ponto, e francamente não me parece adequado que se utilize a faculdade de pedir a palavra para falar sobre um assunto e depois falar sobre outro. ....

..... **Vítor Pereira** - Tal e qual como fez o Dr. Luís Afonso nesta digníssima Assembleia...exactamente igual.....

..... **Presidente da Mesa** - Faça o favor de fazer a sua intervenção.....

..... **Vítor Pereira – Apresentou, por escrito, o seguinte:**.....

..... Bom, mas então, eu vou fazer a minha intervenção sobre aquilo que nós temos que discutir neste ponto e que nos parece de grande importância para o nosso Concelho. ....

..... Nós pensamos o seguinte: .....

..... “O actual Governo decidiu reestruturar diversos serviços e organismos sobre a tutela, implementando o Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE), o que obrigou à publicação de novas leis orgânicas em diversos Ministérios. ....

..... Nos termos da Lei orgânica do Ministério de Ambiente, Desenvolvimento do Território e Desenvolvimento Regional (MAOTDR), foi decidida a manutenção e reestruturação do Instituto de Conservação da Natureza, refundado com a componente da biodiversidade. ....

..... Reconhecendo-se que todo o território nacional é alvo da política de Conservação da Natureza, tem de dar-se especial destaque à Rede Nacional de Áreas Protegidas. Assim procurou-se no modelo orgânico concretizado nos estatutos do ICNB responder em moldes de maior flexibilidade, com estruturas mais ágeis e com acrescido poder de execução, evoluindo-se para uma convergência de gestão destes territórios baseada na similitude das necessidades de gestão, permitindo dessa forma potenciar a partilha de um mesmo conjunto de recursos técnicos e materiais. ....

..... Esta mesma concepção está na base do modelo de gestão administrativa a adoptar, que passa a dispor de um nível intermédio de gestão das áreas classificadas e um conselho estratégico para cada uma das áreas protegidas.....

..... Assim, o modelo organizacional ora instituído pretende dar uma nova operacionalidade ao ICN, permitindo uma melhor e mais eficiente capacidade de acção e de intervenção no território classificado, nas diferentes actividades de regulamentação, gestão e prestação de serviços, tudo com o objectivo último de atingir uma reorganização plena e funcional da política de conservação da natureza e da biodiversidade em Portugal.....

..... Na Portaria 530/2007, que consagra os estatutos do ICNB, são criados diversos departamentos, entre eles, o Departamento de Gestão das Áreas Classificadas do Norte, que é dirigido por um Director, coadjuvado por três Directores Adjuntos, tendo em cada parque um coordenador. Este departamento superintende todas as áreas classificadas do Norte, incluindo naturalmente o PNM. ....

..... Trata-se de um novo modelo de Gestão que agora está a ser implementado. Quando as estruturas se alteram existem sempre problemas de adaptação, e por vezes mesmo resistências a essas alterações. ....

..... Por agora gostaríamos de não tecer grandes comentários a este respeito e antes esperar algum tempo para verificar da eficácia deste novo modelo de reestruturação do ICNB pensado e idealizado pelo MAOTDR. ....

..... Um ponto muito reclamado e censurado pelas autarquias era a perda de intervenção destas na área da gestão dos territórios pertencentes a áreas protegidas incluídas nos seus Municípios. Notícias recentes dão-nos conta de que este assunto foi resolvido pelo Despacho do Senhor Ministro da Tutela sustentando que em situações importantes os Senhores autarcas deverão ser consultados. ....

..... *Agora quanto ao Plano, que nos parece o assunto mais importante a ser tratado aqui.* .....

#### ..... **PLANOS DE ORDENAMENTO DAS ÁREAS PROTEGIDAS (POAP)** .....

O Decreto Lei n.º 19/93 de 23 de Janeiro estabelece que a classificação das áreas protegidas é efectuada por Decreto Regulamentar, o qual fixa o prazo da elaboração do Plano de Ordenamento e respectivo Regulamento. Dispõe ainda que a classificação caduca pelo não cumprimento do prazo fixado para a elaboração de tal Plano especial do Ordenamento do Território. ....

..... O Decreto Lei 380/99 de 22 de Setembro com a nova redacção que lhe foi dada pelo 310/2003 de 10 de Dezembro, estabeleceu que os Planos de Ordenamento das Áreas Protegidas são Planos Especiais de Ordenamento do Território sendo aprovadas por resolução do Concelho de Ministros (RCM). ....

..... As figuras de Parque Nacional, Reserva Natural, Parque Natural e Paisagem Protegida, estão consignadas como áreas protegidas de interesse nacional, pelo que deverão dispor obrigatoriamente de um Plano de Ordenamento, vinculativo para as entidades públicas e particulares. É este instrumento que estabelece a política de salvaguarda e conservação que se pretende instituir em cada uma daquelas áreas, dispondo designadamente sobre os usos do solo e condições de alteração dos mesmos, hierarquizados de acordo com os valores do património em causa. ....

..... Desde 93 que as áreas protegidas começaram a trabalhar para a elaboração dos seus Planos de Ordenamento, documento de extrema importância para o bom

funcionamento destas instituições. Dizemos de grande importância porque à medida que as sociedades evoluem, torna-se necessário criar instrumentos de gestão e ordenamento que permitam definir com rigor regras de gestão. ....

.....Reconhecemos que elaborar um Plano deste tipo não é tarefa fácil, atendendo a diversos factores; extensão da área, conservação da natureza, interesses e anseios das populações residentes, expectativas dos visitantes, entre outros. ....

.....A elaboração de um Plano deste tipo exige a intervenção de técnicos especializados em diversas áreas do saber e obriga à constituição de uma equipa técnica de acompanhamento, cuja constituição está regulamentada por lei. ....

..... O plano de ordenamento é constituído por diversos documentos, desde; plantas de síntese, plantas condicionantes, estudos de caracterização e diagnóstico, relatório de ponderação da discussão pública e o regulamento.....

.....Grande parte destes documentos tem um cariz essencialmente técnico, sendo à excepção o Regulamento onde se definem as principais linhas de política de gestão de área protegida, sendo aqui onde os maiores conflitos surgem. ....

.....*Depois uma citação: “A riqueza natural e paisagística do maciço montanhoso Montesinho - Coroa e os valiosos elementos culturais das comunidades humanas que ali se estabeleceram justificam que urgentemente se iniciem acções com vista à salvaguarda do património e à animação sócio-cultural das populações.”* .....

.....Constitui este parágrafo o início do preâmbulo do Decreto - Lei que, há mais de vinte anos, classificou Montesinho como Parque Natural. Este estatuto justificava-se, tal como se pode ler no texto, face aos valores naturais, paisagísticos e humanos da região, à receptividade das autarquias locais para a salvaguarda do património dos seus concelhos e freguesias e às potencialidades de recreio e desporto ao ar livre que aquela região possui.....

..... Uma pergunta é necessário hoje fazermos. Mantêm-se todos estes valores ainda hoje válidos? Há hoje receptividade das autarquias para continuarem a colaborar com os responsáveis do ICNB? .....

.....Pelo que ultimamente se tem passado, pensamos que esse clima já não existe, e porquê? .....

.....Uma dessas razões achamos que está patente na proposta de regulamento que temos hoje em cima da mesa, onde nos parece inadmissível, que esta proposta esteja em fase final de elaboração, e até hoje as Juntas de Freguesia englobadas dentro dos

limites do PNM nunca tenham sido chamadas a pronunciarem-se, sobre um qualquer aspecto que lhe diga directamente respeito. Não aceitamos .....

.....É certo que este documento vai ter um período de discussão pública onde todo e qualquer cidadão poderá intervir, emitindo a sua opinião e propondo alterações. Sabemos isso, mas entendemos que as populações residentes, que são elas que todos os dias vivem com esta realidade e com aquilo que este plano regulamenta, não podem estar à espera da discussão pública para se reverem no documento, elas tinham que ter sido chamadas a participar activamente desde o início do processo. ....

..... Talvez por isso, ou por falta de sensibilidade de que actualmente dirige o ICNB, não podemos concordar com a actual proposta de regulamento apresentada. Entre diversas situações com as quais não concordamos existe uma de base, que nos parece fundamental reter; trata-se de um regulamento onde os valores respeitantes à conservação da natureza se sobrepõem claramente aos restantes valores que compõem o puzzle da área do Parque Natural de Montesinho. Entendemos que este regulamento deveria ter um equilíbrio perfeito entre as duas principais correntes em conflito, interesses da Conservação da Natureza e interesses das populações residentes. Temos consciência de que se torna necessário tomar medidas que conduzam à preservação e valorização dos diversos patrimónios aqui existentes, mas isso nunca pode ser feito tendo as populações do outro lado da barricada. Nunca nos podemos esquecer que o que hoje existe foi e é fruto da moldagem através de diversos séculos, de todas as espécies vivas ali existentes, incluindo o homem. ....

..... Não podemos aceitar que as actividades como: instalação de parques eólicos, campos de golfe, a realização de competições desportivas motorizadas de qualquer natureza, reabertura e ampliação de explorações para extracção de inertes e minérios fora das áreas das indústrias extractivas identificadas na Planta de Síntese, a realização de pastoreio livre, a realização de repovoamentos piscícolas; a instalação de açudes e/ou barragens para fins que não sejam de abastecimento público de água, uso agrícola ou florestal, estejam referenciados nas actividades interditas. Quanto a nós, deveriam estar colocadas nas actividades condicionadas para permitirem, ou não, a sua realização, depois de devidamente estudadas e ponderadas. ....

..... Não conhecemos em pormenor as cartas definidoras de protecção parcial, como tal não nos podemos pronunciar com grande propriedade, mas observando uma carta reduzida que nos foi fornecida pela Comissão de Acompanhamento constituída nesta Assembleia, parece-nos que a mancha respeitante A Zona de Protecção Parcial, do

tipo I (a mais restritiva de todas), ocupa uma área demasiado elevada no contexto global da área do PNM. ....

..... a) Vítor Prada Pereira”.....

.....Arrematando, dizendo que, é assim que nós pensamos debater os assuntos sérios de uma maneira séria, e é neste caso que nós temos exactamente, exactamente e não fazendo política por fazer política, a posição defendida pela Câmara de Bragança. Estamos inteiramente de acordo e ao lado da Câmara de Bragança. E vamos mais longe, e vamos mais longe, se eventualmente este Plano quiser ser levado para a frente pelo Senhor Presidente do ICN em Lisboa, nós eventualmente pediremos a sua demissão. ....

..... Muito obrigado.....

..... **Presidente da Mesa** - Muito obrigado.....

..... Senhor membro da Assembleia Luís Vale tem a palavra. ....

..... **Luís Vale** – Minhas Senhoras e meus Senhores.....

..... Eu começaria, antes da minha intervenção propriamente dita, por fazer um pequeno comentário às palavras do Vítor, que me antecederam. ....

..... De facto, eu acredito que vocês gostem de fazer política, seriamente, agora a partir do momento que defendem que algumas dessas actividades deveriam ser não interditas mas condicionadas, e eu que até nem gosto de discursos radicais, por exemplo dos ecologistas, apetece-me ser ecologista. ....

..... Bem, mas seguindo a minha intervenção, gostaria de dizer o seguinte:.....

..... **Apresentou, por escrito, o seguinte:**.....

..... “Vejam como em duas dezenas de anos o Parque Natural de Montesinho passou de, perdoem-me a expressão, *bestial a besta*, de exemplo nacional de gestão e preservação da natureza, a qualquer coisa que sobrevive por instinto, sem gestão, ou quando muito, com má gestão e com muito pouco cuidado com a preservação. E é pena, é lastimável que ninguém tenha percebido isso e tenha invertido tal situação. ....

..... Falar do Plano de Ordenamento do Parque Natural de Montesinho é falar do estabelecimento de regras e normas que orientarão a existência do Parque, enquanto

reserva que o estado considera importante e deve ser preservada. Falar deste plano é falar de protecção da fauna e flora, muitas vezes única e rara. Mas é também falar de pessoas e de comunidades que fazem desta área protegida o seu espaço de vivência quotidiana. Queremos um regulamento e um plano de ordenamento equilibrados e longe dos fundamentalismos teóricos, tão típicos do loby ecologista que cegamente defende o meio natural em detrimento da presença humana. ....

..... Não percebemos e denunciámos politicamente o autismo do ICNB e do próprio Ministro do Ambiente, que numa atitude arrogante e sobranceira, tão cara a este governo diga-se, vai estabelecendo as regras sem auscultar a opinião daqueles que mais de perto conhecem as realidades. Esta posição autista denuncia, ao contrário daquilo que julgam alguns, um perfeito desconhecimento da realidade e uma inata incapacidade para a ponderação e diálogo. Para nós, este tipo de projecto deveria implicar o maior número de opiniões e pareceres, numa partilha de opinião e decisão, que motivaria e responsabilizaria as populações, as instituições e os decisores políticos. ....

..... Concordamos que as câmaras municipais, assim como as juntas de freguesia deveriam participar efectivamente na gestão dos Parques Naturais, mas se essa participação for para reproduzir aquilo que foi até hoje a actuação das C. M. nos concelhos directivos, não, isso não queremos. ....

..... São perceptíveis e legítimas, do ponto de vista da autarquia, as preocupações enunciadas, contudo, parece-nos que todo o esforço deste executivo se resume a três projectos, por demais ambicionados e que o ICNB através deste documento teima em não permitir: Veiguihas, parque eólico e IP2 até à Puebla, são projectos deste executivo, deste presidente da Câmara. ....

..... Senhor Presidente, compreendemos a importância para o nosso concelho das acessibilidades, das energias alternativas e do armazenamento e abastecimento de água, mas não queremos reduzir este plano de ordenamento à cedência, à aceitação e à permissão desses seus três projectos. Há muito mais neste documento que diz respeito à vida das pessoas que habitam nas comunidades do parque. Por exemplo, naquilo que diz respeito às proibições e restrições às actividades económicas, ainda principais para muitos dos munícipes, como a agricultura, a pastorícia e a pecuária, que a concretizar-se este plano, em muito ficam prejudicadas. Não será assim que fixamos as pessoas na região, e eu diria mais, não será assim que se conseguirá impedir que os poucos que ainda resistem partam para outras latitudes. ....

.....O que mais queremos e para isso contribuiremos é que o Parque Natural de Montesinho volte a ser a referência nacional e que o futuro permita a permanência das comunidades humanas no território do parque, evitando assim a zoolização deste território. ....

.....Aceitamos a proposta e no pressuposto que a vontade é comum e o entendimento é alargado, votaremos favoravelmente a proposta do Senhor Presidente.

..... Obrigado.....

..... a) Luís Vale .....

.....BRAGANÇA, 29 de Junho de 2007” .....

..... **Presidente da Mesa** - Muito obrigado.....

..... Senhor membro da Assembleia Luís Afonso tem a palavra.....

..... **Luís Afonso** – Ora bem, Senhor Presidente, posso fazer uma questão? De quanto tempo disponho? .....

..... **Presidente da Mesa** - Vinte e cinco minutos.....

..... **Luís Afonso** - Acho que chega. ....

..... **Presidente da Mesa** - Espero que não os use... ..

..... **Luís Afonso** - Portanto, Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Bragança, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara.....

..... Já foram feitas muitas considerações aqui, mas uma, na realidade, parece que está na nossa consciência, na consciência de todos nós. Ao longo de gerações, milhares, centenas, dezenas de anos, a natureza foi-se desenvolvendo e foi-se diversificando, criando um património riquíssimo em várias áreas do planeta e aqui em Bragança também. ....

.....Felizmente Bragança é um Concelho no todo nacional, que dispõe na sua área geográfica de um património que é considerado como a jóia da coroa dos parques naturais em Portugal. E não poderemos esquecer também que numa lógica de analisarmos de facto a dimensão das coisas e se parece que isso possa não ser relevante para alguns decisores políticos, o facto é incontornável, é que cerca de 58%

de toda a área protegida do Norte de Portugal está concentrada no Distrito de Bragança, ou seja, quase 60% do todo da área protegida e classificada do norte de Portugal está concentrada no Distrito de Bragança. Seria lógico, por essa via, também agora que está a decorrer o processo de reorganização do ICN, que essa informação, essa realidade tivesse, porque devia tê-lo sido levada em conta. Parece que assim não foi. ....

.....E no processo de reorganização do ICN, continua a consubstanciar-se e a manter-se firme uma decisão do PS, que é, enfim, já aqui foi falado no anterior ponto em discussão, aquela lógica de concentração cada vez maior no litoral de Portugal e nomeadamente em Lisboa. Quando num País, como é Portugal, com uma faixa de cerca de duzentos quilómetros do litoral ao Interior, parece que num País tão pequeno, novecentos e oitenta quilómetros de ponta a ponta, parece continuar a querer, enfim, nas decisões tomadas no Terreiro do Paço, que este País deve continuar a duas velocidades, concentrando em Lisboa, concentrando no litoral, e neste momento tínhamos nós a mais valia em Bragança de ter uma área classificada que é das maiores do país, daquelas que tem mais quantidade e qualidade em termos de riqueza ambiental, porque é que o Governo, porque é que os decisores políticos não decidem de forma a manter esse património e deslocalizar para cá, dando condições de discriminação positiva a Bragança, dos Serviços Centrais. ....

.....De resto eu gostaria de lembrar alguma coisa que é incómoda para o PSD, que o anterior Presidente do PSD fez um conjunto de promessas em termos de campanha eleitoral em 2002, e uma delas é um tema de que estamos agora a falar, era deslocalizar para Bragança os Serviços Centrais do ICN. O Dr. Durão Barroso já não é decisor político em Portugal, não tem responsabilidades políticas em Portugal, tem agora uma responsabilidade de outra dimensão em termos mundiais, Presidente da Comissão Europeia, mas isto ficou uma mágoa muito grande. Entre essas ficaram outras. ....

.....Eu acho, parece-nos que é de todo importante relembrar esta promessa desta área política, mas que não há mal nenhum se de facto todos os quadrantes políticos com assento nesta Assembleia, ainda pegassem nesse tema e pudessem de alguma forma manter uma postura, uma atitude e uma intransigência numa discriminação positiva por parte da Administração Central e, pesando a dimensão, a quantidade e qualidade do território que temos em área protegida, Bragança ser de facto a Cidade que poderia receber e deveria receber os Serviços Centrais do ICN. Parece justo que

assim seja, mas parece também que não é assim que as coisas vão acontecer, mas compete-nos a nós hoje, aqui e agora, porque este tema está aqui em debate, que reforcemos essa ideia do passado, que temos sido cilindrados ao longo dos últimos anos por um conjunto de promessas que depois não são cumpridas. ....

..... Lembro uma questão que foi importante, e aqui gostava de dar mais uma vez um toquezinho na bancada do Partido Socialista, pelo seguinte, quero-vos lembrar que o PSD, localmente, se tem comportado, na minha opinião, com alguma dignidade e em defesa das populações deste Concelho. Não podemos esquecer que o PSD, localmente, a nível do Concelho, manteve sempre uma linha de apoio à intenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Bragança, e de uma promessa do antigo líder do PSD na criação da Universidade de Bragança. ....

..... E curiosamente vocês sabem que houve momentos há uns anos atrás em que o PSD aqui localmente, enfim, as coisas não corriam bem em termos da Direcção Distrital e da Direcção Concelhia, porque exactamente mantínhamos a nível concelhio uma postura clara de defesa dos interesses do Concelho de Bragança e do Distrito. ...

..... Esse tempo já lá vai, mas mantivemos nessa altura e tivemos em várias ocasiões oportunidade de o dizer mesmo ao Presidente do Partido, que nós ainda continuávamos a pegar na promessa que tinha feito em terras de Bragança e que esse incumprimento sairia caro. Se calhar esse incumprimento saiu caro nas últimas eleições legislativas, se calhar saiu caro ao PSD. Era bom que servisse de exemplo para o futuro. Não se pode andar a prometer aquilo que não se pode ou não se quer cumprir depois. ....

..... E nesse sentido dizer-vos que o PSD manteve uma linha de conduta em defesa dos interesses da Região, nomeadamente na questão da Universidade de Bragança, sempre liderado o processo pelo Senhor Presidente da Câmara, contra dirigentes nacionais, contra dirigentes locais do meu Partido, mas nós seguimos essa conduta, mesmo abrindo feridas, feridas essas que esperamos naturalmente, que estão naturalmente a cicatrizar, as coisas demoram algum tempo a cicatrizar, mas estão a cicatrizar, estamos noutra nível já de relacionamento, e ainda bem, mas não esquecemos o que ficou para trás, sendo certo que a decisão do PSD a nível Central e Distrital não foi boa para o Distrito, não foi boa para Bragança. Não foi boa. ....

..... E nesta matéria mantemos a mesma conduta e hoje aqui dizemos e reafirmamos que íamos apresentar uma moção que também inclui esse tema, que é a questão de aproveitar a reorganização dos Serviços do ICN, para exigir para Bragança a

instalação dos Serviços Centrais. Espero que essa nossa atitude, este nosso pensamento, que é o seguir das promessas feitas dentro do PSD há anos atrás, possa também merecer o vosso apoio. ....

.....Bom, dizia eu que ao longo de anos os cidadãos de Bragança, que envolvem cerca de setenta e cinco aldeias e uma vasta extensão de território deste Concelho, e ao longo de década e décadas e décadas foram construindo um património, foram mantendo, preservando a natureza com a sua normal actividade agrícola, foram preservando e criando património, foram preservando e mantendo o património cultural, e agora parece que com um documento desta ordem, do Plano de Ordenamento do PNM com as enormes restrições que estão vertidas neste documento, parece até que se esquecem as populações, esquece-se que o PNM hoje só existe porque essa populações ao longo de anos souberam criar, manter e preservar o património. ....

.....E agora o prémio que lhes é dado? O prémio que lhes é dado é um conjunto de restrições muito importantes, restrições à vida normal económica nas aldeias, na área rural, que não se coaduna com a possibilidade de atingirem níveis de qualidade de vida para os próximos anos. O presente foi exactamente no contrário! E é preciso lembrar aqui que ao longo dos últimos 20 anos de existência do PNM, verificar o seguinte, infelizmente e a Câmara Municipal de Bragança verteu isso no documento que redigiu, parece estranho, mas na área do PNM, que inclui essas setenta e cinco aldeias do Concelho de Bragança, que ... porquê? Se se é espectável que a acção do PNM e das políticas de desenvolvimento e ordenamento do território pudessem conduzir a um conjunto de investimentos que melhorassem as condições de vida nas aldeias e naturalmente permitissem um a maior fixação de população, porque é que são exactamente as aldeias do PNM aquelas que perdem mais população? Porque é que são as aldeias do PNM que têm uma população mais envelhecida? Porque é que são as aldeias do PNM que têm uma vida económica mais fragilizada? Não era esperado que fosse o contrário? Poderíamos por aqui a pergunta - para que é que serviu o PNM? .....

..... Entretanto, parece que este documento que vai estar em discussão, que está em elaboração, parece que ainda vem travar mais a actividade das populações. Isto não é aceitável. Não podemos pactuar com uma situação deste género. As populações têm que merecer uma atitude positiva por parte da Administração Central, tem que merecer uma atitude positiva por parte daqueles cidadãos, que não sendo

daqui, são de Portugal, do litoral, são do resto da Europa, que querem visitar património natural, cultural, paisagístico preservado, classificado, de grande importância para a humanidade, naturalmente têm que perceber que não o podem fazer pura e simplesmente limitando administrativamente a vida das pessoas que cá trabalham. As pessoas que aqui trabalham e preservaram este património, e que continuam e querem continuar a trabalhar aqui, têm que ser merecedoras de facto de uma discriminação positiva, que lhes crie condições para se manterem na actividade. E não é o que se passa com este documento. ....

.....Eu acho, e vou citar aqui alguns artigos deste Plano de Ordenamento, mas é curioso que me parece tão ridículo quanto isto, pura e simplesmente parecem-me questões de menor interesse, mas basta dizer o seguinte:.....

.....“*Princípios Orientadores – Usos e Actividades – Agricultura e Pecuária – Nas áreas de protecção parcial do tipo I, o pastoreio tradicional de percurso de pequenos ruminantes carece de autorização prévia do PNM*”. Então um individuo que vive em qualquer uma dessas setenta e cinco aldeias, que o seu rendimento é a produção ovina e caprina, cada vez que tiver que ir pastorear as... é que aqui não está definido, sempre que quiser sair com, o gado para o alimentar, porque essa é a actividade dele, não é outra, não tem um vencimento ao final do mês, ele vive daquilo, vive da exploração do gado, mas o gado para poder produzir tem que comer! A verdade é que ele para poder sair com o gado para pastorear vai precisar de uma autorização do PNM... Essa autorização é dada ao primeiro requerimento e “had eterno”, serve para sempre, ou cada dia quando ele resolve sair tem que previamente ir quinze dias antes fazer um pedido, um requerimento ao PNM para que lhe seja dada autorização para pastorear com o gado na serra? Eu vou dando aqui algumas notas soltas, que me parecem ser importantes, para no conjunto perceber qual é o nível de restrição. ....

.....Ainda na pecuária, diz assim aqui: “*Actividades Condicionadas: Instalação ou ampliação de explorações agro-pecuárias, ou silvo-pastoris em regime extensivo, semi-intensivo, intensivo, assim como a instalação de estufas*”. Bem, a questão é esta, é que há aqui contra-sensos que vão completamente limitar a actividade agrícola. Há aqui dentro Presidentes de Junta que são residentes na área do PNM, e alguns deles com actividade pecuária. ....

.....Outra questão está em cima da mesa, é sabido, embora seja desconhecido da generalidade das populações, que não está ligada à agricultura, o seguinte, que é uma matéria que há-de ser discutida dentro de um ano. Saiu um Decreto Lei em Portugal,

enfim, vertido naturalmente pelos países do Norte da Europa que têm outro nível de desenvolvimento, que diz o seguinte, “Licenciamento das explorações bovinas em Portugal”. Agora, daqui até 31 de Dezembro de 2008 todas as pessoas que têm bovinos em Portugal e naturalmente também em Bragança e naturalmente também nas populações que residem na área do PNM, têm que promover o licenciamento das suas explorações. Se não o fizerem, provavelmente no dia 1 de Janeiro de 2009 têm que pura e simplesmente encerrar a porta porque não conseguem movimentar os animais, não conseguem vender os produtos dos animais, ficam completamente marginalizados e incapazes de desenvolver a sua actividade agrícola. ....

.....E então agora pergunto, bom, se o licenciamento das explorações agrícolas pressupõe a saída, eventualmente a saída, é uma matéria que há-de estar em debate nacional, nacional, quero-vos dizer que já foi promovida uma reunião sobre esta matéria envolvendo a ANMP, o Ministério da Saúde, o Ministério da Agricultura, o Ministério do Ambiente, e não se fez a reunião em Santarém porque estas várias entidades nacionais com responsabilidades administrativas, não vieram ao debate. Porquê? Porque a matéria é extremamente sensível. ....

.....Bom, o que é que e quero dizer, as explorações bovinas vão ter que sair dos conglomerados habitacionais. Portanto, a Lei Portuguesa diz que as explorações de vacas têm que sair das aldeias. E depois temos uma postura da Câmara que, ainda hoje é muito penalizadora, que vem do tempo da gestão Socialista na Câmara, olhem lembro-me agora, mas é um facto, mas olhem vou-lhes dizer agora aqui o que é a sensibilidade do PSD e do PS. ....

.....É que o Dr. Mina em 1989, aprovou um regulamento que obrigava que as explorações de pecuária distassem dos limites do aglomerado populacional 1000 metros, curiosamente sei que o Presidente da Câmara tem uma sensibilidade diferente e que já tem uma intenção de reduzir essa distância dos mil , julgo para os duzentos metros... ..

.....

.....**Luís Afonso** – Agora? Agora porque o PDM ainda está à espera e esteve meses à espera da decisão Administrativa exterior à Câmara. E o Presidente de Câmara já o disse várias vezes. ....

..... Mas o que eu quero dizer é o seguinte, se por um lado, vejam a incongruência, e eu chamo a atenção disto em particular porque isso envolve a vida das pessoas, se por um lado a Câmara diz, bom as explorações fora das aldeias e no mínimo no futuro a duzentos metros das aldeias, então depois vamos ver o Plano de Ordenamento do PNM que diz, “fora das áreas habitacionais”, não podem, está condicionado, não podem. Fica aqui um aspecto muito relevante. Não podem construir novas instalações, ou seja, pobre daquele agricultor que queira tirar as vacas da aldeia, e o quer fazer porque muitos já não vão fazê-lo, estão com idade, não têm condições económicas para o fazer. Mas há alguns jovens que para manterem a actividade e tirarem as vacas da aldeia, depois não as podem tirar por não terem para onde ir... se calhar os que estão mais junto da fronteira, se calhar põe -nas do lado de lá da fronteira. Talvez seja uma alternativa, como os parques eólicos. Do lado de lá há sempre oportunidades, do lado de Espanha há sempre oportunidades! Do lado Português não há oportunidade nenhuma. ....

..... Bom, este aspecto é fundamental, seguramente virá aqui à assembleia no futuro, mas gostaria de ver como o Plano de Ordenamento do PNM é limitador da actividade agrícola, mas penalizador e fortemente. ....

..... Depois há aqui uma matéria que a mim também me chamou a atenção e que é o seguinte, “os Planos de Gestão e os Planos de Ordenamento de Exploração Cinegética deverão estabelecer um contingente limitado de caçadores por jornada de caça” -isto talvez fosse ali interessante para o Dr. Cadavez perceber - com base na razão de um caçador por cada cinquenta hectares de terreno cinegético. Quantos hectares têm as áreas cinegéticas maiores? Bem, um hectare corresponde a dez campos de futebol, não é? cinquenta hectares são cinquenta campos de futebol, não é? .... um caçador por uma área corresponde a cinquenta campos de futebol. Não sei como é que se vão juntar à hora do almoço para comer a merenda... porque estão tão distantes uns dos outros que não conseguem de facto juntar-se para comer a merenda. ....

..... Há aqui situações que são problemáticas! Esta matéria aqui, que será mais sensível para quem é caçador e percebe mais desta área, mas penso que de facto é preocupante. ....

..... De qualquer forma há outras questões aqui. ....

..... – Pesca – é permitido pescar todos os dias da semana com excepção da segunda-feira, transitando esta restrição para a terça-feira quando for feriado na

segunda - feira... mas atenção, é possível apanhar cogumelos, mas nunca à quarta-feira! Bem, eu usei estes exemplos que me parecem algo perturbadores, alguns ridículos, para dizer que de facto... mas há outros, é que a actividade humana nas áreas do PNM vai ser muito condicionada, muito condicionada, portanto, os habitantes da área do PNM que ao longo de décadas fizeram bem e preservaram aquela área, de forma a se poder criar um Parque Natural, aqui nesta região, designado por PNM, têm agora aqui um presente, um presente que é envenenado, pelo bom desempenho que tiveram ao longo da vida. ....

..... Entretanto, eu tenho aqui uma moção para expor, e já me estão a fazer sinal que eu tenho que andar mais depressa, e eu percebo. ....

..... Isto é muito vasto, isto envolve a vida económica numa vasta extensão do território, que vai limitar a vida de muita gente. Cuidado, isto é um assunto muito problemático, e tanto quanto diz aqui ao fim de dez anos tem que ser revisto. O PDM de Bragança tinha que ser revisto ao fim de cinco, já lá vão doze anos com todos os obstáculos que têm aparecido. ....

..... Um aspecto relevante que me parece interessante dizer aqui é que não compreendemos como é que o Plano de Ordenamento do PNM se sobrepõe aos Planos de Ordenamento, enfim, desenvolvidos, planeados, aprovados pelos representantes legítimos das populações. Em caso de articulação com outros instrumentos de ordenamento de gestão territorial, em caso de conflito com o regime previsto noutros instrumentos de gestão territorial em vigor, (PDM) por exemplo, prevalece o regime constante no Presente Plano Especial de Ordenamento do Território. Não é caso único, parece-me e eu vou ter que dizer, que o interesse e a decisão tomada por técnicos que desenvolveram este Plano, parece que se sobrepõe à legitimidade dos decisores políticos legitimamente eleitos neste País, e vou dizê-lo mais adiante. ....

..... Aquela fotografia que está ali atrás é algo sobre o qual temos naturalmente que falar. ....

..... **Presidente da Mesa** - Queria só chamar a sua atenção, tinha muito tempo mas já gastou vinte e um minutos do vinte e cinco que tinha. ....

..... **Luís Afonso** - Ora bem, parece-me relevante dizer o seguinte, do lado de Espanha, em território igualmente qualificado, de valor que não é inferior ao nosso,

tem sido explorada a energia eólica, é verdade que me parece que a impossibilidade que é vertida neste documento da criação de parques eólicos nesta região é extremamente penalizadora para a região, para as populações em primeiro lugar, daquela área, para o Concelho de Bragança que tem uma enorme potencialidade em termos de produção de energia eólica, para o País, e naturalmente para a humanidade, porque de facto o que acontece é que o aquecimento global tem vindo a ser uma realidade em termos mundiais e todos os decisores políticos mundiais estão preocupados com essa matéria. ....

..... Também Portugal nessa matéria está preocupado, e naturalmente parece que a política que agora é seguida de inibir qualquer produção de energia limpa, eólica e hídrica, esquecendo o enorme potencial que está na serra de Montesinho, a Barragem de Veiguiñas faz parte do Plano do Alto Sabor desde há vários anos e é a última fase para o enriquecimento de produção de energia eléctrica de Bragança, não podem ser esquecidos. ....

..... E eu vou de facto passar à leitura da moção porque o tempo é escasso e a moção diz um pouco das nossas preocupações sobre esta matéria. ....

### **“Moção**

----- Após mais de uma década do início da elaboração do Plano de Ordenamento do Parque Natural de Montesinho, é apresentada uma proposta de Regulamento que assenta em orientações discricionárias que surgem em larga medida como imposições contra os interesses e direitos elementares das populações, numa linha de consecução da política seguida nas duas últimas décadas que contribuiu não como uma verdadeira mola em termos de desenvolvimento rural sustentado mas sim para o forte abandono das aldeias, com uma população mais envelhecida, mais pobre e dessa forma menos capaz de continuar a executar as actividades agrícolas, culturais e de geração de património que ao longo dos tempos permitiram preservar os valores ambientais naturais que por si permitiram gerar as condições que conduziram à criação do Parque Natural de Montesinho. -----

----- Era de esperar um documento cujas orientações permitissem não só a concretização da salvaguarda e conservação do ambiente mas também possibilitasse o desenvolvimento rural sustentado, desse oportunidade de fixação às populações mais jovens garantindo uma contínua renovação e rejuvenescimento da população

nas comunidades incluídas na área do Parque Natural de Montesinho; pelo contrário o documento agora em discussão apresenta restrições mais do que muitas, sem que fossem avaliados os seus efeitos, julgamos que a realidade verificada nos últimos anos, de serem as aldeias incluídas no PNM aquelas que sofreram mais despovoamento e que mais empobreceram, continuarão a sofrer mais que as aldeias localizadas fora da área do Parque, o que é no mínimo estranho pois seria espectável precisamente o inverso motivado por eventuais planos de investimento a serem desenvolvidos nesta área que teriam um efeito largamente positivo. -----

----- Considerando os acontecimentos que ao longo das últimas décadas em termos de políticas ambientais têm conduzido ao aquecimento global no Planeta que se traduz num conjunto de alterações climáticas que tem levado os representantes políticos da larga maioria dos Países a procurarem instaurar processos de contenção do aquecimento da Terra, muito em particular orientando as suas políticas energéticas para a produção de energia limpa e renovável e dentro dessa linha também o Estado Português tem o seu Programa Nacional para as Alterações Climáticas orientado nesse sentido, tendo o Primeiro Ministro de Portugal definido metas muito ambiciosas, procurando atingir a produção de 45 % de energia eléctrica de origem renovável no ano de 2010. -----

----- Nesse sentido não compreendemos e não aceitamos a intenção agora vertida no Plano de Ordenamento do PNM de impedir a instalação de projectos de centros electroprodutores com origem em energias renováveis, nomeadamente de parques eólicos, quando sabemos ter o município de Bragança um elevado potencial eólico nas serras de Nogueira e Montesinho e quando vemos do outro lado, em Espanha, as centenas de aerogeradores encostados à nossa fronteira, em território de idênticas características ambientais e também quando é conhecida a autorização concedida para a instalação de aerogeradores em outras áreas protegidas do País. Pelos exemplos citados é nossa convicção ser possível e necessário conciliar os interesses de preservação dos bens ambientais de interesse supra nacional e os interesses económicos da população de Bragança e do País. -----

----- Não compreendemos, nem aceitamos que uma equipe técnica que elaborou os estudos para o Plano de Ordenamento do PNM possa confrontar os órgãos de soberania nacionais e os titulares governamentais e as suas decisões políticas, procurando impedir a instalação dos parques eólicos contrariando o Dec-Lei nº 225/2007 e a política energética nacional. -----

----- Considerando que a Península Ibérica está incluída nas zonas do Planeta que apresenta um decréscimo acentuado na precipitação e também sob influência do processo de desertificação global e que a ocorrência da precipitação se situa cerca de 80% durante os meses de Inverno, é consciência generalizada que é imperioso construir aproveitamentos hidráulicos que garantam a criação de reservas de água. ---

----- Somente atitudes mesquinhas e irresponsáveis de quem não sente o problema das dramáticas consequências da falta de água para abastecimento das populações da cidade e do concelho de Bragança, pode continuar a querer travar o projecto da construção da albufeira de Veiguiñas que desde há mais de vinte anos é considerada parte integrante do sistema do Alto Sabor e que se apresenta como a solução mais vantajosa em termos ambientais, económicos e energéticos. -----

----- Por isso exigimos que no POPNM não exista qualquer condicionante quer para a construção da barragem de Veiguiñas quer para a utilização do seu caudal para produção de energia eléctrica. -----

----- Considerando décadas de abandono e da falta de concretização de vontade política, tendo em vista o desencravamento desta parcela do território de Trás-os-Montes e de Portugal, pela via da construção de acessibilidades rodoviárias, continuamos a assistir à oposição de dotar este concelho de Bragança de ligações rápidas e de qualidade às grandes vias rodoviárias e ferroviárias europeias; agora e por via do POPNM a oposição da construção da ligação do IP2 entre Bragança e Puebla de Sanábria, esquecendo que existe um vasto corredor de muito baixo valor ambiental, dentro da área do PNM, no qual é possível enquadrar esta infra-estrutura sem colocar em causa o propósito da conservação da Natureza e deve servir como referência a existência do outro lado da fronteira, em Espanha, de uma via de muito maior dimensão e impacto construída num território de igual qualidade ambiental. -----

----- Considerando a oportunidade criada com a criação do Plano de Ordenamento do PNM, seria espectacular a existência de um plano de acção de investimento público que garantisse a concretização dos objectivos traçados para esta área protegida, plano esse que deveria ser acompanhado do respectivo envelope financeiro garante essencial para que o POPNM tenha sentido. -----

----- Não se pode pedir às populações que continuem a cumprir com a função social de preservação e manutenção dos bens ambientais, sociais e do património de interesse para a humanidade, sendo sujeitos a duras restrições impostas no documento agora em discussão, sem que a estas populações lhes sejam garantidos

os meios de compensação que lhes permitam continuar a desenvolver a sua vida com dignidade.-----

----- Eu ainda queria introduzir aqui outra parte. -----

----- Considerando estar a decorrer o processo de reestruturação dos actuais serviços do ICN e conhecendo as intenções do Governo em promover uma ainda maior concentração dos serviços e competências em Lisboa, com a conseqüente afectação dos recursos humanos, conduzindo a uma redução desses recursos e de autonomia dos actuais estruturas de direcção dos parques e por isso das estruturas regionais que as vão substituir. -----

----- Por outro lado e quanto à localização das estruturas regionais que serão criadas, todas elas deveriam ser localizadas preferencialmente nas regiões do interior do país, e nas áreas mais emblemáticas nomeadamente na área do PNM, nesse sentido é mais do que justo que neste processo de reorganização a coesão do território seja pensada. E considerando a importância do Distrito de Bragança em termos de qualidade e quantidade na área protegida que representa 58% do todo da área classificada no norte de Portugal, esta reorganização do ICN deveria de ser uma oportunidade para valorizar este território fronteiriço e tendo já Bragança, em tempos recentes, a esperança de deslocalização da estrutura central do ICN para esta Cidade, é agora o momento ideal, se a vontade política existir, propomos que os serviços centrais do ICN sejam instalados em Bragança.-----

----- Consideramos também que a reorganização do ICN que está em curso, se deve fazer numa perspectiva que garanta a participação dos municípios e com capacidade de voto, tanto na estrutura da direcção central como nas estruturas regionais, permitindo assim a participação dos representantes das populações locais, legitimamente eleitos, nas decisões dos órgãos de decisão do ICN, ao contrário da sua eventual exclusão, relegando a sua participação para os designados Conselhos Estratégicos de apoio às estruturas Regionais que não têm qualquer poder.-----

----- Considerando serem as preocupações acima descritas entendidas como essenciais por esta Assembleia Municipal e tal facto ter já obtido o mesmo entendimento pela Câmara Municipal de Bragança, a verificar-se a sua não concretização e inclusão no Plano de Ordenamento do Parque Natural de Montesinho, a Assembleia Municipal de Bragança reunida ordinariamente no dia 29 de Junho de

2007, pronuncia-se de forma desfavorável à actual versão deste Plano de Ordenamento para o Parque Natural de Montesinho e deliberou que desta decisão seja dado conhecimento a suas Exa. o Sr. Presidente da República, Presidente da Assembleia da República, Primeiro Ministro, Ministro do Ambiente, Secretário de Estado do Ambiente, Grupos Parlamentares da Assembleia da República, Deputados eleitos pelo Distrito de Bragança, Governador Civil de Bragança, Presidente do ICN, Assembleia Municipal de Vinhais e Câmara Municipal de Vinhais.-----  
Bragança, 29 de Junho de 2007.-----  
Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata.-----  
a) Luís Manuel Madureira Afonso”-----

..... **Presidente da Mesa** - Muito obrigado Senhor membro da Assembleia.. ..  
..... Meus Senhores vamos então fazer inscrições para pedidos de esclarecimento sobre esta moção. ....  
..... Inscreve-se o Vítor Prada? .....  
..... Pode tomar a palavra. ....

..... **Vítor Pereira** – Rapidamente, quando se querem realmente obter alguns consensos e eu acho que isto é um assunto, e eu já o disse aqui, do maior interesse para todos nós, portanto acho que as coisas devem ser concisas, objectivas e claras. E portanto, não entendo Luís, sinceramente não entendo porque é que vens aqui com a história do ICN, para trazê-lo para Bragança... isso é uma coisa que a nós não nos diz respeito. O Nosso Governo no Programa do Governo não prometeu nada disso. E portanto nós estamos aqui a votar uma coisa que não nos comprometemos. Se vocês retirarem isso, se retirarem isso, nós objectivamente votaremos a favor da vossa moção. E só retirarem isso, muito claramente e muito simplesmente. E já agora, quero-lhes dizer que alguns dos momentos hilariantes que o Luís aqui fez ter com a leitura de alguns pontos deste Plano, este Plano foi coordenado por um Senhor que depois passou a Presidente do ICN em 2004. Portanto, vocês têm um bocado de culpa neste rapaz... não se esqueçam. ....

..... **Presidente da Mesa** – Senhor Membro da Assembleia José Castro faça o favor.

.....Eu lembrava que estão inscritos ainda, para usar da palavra neste tema, o senhor Presidente da Junta de Freguesia de França, mas é no tema, se quiser intervir a propósito da moção dou-lhe a palavra naturalmente .....

..... **José Castro** – Quanto tempo tenho? .....

..... **Presidente da Mesa** – Quatro minutos. ....

..... **José Castro** – Quatro minutos... lá está... não dá tempo para fazer aquele humor que todos apreciamos, Dr. Luís Afonso, não é?, E portanto a CDU mais uma vez vai ter de se centrar nas coisas sérias, porque realmente isto é um assunto muito sério e tem de ser tratado com toda a seriedade e portanto não pode vir para aqui realmente ser pedagógico a apresentar a anedota e depois apresentar dessa maneira tão apressada, não é? a moção, que ninguém percebe exactamente o que é que está lá na moção. ....

.....Bom, a CDU quando apresentou e quando agendou este ponto, tinha duas partes, uma era a reestruturação e depois outra, realmente, pronunciar-se sobre o caminho que tem levado o Plano de Ordenamento do Parque Natural de Montesinho...

.....Pelos vistos relativamente à reestruturação está toda a gente de acordo, a não ser agora o PSD ter-se lembrado de uma promessa que tinha feito e que, pese embora tenha estado no Governo não a conseguiu cumprir. ....

.....Por outro lado, dizer que toda a Assembleia deve estar com uma curiosidade imensa sobre este Plano, sobre este Plano de que ninguém tem realmente cópia oficial, a não ser a Câmara Municipal de Bragança, que tem assento na Comissão Técnica de Acompanhamento. ....

..... E eu julgo que não é possível tomar uma decisão séria sobre o Plano de Ordenamento sem ter os dados todos. Só a saber que as ovelhas não podem sair à terça, ou caçar à terça e apanhar os cogumelos à quarta é muito pouco. É muito pouco. Eu acho que mais uma vez os Partidos, tanto o PS como o PSD repetiram aqui o que têm feito ao longo destas três décadas, e que levaram ao divórcio completo entre as populações rurais e o parque. Esse foi um belo exemplo do que tem sido feito ao longo deste tempo todo.....

..... E portanto, ao contrário dos outros partidos, a CDU não tomará uma posição com base em cópias não oficiais, em mapas que embora com ponto pequeno têm

manchas que parecem grandes, isso não é sério. Ao contrário dos outros partidos a CDU não tomará qualquer posição com base em pressões de Irlandeses endinheirados, e o dinheiro deles nós sabemos que vem dos nossos bolsos, que também contribuimos para a CEE, não é, que prometem dinheiro para as populações, para irem passar férias às Caraíbas, como se diz, do lado Espanhol, não é? Nós hoje de manhã fizemos aqui aprovar uma moção em que os dinheiros do Plano Zonal eram superiores muito a esses dinheiros, e tinha uma particularidade, é que iam directamente para o bolso do agricultor. Não era propriamente por uma empresa, que ganhava o concurso, ficava com a concessão, que depois alugava, que dava e que se dava uma percentagem, era directamente para o bolso do agricultor. ....

.....Ao contrário dos outros partidos a CDU não considera que o património do Parque Natural de Montesinho, pese embora a gestão ruínosa dos ICN`s que foram liderados pelo PS e PSD e pelos vistos não chegam a acordo se o actual ICN é do PS ou do PSD, realmente querem prova mais acabada de que somos governados pelo bloco central? É impossível. ....

.....Ao longo das últimas três décadas, não dizemos que já não tem valor, antes pelo contrário, dizemos que, agora mais do que nunca, interessa realmente concretizar um Parque Natural de Montesinho e sobretudo a sua componente humana que tem sido esquecida, que tem sido muito esquecida precisamente pelas orientações que tem tido o ICN ao longo destas três décadas. ....

.....E portanto dizer que a CDU é sobretudo e com toda a clareza a favor do Parque, e essa clareza é a clareza que a gente pede ao PS e ao PSD. Essa clareza, que tenham a coragem de dizer se de facto são a favor ou contra o Parque, e resolver esta questão de uma vez por todas, porque realmente essa é a clareza que se pede. Dizer que a moção da CDU, que recusaram, que chumbaram, não tem clareza e depois vir com esta moção para aqui dizer que assim é que há clareza, e realmente assuntos concretos, realmente não é o nosso ponto de vista. ....

..... Portanto acabo a reafirmar, a posição da CDU é a favor do Parque e quer discutir o Parque, e quer discutir o Parque com todas as pessoas, não é quem realmente teve informação privilegiada sobre ele, e utilizar isso com humor, com mais humor ou menos humor, ou puxando à lágrima tentar influenciar a decisão de uma Assembleia. Eu chamo a atenção de que esta Assembleia vai tomar uma decisão sobre um documento que não aparece e sobretudo sobre um documento que

oficialmente o Presidente da Comissão de Acompanhamento aqui disse que não tinha recebido nenhuma informação sobre isso.....

..... Muito obrigado.....

..... **Presidente da Mesa** - Muito obrigado.....

.....

..... **Presidente da Mesa** Estamos nas intervenções relativas à moção. ....

..... Quer intervir?.....

.....

..... **Presidente da Mesa** - Mas eu tenho que perguntar ao Senhor Presidente de Junta de França, que está inscrito há imenso tempo, se quer intervir agora ou depois da votação da moção?.....

..... Faça o favor.....

..... **Amândio Costa** – Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente, digníssimos membros da Assembleia, caros colegas Presidentes de Junta. ....

.....“A Serra de Montesinho tem uma paisagem de uma singularidade única, não sendo por isso admitida a implementação de parques eólicos nesta área”. São afirmações proferidas recentemente no nosso Concelho pelo Senhor Director das Áreas Protegidas do Norte.

.....A primeira afirmação é amplamente consensual, todavia os nossos vizinhos espanhóis que criaram grandes e importantes parques naturais e nacionais, que albergam no seio da sua sociedade numerosas associações ambientalistas activas, cuja população tem de um modo geral elevada consciência ambiental, e cujas autoridades prosseguem naturalmente os objectivos da conservação da natureza, construíram um grande parque eólico em plena Serra de Montesinho, plena Serra de Montesinho, estando alguns aerogeradores implantados a cinquenta metros da linha de fronteira. ....

.....A qualidade paisagística da parte Espanhola da Serra de Montesinho, que inclui a nascente do Rio Sabor, parte do Vale do Baçeiro, e as vertentes para Calabor, Pedralva e Requeixo, é idêntica ou porventura superior à nossa. Apesar disso a

construção desse parque eólico nem sequer justificou a elaboração de um estudo de impacto ambiental. Os espanhóis entenderam muito simplesmente que os impactos visuais e os impactos paisagísticos são assuntos muito subjectivos e que os impactos sobre a avifauna não são significativos, visto que não se trata de um local que constitua uma rota migratória.....

..... Essa decisão política, não pondo em causa a conservação da natureza, representa uma gota de água no esforço do desenvolvimento do país vizinho, mas contribui nessa medida para criação de riqueza, estancamento da poluição atmosférica e desenvolvimento e melhoria das condições de vida das populações residentes, através da chorudas rendas recebidas anualmente e perpetuamente.....

..... Relativamente a esta questão dos parques eólicos eu vou citar algumas afirmações contidas numa Comunicação do Gabinete do Senhor Ministro do Ambiente do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional, a requerimento de um Senhor deputado da Nação. ....

..... *“O projecto em causa, que se encontra concluído, não terá porventura merecido da parte das autoridades espanholas uma avaliação que apontasse para a existência de impactos significativos, tudo apontando que o projecto em causa não terá estado sujeito a um procedimento formal de avaliação de impacto ambiental”*.....

..... Em resposta à outra pergunta – *“ os impactos visuais e paisagísticos são matéria de grande subjectividade. A Bibliografia sobre a interacção entre os parques eólicos e a avifauna é bastante extensa. Nesta são identificadas algumas situações concretas em que os parques eólicos potencialmente podem ter efeitos negativos, sendo as mais relevantes as zonas de corredor migratório, as de grande concentração de aves e os territórios de grandes aves planadoras, o que não é o caso. Em Portugal têm sido impostos aos promotores pesados programas de monitorização no principal corredor migratório identificado em Portugal, exactamente no extremo oposto do País na Zona de Sagres, foi inclusivamente monitorizado o mesmo parque eólico de forma totalmente independente pelo promotor e pelo Parque Natural do Sudoeste Alentejano e da Costa Vicentina, sendo os resultados semelhantes e pouco preocupantes do ponto de vista da Conservação da Natureza, repito, pouco preocupantes do ponto de vista da conservação da natureza. Ora as conclusões de todos os estudos realizados em Portugal, quer sejam da responsabilidade dos promotores, quer sejam da responsabilidade da Administração, apontam no sentido de que não estão identificados problemas significativos de conservação da avifauna, provocados por qualquer dos parques eólicos já instalados em rede natura e áreas protegidas”*.....

..... Portanto, a mim parece-me que existe uma dissonância real entre a posição do Senhor Ministro que é sensata, e a posição do ICN bem mais restritiva e redutora de oportunidades. ....

..... Mas afinal porque é que o ICN é frontalmente contra e abomina tudo o que tem a ver com investimentos de carácter produtivo, de criação de riqueza, suporte ao desenvolvimento integrado que funciona como um factor anti-desertificação humana, ainda que devidamente monitorizados, como é o caso da produção de energia eólica, a produção de energia hidroeléctrica aproveitando o declive natural e as infra-estruturas já instaladas, como é o caso de Veiguinhas, e muitos outros relacionados com a pecuária, o turismo, a construção, a piscicultura, etc., etc.....

..... A resposta parece-me óbvia. Há um grupo de académicos, com forte influência no ICN que estão apostados à revelia dos verdadeiros interessados e intervenientes neste espaço, em transformar o Parque Natural de Montesinho numa espécie de reserva integral, onde a fauna, a flora e a paisagem serão plenipotenciários e a condição humana será ignorada. ....

..... Tinha aqui mais qualquer coisinha para dizer, eu queria ser incisivo, dizer exactamente o seguinte, só para dizer que as Juntas de Freguesia tomaram também uma posição pública, ou que vai ser pública, enviada ao Senhor Ministro do Ambiente, ao Senhor Secretário de Estado e ao Presidente do ICN, e dizer que as juntas de freguesia que estão preocupadas com todo este processo, como legítimas representantes das populações, como é evidente, visto que este Plano de Ordenamento viola claramente a Lei vigente visto que não prevê um programa de execução das principais intervenções a realizar. Com estimativa de custos, e todos os instrumentos de planeamento e gestão do território, e sobrepõe-se a todos os outros instrumentos de planeamento e gestão do território quer de carácter regional, local ou nacional. ....

..... Promove a burocracia e o afastamento dos órgãos competentes da Administração Local e das populações na formulação e execução de políticas de ambiente e de ordenamento do território. Inviabiliza a implementação de projectos de interesse nacional, regional e local, como é o caso do IP2, da Barragem de Veiguinhas, do aproveitamento dos parques eólicos. Não tem por objectivo o desenvolvimento económico e social integrado, sustentável e compatível com as necessidades das populações locais e a fixação de jovens, visto que restringe

fortemente a actividade humana nos domínios da construção, turismo, pecuária e floresta. Promove o abandono das aldeias e o empobrecimento dos residentes. ....  
..... Tenho dito.....

..... **Presidente da Mesa** - Muito obrigado.....

..... Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Espinhosela faça o favor. ....

..... **Hélder Rodrigues** – Ora muito boa tarde a todos. ....

..... Eu vou falar um pouco sobre a moção do Dr. Luís. ....

..... É óbvio que a vou votar favoravelmente mas também estou de acordo ali com o Vítor. Eu uma vez disse ali ao Lídio Correia que a auto-estrada é igual que comece ali em Macedo ou que comece ali...eu se começar uma rua tanto me dá começá-la aqui como ali. O Senhor Presidente da Câmara se me puser uma rua, eu começo onde quiser e me apetecer, no cimo, no fundo, até no meio a começamos. E de facto esta moção, para dar só uma pequena achega, é assim, aquele ordenamento inclusivamente, claro que há aqui colegas que não fazem parte do PNM, nós somos 14 e estamos preocupados, é assim, vem uma trovoada e se me dá cabo de um caminho tenho que ir falar com aqueles Senhores e dizer que tenho que levar uma retro-escavadora para tapar o buraco de dois metros de comprimento, e não posso lá meter uma retro. Esse é um caso. ....

..... E uma motorizada que anda num caminho agrícola! Que andas a fazer? Ando na agricultura. Tudo bem, é que se não andasses levavas ripeirada! Mas isto estamos no quê? Eu ouço comentar a pessoas idosas, no tempo da floresta, que era a ditadura. Um senhor de Cova de Lua que pegou fogo a umas silvas, que foi lá para baixo, e ele disse que sabia o que lhe ia acontecer, que se tinha deitado do comboio abaixo... Portanto é assim Dr. Luís, estou completamente de acordo para defender as nossas gentes e nós próprios. ....

..... É inadmissível... eu sei que na Praça da Sé não se sentem estas coisas, é no terreno, é no meio rural... ..

..... **Presidente da Mesa** - Muito obrigado.....

..... Senhor membro da Assembleia Luís Vale tem a palavra.....

..... **Luís Vale** – Venho aqui mais uma vez fazer duas notas relativamente à moção apresentada pelo Dr. Luís Afonso.....

..... E a primeira nota é a seguinte: acusou, numa intervenção anterior, como já foi aqui referido pelo José Castro de a moção do Partido Comunista ser muito vaga... E agora vem-nos apresentar uma proposta sobre um documento que, aquilo que conhecemos dele são projectos de... e portanto também podemos considerar que é um elemento vago. Portanto não me parece que seja nada em concreto e definitivo para poder ser repudiado, ou pelo menos para ser proposto esse repúdio. Não quero com isto dizer que não concorde com aquilo que é conhecido desse documento seja para repudiar, e por isso também em género de declaração de voto, que não costumo fazer, vou votar favoravelmente a vossa moção, assim como votei também a do Partido Comunista. ....

..... A segunda nota é a seguinte, de facto este documento, este Plano, apresenta-se como um factor ou um elemento que vem desestabilizar por completo aquilo que já existe. Bem sabemos que, e vocês sabem tão bem ou melhor do que eu que nos últimos anos assistimos a uma urbanização do modo de vida das pessoas mesmo no espaço rural, e Bragança também não fugiu a essa regra. ....

..... De qualquer forma, tradicionalmente e mesmo depois da mecanização da agricultura, fomos assistindo a uma exploração mais ou menos coerente por parte das populações, do espaço rural, e portanto havia um conhecimento empírico, um conhecimento que passou de geração em geração, e que se foi conseguindo manter muitos dos equilíbrios que existiam. ....

..... Agora, aquilo que este documento propõe, vem acabar de certa forma, com essa existência em harmonia que até há bem pouco tempo tivemos, e por isso o meu voto também vai nesse sentido, e por isso votarei favoravelmente a vossa proposta. ....

..... **Presidente da Mesa** - Muito obrigado.....

.....

..... **Presidente da Mesa** - Inscreveu-se? .....

..... Faça o favor.....

..... **Luís Pires** – Bom, é muito rápido também. ....

..... Não sei se vocês se recordam que em tempos o Senhor Presidente da Câmara promoveu aqui um Workshop onde esteve um senhor que se chama Álvaro Rodrigues, que é um especialista na questão das eólicas, e que falou claramente sobre estas temáticas e das problemáticas que há de interligação entre a questão natural e a questão de ter as eólicas a produzirem algo de útil para as populações. ....

..... Não vou relembrar aqui esses tópicos, apenas dizer que foi bem claro, e há uma palavra aqui que é uma palavra fulcral, que é a SUSTENTABILIDADE, isto é um exercício entre benefício e custo e tem que se achar um ponto de equilíbrio, claramente isto, parece-me que é uma questão de bom senso. ....

..... Também me parece que, se calhar, nesta Assembleia nem todos temos o mesmo nível de conhecimento sobre o Plano de Ordenamento, mas aquele conhecimento que nós temos, a parte que nós temos de conhecimento chega-nos para não estarmos de acordo com ele. Até pode ter mais coisas boas, mas as que tem de más a nós chega-nos para não estarmos de acordo com ele, o que me leva a pensar em duas coisas, uma delas é que o Parque pode eventualmente desaparecer se ele não servir os interesses das populações, porque as populações desinteressam-se e não é desaparecer por decreto é desaparecer até fisicamente, portanto há que ter em conta estes aspectos todos e não tomar decisões precipitadas que levem a que a riqueza que nós temos e que pode ser aproveitada, seja, como dizem os brasileiros, “jogada fora”. ....

..... Bom, relativamente à moção que está sobre a Mesa, reafirmo aquilo que o Vítor disse aqui. Para que fique claro, se vocês retirarem a primeira parte que fala de uma reorganização orgânica, até porque ela já foi aprovada, com a qual nós não concordamos na vossa moção, e há uma parte relativa ao Plano de Ordenamento que nós concordamos. Se for essa a parte que é focada aqui nós votaremos a favor, se se mantiverem as duas, lamento mas não poderá ser. ....

..... **Presidente da Mesa** - Muito obrigado. ....

..... O Senhor proponente da moção tem alguma coisa a acrescentar para elucidação da Assembleia? ....

..... Muito rápido, por favor. ....

..... **Luís Afonso** – Pois, os consensos são importantes! Às vezes, nos negócios é mesmo assim, só interessa o negócio quando ambas as partes saem beneficiadas.

Penso que o apoio da bancada do Partido Socialista aqui parece-me, fazendo uma leitura agora, não tive o tempo necessário para preparar essa vossa sugestão aqui com os meus companheiros, mas deveríamos privilegiar, estou a pensar em voz alta, privilegiar o consenso e não a divisão. Nesse sentido, fico um bocado melindrado por ver cair uma possibilidade que é na questão de continuarmos a exigir a questão dos Serviços Centrais Administrativos do ICN, aqui, e /ou, que era justo, e/ou, no nível a seguir, pelo menos que a Direcção Regional, como lhe chamam a estrutura Regional que eventualmente poderá vir a ficar em Braga, que ficasse em Bragança. Eu também devolvo pergunta ao PS, se deixando cair a questão, penso que vocês concordam nessa questão, na segunda parte da moção eu digo dois aspectos, 1 – os Municípios não devem estar de fora... ..

.....

..... **Luís Afonso** - ... estou a ver que não há acordo por aí então... ..

..... Vocês concordam? Então vejam, há duas matérias que estão vertidas nessa parte da nossa moção, que é por um lado os Municípios, representantes eleitos das populações estarem incluídos nos órgãos de gestão. Vocês concordam? Ótimo. ....

..... Mas eu pergunto, e ainda quero fazer a segunda pergunta, ainda bem que vocês apoiam essa possibilidade. E a questão de eventualmente deixar cair nesta moção a deslocalização dos Serviços Centrais Administrativos do ICN para Bragança, mas eu pergunto, devolvo a pergunta, se vocês concordam com a possibilidade de reivindicarmos, esta palavra é um bocado forte, a instalação em Bragança dos Serviços desconcentrados Regionais, que vão ser cinco. Eventualmente irão para Braga, com menor capacidade e qualidade ambiental, e sim para Bragança. Eu acho que se vocês entendessem, fazemos aqui um concenso... ..

..... **Vítor Pereira** – Muito bem, assim é como é, o consenso e o caminho faz-se caminhando. Vocês retiraram, ótimo. É evidente que a questão da reestruturação orgânica do ICN, está feita, está em andamento, o Director Regional já tomou posse, está lá. É evidente que se achas que nós reivindicamos, se gostávamos do Director Regional lá, ai gostávamos e de que maneira, gostávamos de ter um Director Regional. Conseguimos um Sub Director Regional, ótimo, porque são três, conseguimos um, ótimo! Se queremos o Delegado? Ai queríamos, queríamos. ....

..... **Presidente da Mesa** - Muito obrigado.....  
..... Bom, não podemos prolongar esta negociação, eu até acho piada, mas não podemos prolongar esta negociação em público.....  
..... Senhor membro da Assembleia Luís Afonso, o Senhor é o proponente da Moção, o Senhor é que fará o favor de dizer ao PS, que foi com quem teve esta troca de bases, a que consenso é que chega, ou a que situação é que chega e vamos votar a moção.....

..... **Luís Afonso** – Ok. Nós vamos aqui nesta matéria sobre o consenso e retirávamos a menção à questão da reestruturação do ICN, mas mantínhamos então, com o vosso acordo, a reivindicação de que os municípios, os representantes das populações eleitos devem estar no processo de gestão das áreas classificadas. Se assim for, então retiramos essa parte, não sei se é necessário ler, mas pura e simplesmente cortávamos literalmente. ....

..... **Presidente da Mesa** – Quase que tem razão. Quase.....  
..... Senhor membro da Assembleia Luís Afonso, proponente da moção, eu pedia-lhe para fazer para a Assembleia toda um resumo dos pontos que ficam na moção, para votarmos a moção e toda a gente saber o que vai votar.....  
..... Faz favor. ....  
..... Mas um resumo resumido. ....

..... **Luís Afonso** - Resumo resumido. ....  
..... Queremos e exigimos nesta moção que:.....  
..... Ponto 1 – Não seja impedida a viabilidade de construção de parques eólicos na Serra de Montesinho.....  
..... Ponto 2 – Que os Municípios sejam incluídos no processo de decisão, ou seja, incluídos nos órgãos de Gestão do ICN.....  
..... Ponto 3 – Que não seja impedia a eventual criação de um corredor rodoviário, naturalmente o IP2, na ligação Bragança a Puebla de Sanábria. ....

.....Ponto 4 – que exista um Plano de Investimentos com correspondente envelope financeiro de compensação às populações, portanto a todo o programa de investimento, e que não seja impedido a construção da Barragem de Veiguiñas, nem a utilização do seu caudal para produção de energia eléctrica. ....  
..... São estas as questões.....

.....**Presidente da Mesa** - Muito bem, ou melhor, razoavelmente bem por não termos um papel que diga exactamente isso. Mas parto do princípio que haverá uma redacção final e que não fuja disto que foi dito pelo resumo. E é isto que a Mesa vai por à votação.....

..... **O texto final da Moção é o seguinte:**.....

### **“Moção**

----- Após mais de uma década do início da elaboração do Plano de Ordenamento do Parque Natural de Montesinho, é apresentada uma proposta de Regulamento que assenta em orientações discricionárias que surgem em larga medida como imposições contra os interesses e direitos elementares das populações, numa linha de consecução da política seguida nas duas últimas décadas que contribuiu não como uma verdadeira mola em termos de desenvolvimento rural sustentado mas sim para o forte abandono das aldeias, com uma população mais envelhecida, mais pobre e dessa forma menos capaz de continuar a executar as actividades agrícolas, culturais e de geração de património que ao longo dos tempos permitiram preservar os valores ambientais naturais que por si permitiram gerar as condições que conduziram à criação do Parque Natural de Montesinho. -----

----- Era de esperar um documento cujas orientações permitissem não só a concretização da salvaguarda e conservação do ambiente mas também possibilitasse o desenvolvimento rural sustentado, desse oportunidade de fixação às populações mais jovens garantindo uma contínua renovação e rejuvenescimento da população nas comunidades incluídas na área do Parque Natural de Montesinho; pelo contrário o documento agora em discussão apresenta restrições mais do que muitas, sem que fossem avaliados os seus efeitos, julgamos que a realidade verificada nos últimos anos, de serem as aldeias incluídas no PNM aquelas que sofreram mais

despovoamento e que mais empobreceram, continuarão a sofrer mais que as aldeias localizadas fora da área do Parque, o que é no mínimo estranho pois seria espectável precisamente o inverso motivado por eventuais planos de investimento a serem desenvolvidos nesta área que teriam um efeito largamente positivo. -----

----- Considerando os acontecimentos que ao longo das últimas décadas em termos de políticas ambientais têm conduzido ao aquecimento global no Planeta que se traduz num conjunto de alterações climáticas que tem levado os representantes políticos da larga maioria dos Países a procurarem instaurar processos de contenção do aquecimento da Terra, muito em particular orientando as suas políticas energéticas para a produção de energia limpa e renovável e dentro dessa linha também o Estado Português tem o seu Programa Nacional para as Alterações Climáticas orientado nesse sentido, tendo o Primeiro Ministro de Portugal definido metas muito ambiciosas, procurando atingir a produção de 45 % de energia eléctrica de origem renovável no ano de 2010. -----

----- Nesse sentido não compreendemos e não aceitamos a intenção agora vertida no Plano de Ordenamento do PNM de impedir a instalação de projectos de centros electroprodutores com origem em energias renováveis, nomeadamente de parques eólicos, quando sabemos ter o município de Bragança um elevado potencial eólico nas serras de Nogueira e Montesinho e quando vemos do outro lado, em Espanha, as centenas de aerogeradores encostados à nossa fronteira, em território de idênticas características ambientais e também quando é conhecida a autorização concedida para a instalação de aerogeradores em outras áreas protegidas do País. Pelos exemplos citados é nossa convicção ser possível e necessário conciliar os interesses de preservação dos bens ambientais de interesse supra nacional e os interesses económicos da população de Bragança e do País. -----

----- Não compreendemos, nem aceitamos que uma equipe técnica que elaborou os estudos para o Plano de Ordenamento do PNM possa confrontar os órgãos de soberania nacionais e os titulares governamentais e as suas decisões políticas, procurando impedir a instalação dos parques eólicos contrariando o Dec-Lei n° 225/2007 e a política energética nacional. -----

----- Considerando que a Península Ibérica está incluída nas zonas do Planeta que apresenta um decréscimo acentuado na precipitação e também sob influência do processo de desertificação global e que a ocorrência da precipitação se situa cerca de

80% durante os meses de Inverno, é consciência generalizada que é imperioso construir aproveitamentos hidráulicos que garantam a criação de reservas de água. ---

----- Somente atitudes mesquinhas e irresponsáveis de quem não sente o problema das dramáticas consequências da falta de água para abastecimento das populações da cidade e do concelho de Bragança, pode continuar a querer travar o projecto da construção da albufeira de Veiguinhas que desde há mais de vinte anos é considerada parte integrante do sistema do Alto Sabor e que se apresenta como a solução mais vantajosa em termos ambientais, económicos e energéticos. -----

----- Por isso exigimos que no POPNM não exista qualquer condicionante quer para a construção da barragem de Veiguinhas quer para a utilização do seu caudal para produção de energia eléctrica. -----

----- Considerando décadas de abandono e da falta de concretização de vontade política, tendo em vista o desencravamento desta parcela do território de Trás-os-Montes e de Portugal, pela via da construção de acessibilidades rodoviárias, continuamos a assistir à oposição de dotar este concelho de Bragança de ligações rápidas e de qualidade às grandes vias rodoviárias e ferroviárias europeias; agora e por via do POPNM a oposição da construção da ligação do IP2 entre Bragança e Puebla de Sanábria, esquecendo que existe um vasto corredor de muito baixo valor ambiental, dentro da área do PNM, no qual é possível enquadrar esta infra-estrutura sem colocar em causa o propósito da conservação da Natureza e deve servir como referência a existência do outro lado da fronteira, em Espanha, de uma via de muito maior dimensão e impacto construída num território de igual qualidade ambiental.-----

----- Considerando a oportunidade criada com a criação do Plano de Ordenamento do PNM, seria espectável a existência de um plano de acção de investimento público que garantisse a concretização dos objectivos traçados para esta área protegida, plano esse que deveria ser acompanhado do respectivo envelope financeiro garante essencial para que o POPNM tenha sentido. -----

----- Não se pode pedir às populações que continuem a cumprir com a função social de preservação e manutenção dos bens ambientais, sociais e do património de interesse para a humanidade, sendo sujeitos a duras restrições impostas no documento agora em discussão, sem que a estas populações lhes sejam garantidos os meios de compensação que lhes permitam continuar a desenvolver a sua vida com dignidade.-----

----- Consideramos também que a reorganização do ICN que está em curso, se deve fazer numa perspectiva que garanta a participação dos municípios e com capacidade de voto, tanto na estrutura da direcção central como nas estruturas regionais, permitindo assim a participação dos representantes das populações locais, legitimamente eleitos, nas decisões dos órgãos de decisão do ICN, ao contrário da sua eventual exclusão, relegando a sua participação para os designados Conselhos Estratégicos de apoio às estruturas Regionais que não têm qualquer poder.-----

----- Considerando serem as preocupações acima descritas entendidas como essenciais por esta Assembleia Municipal e tal facto ter já obtido o mesmo entendimento pela Câmara Municipal de Bragança, a verificar-se a sua não concretização e inclusão no Plano de Ordenamento do Parque Natural de Montesinho, a Assembleia Municipal de Bragança reunida ordinariamente no dia 29 de Junho de 2007, pronuncia-se de forma desfavorável à actual versão deste Plano de Ordenamento para o Parque Natural de Montesinho e deliberou que desta decisão seja dado conhecimento a suas Exa. o Sr. Presidente da República, Presidente da Assembleia da República, Primeiro Ministro, Ministro do Ambiente, Secretário de Estado do Ambiente, Grupos Parlamentares da Assembleia da República, Deputados eleitos pelo Distrito de Bragança, Governador Civil de Bragança, Presidente do ICN, Assembleia Municipal de Vinhais e Câmara Municipal de Vinhais.-----

Bragança, 29 de Junho de 2007.-----

Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata.-----

a) Luís Manuel Madureira Afonso”-----

-----**Após análise e discussão foi a mesma moção submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com dois votos contra, uma abstenção e sessenta e dois votos a favor, estando momentaneamente sessenta e cinco membros presentes.**-----

..... **Presidente da Mesa** – declarações de voto?.....

..... Senhor membro da Assembleia Lídio Correia faça o favor de fazer a sua declaração de voto. ....

..... **Lídio Correia** – Lamento sinceramente que a população deste Concelho não possa assistir mais vezes a estas Assembleias. ....

..... Nós votamos contra esta moção e a única coisa que eventualmente nos poderia ter feito votar a favor, ou pelo menos abstermo-nos, seria a manutenção do ICN, até isso vocês conseguiram consensualizar entre vocês... por amor de Deus, não sei onde é que chegamos. ....

..... E votamos contra porque trata-se do mais acabado exercício de demagogia a que já assistimos dentro desta Assembleia. ....

..... Votamos contra porque aquilo que acabamos de votar foi tão só comentários a um Plano de Ordenamento que ninguém conhece, aqui dentro da Assembleia.....

..... Votamos contra porque isto passa ao largo da reestruturação do ICN, aceitando, parece que como muito bom. Eu lembro que a existência de um Delegado em Bragança, ele já cá mora, mas o Director do Parque desapareceu, o esvaziamento do parque vai acontecer, e com o regime da mobilidade a muito curto prazo a maioria dos funcionários estarão em Braga. É bom que não se esqueçam disto. ....

..... Votamos contra também porque nós temos ideias claras e fundamentadas sobre o Plano de Ordenamento e não o resumimos ao IP2, a Veiguiñas e às eólicas.....

..... Votamos contra porque nunca houve, nem há qualquer condicionante, nunca houve, nem há qualquer condicionante, repito, à construção de Veiguiñas. O PS e o PSD é que sempre inviabilizaram a construção de Veiguiñas e isto que fique muito claro e é bom que todos assumam as vossas responsabilidades. ....

..... Não há parque ou ambientalista algum que inviabilize o que quer que seja necessário para o desenvolvimento humano. E somos a favor da instalação do ICN, que nem o PS nem o PSD nunca quiseram em Bragança. ....

..... E por fim dizer-vos que montes há muitos, Montesinho há só um! .....

..... **Presidente da Mesa** - Muito obrigado.....

..... Senhor membro da Assembleia Luís Vale tem a palavra.....

..... **Luís Vale** – Bem, ao contrário daquilo que costumo fazer, e porque já tinha feito a minha declaração de voto, ou já tinha indicado o meu voto, mas depois de ter assistido a este jogo de meio campo tão bem desempenhado, alterei o meu sentido de voto, porque acho que de facto é perceptível e as vantagens a trocar o meu voto por 15 votos, portanto eu percebo, há uma leitura que se faz, e portanto eu nesse jogo não posso entrar. Daí eu ter alterado o meu sentido de voto.....

..... É só isso.....

..... **Presidente da Mesa** - Muito obrigado.....  
..... Senhor membro da Assembleia Vítor Pereira.....

..... **Vítor Pereira** – Primeiro que tudo eu não posso aceitar de maneira nenhuma, e repudio quer as palavras do Deputado da CDU, quer as palavras do Deputado do Bloco de Esquerda, que isto seja um jogo de interesses. Isto é uma votação para defender o PNM, para defender a população do PNM, e eu não admito, seja de onde vier, lições sobre o PNM, de defesa do PNM, até porque eu também sou natural do PNM, nascido e criado no PNM, e portanto não admito que ninguém me venha dar lições de defesa do PNM. ....

..... Aquilo que nós defendemos aqui não foi politiquice nem demagogia barata, aquilo que nós defendemos aqui foi os interesses da população e do PNM e não interesses seja do que for, ou seja de quem fosse. ....

..... **Presidente da Mesa** - Muito obrigado.....

..... Eu perguntava aos senhores membros da Assembleia se há inscrições, depois da votação que se verificou da moção, se há inscrições sobre este tema. ....

..... Não sendo esse o caso, está este tema encerrado. ....

..... Senhores membros da Assembleia, são seis e vinte e cinco, decorreram praticamente as quatro horas regimentais em que sem a autorização da Assembleia ela não poderá continuar. ....

..... Portanto eu ponho à consideração da Assembleia o prolongarmos os trabalhos, o que necessitará de uma autorização específica da Assembleia, ou adiarmos o prosseguimento dos trabalhos para a próxima segunda feira, que foi essa a opinião recolhida, em caso de haver adiamento, junto dos Grupos Municipais. Naturalmente que se os Senhores membros da Assembleia se dispuserem a isso, os pontos parecem-me, pelo menos a grande maioria, de viabilidade de haver uma rapidez de decisão, mas eu tenho que pedir autorização, tenho que por à votação o prolongamento desta sessão.....

..... Eu vou pedir esse prolongamento até às 20h00.....

.....

..... **Presidente da Mesa** - Então até que horas é que acham que poderíamos continuar?.....

..... Pode acontecer eventualmente que nem todos os pontos sejam considerados da mesma urgência e que se pudesse chegar a um momento em que já não fosse necessário haver continuação. ....

..... Bom, então eu peço para prolongarmos a sessão por 45 minutos.....

.....

..... **Presidente da Mesa** – Bom, minhas Senhoras e meus Senhores. ....

..... Senhores membros da Assembleia, eu vou por à votação o prolongamento até às 19h30. ....

----- **PROLONGAMENTO DOS TRABALHOS** – Neste ponto da ordem de trabalhos a Mesa propôs ao Plenário o prolongamento dos trabalhos até às 19h30. -----

----- A proposta foi submetida a votação tendo sido **reprovada**. -----

..... **Presidente da Mesa** – Muito obrigado. ....

..... O prolongamento foi recusado claramente. ....

..... Portanto, a sessão da Assembleia prossegue na próxima segunda-feira às nove e trinta, a mim não me vai ser possível estar na Assembleia, mas com certeza que isso não terá qualquer implicação nos trabalhos. ....

..... Pedia muito veementemente que os Senhores membros dos vários grupos Municipais, no que lhes for possível, contactem os nossos colegas que já não estão hoje aqui a ouvir isso, porque os serviços não vão ter nenhuma possibilidade de contactar quem já não está cá. ....

..... Minhas Senhoras e meus Senhores, caros colegas, muito boa tarde e Obrigado..

----- **SUSPENSÃO DOS TRABALHOS** - Neste ponto da ordem de trabalhos foi suspensa a sessão, ficando os restantes pontos da ordem de trabalhos adiados para a próxima segunda-feira, dia 2 de Julho. -----

**PRESENCAS:** Seguem-se as presenças e faltas dos membros que constituem a

**A – Assembleia:**  
**I – PRESENÇAS**  
**PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA:**

**1 – Mesa:**

**Presidente** – Luís Manuel Machado Rodrigues  
**Primeiro Secretário** – Acúrcio Álvaro Pereira  
**Segunda Secretária** – Maria Elisa Monteiro Pires Vilela

**2 – Membros:**

Amândio dos Anjos Gomes  
António Almeida Dionísio **a)**  
António Eduardo Fernandes Malhão  
António Guedes de Almeida **a)**  
António Manuel Afonso  
Augusto Acácio Morais  
Cândido Vaz Alves  
Carlos José Cadavez  
Domingos Moura dos Santos  
Francisco António Alves  
Joaquim do Nascimento Pereira  
José Alberto Moutinho Moreno  
José António Lourenço Rodrigues  
José Joaquim Meireles Salgueiro  
José Luís Baltazar  
José Miguel Gonçalves Miranda **a)**  
Júlio da Costa Carvalho **a)**  
Luís Manuel Ferro Azevedo  
Luís Manuel Madureira Afonso **a)**  
Maria do Amparo Mendes Alves  
Maria Madalena Morais Morgado  
Martina Isabel Veiga Dias **a)**  
Nuno Alvares Pereira  
Nuno Filipe Machado Reis **a)**  
Rui Fernando Rodrigues Correia  
Vasco José Gonçalves Vaz

**PARTIDO SOCIALISTA**

Amílcar dos Anjos Pires  
António Rodrigues Vieira  
Armando Pinto Bento **a)**  
Bruno Viriato Gonçalves Costa Veloso  
Fernando Manuel Teixeira Rodrigues  
Henrique da Costa Ferreira  
João Batista Ortega  
Lídia Gomes Valinho  
Luís Carlos Magalhães Pires  
Luís Filipe Fernandes

Luís Manuel Silvestre  
 Manuel António Pires  
 Orlando Augusto Matos Pontes  
 Victor Fernando Simões Alves **a)**  
 Vítor Prada Pereira

#### **COLIGAÇÃO DEMOCRATA UNITÁRIA**

Lídio Alberto Correia  
 José Manuel Correia dos Santos Ferreira de Castro **a)**

#### **BLOCO DE ESQUERDA**

Luís Miguel Vale Fernandes Vale

#### **PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA**

<b>ALFAIÃO</b>	João Adriano Rodrigues
<b>AVELEDA</b>	Isidro Carlos Pereira Rodrigues
<b>BABE</b>	Manuel António Esteves
<b>BAÇAL</b>	Manuel João Pinelo Regino (Substituto Presid)
<b>CALVELHE</b>	Ernesto Augusto Morgado Gomes
<b>CASTRELOS</b>	Amílcar Pereira Ventura <b>a)</b>
<b>CASTRO DE AVELÃS</b>	José Vicente Fernandes
<b>COELHO</b>	Ernesto António Fernandes
<b>DEILÃO</b>	Manuel Benites Inácio
<b>DONAI</b>	Luís Aníbal Rodrigues Martins
<b>ESPINHOSELA</b>	Hélder Augusto Martins
<b>FAÍLDE</b>	Gualter Dinis Gonçalves Garcia
<b>FRANÇA</b>	Amândio dos Santos Costa
<b>GIMONDE</b>	João Victor Alves
<b>GOSTEI.</b>	Carolina de Jesus Fernandes
<b>GRIJÓ DE PARADA</b>	Maria Helena Santos Branco
<b>IZEDA</b>	Joaquim Guilhermino Cameirão Melgo (Substituto Presid.)
<b>MEIXEDO</b>	Luís Urbano Gonçalves <b>a)</b>
<b>MILHÃO</b>	António Alcino Fernandes
<b>OUTEIRO</b>	João Augusto Paiva
<b>PARADA</b>	António Manuel Afonso Pires
<b>PARADINHA NOVA</b>	Domingos António Seca
<b>PINELA</b>	António Jorge Brás Pires
<b>POMBARES</b>	Afonso Augusto Pires Domingues
<b>QUINTELA DE LAMPAÇAS</b>	Victor Manuel Costa <b>a)</b>
<b>RABAL</b>	Virgílio Augusto Esteves ( Substituto Presd. )
<b>REBORDAOS</b>	Adriano Augusto Correia Rodrigues
<b>RIO FRIO</b>	Humberto Amândio Garcia
<b>RIO DE ONOR</b>	António José Preto
<b>SALSAS</b>	Filipe Osório Caldas
<b>SAMIL</b>	Eduardo Joaquim Portela
<b>SANTA COMBA DE ROSSAS</b>	Francisco José Pires Paula
<b>SANTA MARIA – BRAGANÇA</b>	Jorge Manuel Esteves de Oliveira Novo
<b>SÃO JULIÃO DE PALÁCIOS</b>	Elias dos Santos Vara

<b>SÃO PEDRO DOS SERRACENOS</b>	António Carlos de Sá
<b>SÉ – BRAGANÇA</b>	Paulo Jorge Almendra Xavier
<b>SENDAS</b>	Marco Paulo de Jesus Frei ( Substituto ) <b>a)</b>
<b>SERAPICOS</b>	Armando Augusto Venâncio Dias
<b>SORTES</b>	Juvêncio Alves de Castro <b>a)</b>
<b>ZOIO</b>	Manuel Diogo Afonso

a) Aplicação do disposto no nº. 9 do artigo 64ª. do Regimento da AM.

## II – FALTAS

### PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

Adérito de Jesus Falcão Lhano **(justificada)**  
 Martinho Eduardo Nascimento **( Justificada )**  
 Pedro Nuno Gonçalves Nogueiro

### PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA

<b>CARRAGOSA</b>	Carlos Manuel Diegues Teixeira do Vale
<b>CARRAZEDO</b>	Adelino Antero Ferreira (Substituto)
<b>GONDESENDE</b>	Anibal Gilberto Rodrigues Afonso
<b>MACEDO DO MATO</b>	João do Nascimento Fernandes
<b>MÓS</b>	Anselmo Aníbal Martins
<b>NOGUEIRA</b>	José António Prada
<b>PARÂMIO</b>	Manuel João Afonso Fernandes
<b>QUINTANILHA</b>	Sérgio Miguel Borges Romão
<b>REBORDAINHOS</b>	Albino Alves Rodrigo

### B- CÂMARA

#### PRESENCAS:

**Presidente** - António Jorge Nunes  
 Rui Afonso Cepeda Caseiro  
 Maria de Fátima Gomes Fernandes

**A REUNIÃO TERMINOU CERCA DAS 18H30M**

O Presidente, \_\_\_\_\_

O Primeiro Secretário, \_\_\_\_\_

A Segunda Secretária, \_\_\_\_\_

## SEGUNDA REUNIÃO

**QUORUM** - Verificada a existência de quórum deu-se início aos trabalhos cerca das nove horas e trinta minutos e foram presentes:-----

.....**Primeiro Secretário da Mesa** – Senhores deputados vamos dar início aos nossos trabalhos. ....

.....Eu conto com a colaboração de todos, porque é possível, se assim o entenderem, terminarmos os trabalhos na hora de almoço. Eu estou convencido de que isso vai acontecer, mas tem que haver colaboração de todas as bancadas. ....

..... Muito obrigado.....

.....Como já sabiam, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal não pode vir, está ausente, e eu tenho o grato prazer de ter aqui ao meu lado uma representação dos Senhores Presidentes de Junta. ....

..... Muito obrigado.....

.....Acabamos de atingir o Quórum, vamos dar início aos trabalhos. Estamos cinquenta e três ou cinquenta e quatro presenças, suponho eu, portanto temos quórum para iniciar os trabalhos. ....

.....Tratando-se da continuação da reunião anterior, não vamos ter como sabem +Período de Antes da Ordem do Dia, nem a Vida do Município, entramos de imediato na Ordem de Trabalhos e vamos iniciar os trabalhos. ....

..... E o primeiro ponto que nós temos é o .....

### **PONTO 4 .3 – DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE AS SEGUINTE PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA: -----**

**PONTO 4.3.1 – FORNECIMENTO, MONTAGEM, CALIBRAÇÃO E CERTIFICAÇÃO EM VOO DE UMA ESTAÇÃO VOR/DME E DO RESPECTIVO SISTEMA DE TELESINALIZAÇÃO E TELECONTROLO PARA O AERÓDROMO MUNICIPAL DE BRAGANÇA – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS DECORRENTES DO CONTRATO CELEBRADO COM A SOCIEDADE COMERCIAL CROCKER, DELAFORCE & C.ª LDA;**

----- Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara e previamente distribuída pelos membros. ---

## **CERTIDÃO**

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Directora do Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira da Câmara Municipal de Bragança:

Certifica que na Acta da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia onze de Junho do ano de dois mil e sete, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Presidente, Eng.º António Jorge Nunes e Vereadores, Eng.º Rui Afonso Cepeda Caseiro, Arqt.º Armando Nuno Gomes Cristovão, Dr.ª Maria de Fátima Gomes Fernandes, Dr.ª Isabel Maria Lopes, Prof. António José Cepeda e Francisco Manuel Gonçalves, se encontra uma deliberação, do seguinte teor:

**“FORNECIMENTO, MONTAGEM, CALIBRAÇÃO E CERTIFICAÇÃO EM VOO DE UMA ESTAÇÃO VOR/DME E DO RESPECTIVO SISTEMA DE TELESINALIZAÇÃO E TELECONTROLO PARA O AERÓDROMO MUNICIPAL DE BRAGANÇA – Repartição do encargos decorrentes do contrato celebrado com a Sociedade Comercial Crocker, Delaforce & Cª., Lda.**

Pela Divisão Administrativa foi presente a seguinte informação:

“Relativamente ao processo supra referenciado o Tribunal de Contas devolveu o mesmo, questionando o seguinte:

«Atendendo a que da cópia do PPI/2007 que prevê a realização de despesa com a instalação da estação automática de metrologia e VOR/DME no ano corrente e em 2008, não consta a autorização da Assembleia Municipal deve o Município remeter cópia desse documento com a respectiva aprovação da Assembleia Municipal ou, em alternativa, deliberação da Assembleia Municipal autorizadora da repartição dos encargos decorrentes do contrato em análise (vd. nºs 1 e 6 do art. 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 08/06)».

Constando este projecto, no Plano Plurianual de Investimentos para o ano de 2007, com despesa prevista para os anos de 2007 e 2008, entendeu-se estarem cumpridas as formalidades necessárias para outorgar o respectivo contrato, e para que o mesmo acolhesse o necessário visto prévio do Tribunal de Contas.

Todavia, face aos nºs 1 e 6 do art.º 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 08/06, «a abertura de procedimento relativo a despesas que dêem lugar a encargo orçamental

em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente com a aquisição de serviços...não pode ser efectivada sem prévia autorização do respectivo órgão deliberativo.»

Nesta conformidade, dado não existir tal autorização emitida pela Assembleia Municipal de Bragança quanto à repartição dos encargos decorrentes do contrato em análise, solicita-se a necessária autorização deste órgão deliberativo, para que o referido contrato de prestação de serviços seja visado pelo Tribunal de Contas.

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, aprovar, de acordo com a informação da Divisão Administrativa.

Mais foi deliberado, por unanimidade, nos termos e para efeitos dos n.ºs 1 e 6 do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 08 de Junho, solicitar a necessária autorização à Assembleia Municipal.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 13 de Junho de 2007.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier

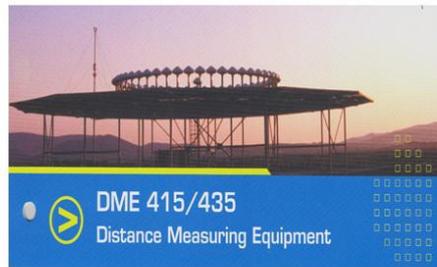
.....**Presidente da Mesa em Exercício** – Senhor Presidente da Câmara tem a palavra para apresentar este ponto. ....



## MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL - SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE JUNHO DE 2007

### Estação VOR/DME



.....**Presidente da Câmara** – Bom dia Senhor Presidente da Mesa em exercício, restantes Membros da Mesa, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta. ...

.....Trata-se de obter uma autorização da Assembleia Municipal relacionada com a repartição de despesa entre o ano de 2007 e 2008, por solicitação do Tribunal de Contas. ....

.....Na realidade, a repartição de despesa existe no orçamento, se opor acaso tiveram oportunidade de consultar a página onde está inscrito este projecto, a instalação de estação automática de metrologia e VOR/DME tem uma verba inscrita definida de 900 000€ para 2007 e 100 000€ para 2008. Acontece apesar disso, que a obra foi adjudicada com IVA, no valor de um milhão, cinco mil oitocentos e quarenta e cinco vírgula dezassete euros, não acertamos por cinco mil euros a previsão de custo.

.....Por outro lado, o contrato foi celebrado com um prazo de duzentos e setenta dias, ou seja, duzentos e setenta dias, o que nós fizemos foi cabimentar toda a despesa para 2007. Não foi ir buscar os cem mil euros de 2008, que nós não podemos mexer em verbas do ano de 2008, mas foi afectar outros recursos do orçamento de 2007, só que a previsão do processo burocrático vai remeter inevitavelmente parte da despesa para 2008. ....

.....Aquilo que o Tribunal de Contas solicita é que seja expressamente emitida uma autorização da Assembleia para este efeito. Podíamos ter concretizado esta situação

na data de aprovação do orçamento, provavelmente no próximo ano faremos assim. Este tipo de autorização é requerida no âmbito da aquisição de serviços, isto é uma aquisição de serviços, não é um contrato de obra pública, pagamos o IVA a 21%, antes fosse considerado assim, que poupávamos bastante dinheiro. Provavelmente no orçamento do próximo ano iremos logo expressamente pedir autorização à Assembleia Municipal no momento da aprovação do orçamento do Plano de Actividades para um conjunto de situações, eventuais situações como esta. ....  
..... Não tenho mais nenhuma explicação especial a prestar à Assembleia, estamos a ver uma breve apresentação do que é o VOR/DME, como ele se enquadra. Trata-se de um equipamento de telecomunicações, de informação aeronáutica, tem esta forma, é aquela que é normal ver nos aeroportos a nível nacional e internacional. ....

..... **Presidente da Mesa em Exercício** – Muito obrigado Senhor Presidente. ....

..... Pedidos de esclarecimento? .....

..... Não há pedidos de esclarecimento. ....

..... Intervenções? .....

..... Faz favor Senhor deputado Luís Pires. ....

..... **Luís Pires** – Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Assembleia. ....

..... Apenas para reafirmar aqui que quando os projectos se enquadram na nossa linha de estratégia daquilo que nós defendemos para a Cidade de Bragança, tal como já foi aqui reafirmado várias vezes relativamente a este projecto que o Senhor Presidente da Câmara tem em mãos, terá sempre o nosso apoio, porque achamos que esta é uma obra importantíssima para a Cidade de Bragança, que poderá distinguir-nos relativamente a um contexto, digamos assim, do Eixo Atlântico. Como tal, terá sempre o nosso apoio neste tipo de iniciativas. ....

..... **Presidente da Mesa em Exercício** – Muito obrigado Senhor deputado. ....

..... Eu não vi mais ninguém com intenção de se inscrever para intervir. ....

..... Sendo assim, dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara se achar que deve responder... ..

..... Não precisa. ....

..... Então passamos à votação. ....

----- Após análise e discussão foi a mesma proposta submetida a votação tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com zero votos contra, duas abstenções e cinquenta e três votos a favor, estando momentaneamente cinquenta e cinco membros presentes. -----

..... **Presidente da Mesa em Exercício** – Declarações de voto? .....

..... Não há.....

..... Passamos então ao ponto seguinte.....

**PONTO 4.3.2 – AGREGAÇÃO E REESCALONAMENTO DE EMPRÉSTIMOS. -----**

----- Seguidamente se transcreve a proposta ( **quatro certidões** ) da Câmara e previamente distribuída pelos membros. -----

**I - CERTIDÃO**

.....MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Directora do Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira da Câmara Municipal de Bragança: .....

.....Certifica que na Acta da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia catorze de Maio do ano de dois mil e sete, devidamente aprovada, e com a presença dos Srs., Presidente, Eng.º António Jorge Nunes e Vereadores, Eng.º Rui Afonso Cepeda Caseiro, Arqt.º Armando Nuno Gomes Cristovão, Dr.ª Maria de Fátima Gomes Fernandes, Dr.ª Isabel Maria Lopes, Dr.ª Maria Idalina Alves de Brito e Francisco Manuel Gonçalves, se encontra uma deliberação, do seguinte teor:

..... **“AGREGAÇÃO E REESCALONAMENTO DE EMPRÉSTIMOS** .....

.....Em conformidade com o previsto no P.P.I. e Orçamento de 2007, pelo Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira, foi presente uma proposta de agregação e reescalonamento de empréstimos contraídos pelo Município e utilizados para financiamento de investimento em diversos anos. ....

.....Nos termos das alíneas a), b), c) e d) do art.º 35.º articulado com o n.º 5 do art.º 38.º, da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, e com o objectivo de minimizar os custos, numa perspectiva de longo prazo, garantindo uma distribuição equilibrada de custos

pelos vários orçamentos anuais, evitando-se a excessiva concentração temporal de amortizações, propõe-se que seja autorizada a consulta às entidades bancárias já detentoras dos empréstimos bancários para procederem à agregação e reescalamento da amortização para um período de 20 anos.....

Entidade Bancária	Data de contratação do empréstimo	Prazo do contrato	Capital Contratado	Dívida a 30/04/2007
Banco Português de Investimento	19-08-96	15	997.595,79	374.096,78
Banco Bilbao Vizcaya e Argentaria	28-07-97	15	748.196,85	364.799,63
Banco Bilbao Vizcaya e Argentária	03-01-05	15	1.580.096,00	1.580.096,00
Caixa Geral de Depósitos	15-05-98	15	3.626.380,42	1.327.223,77
Caixa Geral de Depósitos	09-05-02	15	3.746.979,00	2.821.799,00
<b>Total</b>			<b>10.699.248,06</b>	<b>6.468.015,18</b>

..... Após análise e discussão, foi deliberado, aprovar a referida proposta, com cinco votos a favor, dos Srs., Presidente e Vereadores, Eng.º Rui Caseiro, Arqt.º. Nuno Cristovão, Dr.ª Fátima Fernandes e Dr.ª Isabel Lopes e duas abstenções dos Srs. Vereadores, Dr.ª Idalina Alves e Francisco Gonçalves. ....

..... **Intervenção dos Srs. Vereadores, Dr.ª Idalina Alves e Francisco Gonçalves** .....

..... “Sobre este assunto, gostaríamos de ser informados: .....

..... 1.º- Qual a capacidade de endividamento da Câmara? .....

..... 2.º- Se as dívidas de empréstimo realizadas por esta Autarquia, duplicaram nos últimos anos, porque não deve ser a mesma a assumi-las? Pretende deixar para os futuros Executivos Camarários (até 20 anos) essa responsabilidade? Não será uma engenharia financeira pouco solidária com as gerações futuras do concelho?” .....

..... **Intervenção do Sr. Presidente em resposta aos Srs. Vereadores** .....

..... Sobre estas questões o Sr. Presidente informou o seguinte: .....

..... 1- Relativamente à capacidade de endividamento desta Câmara Municipal, demonstra-se que ainda não se encontra esgotada e salientou que a mesma ficou substancialmente reduzida com as imposições legais restritivas impostas com os últimos Orçamentos de Estado e com a nova Lei das Finanças Locais. ....

.....2 – Sobre as dívidas de empréstimos, respondeu, salientando que tal não se verificava, porque, desde 2003, o valor das dívidas passou de 12 726 380 euros para 10 320 940 euros, tal como é demonstrado no Relatório de Gestão de 2006.....

O Sr. Presidente fez entrega, aos Srs. Vereadores, de elementos comprovativos dessa evolução e de outros elementos necessários à análise desta questão.

.....3 – A questão do reescalonamento de empréstimos tem toda a legitimidade, porque representa um peso financeiro elevadíssimo na gestão corrente de tesouraria desta autarquia, numa lógica em que os equipamentos municipais associados à necessidade de obtenção desse mesmo empréstimo, tem um tempo de vida útil de 50 a 80 anos, não se esgotando com este Executivo.

Mais salientou que a nova Lei das Finanças Locais não impõe limites ao tempo de amortização dos empréstimos.” .....

.....Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município. ....

.....**Bragança e Paços do Município, 13 de Junho de 2007.**.....

.....a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier.....

## II - CERTIDÃO

.....MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Directora do Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira da Câmara Municipal de Bragança: .....

.....Certifica que na Acta da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia onze de Junho do ano de dois mil e sete, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Presidente, Eng.º António Jorge Nunes e Vereadores, Eng.º Rui Afonso Cepeda Caseiro, Arqt.º Armando Nuno Gomes Cristovão, Dr.ª Maria de Fátima Gomes Fernandes, Dr.ª Isabel Maria Lopes, Prof. António José Cepeda e Sr. Francisco Manuel Gonçalves, se encontra uma deliberação, do seguinte teor: .....

.....**“AGREGAÇÃO E REESCALONAMENTO DE EMPRÉSTIMOS** .....

.....Considerando que das três Entidades Bancárias convidadas, Banco Bilbao Viscaya e Argentária, Banco Português de Investimento e Caixa Geral de Depósitos, a

apresentar propostas de reescalonamento de empréstimos, ainda não foram recepcionadas todas as respostas, pelo Sr. Presidente foi proposto que este assunto fosse agendado para uma Reunião Extraordinária a realizar no próximo dia 15 de Junho, pelas 16:00 horas.....

.....Deliberado, por unanimidade, marcar a Reunião Extraordinária a realizar na data supra mencionada.” .....

.....Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município. ....

.....**Bragança e Paços do Município, 13 de Junho de 2007.**.....

..... a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier.....

### III – CERTIDÃO

.....MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Directora do Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira da Câmara Municipal de Bragança: .....

.....Certifica que na Acta da Reunião Extraordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia quinze de Junho do ano de dois mil e sete, devidamente aprovada, e com a presença dos Srs., Vice Presidente, Eng.º Rui Afonso Cepeda Caseiro, que presidiu, Arqt.º Armando Nuno Gomes Cristovão, Dr.ª Maria de Fátima Gomes Fernandes, Dr.ª Isabel Maria Lopes, Prof. António José Cepeda e Sr. Francisco Manuel Gonçalves, se encontra uma deliberação, do seguinte teor: .....

#### ..... “AGREGAÇÃO E REESCALONAMENTO DE EMPRÉSTIMOS .....

.....Pelo Sr. Presidente foram presentes as propostas enviadas pelas seguintes Entidades Bancárias:.....

..... - Banco Português de Investimento; e, .....

..... - Caixa Geral de Depósitos.....

.....O Sr. Vice Presidente informou que o Banco Bilbao Viscaya e Argentária não apresentou proposta, tendo solicitado um adiamento do prazo até ao próximo dia 18 de Junho de 2007. ....

.....Verificando-se a falta de elementos por parte do Banco Bilbao Viscaya e Argentária, não foi possível deliberar sobre esta matéria, tendo sido deliberado, por unanimidade, dos membros presentes, dar continuidade a esta Reunião no dia 18 de Junho, pelas 17:00 horas.” .....

.....Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município. ....

.....Bragança e Paços do Município, 15 de Junho de 2007. ....

..... a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier .....

#### IV - CERTIDÃO

.....MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Directora do Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira da Câmara Municipal de Bragança: .....

.....Certifica que na Acta da Reunião Extraordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia dezoito de Junho do ano de dois mil e sete, devidamente aprovada, e com a presença dos Srs., Presidente, Eng.º António Jorge Nunes e Vereadores, Eng.º Rui Afonso Cepeda Caseiro, Arqt.º Armando Nuno Gomes Cristovão, Dr.ª Maria de Fátima Gomes Fernandes, Dr.ª Isabel Maria Lopes, Prof. António José Cepeda e Sr. Francisco Manuel Gonçalves, se encontra uma deliberação, do seguinte teor: .....

..... **“AGREGAÇÃO E REESCALONAMENTO DE EMPRÉSTIMOS** .....

.....Pelo Sr. Presidente foram presentes as propostas enviadas pelas seguintes Entidades Bancárias: .....

..... - Banco Português de Investimento; .....

..... - Banco Bilbao Viscaya e Argentária; e, .....

..... - Caixa Geral de Depósitos. ....

..... Depois de discutidas, o Sr. Presidente apresentou a seguinte proposta: .....

.....“As propostas apresentam variações decrescentes no spread, mantendo a indexação à taxa EURIBOR a seis meses. ....

..... **BANCO PORTUGUÊS DE INVESTIMENTO** .....

.....Dos dois empréstimos detidos, na instituição de crédito, é reescalonado o empréstimo com o n.º 296498830001, tendo a respectiva entidade aceite a proposta de dilação do prazo de amortização para 20 anos, apresentando uma redução no spread de 0,25% (passando este de 0,50%, actualmente em vigor, para 0,25%)......

.....O empréstimo com o n.º 296498830002, detido na mesma instituição, não é objecto de intenção de reescalonamento, pelo facto de se extinguir até 31 de Dezembro de 2007. ....

..... **BANCO BILBAO VIZCAYA E ARGENTÁRIA** .....

Dos dois empréstimos detidos, na entidade, é reescalonado o empréstimo com o n.º 866970000479, tendo a mesma aceite a proposta de dilação do prazo de amortização para 20 anos, apresentando uma redução no spread de 0,045% (passando este de 0,195%, actualmente em vigor, para 0,150%.

O empréstimo com o n.º 39970001901 por expressar, na proposta de reescalonamento apresentada pelo Banco, um spread superior em 0,05% ao actualmente em vigor (fixado em 0,10%), não é objecto de intenção de reescalonamento. ....

..... **CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS** .....

.....Dos quatro empréstimos detidos, nesta instituição de crédito, é reescalonado o empréstimo com o n.º 90150006821870019, tendo a respectiva entidade aceite a proposta de dilação do prazo de amortização para 20 anos, apresentando uma redução no spread de 0,55 % (passando este de 0,75%, actualmente em vigor, para 0,20%). ....

.....O empréstimo n.º 1740000079870019 não sendo objecto de reescalonamento, dado já ter havido renegociações anteriores, beneficia de uma redução no spread de 0,175% (passando este de 0,375%, actualmente em vigor, para 0,200%). Não são alvo de reescalonamento o empréstimo n.º 1740000389870019, pelo facto de a sua contracção não ser directamente afecta a despesas do Plano de Actividades, bem como o empréstimo n.º 90150006839870019, dado ter sido celebrado ao abrigo das linhas de crédito criadas pelo Decreto-Lei n.º 144/2000, de 15 de Julho, destinado ao financiamento complementar de investimentos municipais comparticipados pelo FEDER e devidamente homologado no âmbito do QCA III – razão pela qual se exclui dos limites à capacidade de endividamento municipal. ....

..... **BANCO ESPÍRITO SANTO** .....

..... Os empréstimos tidos no BES, com os n.ºs 643000012000 e 643000012108, não foram equacionados no seu reescalonamento pelo facto de terem sido celebrados, de igual modo, ao abrigo das linhas de crédito criadas pelo Decreto-Lei n.º 144/2000, de 15 de Julho, destinado ao financiamento complementar de investimentos municipais comparticipados pelo FEDER e devidamente homologados no âmbito do QCA III – razão pela qual se excluem dos limites à capacidade de endividamento municipal. ....

..... Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a referida proposta, bem com os quadros que se anexam e que fazem parte integrante da presente acta.....

..... Mais foi deliberado, por unanimidade, submetê-la à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea d) do n.º 2 do art.º 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.” .....

..... Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco

em uso neste Município. ....

..... Bragança e Paços do Município, 19 de Junho de 2007. ....

..... a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier .....

## **ANEXOS**































.....**Presidente da Mesa em Exercício** – Senhor Presidente da Câmara, se deseja apresentar, faz favor.....

.....**Presidente da Câmara** – Trata-se de um pedido à Assembleia Municipal para deliberar no sentido de autorizar o reescalonamento de alguns dos empréstimos de médio-longo prazo, informando ainda das negociações que ocorreram relativamente à melhoria das taxas de juro.

Gráfico 9

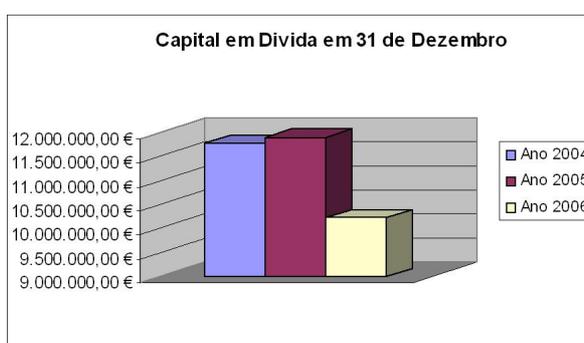
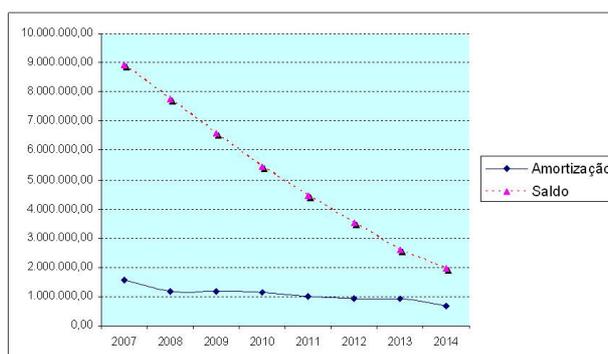


Gráfico 10 – Previsão de evolução da dívida



..... Tínhamos dito aquando da aprovação do orçamento para 2007 de que durante o corrente ano seriam iniciadas negociações com as instituições financeiras no sentido de reescalonar o pagamento dos empréstimos de médio-longo prazo, por estarem concentrados num período muito curto, o gráfico seguinte dá bem essa nota na

sequência do anterior, o decréscimo muito rápido de amortização de financiamentos que foram contraídos para investimentos, investimentos de longo prazo, e por isso devem justificadamente ser pagos num prazo mais dilatado. Acresce ainda, tal como foi referido, de que a concentração de amortização no período correspondente ao próximo Quadro Comunitário de Apoio corresponderia a um erro de gestão. E portanto o que estamos a fazer é exactamente trazer esta matéria para abordagem e aprovação da Assembleia. ....

.....Assim, junto do BPI (Banco Português de Investimento), temos dois empréstimos na instituição de crédito, é reescalonado um dos empréstimos, tendo a respectiva entidade aceite a proposta de dilatação do prazo de amortização para vinte anos, ou seja, não se trata de amortizar em vinte anos, trata-se sim conforme viram nos vossos documentos, de passar o prazo de amortização de 15 para 20. De salientar que a Lei de Finanças Locais permite ir a prazos muito mais longos, muito mais longos, compatíveis com o tempo de vida útil para o qual o empréstimo foi contraído, estamos muito, muito, muito aquém dessa perspectiva. ....

.....Apresentando uma redução no spread de 0,25%, ou seja, passamos de um spread de 0,5 para um spread de 0,25, é um ganho interessante. Ainda temos um outro empréstimo na Instituição que não é objecto de intenção de reescalonamento, pelo facto de se extinguir a 31 Dezembro de 2007. Não justificava que um empréstimo que... apesar de uma amortização intensa, contraído num prazo muito curto, estar a dilatar meio ano, daqui a meio ano, depois do visto do Tribunal de Contas, já tinha sido eliminado. ....

.....No BBVA, dos dois empréstimos obtidos na entidade é reescalonado um dos empréstimos, também nessa perspectiva dos vinte anos, apresentando uma redução de Spread de 0,045, ou seja, tínhamos um Spread actual de 0,195, passamos para um Spread de 0, 015%. ....

.....Há um outro empréstimo que temos neste banco, que já tem um Spread de 0,10, portanto não quisemos estar a mexer, para não mexer no Spread, não quisemos mexer no prazo, ou seja, vamos manter o mesmo prazo de amortização que estava previsto. ....

.....Na CGD, dos quatro empréstimos detidos na Instituição é reescalonado um dos empréstimos, tendo a respectiva entidade aceite a proposta de dilatação de prazo para os vinte anos, apresentando uma redução no Spread de 0,55, passamos de um Spread de 0,75 para 0,2. O outro empréstimo, não sendo objecto de reescalonamento,

dado ter já havido negociações anteriores, beneficia de uma redução de Spread de 0,175, passando a 0,375 em vigor, para 0,2. ....  
..... No BES não há nada a mexer. ....  
..... Portanto é esta a matéria que trazemos à Assembleia Municipal para deliberação. ....

..... **Presidente da Mesa em Exercício**– Muito obrigado Senhor Presidente. ....  
..... Pedidos de esclarecimento? ....  
..... Não temos inscrições. ....  
..... Pedidos para intervenções? ....  
..... Faz favor Senhor deputado. ....

..... **Luís Pires** – Bom, mais uma vez bom dia. ....  
..... Se o que estivesse em causa fosse apenas e só a diminuição do valor do Spread dos empréstimos e o seu, digamos assim, empacotamento, nós estaríamos de acordo. O que acontece é que nós estamos perante duas situações, uma que é a diminuição de Spread, que achamos interessante, porque é uma redução daquilo que a Câmara vai ter que pagar e consequentemente todos nós vamos ter que pagar, mas por outro lado, estamos a ver que também aqui há uma dilatação no tempo daquilo que é necessário pagar. ....

..... Ora bem, isso leva-nos a pensar duas coisas, uma delas é que estamos a protelar no tempo um pagamento, ou seja, estamos a imputar custos para quem vier a seguir, independentemente de quem seja, e por outro lado estamos a dar margem de manobra para no tempo actual se possam ainda fazer investimentos, investimentos esses que inevitavelmente serão contra a nossa posição, ou melhor, contra a nossa estratégia, ou seja, será numa óptica semelhante à que acontece com o orçamento da Câmara Municipal. O que acontece é que com esta folga o Executivo terá mais verbas para cumprir uma política que não é aquela com a que nós convergimos. ....  
..... Portanto, favoravelmente não terá a nossa posição. ....

..... **Presidente da Mesa em Exercício** – Muito obrigado Senhor Deputado. ....  
..... Dr. Luís Afonso, faz favor. ....

.....**Luís Afonso** – Muito bom dia Senhor Presidente em exercício da Assembleia Municipal de Bragança, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, muito bom dia a todos os deputados municipais, público. ....

.....O Senhor Presidente da Câmara faz aqui uma intervenção em termos de reescalamento da dívida, que manifesta claro conhecimento da matéria mais básica de gestão. Conseguir mais em mais tempo, menos dinheiro para tal. O PS é que parece que não entende estas coisas, por isso é que a gestão, enfim, a vossa gestão, e no tempo da vossa Câmara, a vossa gestão nunca foi uma gestão capaz. Senão vejamos, a Câmara deve determinado valor à banca, claro as Câmaras, o Estado Português recorre ao crédito naturalmente para fazer os investimentos de que necessita, o Estado Português vai recorrer também aos impostos, a Câmara também tem os seus impostos, as suas taxas, mas tem que recorrer naturalmente aos créditos na banca para poder fazer face à política com a qual se comprometeu com os cidadãos. ....

..... E eu, pegando na última parte da intervenção do deputado Luís Pires, devo dizer, votam contra este reescalamento da dívida que é benéfica para a Câmara e benéfica para os cidadãos de Bragança porque dizem que não concordam... ..

.....**Presidente da Mesa em Exercício** – Senhores deputados, não pode haver diálogo! Agora não pode haver diálogo! Tenham paciência. ....

.....**Luís Afonso** - Disse-o e eu repito outra vez, “basicamente não concordamos com este plano, porque significa que a Câmara com a massa de dívida que tem junto dos bancos, vai permitir não pagar essa dívida em quinze anos, alarga o prazo de pagamento para mais cinco anos, para vinte, o que significa que vai deixar solta uma fatia de dinheiro importante para fazer os investimentos que pretende fazer e que são contra - diziam vocês - à nossa política”.....

..... Mas esta Câmara está a fazer a política que foi sufragada pelos cidadãos de Bragança. E portanto, nós maioria do Partido Social Democrata temos que naturalmente aprovar a continuidade dos investimentos com que a Câmara de Bragança, aquando das propostas eleitorais que propôs aos cidadãos do Concelho viu sufragada.....

.....Mas essa é a vossa posição, a vossa política, o vosso programa de investimento e as vossas propostas para o Concelho de Bragança e não foram ganhadoras! Perdestes! Portanto, nós que ganhamos vamos continuar a fazer, por mão da Câmara

Municipal de Bragança os investimentos que foram naturalmente propostos aos cidadãos, seja na Cidade de Bragança, seja no Concelho. ....

..... Bom, mas o que importa perceber aqui, que estou a ver que disto entendem pouco, tenho que lhes dizer o seguinte, como é que um individuo que deve ao banco um determinado montante, e tem um prazo mais ou menos apertado de quinze anos para pagar, consegue ir ao banco e dizer, Senhor banqueiro, por favor a dívida que eu queria pagar em quinze anos passe-ma para vinte.....

..... O que é expectável em situações deste género, é que a banca lhe vai dizer assim, associa o risco do empréstimo ao prazo de pagamento, quanto mais curto é o prazo de pagamento mais baixo é o juro, quanto mais amplo é o prazo de pagamento mais carrega nos juros.....

..... Curioso, aqui aconteceu o contrário, a Câmara de Bragança vai á banca e sugere que passe de 15 para 20 anos o empréstimo e consegue com isso, vejamos, uma redução no pagamento, no Spread. E vocês ou não fizeram contas e fazem as coisas no ar, deviam-se ter preocupado em saber quanto é que foi que reduziu a Câmara. É que por acaso não é nada, vocês enfim, não têm politica, nem sequer dedicam algum tempo a estudar as coisas. ....

..... A Câmara consegue no BPI uma redução de 50% no Spread, porque vera de 0,5 e passou para 0,25. Esperávamos que a Câmara tivesse custos acrescidos, não poupou aqui cerca de oitocentos e vinte e cinco euros por ano. ....

..... No BBVA a Câmara reduziu 23%, reduziu para 750 euros o pagamento do valor global de abatimento. E na CGD reduziu 73%. ....

..... Significa que a Câmara teve em média, obteve para um prazo de pagamento mais alargado, uma redução em termos de Spread de cerca de 54,3%, ou seja, uma redução superior a 50%. E uma nota importante, é que o Spread máximo que era de 0,75 passou para 0,25. Bom, a Câmara consegue assim fazer uma medida de boa gestão. Consegue pagar menos à banca, em mais tempo. E portanto... eu repito, a Câmara consegue pagar menos dinheiro à banca, menos juros, porque o dinheiro que foi obtido por parte da banca tem que ser repostado, mas o juro é a remuneração que o banco tem que ver consubstanciada, a Câmara consegue, em mais tempo do que era inicialmente previsto, pagar menos.....

.....

..... **Luís Afonso** - Menos! Menos! Vocês estudem os papeis... Se a Câmara passa de um Spread que é o custo do dinheiro, é o juro de 0,75 para 0,25, vamos ver, vocês estão a dizer que é mais... eles é que têm razão...é mais... 0,25 é mais do que 0,75... É menos! Desculpe! A taxa de juro é o Spread, é o valor que os bancos põem em cima daquilo que é a taxa de referência do Banco de Portugal. Se vocês soubessem aquilo que é a taxa do Banco de Portugal, o banco põe o seu lucro, põe a sua taxa em cima, é o designado Spread, se não sabem vão estudar primeiro antes de virem para aqui. ..

.....E então é o seguinte, no essencial o que é importante para os cidadãos perceberem é que a Câmara vai reescalonar a dívida, pagando em mais tempo menos juros por essa actuação. O que significa em termos práticos o quê? Que a Câmara tem uma capacidade de libertar dinheiro para mais obras, que é aquilo que vocês não querem. ....

..... A Câmara consegue libertar dinheiro para fazer mais obras, continuar a sua política de investimento neste Concelho, continuando a fazer bem e melhor para os cidadãos deste Concelho, e para vocês também, porque também circulam nas estradas, também usam as piscinas, também usam os equipamentos culturais, como aquele que foi inaugurado no sábado, de excelente qualidade, e portanto isto vai contra a vossa política. Mas deviam fazer o seguinte, sempre que a Câmara está a fazer bem, não está a fazer bem para o Partido Social Democrata nem para os cidadãos que elegeram esta Câmara, a Câmara está a fazer bem para todos os cidadãos deste Concelho, sejam da CDU, do PS, do PSD, ou para aqueles que nem têm partido e que votam tanto à esquerda, como ao centro, como à direita. A Câmara quando está a fazer bem, está a fazer bem para todos e deixa obra para o futuro, e com esta medida financeira a Câmara consegue fazer mais e melhor. ....

..... Muito obrigado.....

..... **Presidente da Mesa em Exercício** – Muito obrigado Senhor deputado. ....

.....Eu aproveito para pedir às bancadas um bocadinho mais de contenção nos gestos e nas palavras. Tem que haver um bocadinho de respeito dentro desta Assembleia. Têm a possibilidade de se inscrever e de contestar, discordando naturalmente, mas fazê-lo desta forma não me parece a melhor. Eu peço desculpa e peço a colaboração de todos. ....

..... Muito obrigado.....

..... Está inscrito o deputado Luís Vale. ....

..... **Luís Vale – Apresentou, por escrito o seguinte:** .....

..... Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, membros da assembleia, Presidentes de Junta, bom dia a todos. ....

..... Nós como não perdemos nem ganhamos, nem pelos vistos percebemos nada disto dizemos o seguinte: .....

..... “Mesmo sabendo que o limite de endividamento da nossa autarquia não está em questão e a situação financeira da Câmara Municipal de Bragança ser, neste aspecto, relativamente confortável, esta proposta de reescalonamento dos actuais empréstimos suscita ao Bloco de Esquerda algumas reservas:.....

..... Independentemente do valor total em dívida, se ela está contraída e a gestão corrente da Câmara Municipal consegue dar resposta e amortizar os valores em causa, porque é que havemos de, ao dilatar no tempo, pagar mais dinheiro em juros, pelo dinheiro que um dia foi preciso ir comprar!?... ..

..... Será assim tão significativo para o orçamento e plano anual da Câmara libertar 170.597,60€ por ano do valor das amortizações aos bancos que justifique o pagamento desses juros!?... ..

..... Ao querer aliviar esse encargo da autarquia, o que pretende o executivo? No final de contas e afinal, não será para, aliviado, ter capacidade para contrair qualquer outro empréstimo ou assumir outro pesado compromisso? Isso sim preocupa-nos e deixa-nos algo apreensivos. ....

..... Se de facto, têm a noção de que estão a prazo na gestão e no executivo do município e que a longevidade dos equipamentos que motivaram a contracção destes empréstimos é muito superior às dilações dos contratos bancários, porque não deixar para os próximos executivos camarários essa liberdade de opção, essa possibilidade de manter ou alterar a política de fazer e gerir cidade e concelho. Para além do mais, transmitir as finanças da autarquia o mais saudável possível deveria ser o objectivo de qualquer autarca, deveria ser também o seu objectivo. ....

..... Senhor Presidente, esta é uma situação em que podemos utilizar a famosa frase: *“Não deixe para amanhã aquilo que pode fazer já e hoje!”* .....

..... Assim, não votarei favoravelmente esta proposta.....

..... Obrigado.....

..... a) Luís Vale .....

..... BRAGANÇA, 29 de Junho de 2007” .....

..... **Presidente da Mesa em Exercício** – Senhor deputado Silvestre tem a palavra...

..... **Luís Silvestre** – Senhor Presidente da Mesa, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente da Câmara, Assembleia.....

..... Foi dito aqui muita coisa sobre juros, taxas de juros e Spreads, etc. E a verdade é a seguinte, há uma redução anual da prestação em termos de custos financeiros, se formos à parte da contabilidade anual, mas se nós fizermos a contabilidade, e é isso que o Senhor Dr. Luís Afonso se esqueceu de fazer, de todo o período, ou seja, do aumento dos cinco anos, porque os cinco anos têm que se pagar juros também, e têm que se somar, ou seja, se formos a ver o custo, a conta POCE que contabiliza os custos financeiros ao fim dos vinte anos de pagamento, vamos ver que se vai pagar mais. E isso pode vir aqui qualquer pessoa dizer que é mentira, porque toda a gente sabe, é só fazer contas, pegar nas contas e fazer a contabilidade. Portanto, não é verdade.....

..... E relativamente a números nesta Assembleia o Partido Socialista sempre estudou, tanto estudou que no caso do Matadouro o queriam vender por umas cascas de alho, e essas cascas de alho já foram superadas pela venda dos lotes. Portanto, nós temos muito cuidado ao fazer estas análises.....

..... E relativamente a isto, o que eu queria deixar aqui ao Senhor Presidente da Câmara era esta pergunta, o objectivo deste reescalamento ao longo do tempo será para fazer mais empréstimos? Será para diminuir o valor actual da fórmula de cálculo de endividamento para permitir fazer mais empréstimos? Aumentar a dívida da Câmara? .....

..... Deixo esta pergunta no ar.....

..... Obrigado.....

..... **Presidente da Mesa em Exercício** – Muito obrigado Senhor deputado. ....

..... Não há mais intervenções. ....

..... Perante esta situação, eu pergunto ao Senhor Presidente da Câmara se quer prestar algum esclarecimento? .....

..... Faz favor. ....

..... **Presidente da Câmara** – Muito obrigado Senhor Presidente. ....

.....Na verdade a preocupação de equilíbrio financeiro está bem patente nos nossos nove anos de gestão autárquica. Basta fazer a leitura dos números desde 1997 até à presente data. E tendo passado pelo maior ciclo de investimento, cruzando com a questão do investimento, com o aumento de património, o que seria expectável era que a nossa Câmara estivesse, sei lá, numa situação mais próxima da de Lisboa, para pagar salários tivesse de recorrer a empréstimos de curto prazo... ou algo semelhante.

.....Para além de conseguirmos assegurar o maior ciclo de investimento da história do Município, de ter aumentado o património para os valores que são do vosso conhecimento, ainda assim conseguimos ter uma dívida menor. Chama-se a isso realmente, preocupação mais do que suficiente com as questões de equilíbrio orçamental e evidentemente de grande rigor.....

.....Negociamos boas taxas de juro, parece uma coisa contraditória, como referiu o Senhor deputado Luís Afonso, ao aumentarmos o prazo de dilatação de negociação nos bancos, aquilo que os bancos tenderiam a fazer era aumentar o Spread, como é óbvio, é a tendência normal. Só que a Câmara, neste período todo em que estou à frente do Município, nunca, nunca deixou no preciso dia de pagar a amortização e os juros correspondentes dos empréstimos. Foi assim. E isso naturalmente dá credibilidade, diminui o risco, o que permitiu aos bancos vir para taxas de Spread dos mais baixos possíveis para as Câmaras. Poucas terão este Spread. Seguramente que há outras que têm Spreads idênticos. Abaixo destes valores a situação torna-se complexa. ....

.....Portanto, ausência de risco perante um processo destes.....

.....Outra nota que quero destacar tem a ver com a capacidade de endividamento de médio/longo prazo. ....

.....Apesar das restrições e da redução que foi feita, fortíssima, à capacidade de endividamento dos Municípios, quer no anterior Governo, quer no actual Governo, ainda assim, o nosso endividamento, hoje, é sensivelmente cinquenta por cento desse limite. Quer dizer, isso diz mais alguma coisa ainda sobre a situação folgada em termos financeiros neste âmbito por parte do Município. ....

.....Evidentemente que seria alguma desatenção da nossa parte, ao iniciar o próximo Quadro Comunitário de Apoio, digamos, não avaliarmos bem a nossa capacidade de resposta em termos de garantia de auto-financiamento para projectos que venham a ser aprovados. Não sabemos quantos vão ser, quais vão ser, e em que circunstâncias. Ninguém sabe. Mas nós temos que criar as melhores condições para

aceder a esse bolo com a mesma eficácia com que o fizemos nestes últimos anos, que ficou bem à vista de toda a gente. ....

..... Quando confrontamos o investimento de 2003 feito pela Câmara Municipal, investimento per capita, foi cerca de 743 euros por cidadão, e na zona Norte, nos oitenta e cinco Municípios, o Município que imediatamente mais investiu per capita foi Braga com 474€, ou algo do género. Isso é bem elucidativo daquilo que nós tivemos, felizmente, da capacidade de fazer nesse âmbito.....

..... É óbvio que, conforme está, nem fujo à pergunta, porquê fugir à pergunta da questão dos empréstimos? Está no Orçamento e no Plano de Actividades. A nossa intenção é durante este ano criar as condições para preparar a contracção de um financiamento, para acelerar a execução de um ou outro projecto. E portanto antes do final do ano evidentemente que teremos essa matéria na Assembleia. ....

..... É sabido que pequenos projectos terão muita dificuldade de integração em candidaturas a nível comunitário, o que significa que para a área rural haverá mais dificuldade ou muita dificuldade de fazer candidaturas. Ou seja, entram projectos de maior dimensão, projectos de âmbito mais supramunicipal, é essa a lógica, significa assim que nós temos que concentrar alguns recursos financeiros adicionais nalguns destes projectos, para garantir, de recursos próprios da autarquia, disponibilizar algumas receitas adicionais para as Juntas de Freguesia, porque senão não faríamos nada. ....

..... Está dado o esclarecimento e a confirmação de que assim o faremos. ....

..... **Presidente da Mesa em Exercício** – Muito obrigado Senhor Presidente. ....

..... Passámos à votação. ....

**Após análise e discussão da proposta, foi a mesma submetida a votação tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com onze votos contra, duas abstenções e cinquenta e quatro votos a favor, estando momentaneamente sessenta e sete membros presentes.** .....

..... **Presidente da Mesa em Exercício** – Declarações de voto?.....

..... Faz favor Senhor deputado Luís Pires.....

..... **Luís Pires** – Nós votamos contra, neste ponto, porque realmente esta última intervenção do Senhor Presidente da Câmara veio de encontro às preocupações que eu tinha manifestado inicialmente, e também porque achamos que este tema é um tema que não pode ser tratado como um tema pessoal, se bem que os Portugueses certamente serão dos povos da Europa que ao longo dos últimas décadas mais percebem de empréstimos, Spreads e reescalamentos, a questão é que nós estamos a falar de uma Câmara Municipal e não de nossa casa. Portanto, essa é uma questão importante. ....

..... O nosso voto foi sustentado em trabalho de casa, houve preparação, porque nós não vimos falar para aqui meia hora, a divagar sobre determinados assuntos, sem os prepararmos. Nós preparamos os assuntos, e não confundimos nem Spreads, nem taxas de juro, nem amortizações ao longo do tempo, etc. ....

..... Obrigado. ....

..... **Presidente da Mesa em Exercício** – Muito obrigado. ....

..... Senhor Deputado José Castro. ....

..... **José Castro** – Bom dia a todos. ....

..... Bom dia Senhor Presidente, Secretárias, Senhor Presidente da Câmara, Assembleia. ....

..... Ora bem, a posição da CDU relativamente a estes dois pontos é de abstenção porque eles não são mais do que dois pontos que resultam de meros actos de gestão de um orçamento que necessariamente não é um orçamento da CDU, e a posição da CDU sobre o Orçamento e o Plano Plurianual de Investimentos que foi apresentado no devido tempo, o ano passado, portanto foram aí mesmo comentados. E portanto, naturalmente que estas engenharias financeiras não podem ser vistas fora do seu contexto geral do orçamento, ou seja, nós não sabemos o que é que vai ficar prejudicado em 100 000€ no orçamento de 2007, nem o que é que vai ficar beneficiado com esses 100 000€ no orçamento de 2008 relativamente à opção do aeródromo. ....

..... E por outro lado, a opção do aeródromo também não é uma opção unânime e a seu tempo poderemos discuti-la sempre que formos para isso chamados. ....

..... Por outro lado também não sabemos o que é que vai ficar afectado, mais ou menos afectado pelo reescalamento da dívida, portanto não sabemos onde é que

vai ser gasto o dinheiro que é antecipado, nem sabemos quem é que vai ficar prejudicado ou quais são os actos que vão ficar prejudicados pelo prolongamento do prazo. ....

.....Portanto, esta é a posição da CDU e eu julgo que não deve suscitar nenhuma dúvida, porque senti ali inclusivamente da bancada do PS, do colega Henrique Ferreira, algumas interrogações sobre a nossa posição, e este é o trabalho de casa que a gente faz e eu julgo que também todos temos de ser sérios nisto. Esta é a posição da CDU, toda a gente fica já seguro dela, agradecemos também que as posições dos outros partidos também fossem realmente nesse sentido, porque de facto o que nós lemos aqui na documentação que nos foi distribuída, foi que a gestão que é feita em reunião de Câmara, ou seja, todas as decisões na reunião de Câmara foram tomadas por unanimidade, inclusivamente pelos vereadores do PS, e que aqui chegam e têm o seu grupo parlamentar a votar contra. ....

.....

.....**José Castro** – Não, não! Unanimidade. Vejam. Façam o trabalho de casa. Portanto expliquem-me isso.....

.....Da mesma maneira quer não se percebe como é que o Senhor Presidente da Câmara vem dar aqui um mau exemplo de uma Câmara PSD como a de Lisboa, para um bom exemplo para a Câmara de Bragança, também do PSD. Provavelmente também já não se sente do PSD Senhor Presidente, portanto a seu tempo também vai pensar a sua posição. ....

..... Era só. ....

.....**Presidente da Mesa em Exercício** – Muito obrigado. ....

..... Senhor deputado Luís Afonso.....

.....**Luís Afonso** – O PSD naturalmente não podia fazer outra coisa senão votar favoravelmente a proposta da Câmara de Bragança, porque significa, como dissemos há pouco, que a Câmara consegue obter mais vantagens financeiras com o reescalamento da dívida, pagando menos capital à banca pelo montante que foi adquirido. Mais, isso significa, e ainda depois da informação do Senhor Presidente de

Câmara dizer que a Câmara naturalmente está abaixo dos 50% da capacidade da dívida, significa que a Câmara vai poder libertar mais dinheiro por menor pressão de pagamento, ou seja, em vez de pagar em 15 anos consegue pagar em 20 anos, significa que vai libertar mais dinheiro com menos pressão de abatimento da dívida, mais dinheiro disponível para fazer as obras necessárias e para fazer frente a uma política ostensivamente contra os Municípios, efectuada pelo Governo do Partido Socialista que retira aos municípios algumas capacidades financeiras. ....

.....A Câmara consegue seguramente com esta medida obter mais valias que vão ser significativas para o avanço dos investimentos que necessita fazer para a qualidade de vida dos cidadãos, e por isso não podíamos fazer outra coisa senão votar favoravelmente. ....

.....De qualquer forma queria responder e aproveitava para responder ao deputado do partido da CDU dizendo que quando fala sobre a Câmara Municipal de Lisboa não esquecer o tempo que o PSD teve na Câmara Municipal de Lisboa e o tempo que o PS e a coligação com a CDU fez no período anterior de onde já vêm estas dívidas. As dívidas não são de hoje. As dívidas vêm do vosso Governo na Câmara de Lisboa.

.....

..... **Presidente da Mesa em Exercício** – Senhores deputados, tem que haver um bocadinho mais de contenção... Muito obrigado.....

.....Senhores deputados, eu quando tiver que chamar a atenção, chamo qualquer uma das bancadas. Quanto a isso não tenham dúvidas. ....

..... Passamos ao ponto seguinte.....

**PONTO 4.3.3 – PENOG – PARQUE EÓLICO DA NOGUEIRA, S.A. – AQUISIÇÃO DE 1% DO CAPITAL SOCIAL DA PENOG, S.A À EDF EN PORTUGAL, LDA ATRAVÉS DA CELEBRAÇÃO DE UM CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE ACÇÕES. ....**

----- Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara e previamente distribuída pelos membros.

## I - CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Directora do Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira da Câmara Municipal de Bragança:

Certifica que na Acta da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia onze de Junho do ano de dois mil e sete, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Presidente, Eng.º António Jorge Nunes e Vereadores, Eng.º Rui Afonso Cepeda Caseiro, Arqt.º Armando Nuno Gomes Cristovão, Dr.ª Maria de Fátima Gomes Fernandes, Dr.ª Isabel Maria Lopes, Prof. António José Cepeda e Francisco Manuel Gonçalves, se encontra uma deliberação, do seguinte teor:

**“PENOG – PARQUE EÓLICO DA NOGUEIRA, S. A. – AQUISIÇÃO DE 1% DO CAPITAL SOCIAL À EMPRESA EDF EN PORTUGAL, LD.ª (EMPRESA QUE SUBSTITUIU A SIIF ENERGIES PORTUGAL, LD.ª, NA PENOG S.A.) ATRAVÉS DA CELEBRAÇÃO DE UM CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE ACÇÕES**

Pelo Sr. Presidente foi apresentada a seguinte proposta:

“Considerando:

a) Que a Penog – Parque Eólico da Nogueira, S. A., é uma sociedade comercial anónima, com sede em Bragança, na avenida Abade de Baçal, Edifício Shopping do Loreto, Loja 21, com o número de pessoa colectiva e de matrícula na Conservatória do Registo Comercial de Bragança 504 809 342, com um capital social integralmente realizado de 50.000,00 euros, representado por cinquenta mil (50.000) acções ao portador, com o valor nominal de 1,00 (um) euro cada, doravante designada de SOCIEDADE;

b) Que são accionistas da SOCIEDADE com as seguintes participações societárias:

i) A EDF EN Portugal, Ld.ª, com quarenta e três mil e novecentas (43.900) acções, representativas de 87,8% do capital social desta SOCIEDADE;

ii) O Município de Bragança com duas mil ( 2.000 ) acções, representativas de 4% do capital social desta SOCIEDADE;

iii) Os restantes accionistas da SOCIEDADE são o Município de Macedo de Cavaleiros, o Município de Vinhais ( estes dois com participações iguais às do Município de Bragança ) e o Sr. Eng.º Carlos Alberto Martins Pimenta.

c) Que os Municípios de Bragança, de Macedo de Cavaleiros e Vinhais manifestaram o desejo de aumentar a sua participação conjunta na SOCIEDADE de 12% para 15% do capital social (passando cada um deles a deter 5% daquele capital social), reforçando, assim, o seu empenho no projecto de produção de energia eléctrica através de fontes renováveis, prosseguido pela SOCIEDADE;

d) Que a EDF EN Portugal, Ld.ª, deu o seu acordo ao citado aumento da participação dos Municípios de Bragança, de Macedo de Cavaleiros e Vinhais na SOCIEDADE, dentro do espírito de colaboração mútuo que existe desde o início do projecto;

e) Que em cumprimento do acordo a que se referem os dois considerandos precedentes, a EDF EN Portugal, Ld.ª, deverá ceder ao Município de Bragança, quinhentas (500) acções da SOCIEDADE, representativas de 1% do respectivo capital social, pelo valor nominal de EUR 1,00 (um euro) cada, através da outorga de um contrato de compra e venda de acções a celebrar entre o Município de Bragança e a EDF EN Portugal, Ld.ª;

f) Que a EDF EN Portugal, Ld.ª, cede igualmente a cada um dos Municípios de Macedo de Cavaleiros e Vinhais, quinhentas (500) acções da SOCIEDADE, representativas de 1% do capital social da mesma, por contratos de compra e venda de acções similares.

Proponho à Exma. Câmara Municipal de Bragança:

1.º Proposta de aquisição das acções nos termos dos considerandos supra referenciados;

2.º Proposta de um contrato de compra e venda de acções a celebrar entre o Município de Bragança e a EDF EN Portugal, Ld.ª; que se junta e que faz parte integrante da presente proposta.

- Cópia da acta da Assembleia Geral da sociedade Penog – Parque Eólico da Nogueira, S. A.;

- Cópia da Conservatória do Registo Comercial de Lisboa – que atesta a alteração do contrato de sociedade, mormente o artigo 1.º - a empresa, EDF EN Portugal, Ld.ª substituiu a empresa, SIIF ENERGIES Portugal, Ld.ª, na Penog, S.A.”.

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a referida proposta.

Mais foi deliberado, por unanimidade, nos termos e para efeitos da alínea a) do n.º 6 do art.º 64.º, conjugado com a alínea m) do n.º 2 do artigo 53.º, in fine, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção conferida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, submeter à aprovação da Assembleia Municipal.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 13 de Junho de 2007.

## **II – CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE ACÇÕES**













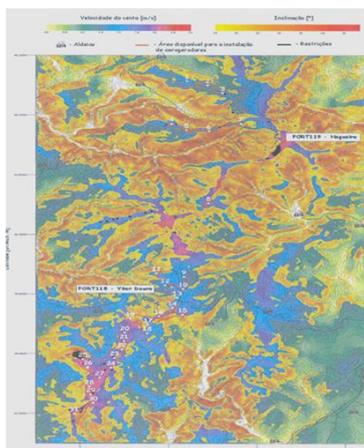


..... **Primeiro Secretário da Mesa** – Senhor Presidente da Câmara tem a palavra para explicar este ponto. -----



**MUNICÍPIO DE BRAGANÇA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL - SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE JUNHO DE 2007**

**PENOG – Parque Eólico da Nogueira, S. A.**



..... **Presidente da Câmara** – Trata-se de obter autorização dos Senhores deputados para proceder à aquisição de 1% do capital Social à empresa EDF EN Portugal, accionista da PENOG, SA. ....

..... O capital da PENOG está actualmente distribuído em 87,8% pela EDF EN Portugal Lda, anteriormente a SIF Energies, pelos Municípios de Bragança, Macedo e Vinhais, com 4% cada, e pelo Engenheiro Carlos Pimenta. ....

..... Os Municípios desejam aumentar a sua participação de 12 para 15%, nós tentámos chegar aos 18%, não foi possível, passando assim cada Município a deter 5% da participação, e portanto pretendendo subir a nossa participação no sentido de fazer uma aposta mais forte em benefício da economia do Município e do ambiente em geral para o País e para o Planeta, a favor das energias renováveis. A EDF deu acordo.....

-----

..... **Presidente da Câmara** – Nós sabemos do que estamos a falar... se o deputado me deixar falar e se quiser ouvir, agradecia-lhe. Se entender assim. ....

.....

..... **Presidente da Câmara** – Sim, mas eu depois explicarei a figura. ....

..... Importante provavelmente será a matéria que a Câmara está aqui a apresentar aqui à Assembleia para obter aprovação. O resto são pormenores que facilmente ali o Pedro conseguirá corrigir no computador se lhe for solicitado de seguida, mas nem vale a pena fazer essa correcção de imediato .....

..... Trata-se assim de obter autorização de 500 acções pelo valor nominal de 1€ à EDF Portugal Lda. ....

..... Queria salientar o seguinte, o contrato de compra e venda de acções está presente, trata-se de aprovar por contrato de compra e venda, e durante o mês de Julho faremos a respectiva correcção no contrato da Sociedade. ....

..... Informar que durante este mês é retomado o processo de medições de vento na Serra de Nogueira, sendo necessário acelerar o projecto de execução face também à aceleração e antecipação da construção da linha de ligação, de muito alta tensão, entre Mogadouro e Macedo, à construção da sub-estação próxima de Macedo, uma nova sub-estação capaz de receber estas linhas e também à continuação próxima da linha entre Macedo de Cavaleiros e Chaves. ....

..... Ao criar este arco está absolutamente garantida a capacidade de receber energia de parques eólicos com dimensão. ....

..... Esse processo de construção estava previsto para 2009/2010, fomos negociando com a REN no sentido de antecipar os investimentos, situação a que a mesmo veio a aceder, naturalmente numa atitude positiva para com Bragança, é inquestionável que sim, cidadão com ligações óbvias a Bragança. ....

..... Passámos por uma fase de negociação... passou a PENOG, e a Câmara presente a acompanhar o processo, por uma fase em que se propunha a empresa se necessário suportar os juros correspondentes à antecipação do investimento da construção das linhas, tal não foi necessário, porque a boa atitude e a atitude inteligente e positiva desse cidadão que tem ligações para com o Distrito de Bragança, foi mais do que evidente, era aquilo que tantos outros deviam ter para com a sua terra, defendendo os seus interesses, e evitando situações, digamos da política mais pequenina, quase tipo comparar o Distrito, como a comparação que fez o Ministro das Obras Públicas relativamente à margem sul do Tejo, isso não é política de nada nem de ninguém. ....

..... Se as condições estiverem reunidas, o projecto arrancará em 2008, até final de 2008, estarem reunidas significa durante o ano de 2008 serem feitas as negociações com o Governo para atribuição de potência. ....

..... Outra nota que quero destacar tem a ver com os fundos próprios. A negociação que fomos fazendo com a empresa, desde que foi constituída, consiste no que diz respeito aos fundos próprios no seguinte: a realização de fundos próprios, ou seja, melhoramos a posição dos Municípios, a realização de fundos próprios, eventuais aumentos de capital social, prestações acessórias e capital, e/ou suprimentos, por cada um dos Municípios na sociedade, será financiada pela accionista EDF EN Portugal Lda, dentro dos moldes já existentes noutras autarquias sendo tal financiamento reembolsado através de política de distribuição de dividendos sem encargos financeiros. ....

..... Também quanto ao cálculo de renda, desencadeamos um processo de negociação no sentido de melhorarmos a renda a atribuir aos Municípios, ela evolui agora para um pagamento de 2,5% até 2350 horas de funcionamento dos aerogeradores, e será remunerada a três por cento para lá deste número de horas de funcionamento. ....

..... Os aerogeradores que irão ser construídos em Viana do Castelo, em princípio são esse tipo de aerogeradores que virão para a Serra de Nogueira, com pás de 82 metros, o que aumenta em 15% a curva média de rendimento dos aerogeradores, o que significa que estaremos já a falar aqui de um número com algum significado de horas de trabalho, acima das 2350. ....

..... Também outra nota é de que tomamos a decisão, por solicitação da Câmara Municipal, que todos os contratos existentes com as Juntas de Freguesia para a Serra de Nogueira e com os baldios fossem agora transferidos, durante o mês de Julho, em princípio ao fazer a correcção da escritura, fossem transferidos para a PENOG SA. É a PENOG SA que avança com o investimento, portanto os contratos serão todos transferidos. ....

..... Também de salientar que há ali uma ligeira apresentação daquilo que pode ser uma perspectiva da instalação, uma perspectiva muito leve, muito leve, um número relativamente reduzido de aerogeradores comparativamente àquilo que seria a capacidade na Serra de Nogueira, portanto há um estudo de impacto ambiental que tem sido muito prudente, de qualquer forma é uma capacidade interessante em termos de produção de energia. ....

..... Relativamente a Montesinho, Freguesia de França - existe um contrato também, a empresa já solicitou negociações com o ICN à volta deste projecto. ....

..... **Presidente da Mesa em Exercício** – Muito obrigado Senhor Presidente. ....

..... Inscrições para pedidos de esclarecimento? .....

..... Faz favor Senhor deputado Luís Filipe. ....

..... **Luís Fernandes** – Ora muito bom dia Senhor Presidente, Senhora Vereadora, Senhor Presidente da Mesa, Senhoras Secretárias, caríssimos amigos da Assembleia.

..... Neste ponto aqui, algumas questões eu gostava de colocar ao Senhor Presidente da Câmara. Não que a gente esteja de maneira nenhuma, nem coisa que se pareça, contra as energias renováveis. ....

..... Primeiro - este projecto da Serra de Nogueira é exclusivamente em terrenos públicos ou há privados também? .....

..... Em que ponto é que está o licenciamento em termos da Direcção Geral de Energia, em que ponto é que o processo se encontra? .....

..... E por fim, esta adjudicação é uma adjudicação directa a uma empresa? Não é necessário um concurso público? Sabemos que há outras empresas aí no terreno também interessadas. Estão a fazer negociação directa e porquê? Porque eu estive presente numa sessão onde a Empresa Eletricity Irlandesa mostrava interesse também no Parque Natural de Montesinho, e agora aparece-nos aqui também já um projecto feito para uma outra empresa quando havia também outros interesses. Porquê este interesse nesta empresa, sabendo nós quem está por detrás dessa empresa? .....

..... **Presidente da Mesa em Exercício** – Muito obrigado. ....

..... Não há mais inscrições para pedidos de esclarecimento. ....

..... Senhor Presidente da Câmara pretende responder? .....

..... Faz favor. ....

..... **Presidente da Câmara** – Não tenho conhecimento de qualquer contrato com privados na Serra de Nogueira, neste momento. No entanto se os estudos e se a oportunidade da empresa vier nesse sentido, como é óbvio terá de ser aproveitado

tudo. O resto seria, digamos, um disparate completo. Não há nenhum contrato com privados.....

.....Quanto a escolher empresa, nós não escolhemos empresa nenhuma! Como deve saber, quem atribui essas concessões é o Governo através da Direcção Geral de Energia. O que é que podemos nós dizer? Nós só podemos dizer assim, é não estar a dormir e negociar o melhor possível para o Município. É aquilo que se impõe que a Câmara faça. Não de outra forma. ....

.....

.....**Presidente da Câmara** – É óbvio que sim, senão estariam outras empresas a fazer a mesma coisa.....

.....**Presidente da Mesa em Exercício** – Muito obrigado. ....

..... Para intervenções? Quem se inscreve. ....

..... Faz favor deputado Silvestre. ....

.....**Luís Silvestre** – Com esta última informação o Senhor Presidente deixou-me baralhado... eu tenho andado a tentar consultar e ver os concursos de atribuição de espaços de parques eólicos, e o Parque Eólico da Nogueira e de Montesinho ainda não encontrei em lado nenhum... se me pudesse dar essa informação agradecia.....

.....**Presidente da Mesa em Exercício** – Muito obrigado. ....

..... Lídio Correia faça o favor.....

.....**Lídio Correia** – Excelentíssima Mesa, Senhor Presidente, Senhora Vereadora, Senhores membros da Assembleia, a todos muito bom dia.....

..... Relativamente a esta questão dos parques eólicos e das energias renováveis eu quero recordar que a CDU, quando se discutiu aqui o parque eólico da Serra da Nogueira, votou contra uma coisa destas. E do nosso ponto de vista, estamos aqui hoje em Bragança quase que, eu diria, a arranjar uma forma milagreira de desenvolvimento, porque parece que tudo que seja eólicas, tudo o que seja energias renováveis é muito *in*, muito moderno, é algo que vai ser a salvação, por um lado do

Concelho e Distrito de Bragança, e por outro lado parece que vai ser a salvação do País. ....

.....Eu queria começar por dizer que a questão das eólicas e deixar muitíssimo claro que nós na CDU somos favoráveis às energias renováveis, há várias formas, sejam eólicas, sejam hídricas, sejam painéis solares, o que quer que seja, somos favoráveis a isso. Agora, fazer disto a panaceia para uma série de *fait divers* e para encher os bolsos de alguns, isso aí já não nos parece minimamente correcto, e não me estou a referir agora ao parque da Serra de Nogueira. Porque dá-nos a sensação, e se calhar quase temos a certeza disso, que o que está em causa, neste momento, não é a instalação de parques eólicos para resolver o problema da energia, é sobretudo a instalação de parques eólicos para instalar geradores, e portanto há quem fabrique geradores, quem venda geradores que estejam interessados em plantá-los por aí fora como quem planta cogumelos. Isso sim é que está a ser importante neste momento e não a produção de energia. Por isso, a questão é mais complexa do que aparentemente se possa colocar. ....

.....No caso concreto da instalação de parques eólicos seja na Serra de Nogueira, seja na Serra de Montesinho, eu quero lembrar que foi inaugurada com pompa e circunstância, há oito dias, salvo erro, quinze dias, uma coisa que se chama Rota da Terra Fria, era para vir um conjunto de Ministros, mas depois parece que não tinham as cestas dos salpicões e chouriços completamente feitas e veio só o Senhor Presidente da CCDR aqui trazer isso. Mas foi inaugurada e agora está a ser publicitada nas televisões. Aquilo que estamos a fazer é que estamos a publicitar uma coisa que se viermos a implantar tudo isto por aqui, estamos a vender gato por lebre... porque um dia destes em vez de termos aí uma série de coisas, temos aí uma série de antenas instaladas. Repito, que nós não somos contra a instalação. Mas com método e com cuidado. ....

.....Depois, há uma coisa que somos frontalmente contra, é que qualquer empresa, seja local, seja nacional, seja multinacional se aproveite de um bem que é de todos, se aproveite do vento ou da água que é de todos nós, para gerar lucros fabulosos e para um dia destes aparecer a vender tudo isso aí a uma multinacional, Mais, somos contra, frontalmente contra a que uma qualquer empresa venha um dia destes vender a uma qualquer multinacional, uma ENi, Iberdrola, ou o que quer que seja, os próprios baldios da nossa terra e até as nossas próprias propriedades privadas que temos nessa região. ....

..... Está aqui o Dr. Nuno Reis a abanar com a cabeça, eu faço-lhe lembrar que hoje a EDP, por exemplo, pode instalar como, quando e onde quiser, um poste de alta tensão que dá cabo de uma propriedade privada onde quer que sejam olhe eu tenho uma cortinha que me deram cabo dela, porque me instalaram lá dois postes de alta tensão e nem sequer me perguntaram quantos anos tinha. Muito menos vão perguntar às populações dos baldios o que quer que seja. Quem é que vai ser dono daquilo tudo?

..... Portanto, é contra estas questões que nós estamos. E mais, porque cargas de água é que em vez de andarmos aqui então com estas empresas que são tão beneméritas e querem de facto aqui esta energia tão limpa, porque é que não se constitui uma empresa Multi municipal? Porque não pode ser! Agora que se fala lá que tem que ter escala, não é? Hoje em dia está na moda a questão da escala, então porque é que os Municípios do Nordeste, por exemplo, não constituem uma empresa multi-municipal e se dedicam eles próprios de facto a projectar isso? Porque Não? .....

..... Lembrem-se que a IDOURO, o Dr. Amândio está ali e conhece-a muito bem, começou por fazer essas coisas todas, depois começou por ocupar o rio, depois passou a ser dono daquilo tudo e hoje o próprio Rio Sabor se calhar não é nosso... é da ENI. ....

..... E portanto é contra estas questões que nós alertamos, é contra estas questões que nós estamos, e repito, somos favoráveis às energias renováveis, somos favoráveis à instalação de parques eólicos devidamente estudados, mas temos a convicção profunda de que neste momento o que está em causa é sobretudo a implantação de geradores e os lucros das fábricas de geradores. ....

..... Muito obrigado. ....

..... **Presidente da Mesa em Exercício** – Muito obrigado. ....

..... O Senhor deputado Luís Afonso pediu para intervir também. ....

..... **Luís Afonso** – Ora bem, o Lídio Correia veio aqui, falou, falou, eu fiquei sem saber o que é que iam decidir relativamente a essa matéria da proposta da Câmara....

.....

..... **Luís Afonso** – Ai disse que votava contra... ..

..... Estava distraído. Estava, estava. ....

..... Bem, engraçado é que a CDU já há uns anos, e ainda bem que a CDU não entra no Governo de Portugal desde há muitos anos, ainda vai andando nalgumas Câmaras do País. Porque de facto, não decide. Não é capaz de decidir. Senão vejamos, a CDU – “nós somos favoráveis à produção de energia limpa... mas aerogeradores não!” Então em que é que ficamos? “Nós somos favoráveis à produção de energia limpa, não somos contra...” Eu não percebo, então vamos produzir energia limpa onde? Nos Estados Unidos? .....

..... A EDP comprou uma empresa de produção de energia eléctrica com base em parques eólicos, nos Estados Unidos, uma grande empresa, e então talvez o Lídio Correia esteja de acordo que façamos energia eléctrica à EDP Portuguesa nos Estados Unidos, depois através de um cabo passa a energia para Portugal... Ou seja, queremos energia limpa mas feita na terra dos outros. ....

..... Aqui fica a pergunta que eu era para fazer na passada sexta feira, e não me recordei no momento, de o fazer, e que tenho que fazer hoje aqui a pergunta à CDU. É um desafio, venha aqui ao microfone da Assembleia Municipal e diga aqui para os deputados e digamos para os cidadãos do Concelho de Bragança, a CDU é ou não é favorável à instalação de parques eólicos na zona do PNM e na Serra de Nogueira? É ou não é? Venham aqui dizê-lo. Eu não sei, eu peço desculpa, não sei, gostava de ficar a saber se são ou não são, para ficar firme a vossa vontade política, do vosso interesse político. ....

..... A CDU enfim, não me admira que venha para aqui falar, porque a CDU sempre esteve contra a indústria, contra o desenvolvimento da riqueza, contra a criação de riqueza, e aqui a CDU em Portugal e o PCP ainda continua amarrado à velha filosofia da União Soviética. Já na União Soviética já isso acabou! Isso já acabou! Ainda vocês aqui continuam com a cassete. Vocês vejam que na União Soviética, agora está partida em vários Países, o mercado já funciona, essa economia de plano já deu! Ainda só dá em cuba pelos vistos...e não com bons resultados, pois continuam a circular com carros dos anos 40... que pena... e na Coreia.....

..... De qualquer forma, eu tinha que dizer que, de facto me parece que é engraçado, que aqui ninguém aprofundou o debate desta matéria. O que me parece importante é discutir aqui a proposta que a Câmara Municipal traz à Assembleia que é a aquisição de 1% do capital da empresa.....

..... E agora devolvo outra vez para a CDU, é preocupação da CDU que a energia limpa não esteja nas mãos só dos industriais, só dos industriais que fazem

aerogeradores, que têm naturalmente interesse em ter disponibilidade de instalação para fazerem mais e mais geradores, e também é interesse da CDU que não caia essa geração de riqueza na mãos de particulares. Depois são os donos da terra, são os donos de tudo... Com esta proposta a Câmara de Bragança e as Câmaras de Macedo e de Vinhais reforçam a presença pública numa empresa e se... ..

.....

..... **Luís Afonso** - Mas não chega, queriam comprar tudo vocês... ..

.....

..... **Luís Afonso** - Como fizeram depois do 25 de Abril. Não chega, nacionalizamos tudo! É tudo nosso!.....

..... **Presidente da Mesa em Exercício** – Evitem o diálogo. Evitem o diálogo.....

..... **Luís Afonso** - Bom, de facto a economia de mercado está a funcionar e a Câmara de Bragança propõe-se reforçar a sua posição, a posição das instituições públicas e isso vai de encontro à vossa perspectiva de não serem os privados só, e portanto o Partido Social Democrata não podia fazer outra coisa que não fosse aprovar esta proposta da Câmara que nos parece de facto e efectivamente positiva. ....

..... Não posso deixar de sair daqui deste microfone sem fazer uma outra reflexão para a CDU e para o Lídio Correia. Está contra a possibilidade da EDP colocar um poste onde quer que seja nos terrenos de quem quer que seja... - isto está mal, é uma vergonha! .....

..... Bem a CDU esteve no Governo de Portugal desde 1974,75, o que é que vocês fizeram para alterar essa lei que já vem do tempo do Salazar? Quando é que vocês alteraram essa Lei? Nunca. Não fizeram nada! É fácil vir para aqui dizer coisas e não consubstanciar naquilo que foi a vossa prática política ao longo dos anos. Mas ainda bem que assim é, senão não se conseguiam fazer estradas, não se conseguiam fazer vias ferroviárias, não se conseguiam fazer portos de mar, não se conseguia levar electricidade para os cidadãos que precisam dela. Ou não é verdade que os cabos têm que passar por algum sítio?.....

..... **Presidente da Mesa em Exercício** - Muito obrigado Senhor deputado.....

.....

..... **Primeiro da Mesa em Exercício** - Mas nós não estamos em período de pedidos de esclarecimentos agora.....

.....

..... **Presidente da Mesa em Exercício** - Estamos nas intervenções.....

.....

..... **Presidente da Mesa em Exercício** - Desculpe, fez uma intervenção, não tem pedidos de esclarecimento. ....

..... Senhor deputado, desculpe, não lhe dou a palavra. ....

..... Desculpe, não lhe dou a palavra, neste momento, para pedidos de esclarecimentos.....

..... Senhor deputado José Carlos pede a palavra para? .....

.....

..... **Presidente da Mesa em Exercício**– Eu peço-lhe que seja breve para responder ao Deputado Luís Afonso.....

..... **José Castro** – Ó! Luís Afonso, e muito rapidamente. A CDU é a favor dos parques eólicos desde que os parques eólicos não ponham em causa o Projecto do PNM. E portanto, o que faz falta é o PSD dizer se é ou não a favor do PNM?.....

..... E agora deixe-me que lhe diga, os Espanhóis têm os aerogeradores do outro lado, primeiro por uma grave desatenção do Governo Português e em segundo lugar, os espanhóis não têm parques eólicos em nenhuma das suas áreas protegidas, senão diga, ao contrário do que faz Portugal. Está a entender? .....

..... E portanto eu vou-lhe dizer porque é que a energia eólica, e porque é que agora aparecem tantos algozes de pacotilha por todos os cantos e esquinas. Porque realmente é um grande negócio. E porque é que é um grande negócio? Em primeiro lugar, porque quem faz o investimento todo à volta das energias eólicas é o Estado, as linhas de alta tensão quem as está a construir é o Estado, não são os privados. Quem financia as torres aerogeradoras é o Estado, é a União Europeia, com o dinheiro de todos nós, não são os privados. Os privados apenas ficam com os 75%, 85%, 90%, para nós ficarmos com 10%! E o vento é todo nosso, não são só 10%! Está a perceber? .....

..... E eu vou-lhe dizer que o Distrito de Bragança é há muitos anos, há muitos mas muitos anos, produz muito mais energia do que aquela que gasta! E continua a ser dos mais atrasados neste País! Não tem portos de mar, não tem estradas, não tem auto-estradas! E tem seis grandes barragens a produzir a grande energia renovável de Portugal ao longo destes sessenta, setenta anos! E Agora explique-me aqui porque é que continuamos como estamos! Está a entender?.....

..... Era só isso Senhor Presidente.....

..... **Presidente da Mesa em Exercício** - Muito obrigado.....

..... Peço para não haver diálogo e vamos passar à votação deste ponto.....

----- **Após análise e discussão foi a mesma proposta submetida a votação tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com dois votos contra, treze abstenções e cinquenta e três votos a favor, estando momentaneamente sessenta e oito membros presentes.** -----

..... **Presidente da Mesa em Exercício** – Declarações de voto?.....

..... Luís Filipe faz favor.....

..... **Luís Fernandes** – O Grupo Parlamentar do PS absteve-se neste ponto, não porque esteja contra a energia eólica, não porque esteja contra a instalação do Parque na erra de Nogueira, mas sim porque nos surgiram dúvidas em relação principalmente a duas questões que nós aqui frisamos e que me pareceu que não foram devidamente explicadas pelo Senhor Presidente da Câmara. ....

.....Dúvidas em relação ao licenciamento, porque efectivamente este licenciamento não está, ainda, pelo menos publicitado em termos oficiais pela Direcção Geral de Energia, e dúvidas em relação ao concurso, porque, nós temos dúvidas de que tratando-se de terrenos públicos não seja necessário um concurso público para que as empresas possam em termos de igualdade concorrer ao mesmo espaço para explorar essa energia eólica. Portanto são essas as dúvidas que nos surgiram, e em relação a isso foi a nossa abstenção. ....

.....**Presidente da Mesa em Exercício** - Muito obrigado. ....

..... Senhor deputado Henrique Ferreira tem a palavra para uma declaração de voto.

.....**Henrique Ferreira** – Bom dia a todos. Senhor Presidente da Mesa em exercício, membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara e Vereadora, caros colegas, membros da Assembleia Municipal.....

.....Votei contra essencialmente pelas razões aqui apresentadas pelo meu colega de bancada Luís Filipe, mas também por culpa do Senhor Presidente da Mesa, porque não me deixou esclarecer uma dúvida que eu tinha, dúvida suscitada pela intervenção do Senhor deputado Luís Afonso e também pelo Senhor deputado da CDU.....

..... E essa dúvida obviamente tem a ver com uma coisa muito importante, que é justamente a posse dos terrenos onde são implantados os aerogeradores, a posse no futuro, porque já sabemos como é que essas coisas são, o tempo depois encarrega-se de dar posse a quem lá tem as coisas, e também porque.....

.....

.....Não é normal...passam cinquenta anos, passam setenta anos, as eleições vão passando... Portanto, basicamente por isto, e também porque acho sinceramente que 2,5% de benefício para as Juntas de Freguesia é muito pouco. Sinceramente, acho que temos de ser mais exigentes e acho que não temos de dar de graça os nossos recursos. Os nossos recursos são muito importantes, vão dar lucros a muita gente, e portanto temos de ser mais exigentes. ....

.....Mas por outro lado, porque culpei o Senhor Presidente da Assembleia pela minha abstenção, peço-lhe que leia o art.º 26.º, porque eu tinha toda a razão, e para a

próxima vez dê a palavra do pedido de esclarecimento a quem lha solicitar correctamente como foi o meu caso. ....

..... **Presidente da Mesa em Exercício** - Muito obrigado Senhor deputado. ....

..... Senhor deputado Luís Afonso, faz favor. ....

..... **Luís Afonso** – O PSD não podia ter outra tomada de atitude que não fosse votar favoravelmente esta proposta da Câmara, que significa desde logo o reforço da Instituição Câmara de Bragança, Vinhais e Macedo de Cavaleiros na futura empresa, e portanto naturalmente por via da produção do vento que é nosso, seguindo e acompanhando o investimento feito pela empresa que tem conhecimento tecnológico nesta área, a Câmara e naturalmente os cidadãos, e também as freguesias, vão ser ressarcidas desta vantagem. E a Câmara cresce aqui o ressarcimento desse investimento, dos futuros lucros, aumentando a sua quota no capital social, e portanto não podíamos fazer outra coisa que não fosse apoiar esta iniciativa da Câmara, que vai trazer vantagens para os cidadãos. ....

..... Eu gostaria de lançar aqui entretanto um raciocínio. O PS votou com abstenção esta matéria e eu vejo nos documentos que tanto a Câmara de Bragança... ..

..... **Presidente da Mesa em Exercício** - Senhor deputado, o Senhor está a fazer uma declaração de voto não está a fazer intervenção. Peço desculpa. ....

..... **Luís Afonso** - Obrigado. ....

..... **Presidente da Mesa em Exercício** – Não havendo mais declarações de voto a fazer passamos ao ponto seguinte... ..

#### **PONTO 4.3.4 – MUSEU IBÉRICO DA MÁSCARA E DO TRAJE. FIXAÇÃO DE TAXAS.**

----- Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara e previamente distribuída pelos membros.

## CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Directora do Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira da Câmara Municipal de Bragança:

Certifica que na Acta da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e oito de Maio do ano de dois mil e sete, devidamente aprovada, e com a presença dos Srs., Presidente, Eng.º António Jorge Nunes e Vereadores, Eng.º Rui Afonso Cepeda Caseiro, Arqt.º Armando Nuno Gomes Cristovão, Dr.ª Isabel Maria Lopes e Francisco Manuel Gonçalves, se encontra uma deliberação, do seguinte teor:

### **“ FIXAÇÃO DE TAXA - MUSEU IBÉRICO DA MÁSCARA E DO TRAJE**

Pelo Director de Departamento Sócio Cultural foi presente a seguinte informação:

“Verificando – se que após a publicação para efeitos de apreciação pública e recolha de sugestões, de acordo com o artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, e em cumprimento da deliberação tomada em Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia 12 de Fevereiro último, relativa à fixação da taxa de visita ao Museu Ibérico da Máscara e do Traje, e não havendo qualquer sugestão ou reclamação, propõe-se a aprovação do aditamento do artigo 16.º-A ao Capítulo V – APROVEITAMENTO DE BENS DESTINADOS A UTILIZAÇÃO DO PÚBLICO - da Tabela de Taxas e Licenças do Município de Bragança, com a seguinte redacção, bem como submeter à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos e para efeitos da alínea a) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

#### CAPITULO V

##### Artigo 16º- A

##### Museu Ibérico da Máscara e do Traje

##### 1 – Taxa de Visita:

- a) Por pessoa, incluindo crianças a partir dos 10 anos de idade: 1,00 €.

b) Por pessoa, incluindo crianças a partir dos 10 anos de idade, com entrada conjunta no Museu Militar: 0,75 €.

c) Grupos organizados, com um mínimo de 10 pessoas (escolas, e outros), desconto de 50 % sobre a taxa de visita devida.”

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, dos membros presentes, aprovar a referida proposta.

Mais foi deliberado, por unanimidade, dos membros presentes, submeter à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos e para efeitos da alínea a) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 13 de Junho de 2007.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier

..... **Presidente da Mesa em Exercício** – Senhor Presidente da Câmara, se quer apresentar o ponto, faz favor. ....

..... **Presidente da Câmara** - Muito obrigado Senhor Presidente.....

..... Não tive.....

..... **Presidente da Mesa em Exercício** - Senhores deputados, eu peço-lhes colaboração, mas nota-se aqui hoje uma certa agitação da Assembleia que não é normal...E eu agradeço um bocadinho mais de colaboração da parte dos Senhores.....

..... Não é correcto o Senhor Presidente da Câmara querer falar e não poder... não é correcta esta atitude. Peço desculpa, não me levem a mal, mas tenho que fazer uma chamada de atenção à Assembleia. Isto não é correcto. ....

..... Faz favor Senhor Presidente. ....

..... **Presidente da Câmara** – Muito obrigado Senhor Presidente.....

..... No ponto anterior não tive, se calhar não era necessário, mas se tivesse oportunidade podia ter feito algum esclarecimento. As Juntas de Freguesia recebem

3% não é sobre os lucros, é sobre a facturação bruta. É uma verba que não é irrisória, atenção, portanto façam as vossas contas. ....

.....Por outro lado, trata-se de um recurso endógeno, ou seja, a verdadeira aberração seria não estar atento a esta possibilidade em termos económicos e acima de tudo em termos ambientais. Há um desafio inquestionável para o futuro, para a sustentabilidade do planeta, que tem a ver com a produção de energias verdes e o homem saberá em cada momento, seguramente, fazer a conciliação entre a preservação do ambiente e a sustentabilidade a nível económico também, no nosso momento e das gerações próximas. Cada um tem que resolver bem, de forma consciente aquilo que lhe compete fazer no seu tempo. ....

.....A política actual, a nível nacional, avança, ou alinha pela política mais avançada neste âmbito das energias renováveis, onde a Europa marca posição. ....

..... A legislação em vigor concilia, não exclui à partida a instalação de aerogeradores nem na Reserva Ecológica Nacional, nem na Rede Natura, nem nas áreas protegidas. Define sim quais são os procedimentos a nível de incidências ambientais para que tal conciliação seja possível ou não. E é essa atitude de abertura, de inteligência, que se impõe manter e não o contrário. ....

.....Reafirmo, o licenciamento é do Governo, a atribuição de ponto de rede é do Governo, enquanto o nível não estiver a funcionar, a partir daí as regras de funcionamento são outras. Provavelmente a partir de 2008. ....

.....Quanto ao Museu Ibérico da Máscara e do Traje, o que é pedido ao Senhores deputados é que seja autorizada a fixação da taxa de visita ao Museu, respectivamente em 1€ para pessoas adultas, ou para pessoas a partir dos dez anos, aqui incluindo crianças a partir dos dez anos de idade, e 0,75€ para bilhete conjunto com o Museu Militar. Para grupos com um mínimo de dez pessoas, escolas e outros com um desconto de 50% sobre a taxa indicada. ....

..... **Presidente da Mesa em Exercício** - Muito obrigado Senhor Presidente. ....

..... Pedidos de esclarecimento? Quem se inscreve? .....

..... Faz favor Senhor deputado Henrique Ferreira. ....

..... **Henrique Ferreira** – Senhor Presidente da Câmara, talvez eu tenha percebido mal, mas percebi assim: .....

..... - Taxa normal – 1€; .....

..... Visita conjunto Museu da Máscara e Museu Militar – 0,75€.....

..... Visitas em grupo escolar 0,50€... ..

.....

..... **Henrique Ferreira** – 50% da redução sobre 1€. Portanto 0,50€. .....

..... Não acha que há aqui uma contradição? A visita a dois museus a 0,75 e visita a um Museu 1€? Ou então é confusão do texto... ..

.....

..... **Henrique Ferreira** - Exacto. Não, mas a contradição que eu encontrei foi essa, para um Museu 1€, para dois Museus 0,75€.....

.....

..... **Henrique Ferreira** - É a somar... pois, mas eu vi a contradição no texto, por isso é que eu chamei a atenção. Deve ser ou 1,50 € ou 1,75€. .....

.....

..... **Henrique Ferreira** – Ainda bem que explica isso agora. Portanto reduz para 0,75 porque depois acrescenta a outra. Ok. ....

..... **Presidente da Mesa em Exercício** – Mais inscrições para pedidos de esclarecimento?.....

..... Faz favor, Lídio Correia. ....

..... **Lídio Correia** - Senhor Presidente, eu tenho uma dúvida. Se a entrada for no Museu da Máscara e for no Museu Militar terá uma taxa, se for só num Museu terá outra. Eu não sei exactamente e gostaria que nos elucidasse, se é que há algum protocolo entre a Câmara e o Museu Militar. Mais, gostava de saber como é que está efectivamente a ser gerido neste momento o Museu da Máscara, e portanto queria saber qual é a relação que existe, por um lado entre a Câmara e o Museu Militar e por

outro lado entre o Museu da Máscara e o Museu Militar, e por outro lado como é que efectivamente neste momento está a ser gerido o Museu da Máscara. ....  
..... Obrigado.....

..... **Presidente da Mesa em Exercício** – Há mais inscrições para pedidos de esclarecimento?.....

..... Não há.....

..... Senhor Presidente tem a palavra.....

..... **Presidente da Câmara** – O Museu da Máscara está a ser gerido debaixo do Departamento Sócio Cultural, e descendo a um outro nível da Divisão Social e Cultural, com o pessoal considerado necessário. ....

..... Fizemos uma proposta aos responsáveis do Museu Militar para criarmos um bilhete conjunto, bilhete esse que pode ser eventualmente alargado à Fábrica da Igreja, responsável pela Igreja de Santa Maria no sentido de manter abertos os equipamentos dentro da Cidadela e numa visita conjunta, era o que nós gostaríamos que acontecesse e que num prazo aceitável conseguir dispor de equipamentos áudio, com informação adicional, de forma a que o turista levante o seu equipamento no Museu da Máscara, faça a sua volta pelo castelo, tenha as explicações necessárias, regresse, devolva o equipamento, o que é normal.....

..... Queríamos tentar esta evolução, que nos parece ser uma evolução ao nível daquilo que já se faz noutras zonas melhor estruturadas e organizadas neste âmbito. ...

..... **Presidente da Mesa em Exercício** - Muito obrigado Senhor Presidente.....

..... Não há mais pedidos de esclarecimento. ....

..... Já foram dadas as respostas. ....

..... Intervenções? .....

..... Inscrições para intervenções. ....

..... Lídio Correia, faça o favor.....

..... **Lídio Correia** – Por uma questão de princípio, nós na CDU pensamos que algumas taxas não têm qualquer razão de ser e esta até por uma razão acrescida. ....

..... Quer dizer, eu lembro-me que nalgumas das intervenções que aqui fiz sobre o Museu da Máscara, houve uma altura até, mais ou menos em tom jocoso, eu chamei

aquilo o “Sótão da Máscara”, e de facto por exemplo quando olho para aquilo, devo dizer, estão umas salinhas, salinhas exactamente, bonitas, muito envernizadas, com umas vitrinas, com umas máscaras e umas coisas. é óbvio que isto é uma questão muitas das vezes em termos estéticos, saber se se gosta mais ou se gosta menos, tecnicamente não tenho qualquer preparação para definir se aquilo está correcto, se não está correcto, mas para mim continua a ser uma casa muito pequena para a grandiosidade que será a questão cultural que é a máscara e tudo aquilo que ela envolve. E portanto acho que é uma casa demasiado pequena. ....

.....De tal forma pequena, que eu atrever-me-ia a dizer que quando se propõem a ir dez pessoas para visitar aquilo e até se reduz, eu acho que se devia aumentar, que era para evitar que houvesse muito aglomerado, porque se houver muita gente lá dentro, um dia destes algumas daquelas vitrinas poderão ir ao chão, e portanto não será fácil. ....

..... Portanto a nossa posição efectivamente é contra, até por uma outra razão fundamental, e esta mais a sério, que é a de que é uma estrutura que ainda não está consolidada, e portanto acho que deveríamos deixar consolidar o Museu e depois eventualmente pensar nisso e mais, pensar numa outra coisa, que é qual o papel do Museu Abade de Baçal e qual o papel do Museu da Máscara, quer dizer, nós não podemos ter dentro da Cidade instituições quase que voltadas de costas umas para as outras, e que não possam efectivamente resolver as questões e por isso mesmo nós vamos votar contra esperando que um dia venhamos a ter ou um espaço no Museu Abade de Baçal dedicado à Máscara ou efectivamente um verdadeiro Museu da Máscara. ....

.....E já agora permitam-me, porque isto trata-se de turismo e destas coisas todas, ainda voltando ao ponto anterior, o Senhor Presidente da Câmara confirmou exactamente a justeza das posições da CDU no que concerne aos parques eólicos e aquilo que temos vindo a dizer, que efectivamente desde que a lei o permita, desde que a lei o facilite, tudo pode ser instalado, tudo pode ser feito. Não há ambientalista nenhum que inviabilize o que quer que seja. O Senhor Presidente acabou de dizer que na Rede Ecológica, a Rede Natura...pode-se fazer isto. ....

.....**Presidente da Mesa em Exercício** - Senhor deputado, esse tema já está resolvido. Agradecia que passasse à frente.....

..... **Lídio Correia** - Eu sei que está resolvido. Mas fica aqui bem expressa a posição da CDU, mais moderna, mais actual, do que qualquer... eu diria quase que regateira da praça dos tempos do antigamente, nestes tempos de mercado. Percebeu Senhor deputado Luís Afonso? .....

..... **Presidente da Mesa em Exercício** - Muito obrigado. ....

..... Senhor deputado Nuno Reis tem a palavra. ....

..... **Nuno Reis** – Muito obrigado Senhor Presidente em exercício, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente da Câmara, Senhora Vereadora, Senhoras e Senhores membros da Assembleia Municipal.....

..... Muito rapidamente para manifestar o meu mais veemente repúdio pelas declarações prestadas aqui pelo deputado Lídio Correia. Tentar desvalorizar um equipamento com a qualidade que tem o Museu Ibérico da Máscara e do Traje, desvalorizar todo o conjunto de actividades que têm sido preconizadas pelo Executivo Municipal neste domínio, menosprezar aquilo que foi um investimento importante e que hoje se critica por ser demasiado pequeno, quando há menos de um ano atrás se criticava por não existir, Senhor deputado eu não posso deixar de manifestar aqui a minha mais veemente discordância. ....

..... Levando agora a questão ao ponto efectivo de votação que tem que ver com a votação ou não deste Regulamento de Taxas, bom, o PSD neste como noutros domínios entende que o princípio do utilizador/pagador deve ser salvaguardado.....

..... E portanto quem beneficia daquela utilidade, quem beneficia daquele equipamento, quem utiliza aquele tipo de infra-estruturas deve ser responsabilizado, deve ser chamado a contribuir na sua manutenção, e deve fazê-lo através do pagamento de uma taxa. ....

..... Se se conseguir criar uma espécie de interface, uma espécie de conjugação ou de sistema de coordenação entre os vários equipamentos culturais, não só da área da Zona Histórica, como também desta zona mais central ou do Centro Cívico da Cidade, parece-me uma sugestão óptima e que deve ser de aproveitar.....

..... De Qualquer forma, o sentido de voto do Partido Social Democrata neste ponto não podia deixar de ser o voto favorável.....

..... Obrigado.....

..... **Presidente da Mesa em Exercício** - Muito obrigado Senhor deputado.....  
..... Não há mais inscrições para intervenções.....  
..... Declarações de voto? Não há.....  
..... Passámos à votação. ....

----- Após análise e discussão foi a mesma proposta submetida a votação tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com um voto contra, onze abstenções e cinquenta e um votos a favor, estando momentaneamente sessenta e três membros presentes. -----

----- **Presidente da Mesa em Exercício** – Vamos passar ao -----

**PONTO 4.3.5 – REGULAMENTO DAS ZONAS DE ESTACIONAMENTO  
CONDICIONADO NA CIDADE DE BRAGANÇA;**-----

----- Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara e previamente distribuída pelos membros.

### **CERTIDÃO**

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Directora do Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira da Câmara Municipal de Bragança:

Certifica que na Acta da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia onze de Junho do ano de dois mil e sete, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Presidente, Eng.º António Jorge Nunes e Vereadores, Eng.º Rui Afonso Cepeda Caseiro, Arqt.º Armando Nuno Gomes Cristovão, Dr.ª Maria de Fátima Gomes Fernandes, Dr.ª Isabel Maria Lopes, Prof. António José Cepeda e Francisco Manuel Gonçalves, se encontra uma deliberação, do seguinte teor:

**“REGULAMENTO DAS ZONAS DE ESTACIONAMENTO CONDICIONADO  
NA CIDADE DE BRAGANÇA.**

Pela Divisão de Transportes e Energia foi apresentada a seguinte informação:

“Em fase da audiência dos interessados, conforme preceitua o n.º 1 do artigo 117.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º

442/91, de 15 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, foi auscultada a Polícia de Segurança Pública de Bragança e a Associação Comercial, Industrial e Serviços de Bragança, sendo que a primeira entidade propôs algumas alterações à redacção do projecto de Regulamento, de forma a evitar interpretações erradas do mesmo.

Mais se informa que, após a apresentação do projecto de Regulamento das Zonas de Estacionamento Condicionado na Cidade de Bragança na Reunião de Câmara do dia 22 de Janeiro de 2007, foi aprovada na Reunião de Câmara de 27 de Fevereiro de 2007, a proposta de alteração e ampliação das zonas de estacionamento condicionado.

Por último, informa-se que, na Reunião de Câmara de 28 de Maio de 2007, foi aprovada a atribuição de um dístico que permite a atribuição de 50% de tempo em vez de 50% de desconto na tarifa de estacionamento.

Assim, tendo por base as sugestões supra mencionadas, a Divisão de Transportes e Energia propõe a alteração dos artigos 5.º, 6.º, 7.º, 8.º, 9.º, 10.º, 11.º, 12.º e 13.º, bem como a inclusão do Anexo I, com a seguinte redacção:

**“Artigo 5.º**

**Utilização fora do horário de funcionamento**

Fora dos limites horários estabelecidos no n.º 2 do artigo 3.º, o estacionamento nessas zonas é gratuito e não está condicionado ao período máximo estabelecido no n.º 1 do artigo 3.º.

**Artigo 6.º**

**Isenções**

1 – Estão isentos do pagamento da taxa referida no n.º 2 do artigo 3.º:

a)(...);

b)(...);

c)(...);

d) Os veículos em operações de carga e descarga, dentro dos limites horários estabelecidos pela respectiva sinalização vertical para o efeito;

e)(...).

2 – (...).

3 – (...).

## **Artigo 7.º**

### **Título de estacionamento emitido pelo parcómetro**

Para estacionar no interior das zonas definidas no artigo 1.º, deverão cumprir-se as seguintes formalidades:

a)(...);

b)(...);

c)(...);

d) Quando o equipamento estiver avariado, o utente deverá adquirir o seu título de estacionamento na máquina mais próxima.

## **Artigo 8.º**

### **Selo de Residente**

1 – Serão atribuídos, para cada zona de estacionamento de duração limitada, dísticos especiais designados por Selos de Residente, que conferem a possibilidade de estacionar em qualquer lugar da zona da sua residência, sem pagamento de taxa de estacionamento, nos termos dos números seguintes.

2 – O selo deverá ser afixado no interior do veículo, no canto superior esquerdo do pára-brisas, com o rosto voltado para o exterior e de forma a serem visíveis todas as menções nele constantes.

3 – O Selo de Residente confere a possibilidade de estacionar gratuitamente o veículo do residente na zona que lhe seja atribuída, durante quatro períodos de uma hora, seguidos ou intercalados, à escolha do residente.

4 – A emissão ou renovação do Selo de Residente pressupõe o pagamento de uma taxa, prevista na Tabela de Taxas e Licenças do Município de Bragança, sendo válido por um ano.

5 – Só poderá ser emitido um Selo de Residente por cada fogo ou estabelecimento e por veículo.

6 – Os titulares são inteiramente responsáveis pela correcta utilização do Selo de Residente.

## **Artigo 9.º**

### **Atribuição do Selo de Residente**

Poderão requerer a atribuição de Selo de Residente qualquer pessoa singular cuja residência se situe numa zona de estacionamento condicionado, e:

a)(...); ou

b)(...); ou

c)(...); ou

d)(...).

#### **Artigo 10.º**

##### **Documentos necessários à obtenção do Selo de Residente**

1 – A emissão do Selo de Residente será feita pela Câmara Municipal de Bragança, mediante requerimento próprio dirigido ao Presidente da Câmara, que deverá ser acompanhado da apresentação de cópia dos seguintes documentos:

a)(...);

b)(...);

c)(...);

d)(...);

e)(...);

f)(...);

g)(...).

2 – (...).

3 – “revogado”.

#### **Artigo 11.º**

##### **Renovação do Selo de Residente**

1 – A renovação do Selo de Residente deverá ser requerida nos mesmos moldes do artigo anterior.

#### **Artigo 12.º**

##### **Devolução do Selo de Residente**

1 – O Selo de Residente deverá ser imediatamente devolvido sempre que se alterem os pressupostos sobre os quais assentou a decisão de emissão, nomeadamente em caso de mudança de residência ou substituição ou alienação do veículo.

2 – A inobservância do preceituado neste artigo determina a anulação do selo e a perda do direito a um novo selo.

#### **Artigo 13.º**

##### **Furto ou extravio do Selo de Residente**

Em caso de furto ou extravio do Selo de Residente, deverá o seu titular comunicar de imediato o facto, sob pena de responsabilidade pelos prejuízos resultantes da sua utilização indevida e perda do direito a novo selo.

(...)

## **ANEXO I**

### **Zonas de Estacionamento Condicionado**

<b>Zonas</b>	<b>Arruamentos</b>
A	Rua Abílio Bessa Rua dos Combatentes da Grande Guerra
B (*)	Rua 5 de Outubro Rua da República Rua Almirante Reis
C	Rua Emídio Navarro Rua Dr. Herculano da Conceição
D	Jardim António José de Almeida
E	Av. João da Cruz Praça Cavaleiro de Ferreira
F	Av. Sá Carneiro (no troço compreendido entre a Praça Cavaleiro de Ferreira e o Viaduto)

(\*) - Os residentes no Largo do Tombeirinho, na Travessa da Casa do Guarda e nas ruas do Paço, Dr. António Cagigal e Alexandre Herculano (no troço entre a Praça da Sé e a Rua 5 de Outubro), poderão requerer o Cartão de Residente para a Zona B.”

Informa-se ainda que decorreu o período de apreciação pública, vertido pelo artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo, do Projecto de Regulamento das Zonas de Estacionamento Condicionado da Cidade de Bragança, publicado em edital e afixado nos lugares de estilo.

Foi, ainda, auscultada a Polícia de Segurança Pública de Bragança e a Associação Comercial, Industrial e Serviços de Bragança

Da natureza das alterações acima indicadas, não resulta para os interessados a imposição de deveres, sujeições ou encargos, entendendo-se, salvo melhor e fundamentada opinião, dispensar novo período de apreciação pública.

Não tendo sido apresentadas quaisquer outras sugestões.

Propõe-se à aprovação da Exma. Câmara Municipal o Projecto de Regulamento na sua versão final, que a seguir se transcreve, a fim de ser submetido à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos previstos do art.º 64º, n.º 6, alínea a) e art.º 53º, n.º 2, alínea a) ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

## **REGULAMENTO DAS ZONAS DE ESTACIONAMENTO CONDICIONADO DA CIDADE DE BRAGANÇA**

Tendo em consideração a necessidade de estabelecer regras visando o bem-estar dos habitantes e as carências evidenciadas no dia-a-dia no que concerne ao estacionamento de superfície no centro da Cidade de Bragança, visa o presente Regulamento responder às necessidades de gestão deste serviço público e, desta forma, garantir também uma maior segurança, acessibilidade e conforto aos utentes.

### **Capítulo I**

#### **Princípios Gerais**

##### **Artigo 1.º**

##### **Âmbito de aplicação**

1 – O presente Regulamento será aplicado a todas as áreas ou eixos vários, seguidamente denominados “zonas”, para as quais seja aprovado pela Câmara Municipal de Bragança instituir o regime de estacionamento de duração limitada, de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 70.º do Código da Estrada, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 114/94, de 3 de Maio, com as alterações que lhe foram introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 2/98, de 3 de Janeiro, 265-A/2001, de 28 de Setembro, pela Lei n.º 20/2002, de 21 de Agosto, e pelo Decreto-Lei n.º 44/2005, de 23 de Fevereiro.

2 – A delimitação dessas zonas será deliberada em Reunião de Câmara, que fará parte integrante deste Regulamento como anexo.

##### **Artigo 2.º**

#### **Classes de veículos**

**Poderão estacionar nas zonas referidas no artigo anterior:**

a) Os veículos automóveis ligeiros, excepto os que ultrapassem os limites marcados no pavimento para cada lugar de estacionamento;

b) Os motociclos, ciclomotores e velocípedes com ou sem motor, nas áreas que lhe sejam reservadas.

### **Artigo 3.º**

#### **Duração, horários e taxas**

1 – O estacionamento nas zonas referidas no artigo 1.º ficará limitado a um período máximo de permanência de duas horas, durante o horário sujeito ao pagamento de taxa.

2 – Nas zonas referidas, o estacionamento fica sujeito ao pagamento de uma taxa estabelecida na Tabela de Taxas e Licenças da Câmara Municipal de Bragança, de Segunda-Feira a Sexta-Feira, das 9h00 às 12h00 e das 14h00 às 19h00, excepto aos feriados.

3 – O pagamento da taxa por ocupação de lugares de estacionamento não constitui a Câmara Municipal de Bragança em qualquer tipo de responsabilidade perante o utilizador, não sendo, em caso algum, responsável por eventuais furtos, perdas ou deteriorações dos veículos estacionados em zonas de estacionamento pago, ou de pessoas e bens que se encontrem no seu interior.

4 – A Câmara Municipal de Bragança poderá aprovar a venda de cartões pré-pagos com crédito de estacionamento e com desconto ao utilizador.

### **Artigo 4.º**

#### **Sinalização Rodoviária**

A sinalização das zonas de estacionamento de duração limitada, bem como a demarcação dos lugares de estacionamento, serão executadas de acordo com o Regulamento de Sinalização de Trânsito em vigor.

### **Artigo 5.º**

#### **Utilização fora do horário de funcionamento**

Fora dos limites horários estabelecidos no n.º 2 do artigo 3.º, o estacionamento nessas zonas é gratuito e não está condicionado ao período máximo estabelecido no n.º 1 do artigo 3.º.

### **Artigo 6.º**

#### **Isenções**

- 1 – Estão isentos do pagamento da taxa referida no n.º 2 do artigo 3.º:
- a) Os veículos pertencentes à Câmara Municipal de Bragança;
  - b) Os veículos em missão urgente de socorro ou da polícia, quando em serviço;
  - c) Os veículos dos deficientes motores quando devidamente identificados nos termos legais em vigor;
  - d) Os veículos em operações de carga e descarga, dentro dos limites horários estabelecidos pela respectiva sinalização vertical para o efeito;
  - e) Os veículos pertencentes a entidades que disponham de lugares privativos devidamente identificados.
- 2 – Só haverá lugar à isenção dos veículos referidos nas alíneas c), d) e e) do n.º anterior, quando estes se encontrem estacionados nos locais sinalizados para o efeito.
- 3 – Os lugares privativos mencionados na alínea e) do n.º 1 só poderão ser atribuídos para permitir o acesso aos utentes de entidades particulares cuja actividade se considere de especial relevância para a comunidade (designadamente estabelecimentos de saúde e farmácias).

## **Capítulo II**

### **Títulos de Estacionamento**

#### **Artigo 7.º**

##### **Título de estacionamento emitido pelo parcómetro**

Para estacionar no interior das zonas definidas no artigo 1.º, deverão cumprir-se as seguintes formalidades:

- a) Adquirir o título de estacionamento nos equipamentos destinados a esse efeito, com excepção dos casos previstos no n.º 1 do artigo 8.º;
- b) Colocar na parte interior do pára-brisas o título de estacionamento, onde conste o seu período de validade, de forma visível do exterior;
- c) Findo o período de tempo para o qual é válido o título de estacionamento exibido no veículo, o utente deverá abandonar o lugar ocupado;
- d) Quando o equipamento estiver avariado, o utente deverá adquirir o seu título de estacionamento na máquina mais próxima.

## **Capítulo III**

### **Residentes**

## **Artigo 8.º**

### **Selo de Residente**

1 – Serão atribuídos, para cada zona de estacionamento de duração limitada, dísticos especiais designados por Selos de Residente, que conferem a possibilidade de estacionar em qualquer lugar da zona da sua residência, sem pagamento de taxa de estacionamento, nos termos dos números seguintes.

2 – O selo deverá ser afixado no interior do veículo, no canto superior esquerdo do pára-brisas, com o rosto voltado para o exterior e de forma a serem visíveis todas as menções nele constantes.

3 – O Selo de Residente confere a possibilidade de estacionar gratuitamente o veículo do residente na zona que lhe seja atribuída, durante quatro períodos de uma hora, seguidos ou intercalados, à escolha do residente.

4 – A emissão ou renovação do Selo de Residente pressupõe o pagamento de uma taxa, prevista na Tabela de Taxas e Licenças do Município de Bragança, sendo válido por um ano.

5 – Só poderá ser emitido um selo de residente por cada fogo ou estabelecimento e por veículo.

6 – Os titulares são inteiramente responsáveis pela correcta utilização do Selo de Residente.

## **Artigo 9.º**

### **Atribuição do Selo de Residente**

Poderão requerer a atribuição de Selo de Residente qualquer pessoa singular cuja residência se situe numa zona de estacionamento condicionado, e:

- a) Seja proprietária do veículo automóvel; ou
- b) Seja adquirente com reserva de propriedade do veículo automóvel; ou
- c) Seja locatária em regime de locação financeira do veículo automóvel; ou
- d) Seja utilizador de veículo cedido por pessoa colectiva a que documente ter vínculo laboral mediante declaração específica.

## **Artigo 10.º**

### **Documentos necessários à obtenção do Selo de Residente**

1 – A emissão do Selo de Residente será feita pela Câmara Municipal de Bragança, mediante requerimento próprio dirigido ao Presidente da Câmara, que deverá ser acompanhado da apresentação de cópia dos seguintes documentos:

- a) Bilhete de Identidade;
- b) Cartão de contribuinte;
- c) Carta de condução;
- d) Recibo de aluguer, contrato de arrendamento ou caderneta predial comprovativa da propriedade do fogo;
- e) Recibo de água, telefone ou electricidade;
- f) Livrete do veículo;
- g) Título de registo de propriedade do veículo ou documento que comprove uma das situações referidas nas alíneas b) e c) do artigo anterior.

2 – No caso previsto na alínea d) do artigo anterior, o interessado deverá apresentar, em substituição dos documentos referidos na alínea g) do número anterior, declaração emitida pela pessoa colectiva proprietária do veículo que ateste que o mesmo está permanentemente afecto ao requerente, acompanhada do título de registo de propriedade do veículo ou outro documento que o substitua nos termos legais.

#### **Artigo 11.º**

##### **Renovação do Selo de Residente**

A renovação do Selo de Residente deverá ser requerida nos mesmos moldes do artigo anterior.

#### **Artigo 12.º**

##### **Devolução do Selo de Residente**

1 – O Selo de Residente deverá ser imediatamente devolvido sempre que se alterem os pressupostos sobre os quais assentou a decisão de emissão, nomeadamente em caso de mudança de residência ou substituição ou alienação do veículo.

2 – A inobservância do preceituado neste artigo determina a anulação do selo e a perda do direito a um novo.

#### **Artigo 13.º**

##### **Furto ou extravio do Selo de Residente**

Em caso de furto ou extravio do Selo de Residente, deverá o seu titular comunicar de imediato o facto, sob pena de responsabilidade pelos prejuízos resultantes da sua utilização indevida e perda do direito a novo selo.

#### **Capítulo IV**

#### **Regime Sancionatório**

#### **Artigo 14.º**

#### **Estacionamento proibido**

1 – É proibido o estacionamento nos casos previstos no artigo 71.º do Código da Estrada, nomeadamente:

a) Veículos destinados à venda de quaisquer artigos ou a publicidade de qualquer natureza;

b) Veículos de categorias diferentes daquelas a que a zona de estacionamento tenha sido exclusivamente afectada;

c) Por tempo superior ao estabelecido ou sem efectuar o pagamento da taxa fixados no presente Regulamento.

2 – A violação do disposto no número anterior é punível com coima no valor definido no Código da Estrada em vigor.

#### **Artigo 15.º**

#### **Bloqueio e remoção de Veículos**

1 – Podem ser removidos os veículos que violem o artigo 164.º do Código da Estrada, nomeadamente os que se encontrem:

a) Estacionados indevida ou abusivamente;

b) Estacionados ou imobilizados de modo a constituírem evidente perigo ou grave perturbação para o trânsito.

2 – Considera-se estacionamento indevido ou abusivo, qualquer situação prevista no n.º 1 do artigo 163.º do Código da Estrada, nomeadamente:

a) O de veículo, durante 30 dias ininterruptos, em zona de estacionamento isento do pagamento de qualquer taxa;

b) O de veículo, em zona de estacionamento condicionado ao pagamento de taxa, quando esta não tiver sido paga ou tiverem decorrido duas horas para além do período de tempo pago;

c) O de veículo que permanecer em local de estacionamento limitado mais de duas horas para além do período de tempo permitido.

3 – Para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 1 deste artigo, considera-se que constituem evidente perigo ou grave perturbação do trânsito, entre outros previstos no n.º 2 do artigo 164.º do Código da Estrada, os seguintes casos de estacionamento ou imobilização:

a) Em local destinado ao acesso de veículos ou peões a locais de estacionamento;

b) Em local destinado ao estacionamento de veículos de certas categorias, ao serviço de determinadas entidades ou utilizados no transporte de pessoas com deficiência;

c) Em local afecto à paragem de veículos para operações de carga e descarga ou tomada e largada de passageiros;

d) Em local que impeça o acesso a outros veículos devidamente estacionados ou a saída destes.

4 – Verificada qualquer das situações previstas neste artigo, as autoridades competentes para a fiscalização podem bloquear o veículo através de dispositivo adequado, impedindo a sua deslocação até que se possa proceder à remoção.

5 – As condições e taxas devidas pelo bloqueamento, remoção e depósito de veículos serão as constantes na Portaria n.º 1424/2001, de 13 de Dezembro.

#### **Artigo 16.º**

##### **Fiscalização**

A fiscalização do cumprimento das disposições do presente Regulamento será exercida pela Polícia de Segurança Pública ou outra entidade competente para o efeito nos termos da lei em vigor.

#### **Capítulo V**

##### **Disposições Finais**

#### **Artigo 17.º**

##### **Revogação**

São revogados todos os regulamentos e deliberações para as zonas de estacionamento de duração limitada aprovados anteriormente pela Câmara Municipal e Assembleia Municipal de Bragança.

## **Artigo 18.º**

### **Casos omissos**

Nos casos omissos, rege-se-á este Regulamento pelas disposições legais em vigor.

## **Artigo 19.º**

### **Entrada em vigor**

Este Regulamento entra em vigor 15 dias após a sua publicação no Diário da República.

## **ANEXO I**

### **Zonas de Estacionamento Condicionado**

<b>Zonas</b>	<b>Arruamentos</b>
A	Rua Abílio Bessa Rua dos Combatentes da Grande Guerra
B (*)	Rua 5 de Outubro Rua da República Rua Almirante Reis
C	Rua Emídio Navarro Rua Dr. Herculano da Conceição
D	Jardim António José de Almeida
E	Av. João da Cruz Praça Cavaleiro de Ferreira
F	Av. Sá Carneiro (no troço compreendido entre a Praça Cavaleiro de Ferreira e o Viaduto)

(\*) - Os residentes no Largo do Tombeirinho, na Travessa da Casa do Guarda e nas ruas do Paço, Dr. António Cagigal e Alexandre Herculano (no troço entre a Praça da Sé e a Rua 5 de Outubro), poderão requerer o Cartão de Residente para a Zona B.”

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, aprovar o Regulamento das Zonas de Estacionamento Condicionado da Cidade de Bragança.

Mais foi deliberado, por unanimidade, submeter o presente Regulamento à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos previstos do art.º 64º, n.º 6, alínea a)

e art.º 53º, n.º 2, alínea a) ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 13 de Junho de 2007.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier

..... **Presidente da Mesa em Exercício** – Senhor Presidente tem a palavra para apresentar o ponto.....

..... **Presidente da Câmara** – Muito obrigado Senhor Presidente.....

..... Permita-me um breve minuto ainda sobre o tema anterior.....

..... A verdade relativamente ao Museu Ibérico da Máscara é que ainda ninguém fez melhor. Eu consegui localizar uma pequena amostra num Museu Nacional Etnográfico na Hungria, com quem já estamos a estabelecer contactos, mas ainda não encontrei melhor. ....

..... Foi um bom investimento, um investimento de referência e que é preciso aumentar. Eventualmente, quem sabe se o projecto da Trajinha que tem um espaço dedicado ao Museu da história do Município não poderá vir a acolher uma situação dessas. Vamos ver, o futuro o dirá. ....

..... Quanto ao Museu Abade de Baçal a nossa perspectiva quando falei na integração no castelo, a perspectiva é de integração na cidade, é integrar na cidade. É esse trabalho que nós iremos fazer também divulgando um roteiro específico para a visita dos Museus da Cidade, o que irá incluir o Centro de Ciência Viva, o Museu Abade de Baçal e o Centro de Arte Contemporânea. ....

..... Naturalmente essa é a perspectiva que preside à orientação do Município, é de integrar tudo aquilo que é bom na cidade e que pode promover social e economicamente o desenvolvimento do nosso Concelho e da nossa Região.....

..... O Regulamento das Zonas de estacionamento condicionado na Cidade de Bragança, a proposta foi aprovada pela Câmara, colocada em discussão pública, recebeu alguns contributos, obteve na fase de aprovação da versão final alguns novos acrescentos da parte da Câmara Municipal. ....

.....Envolve o estacionamento condicionado na generalidade das ruas onde já existia, onde já existe, embora com a gestão absolutamente insuficiente, ineficaz, tanto em termos de policiamento como do próprio funcionamento do equipamento. ....

.....Temos: Rua Abílio Beça, Combatentes da Grande Guerra, 5 de Outubro, Rua da República, Almirante Reis, Emídio Navarro, Dr. Herculano da Conceição ( uma situação nova ), Jardim António José de Almeida ( também uma situação nova) - Lembro que muito próximo, está um parque de estacionamento, portanto não justifica manter uma situação de pressão excessiva naquelas condições em que os carros estão praticamente uns em cima dos outros -. Avenida João da Cruz, Praça Cavaleiro Ferreira, Avenida Sá Carneiro, no troço compreendido entre a Praça Cavaleiro Ferreira e o Viaduto. ....

.....O horário que está fixado é das nove às doze e das catorze às dezanove, excepto feriados. Entendemos que durante a hora de almoço é um período em que o comércio não necessita de ter espaço imediatamente disponível para que os seus clientes acedam às áreas comerciais, e esse horário é um horário importante e relevante para os residentes, para além do benefício e do incentivo que tem em termos de atribuição de tempo. ....

.....O Sistema de gestão é um sistema muito simplificado, através de um selo de residente, estudamos várias soluções, outras soluções que estão instaladas pelo país e concluímos no contacto e na análise com outras Câmaras Municipais, que a tendência vai neste sentido, facilitar a vida aos cidadãos, facilitar a vida também ao Município, mas principalmente aos cidadãos. ....

.....E no essencial sobre o regulamento que virá a substituir o actual Regulamento em Vigor, eu não tinha mais nada a acrescentar a não ser em fase de pedidos de esclarecimento.....

..... **Presidente da Mesa em Exercício** - Muito obrigado Senhor Presidente.....

..... Pedidos de esclarecimento?.....

..... Faz favor, deputado Vítor Pereira. ....

..... **Vítor Pereira** – Muito bom dia a todos. ....

..... Eu queria saber algumas coisas sobre este Regulamento.....

..... Queria perguntar ao Senhor Presidente qual é o valor em termos de hora, da taxa deste estacionamento? Primeiro do estacionamento à superfície e também do estacionamento dos parques. ....

..... Depois queria saber quais são as ruas do Centro da Cidade que neste momento não estão condicionadas? .....

..... Depois queria saber também qual foi o parecer da ACISB sobre este novo Regulamento. ....

..... E depois queria saber também qual foi a posição da PSP, que aqui diz-se que prestou alguns esclarecimentos, que nós não ficamos a saber muito bem quais são, qual foi no fundo a posição da ACISB neste novo Regulamento. Parece-nos importante ter este tipo de esclarecimentos. ....

..... **Presidente da Mesa em Exercício** - Muito obrigado. ....

..... Henrique Ferreira faça o favor. ....

..... **Henrique Ferreira** – É evidente que isto é um mal necessário e sobretudo em algumas artérias, mas a questão que se me coloca é a da praticidade ou exequibilidade, para se perceber melhor, deste Regulamento. Que está em vigor não está a ser executado, portanto a PSP não fiscaliza, há comerciantes na zona histórica da Cidade que não conseguem descarregar os seus bens, porque lá estão estacionados sistematicamente viaturas que não são controladas, e portanto a pergunta que eu faço é - qual é a garantia que temos, neste momento, de que este Regulamento é exequível? Portanto, de que a PSP adere à fiscalização deste estacionamento. ....

..... E depois, se não se prevê, nomeadamente para a zona histórica da Cidade e para as artérias mais estreitas, medidas acessórias para salvaguardar que o estacionante ocupe aquele espaço por pequenos períodos de tempo, porque é essa a filosofia deste projecto. ....

..... **Presidente da Mesa em Exercício** - Muito obrigado Senhor Deputado. ....

..... Senhor Presidente tem a palavra para responder.,.....

..... **Presidente da Câmara** – Resposta ao Senhor deputado Vítor Pereira - o valor da taxa horária quer para o estacionamento de superfície quer para o estacionamento

subterrâneo está no Regulamento de Taxas em vigor, não alteramos nada... não sei dizer-lhe o valor, é o que está no Regulamento, não trazemos nenhuma alteração nesse sentido. ....

.....Quais as ruas que não estão condicionadas - a esmagadora maioria das ruas da Cidade não estão condicionadas. ....

.....Vários comerciantes se têm dirigido à Câmara, até por escrito, no Centro histórico, o local que está em causa, solicitando que a Câmara seja eficaz na gestão do espaço público, no sentido do estacionamento, no sentido de que quem estaciona nesse espaço deve fazê-lo na medida do tempo estritamente necessário para resolver os seus problemas, para proporcionar maior rotatividade nesses espaços, que era essa uma das questões que colocava o Professor Henrique Ferreira, o que permite aos utilizadores pagar em períodos curtos, portanto penso que o processo está dimensionado para os períodos de quinze minutos, o que facilita bastante a rotatividade nesses espaços.....

..... A Posição da ACISB - a ACISB não respondeu neste processo, não deu qualquer contributo. A PSP deu contributos que foram integrados no Regulamento. ....

.....A garantia (outra questão que é importante, colocada pelo Senhor deputado Henrique Ferreira) - não importa fazer regulamentos por fazer regulamentos, é preciso que os regulamentos sejam úteis aos cidadãos e é preciso que sejam eficazes. E a eficácia aqui tem muito a ver com o policiamento, um dos aspectos que mais prejudica o sistema actual. Há outros aspectos da gestão insuficiente, claramente insuficiente, esses têm a ver com a autarquia. Há problemas de civismo, etc., há vários problemas misturados, mas o problema número um é o do policiamento. ....

.....Como resolvemos esse problema? Temos o acordo com a Polícia de Segurança Pública e a fiscalização será paga em regime de gratificações, é um processo de remuneração legal e é assim que vai funcionar com a garantia plena de que o policiamento vai ser eficaz e que as pessoas vão beneficiar da rotação inequívoca deste espaço. ....

..... **Presidente da Mesa em Exercício** - Muito obrigado Senhor Presidente.....

..... Quem se inscreve para intervir? .....

..... Faz favor Senhor deputado. ....

.....**José Castro** - Ora bem, relativamente a este tema nós sabemos que há um aspecto sempre muito crítico, a forma como gerimos e como dinamizamos este centro da Cidade que está ameaçado de graves problemas. Sabemos que tem sofrido bastante, nomeadamente destas grandes obras do PROCOM, que nós temos vindo a assistir a uma decadência cada vez mais acentuada do comércio tradicional e que não tem sido substituído por novo comércio que realmente venha cumprir a função que tem tido. ....

.....E por isso a posição da CDU vai no sentido de que o selo de residente não garante per si, de facto, a manutenção dos direitos adquiridos que os residentes tradicionais do centro da cidade sempre tiveram, aliás, o Regulamento diz que o sendo de residente confere a possibilidade de estacionar gratuitamente o veículo do residente na zona que lhe seja atribuída durante quatro períodos de uma hora, e eu não sei se isto diz respeito ou não a lugares marcados, julgo que não, se não forem lugares marcados só per si o selo de residente não garante nada, porque se o lugar estiver ocupado, por mais que o residente tenha realmente essa possibilidade, chega lá e não encontra o local, e portanto tem de ir para outro lado, e nesse sentido consideramos que os direitos dos poucos ainda residentes da zona central da cidade não estão garantidos. ....

.....**Presidente da Mesa em Exercício** - Muito obrigado Senhor deputado. ....

..... Senhor deputado Vítor Pereira se faz favor. ....

.....**Vítor Pereira** – Eu fiz uma pergunta ao Senhor Presidente, o Senhor Presidente acabou por não me responder. É evidente que eu lhe perguntei quais eram as ruas do centro da cidade, da zona histórica, Praça da Sé e toda a envolvente, não são as ruas da cidade, é evidente que o Bairro do Campelo mal seria que estivesse condicionado.... até fazia falta por causa do ISLA, como é evidente.

.....

.....**Vítor Pereira** - Ora bem falado. Falou bem a Senhora deputada... não venhas cá defender que também é preciso ao nosso bairro deitar-lhe as taxas para cima... pelo amor de deus, só fazia falta essa... Aliás eu sou contra estas quanto mais as do nosso Bairro. ....

.....Bom, Senhor Presidente, eu vou dizer algo que tem um bocado a ver também com aquilo que o deputado da CDU disse. É evidente que nós sabemos a crise porque passa o Centro da Cidade. Aquela Cidade que eu conheci quando fui estudante em Bragança, aquela cidade da minha meninice, aquela cidade em que eu vinha à Praça da Sé, tomava um café no Chave D'Ouro ou no Cruzeiro, infelizmente fechou também o Cruzeiro, aquela cidade não existe, aquela cidade, hoje, é uma cidade praticamente fantasma, e é evidente que este tipo de taxas, e foi por isso, não foi ingenuamente que eu lhe perguntei quais foram as ruas aqui do centro que estão ou não estão condicionadas, não foi ingenuamente que eu lhe perguntei, esta cidade agora não existe. ....

..... Eu se quiser estacionar e se quiser vir à Praça da Sé não venho, e não venho porquê? Porque não tenho condições para isso. E quanto mais agora que existem os ditos parques, as pessoas que querem pagar vão para os parques, estão feitos, já não há razão, na minha opinião, para metermos estacionamento condicionado no meio da cidade. Toda a gente se queixa. ....

.....Muito mais se queixam por exemplo os tais ditos transportadores de mercadorias, que muitas das vezes, coitados, até essas têm que ocupar, porque o espaço que lhes é reservado está praticamente sempre ocupado. E está ocupado porquê? Porque realmente as pessoas são obrigadas a transgredir, e é claro que assim, Senhor Presidente, esta cidade que nós entendemos e defendemos não é esta Cidade. ....

..... E como tal nós somos literalmente contra estas taxas. Não somos a favor! Achamos que em princípio foram justificadas até porque os comerciantes achavam que não havia estacionamento e portanto não havia os tais parques subterrâneos que hoje existem, e portanto se calhar tinham alguma viabilidade. Hoje não têm. ....

.....Como tal nós somos contra mas mesmo contra isto, porque nós não podemos defender algo que descaracterize aquela cidade, como eu disse no início da minha intervenção, que tanto defendo e penso que a maior parte das pessoas defendem também. E portanto, nós vamos votar contra. ....

.....Agora, Senhor Presidente, para acabar a minha intervenção. Há uma coisa aqui que me deixou um pouco perplexo e que me deixou com muitas dúvidas. ....

.....A PSP vai fiscalizar com gratificados! Como é que são esses gratificados? O rapaz está de folga, o PSP está de folga e vem ganhar um dia extra, como vai à bola por exemplo quando está de folga e ganha um ordenado extra ou horas

extraordinárias? Ou então o agente da PSP está em serviço e é-lhe dado um gratificado pela multa que aplica? É que isto é muito importante e convinha que nós ficássemos muito bem esclarecidos sobre isto. ....

..... A gente sabe, às vezes, até das inconveniências, muitas das vezes que os agentes da PSP fazem a esta pacata urbe, que muitas das vezes somos incomodados... ..

..... Ainda um dia destes num programa de rádio ouvia isso a propósito das esplanadas, quer dizer, se queremos uma cidade de turismo, se queremos uma cidade como já foi em tempos idos e depois as pessoas são incomodadas porque estão para lá das duas ou duas e dez da manhã a tomar um simples café, numa esplanada, pacatamente, a gozar digamos que os prazeres do verão. Quer dizer e agora nós seremos incomodados, e eu não estou aqui de maneira nenhuma contra a PSP, por um agente qualquer da PSP só porque está mal disposto ou porque quer arranjar uns trocos de um café, que me vai aplicar uma multa no meu carro. ....

..... Quer dizer, há aqui coisas que as pessoas têm que saber muito bem, e é muito complicado dizer uma coisa destas e portanto têm que ser esclarecidas, que tipo de gratificado é esse? Como é que isto vai funcionar? Acho que é importante o Senhor Presidente dar-nos esse esclarecimento. ....

..... **Primeiro Secretário da Mesa** - Muito obrigado senhor deputado. ....

..... Senhor Presidente de Junta, Paulo Xavier. ....

..... **Paulo Xavier** – Senhor Presidente da Mesa da Assembleia em exercício, Senhoras Secretárias - a presença aí do “Presidente de Junta” foi muito bem escolhida - Senhor Presidente da Câmara, Senhora Vereadora, Senhores membros da Assembleia, muito bom dia. ....

..... De facto este documento é um documento que mostrou aqui a preocupação da Câmara Municipal, de sensibilidade. Não é perfeito, sabemos que dificilmente um documento destes seria perfeito, não há tanto em Bragança como em nenhuma parte do mundo, mas tem aqui preocupação de sensibilidade. E sensibilidade no selo residente. Claro que depois também carece mais tarde de vir essa sensibilidade no caso de uma multa. A título de exemplo, nós sabemos que aquela zona é uma zona que tem alguma gente idosa, e que esta sensibilidade das quatro horas é perfeita. Claro que é preciso fazer uma boa gestão do espaço, essa preocupação. ....

..... A renovação do estacionamento para o comércio é importantíssima, é vital, o nosso comércio precisa dessa renovação.

.....Ao contrário do que diz o Vítor Pereira, que tem toda a legitimidade e é uma opinião, de que não deveria haver taxa naquela zona, eu reforço exactamente esta sensibilidade pelo selo de residente e também reforço pela sensibilidade de que para o comércio poder fazer também o seu negócio com muita mais fluência e que bem precisa, tem que haver uma renovação do estacionamento. ....

.....Portanto felicito este documento. Pese embora que depois a própria multa, tem que haver alguma sensibilidade, porque nas pessoas idosas pode acontecer, que esteja doente uma pessoa de sessenta e tal anos, pode estar doente e não pode levantar o carro. Claro que depois aqui quem faz o juízo da própria multa... é preciso ter aqui algum bocado de sensibilidade. Por isso é um bom documento Senhor Presidente. Não é o perfeito mas é aquele que pode dar. ....

.....Eu a título de exclusão, porque no capítulo das isenções diz assim no ponto 1, “estão isentos os pagamentos taxas referidas no n.º 2 do artigo 3.º” e depois diz a “alínea a) os veículos pertencentes à Câmara Municipal de Bragança”. E porque não também os das Juntas de Freguesia? Nós somos parentes pobres? Eu penso que tanto a Sé como Santa Maria poderiam ter e usufruir da mesma isenção. Somos autarquias, somos parceiros, eu acho que esta nota era uma nota que deveria constar exactamente neste Regulamento.....

..... Disse. ....

..... **Presidente da Mesa em exercício** - Muito obrigado Senhor deputado. ....

..... Senhor deputado Luís Afonso, tem a palavra. ....

..... **Luís Afonso** – A CDU provocou-me... tive que vir aqui. Provocou-me... pelo que tenho que dizer o seguinte. Mas penso que foi aquilo que disse e que me incentivou vir aqui fazer um comentário, uma intervenção, foi da seguinte nota, que de forma velada diz que as obras do PROCOM condicionaram e provocaram a diminuição do comércio tradicional. Deixe-me dizer-lhe que, na minha opinião, está completamente enganado. Quem condicionou o comércio tradicional nesta cidade e outras cidades do País foram as grandes superfícies, essas sim são um verdadeiro obstáculo... ..

- .....

..... **Luís Afonso** - Onde é que vou?.....  
Se calhar tenho que perguntar quem foi que em mil novecentos e oitenta e qualquer coisa, aprovou a instalação do DOMUS, mais tarde Feira Nova, quem foi que aprovou a instalação do Modelo em Bragança, quem foi que aprovou a instalação do LIDL em Bragança... Foi o PSD? Cuidado, essa expressão não era para mim. Essa expressão era para vocês. Foram vocês que aprovaram essas três grandes unidades em Bragança. ....

..... **Luís Afonso** - Então está mal ou está bem?.....

..... Está mal seguramente para o comércio tradicional, esse sim.... em Bragança. ....

..... Eu imagino que a CDU e o Lídio Correia dizia que às vezes podíamos vir aqui, e eu tenho que vir aqui... como é que era a expressão? - *“regateira da Praça”*- mas custa a acreditar nisto, quer dizer, aquele partido ali, que teve responsabilidades na Câmara de 89 a 97, para mal deste Concelho, teve responsabilidade na instalação das grandes superfícies comerciais em Bragança, volto a dizer, Feira Nova depois da DOMUS, LIDL e MODELO, foram essas as vossas decisões, foram essas, não foram do PSD. Eu não posso deixar e ficar calado e não vir aqui dizer isso. ....

..... Corro o risco sistematicamente de vir aqui exaltar-vos, chatear-vos, aborrecer-vos, incomodar-vos, e eu não queria vir aqui, mas essas expressões naturalmente oferecem-se naturalmente para que eu tenha que vir aqui dizer alguma coisa sobre esta matéria. Não é justo vir acusar a Câmara de Bragança, neste caso pela CDU, vir acusar a Câmara de Bragança de alguma responsabilidade... obras do PROCOM, ao dizer que as obras do PROCOM prejudicaram ou diminuíram o comércio tradicional, é esquecer que há outra realidade a montante, que são as superfícies comerciais, essas sim, é que são altamente penalizadoras do comércio tradicional. Ou já não se lembram de como estavam as ruas no centro da Cidade? E como é que hoje a cidade se apresenta? Qual é a categoria e qualidade dos arruamentos hoje? Qual é? Não tem nada a ver com o passado! Bem, é inegável, eu podia dizer aqui imensas coisas, mas uma coisa é certa, as obras do PROCOM numa colaboração entre a Câmara de Bragança e o Governo, a Câmara fazendo intervenção no espaço público e dignificou, criou aquilo que em Bragança não existia, os parques de estacionamento, também e

os comerciantes para fazerem as necessárias alterações de modernização nos seus espaços comerciais. ....

..... Cabe então reflectir-mos que se algum, e eu só queria sanear esta ideia, a vida está difícil para os comerciantes em Bragança mas por via das decisões da Câmara do Partido Socialista na gestão da autarquia e do Município de Bragança. E isso é um aspecto, é inegável, essa realidade não é escamuteável. Não é possível atribuir à Câmara do PSD essa prerrogativa. Eh pá façam o que quiserem, essa foi uma decisão vossa. ....

..... Dez anos não serviram nada.... Eu nem vou comentar isso porque enfim, ao Partido Socialista nada lhe agrada. É verdadeiramente uma força de bloqueio. Se a Câmara procura baixar as taxas de juro, é mau, voto contra. Se a Câmara procura deduzir o bilhete de 1€ para 0,75, está mal, voto contra, abstenho-me... é assim, verdadeiras forças de bloqueio. Não sabem verdadeiramente o que querem. O que não querem é que durante a gestão do PSD se faça bem, mais e melhor para os cidadãos de Bragança. Isso é que vocês gostariam que acontecesse o inverso. ....

..... Agora é importante lembrar que quando se procura regular o estacionamento, condicionando-o, o que se procura verdadeiramente é gerir o espaço para que ele esteja disponível para os cidadãos. Se assim não fosse, o estacionamento, hoje, na cidade de Bragança, no centro da Cidade, estaria muito mais difícil, porque cada um estacionava, ia de férias, deixava o carro estacionado na superfície a impedir que outros acessem ao espaço do centro da cidade. ....

..... Esta cidade já não é o que era há anos atrás... pois não... o Vítor Prada Pereira dizia que esta cidade já não era a que ele conhecia do tempo de estudante, os tempos são assim mesmo... mudam... mudam-se as coisas, muda-se. ....

..... Entretanto o que acontece é que passou muito tempo desde o tempo em que estudávamos em Bragança, já lá vão muitos anos e não é possível parar a evolução dos tempos. ....

..... Uma coisa é certa, o número de veículos que hoje circulam em Bragança não tem comparação em termos de quantidade com aquilo que circulava há trinta anos atrás, ou vinte e cinco anos atrás. ....

..... Entretanto também não é possível esquecer que a cidade cresceu, cresceu, não se limita como se limitou durante dezenas de anos a um espaço central que era a Praça da Sé. ....

..... Mas a Câmara de Bragança ao promover agora naturalmente, algumas alterações ao condicionamento do estacionamento na cidade, procura tão só verter um sentimento que é... é curioso, há aqui uma alteração ao vosso pensamento de aqui há uns anos atrás, quando a Câmara falava em regulamentos de estacionamento condicionado, vocês só diziam uma coisa, a Câmara quer dinheiro, quer taxas, quer cobrar... Olhem já um aspecto positivo que temos que registar na vossa posição, já não falam nisso, que a Câmara anda atrás aqui de trocados.....

..... A Câmara naturalmente e bem, procura regular e condicionar o estacionamento à superfície, exactamente na medida do possível, para favorecer o acesso dos cidadãos à zona Central da Cidade. Para quê? Para que os carros não possam estacionar mais de duas horas, tem que haver circulação para que haja liberdade de qualquer outro cidadão de Bragança ou de fora, que pretenda entrar no Centro da cidade, possa dispor de um lugar livre para estacionar.....

..... Nesse sentido, concordamos naturalmente com este Regulamento. É pena que não houvesse espaços suficientes e penso que no interesse da Câmara não seria de outra forma, que houvesse espaço suficiente para toda a gente, estacionar em liberdade, sem custos. Mas não é assim, o espaço que existe dentro do centro da cidade é limitado! E se é limitado tem que ser gerido de forma capaz para todos podermos aceder a ele. Para que todos possamos aceder a ele. E nessa forma quantos mais puderem aceder ao centro da cidade, mais se revitaliza, mais é possível circular no centro da Cidade, e portanto melhor condições existem também para o comércio tradicional no centro da cidade, contrariamente àquilo que é possível nos hipermercados, em que o estacionamento está sempre disponível. E essa não é uma dificuldade para os cidadãos.....

..... Por isso, nós, o PSD não podíamos fazer outra coisa senão naturalmente aprovar estas alterações do Regulamento, e não como dizia o Vítor Prada Pereira, que está noutra momento de discussão, as taxas. Não são taxas. Está-se a falar do regulamento e nós naturalmente vamos aprová-lo. ....

..... **Presidente da Mesa em Exercício** - Muito obrigado Senhor deputado. ....

..... **Presidente da Mesa em Exercício** - Senhor deputado eu não tenho aqui o seu nome e não me apercebi que tivesse pedido a sua inscrição. ....  
..... A Mesa, sim senhor, cede, mas não tínhamos aqui indicação da sua inscrição ....  
..... Faça favor.....

..... **Luís Silvestre** - De facto esta coisa dos hipermercados às vezes dá-me um bocado vontade de rir, porque é assim, estivesse o PS, estivesse o PSD, estivesse a CDU, estivesse o Partido que estivesse, hipermercados iriam existir, porque quem corre este País de norte a sul, sejam Câmaras da CDU, sejam Câmaras do PS, sejam Câmaras do PSD, há hipermercados. Portanto esse problema existe, infelizmente, ou felizmente para alguns existe, o que é preciso é minorar esses problemas no Centro da Cidade. ....

..... E sou de opinião exactamente igual ao que diz o Paulo Xavier, que isto não é um regulamento perfeito, e como não é perfeito podíamos fazer uma experiência. E a experiência seria a seguinte: seria, com o espaço actual que já está reservado para estacionamento condicionado vamos por a PSP a fiscalizar. Vamos ver como se reage a isso, vamos ver se ficam ou não ficam espaços livres, eu acredito que ficam, porque as pessoas agora sabem que ninguém paga, pagando o bilhete já vão evitar estacionar nesse sítio, já vão ficar zonas livres, mais os dois parques de estacionamento subterrâneos que estão sempre vazios, portanto acho que é estacionamento mais do que suficiente no centro da Cidade,.....

..... Portanto, acho que isto é que seria equilibrado, por uma razão muito simples, algumas pessoas que eu conheço, algumas do Politécnico, outras de outro sítio que moram nesta zona, afirmam que o jardim José de Almeida, aquele estacionamento serve para os residentes durante a noite, e que nos outros sítios eles têm que se levantar às oito e nove da manhã para tirarem a viatura do sítio, senão são multados. Portanto, estas zonas novas que são acrescentadas, na minha óptica, na óptica do Partido Socialista, não fazem falta. Não fazem falta, desde que a PSP, como o Senhor Presidente diz, e garante que vai aplicar o regulamento actual,.....

.....

..... **Luís Silvestre** - Mas o Senhor Presidente garantiu que neste novo a PSP vai actuar. Portanto que actue no existente, façamos um balanço, e depois sim voltamos a

ter esta discussão. Eu acho que aumentar a zona sem haver uma experiência de facto de ver se zonas que neste momento estão condicionadas, servem ou não servem, acho que é um erro.....

..... E nesse sentido nós vamos votar contra. Se fosse outra posição, talvez tivéssemos outra posição aqui nesta Assembleia. Vamos votar literalmente contra porque isso não é defender os comerciantes, ao contrário do que diz o Dr. Luís Afonso. Os hipermercados.....

.....

..... **Luís Silvestre** - Não, porque com o actual eu acredito que vai haver zonas livres. Vai porque na altura quando a PSP actuava havia zonas livres. Havia! Toda a gente se lembra nesta Assembleia, só quem não quiser ser sério... Lembra-se que quando a PSP actuava no actual regulamento, havia zonas livres. Só quem não quiser ver isso... E quem não se lembra! Porque isso é verdade! Se você está a dizer que não as pessoas de Bragança sabem que é verdade. A mim não me interessa a sua opinião. Interessa-me a opinião das pessoas, que sabem que é verdade! Portanto, ponham a PSP a fiscalizar o actual regulamento e depois voltamos a ter esta discussão.....

..... Mas pelos vistos a maioria é que manda, como vocês dizem - nós é que fomos eleitos pelo povo - a maioria toma essa posição... ..

.....

..... **Luís Silvestre** - Exactamente...mas eu não estou a dizer nada... Tomem essa posição, mas eu gostava de deixar esta reflexão que é bastante importante.....

..... Obrigado.....

..... **Presidente da Mesa em Exercício** – Muito obrigado Senhor deputado. ....

..... Tendo sido levantada aqui uma questão, o Senhor Presidente da Câmara quer prestar algum esclarecimento? .....

..... Faz favor. ....

.....

..... **Presidente da Mesa em Exercício** - Um esclarecimento? .....

..... Senhor Presidente, importa-se de esperar só um segundinho se faz favor?.....

..... Faz favor Senhor Lídio Correia.....

..... **Lídio Correia** – Senhor Presidente, muito rápido.....

..... Falou-se aqui de grandes superfícies, falou-se do LIDL, etc., e eu estava ali atrás e estava-me a lembrar, e como estamos a falar de estacionamento, eu acho que já fiz esta pergunta algumas vezes e continuo sempre com a mesma dúvida.....

..... A Estação Rodoviária não tem estacionamento. Eu queria saber é se o estacionamento do LIDL é da Câmara ou é do LIDL? O único sítio onde as pessoas na Estação Rodoviária têm para estacionar é no parque de estacionamento do LIDL, e temos que de uma vez por todas definir se aquilo é da Câmara, se é do LIDL, ou aonde os utentes da Estação Rodoviária vão estacionar?.....

..... E já agora lembrava ao Partido Socialista que não se esqueçam de ver a acta, que o PS votou a favor disto na Câmara.....

..... Obrigado.....

..... **Presidente da Mesa em Exercício**– Muito obrigado. ....

..... Senhor Presidente da Câmara faz favor. ....

..... **Presidente da Câmara** – Muito obrigado Senhor Presidente.....

..... O que está em causa é garantir a mais e melhor mobilidade para a cidade, mais conforto para os cidadãos, mais oportunidade para o comércio. A opinião dos cidadãos conta, e em democracia a opinião dos cidadãos é soberana. Porque de facto há momentos em que delega o poder temporariamente, mas há os momentos em que faz a confirmação, digamos, do desempenho do comportamento das pessoas em quem delegou esse poder temporariamente. E têm-no feito, têm reagido bem às políticas que temos implementado.....

..... Recentemente a Proteste num inquérito que fez, Bragança é um dos indicadores em que surge no primeiro lugar a nível de mobilidade dentro das cidades. São os cidadãos a reagir, a opinião deles só vale para uma coisa e não vale para outras? .....

..... Em 2005, o Jornal O Público, na altura que antecedeu as eleições autárquicas, nessa altura, foi publicando uma página inteira, boas práticas a nível nacional dos Municípios. E nós fomos contemplados como Município na área da mobilidade, em que apresentava as melhores práticas nesse âmbito.....

..... Significa assim que não é uma área em que a Câmara esteja distraída, desfasada e não saiba fazer. Sabemos fazer. É inquestionável que sim. De resto a preocupação de uma boa gestão dos espaços condicionados vem do lado dos residentes e vem do lado do comércio, reafirmo. E eles têm razão. Eles precisam de conseguir aceder em melhores condições a esse espaço. E para isso solicitam a quem de direito, que é a Câmara Municipal, que faça uma boa gestão. ....

.....É isso que nós queremos fazer. Uma gestão que tem em conta dois aspectos extremamente importantes, que é, por um lado, garantir a maior mobilidade no centro urbano, para quê? Para que mais pessoas consigam aceder ao comércio. Portanto é uma medida que vai ao encontro do interesse dos comerciantes. Por outro lado é a compatibilização com o interesse dos residentes. Ora, ao encontrar, primeiro lugar, durante a noite os residentes não precisam de ir estacionar os seus carros fora da zona, ao atribuir-lhes um tempo de desconto ou de permanência gratuita em zonas, - respondo agora já a uma das questões que tinha sido colocada - um residente obtém um selo que lhe identifica uma zona de estacionamento, e dentro dessa zona de estacionamento procura com liberdade. Já não pode ir estacionar a outra zona. ....

.....Acresce ainda que esta modalidade facilita muito a vida aos cidadãos. Um professor, por exemplo, que trabalhe fora de Bragança e que dá aulas só a meio da manhã, precisa de sair de casa às dez da manhã. Não tem que se levantar para retirar o carro. Vai obter o benefício de isenção de tempo na hora que lhe dá mais jeito. ....

..... Há um professor que chega mais cedo e sai cedo, quer beneficiar da isenção no início da tarde, vai meter as suas horas de isenção no final da tarde. ....

.....Portanto é uma modalidade extremamente flexível, simples para os cidadãos, com uma vantagem relativamente ao sistema actual, o sistema actual é um processo que obrigava a ir à máquina, ia buscar a redução da tarifa na máquina. Este processo não obriga a ir a máquina nenhuma, só vai uma vez por ano à Câmara Municipal, portanto é um processo muito simples para o cidadão. ....

..... Foi essa a nossa preocupação, encontrar o melhor, já agora, que os cidadãos consideram que estamos no topo a nível da mobilidade e das políticas de mobilidade e que também o Jornal “O Público” na avaliação que os seus especialistas o considerou,

nós queremos continuar a manter essa posição fazendo o melhor. É o que estamos a fazer com esta medida.....

.....A questão dos gratificados, ela é feita nos termos da Lei, a Lei é nacional neste âmbito, nós não fazemos a Lei para orientar a remuneração da Polícia, como deve compreender, nem o podíamos fazer, nem o podíamos subverter, nem podíamos pedir o impossível. ....

.....A remuneração está publicada, desta forma de gratificados, no Diário da República, tem um valor actual de 26,89€ por turno de quatro horas/homem, esses são os indicadores, portanto a Câmara vai fazer no âmbito da colaboração com a Polícia, aquilo que se impõe, garantindo operacionalidade e eficácia na fiscalização.....

.....Quanto à qualidade da Cidade e do centro da Cidade, eu pedia aos Senhores deputados o seguinte, na sexta feira projectámos um mapa da zona norte, no que diz respeito ao índice de carência económica e verificaram que havia uma mancha amarela aqui para o interior e depois havia meia dúzia de manchas amarelas no litoral da zona norte. Essa corresponde à avaliação por parte do Instituto Nacional de Estatística, dos Municípios que em termos económicos estão melhores, municípios, não é a Câmara, é o Município, os cidadãos. E isso é uma boa prova de quê? De que os cidadãos são activos, são capazes, são empenhados, envolvem-se de forma estruturada e adequada na economia e conseguem gerar e criar riqueza. ....

.....Não insultem os comerciantes de Bragança. Os comerciantes de Bragança fizeram aquilo que outros comerciantes noutras terras não foram capazes de fazer. Envolveram-se de forma muito intensa e generalizada no processo de requalificação e renovação dos seus espaços comerciais, diversificando inclusive os negócios, o que lhes permitiu resistir de facto e bem, e bem, a um processo de licenciamento excessivo de espaços comerciais na cidade. Quatro espaços de médias/grandes superfícies de uma só vez nesta cidade. Vila Real passou quantos anos com um só espaço comercial? Zamora, com o triplo da população esteve quantos anos com um só espaço? O nosso comércio apanhou de choque de uma só vez com quatro. ....

..... Tiveram de facto, e a Câmara foi parceira, esteve ao seu lado, a oportunidade de se envolver, aproveitar instrumentos de política financeira para renovar o comércio, e fizeram-no muito, muito bem. Não me canso de o dizer. Os nossos comerciantes não foram retrógrados, tiveram uma atitude de risco, avançada, ousada e de modernidade. Parabéns para os comerciantes. E eu sei que eles estão do lado da Câmara, como o demonstraram desde que a iniciativa iniciou.....

.....Faltava-me uma breve resposta a um dos senhores deputados, o aumento de lugares de estacionamento. Não estamos a fazer como vos referi um aumento expressivo em termos de aumento de lugares de estacionamento. ....

.....Quando falamos na zona da Avenida João da Cruz, Estação Rodoviária , na Avenida João da Cruz estão os mesmos lugares. O projecto de renovação da Avenida João da Cruz, que oportunamente aqui voltará, vai manter os mesmos lugares e vai vir e vai conquistar a vossa posição e aposição dos cidadãos e dos comerciantes, não tenho dúvida. ....

.....Há um número restrito de estacionamentos junto da Estação Rodoviária, junto daquela pequena praça de táxis, que está sempre ocupada por gente que vai de manhã cedo, estaciona os carros. E então quem vai à Estação Rodoviária não precisa desse espaço disponível para estacionar um bocadinho de tempo, acompanhar a pessoa à bilheteira, entregar as bagagens? É absolutamente indispensável fazê-lo! Porque de facto o parque de Estacionamento do Lidl, lamentavelmente, lamentavelmente... não é um espaço público. ....

.....Quando eu entrei para a Câmara, no dia em que estava a tomar posse a seis de Janeiro de mil novecentos e setenta e oito, estava a ser iniciada a demolição do antigo matadouro e das instalações onde estavam instalado os serviços de limpeza e de jardins da Câmara, com dezenas e dezenas de trabalhadores, com imenso equipamento e ninguém sabia onde colocar nem os trabalhadores, nem o equipamento. ....

.....Hoje, se esta situação acontecesse seria objecto de uma actuação imediata por parte das autoridades. Não tenho dúvida de que seria assim. Portanto, nós não conseguimos travar isso. ....

..... Como resolver o problema do estacionamento? Nós pensamos que há uma possibilidade, que não é das melhores, mas não é uma má possibilidade, e que é, o terreno vago que está na Zona da Mãe D`Água, imediatamente a seguir ao módulo de mercadorias, é um terreno público, é um terreno que está livre. Não há outro terreno mais próximo. ....

.....Naturalmente que eu compreendo a preocupação do deputado Lídio Correia. Ali é que era por excelência o lugar para ter um parque de estacionamento de superfície de apoio à estação rodoviária. Não havia outro em mais lado nenhum. ....

.....Portanto a reflexão tinha que ir nesse sentido, não era licenciar mais uma superfície comercial. A superfície comercial podia ter sido licenciada em tantos outros

sítios da Cidade ou nem sequer ser licenciada. Importante era ter pensado no futuro e ter preservado um espaço capaz de estacionamento público, livre de apoio à estação rodoviária. Isso não foi conseguido lamentavelmente. ....

.....Aumenta o estacionamento na Rua Dr. Herculano da Conceição, onde estão as finanças. É absolutamente indispensável para os cidadãos que acedem a esse serviço público, disporem de espaço onde estacionar, próximo. As pessoas solicitam-nos que esse espaço, que é um pequeno espaço, seja colocado em situação de estacionamento condicionado.....

..... O jardim José de Almeida, tem um parque de estacionamento subterrâneo ao lado, próximo, as pessoas podiam estacionar lá. O que seria desejável, o que seria desejável do meu ponto de vista, era que aquela barreira de carros estacionados à superfície não quebrasse a ligação entre aquele espaço verde do jardim José de Almeida e o Corredor verde do Fervença. Isso é que seria o desejável, eu acho que é nesse sentido que se há-de caminhar um dia. Hoje vamos caminhar no sentido de que aquela anarquia absoluta de estacionamento de qualquer forma e de qualquer feitio seja corrigido. ....

..... **Presidente da Mesa em Exercício** – Muito obrigado senhor Presidente.....

..... Vamos passar à votação. ....

----- **Após análise e discussão foi a mesma proposta submetida a votação tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com catorze votos contra, duas abstenções e cinquenta votos a favor, estando momentaneamente sessenta e seis membros presentes. -----**

..... Declarações de voto? .....

..... Henrique Ferreira faça o favor. ....

..... **Henrique Ferreira** – Eu tinha de me abster, primeiro porque em concordância com a nossa votação em Dezembro que foi de abstenção, esta votação devia ser de abstenção. Segundo, porque eu próprio reivindiquei já várias vezes nesta Assembleia uma melhor actuação sobre as zonas de estacionamento condicionado. ....

.....Por outro lado também, há na proposta da Câmara uma pequena falha, que motivou a abstenção também, é a falha de que não há previsão para uma articulação entre as zonas de estacionamento condicionado e os parques. ....

.....Portanto o preço das zonas de estacionamento condicionado ao ar livre e as dos parques fechados tem de ser articulado de modo a que as pessoas sejam induzidas a procurar os parques como forma de aliviar a cidade. E isto não está previsto. ....

.....Portanto, por estas três razões eu tive de me abster. ....

.....Há uma quarta razão, que é esta, eu não acredito que o PS quando venha a ser Câmara, vá retirar as taxas de estacionamento condicionado. ....

.....**Presidente da Mesa em Exercício** – Vítor Prada faça o favor. ....

.....**Victor Pereira** - Dizer simplesmente que cada um no seu tempo tem que assumir as suas responsabilidades. O PS quando for Câmara Henrique também há-de assumir as suas responsabilidades. Isto para iniciar o intróito, para dizer ao Luís Afonso que o PS assume as responsabilidades quando foi da altura das grandes superfícies. A si, Senhor Presidente de Câmara, também tenho que lhe lembrar que a verdade às vezes dói, mas é verdade, a Central de Camionagem nunca esteve programada para onde está, a central de camionagem era onde é hoje a pousada de juventude. Era aí que o Dr. Mina programou a central de camionagem, e como tal, a verdade às vezes dói, mas é verdade. E é isto que às vezes o Henrique, o mais antigo desta Assembleia, e então no Grupo do PS é o decano, devia às vezes lembrar também estas coisas, porque era importante dizer isto. ....

.....Depois dizer que nós assumimos essa responsabilidade, mas, vocês também, Luís, também têm que assumir a vossa responsabilidade porque o futuro há-de-nos dizer alguma coisa sobre isso, as obras do PROCOM que o Lídio referiu aqui, são obras que no futuro, espero bem que alguém as venha alterar. É essa a minha posição e a posição do PS. Mas também tem que assumir isto. Isto de querer fazer de uma cidade média, uma pequena cidade de província, uma grande cidade e querer fazer as mesmas coisas para imitar, na nossa opinião, não nos parece bem. Não nos parece bem.

..... E mais, ao contrário do que foi dito aqui, eu ouvi no Teatro Municipal há bem pouco tempo, há bem pouco tempo, ouvi posições de comerciantes quase que implorando, só lhes faltou porem-se de joelhos, a pedirem ao Senhor Presidente da

Câmara que não fizesse à Avenida João da Cruz, o mesmo que fez em baixo, junto aos correios, na Praça da Sé e na Rua Direita. Isto porquê? Eles lá sabem porquê. Eles sabem que foram prejudicados e de que maneira, e de que maneira, nos seus negócios. Basta ver as casas que havia de comércio na zona da Praça da Sé.....

..... **Presidente da Mesa em Exercício** - Senhor deputado.....

..... **Vítor Pereira** - Eu só estou... Eu sei Senhor Presidente onde é que o Senhor quer chegar, mas eu só estou a fazer exactamente aquilo que os meus distintos colegas de Assembleia fizeram. E nomeadamente o Senhor Dr. Luís Afonso que veio aqui e utilizou a declaração de voto para fazer uma autêntica declaração política a atacar, essencialmente a CDU. E portanto eu acho que também tenho o direito de fazer exactamente a mesma coisa. Penso eu.....

..... **Presidente da Mesa em Exercício** - Eu chamei a atenção do Dr. Luís Afonso e por isso também lhe chamo a si. Agradeço que termine.....

..... **Vítor Pereira** - E portanto dizer que nós somos a favor de uma cidade média, de uma cidade pacata, de uma cidade que tenha identidade, de uma cidade onde as pessoas se sintam bem, onde as pessoas gostem de vir para o centro. Que neste momento não vêm, todos nós sabemos porquê. Por isso mesmo nós votamos contra isto... ..

..... **Presidente da Mesa em Exercício** - Muito obrigado.....

..... Não há mais inscrições para declarações de voto. ....

..... Vamos continuar.....

#### **PONTO 4.3.6 – ALTERAÇÃO AO QUADRO DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA;** -----

----- Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara e previamente distribuída pelos membros.

## I - CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Directora do Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira da Câmara Municipal de Bragança:

Certifica que na Acta da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia onze de Junho do ano de dois mil e sete, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Presidente, Eng.º António Jorge Nunes e Vereadores, Eng.º Rui Afonso Cepeda Caseiro, Arqt.º Armando Nuno Gomes Cristovão, Dr.ª Maria de Fátima Gomes Fernandes, Dr.ª Isabel Maria Lopes, Prof. António José Cepeda e Francisco Manuel Gonçalves, se encontra uma deliberação, do seguinte teor:

### **“QUADRO DE PESSOAL - CRIAÇÃO/EXTINÇÃO E RECLASSIFICAÇÃO DE LUGARES:**

Pelo Sr. Presidente foi apresentada a seguinte proposta, elaborada pelo Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira que a seguir se transcreve

“Com a presente proposta pretende-se:

#### PROPOSTA DE CRIAÇÃO/EXTINÇÃO E RECLASSIFICAÇÃO DE LUGARES:

1. Preparar o Quadro de Pessoal de forma a facilitar o enquadramento no Sistema de Avaliação de Desempenho (SIADAP);
2. A dotação de Recursos Humanos necessário ao desenvolvimento das actividades das actuais e novas infraestruturas, nomeadamente, Piscinas Municipais, Centro de Arte Contemporânea Graça Morais e Museu Ibérico da Máscara e do Traje;
3. No âmbito da gestão de Recursos Humanos e face às necessidades que vieram a verificar-se no desenvolvimento normal das actividades dos serviços, há pessoal desajustado funcionalmente que urge reclassificar;
4. Extinguir os lugares considerados não necessários para o desenvolvimento normal das actividades dos serviços, no âmbito das competências do Município;

5. Prevendo-se a entrada em vigor, em Janeiro de 2008, de diploma que vem definir e regular os regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas, bem como a definição do regime jurídico-funcional aplicável a cada modalidade de constituição da relação jurídica de emprego público, não se procede agora à reestruturação orgânica, porque esta será efectuada à data da entrada em vigor das novas regras.

6. A presente proposta não contraria o disposto no n.º 2 do art.º 15.º da Lei n.º 53-A/2006, de 29 de Dezembro (Orçamento do Estado para 2007).

Assim, considerando o disposto na alínea a) do n.º 6 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, proponho a aprovação da presente proposta que se anexa e que aqui se dá por integralmente transcrita para produzir todos efeitos legais.

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a referida proposta.

Mais foi deliberado, por unanimidade, submetê-la à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea o) do n.º 2 do art.º 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 13 de Junho de 2007.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier

## II - ANEXOS



















### III - CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Directora do Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira da Câmara Municipal de Bragança:

Certifica que na Acta da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e cinco de Junho do ano de dois mil e sete, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Presidente, Srs., Presidente, Eng.º António Jorge Nunes, e Vereadores, Eng.º Rui Afonso Cepeda Caseiro, Arqt.º Armando Nuno Gomes Cristóvão, Dr.ª Maria de Fátima Gomes Fernandes e Sr. Francisco Manuel Gonçalves, se encontra uma deliberação, do seguinte teor:

**“QUADRO DE PESSOAL - CRIAÇÃO/EXTINÇÃO E RECLASSIFICAÇÃO DE LUGARES: ALTERAÇÃO À PROPOSTA APRESENTADA EM REUNIÃO DE CÂMARA 11 DE JUNHO DE 2007.**

Pelo Sr. Presidente foi apresentada a seguinte proposta de alteração à proposta apresentada em Reunião de Câmara realizada no dia 11 de Junho do corrente ano, propondo-se que sejam criados mais dois lugares de Técnico Profissional de Animação Cultural, em substituição de dois lugares, de Auxiliar Administrativo, dado o perfil destes técnicos profissionais, melhor se ajustar ao perfil das actividades a desenvolver no Centro de Arte Contemporânea Graça Morais.

Com esta alteração, a proposta final continua a não contrariar o disposto no n.º 2 do art.º 15.º da Lei n.º 53-A/2006, de 29 de Dezembro (Orçamento do Estado para 2007).

Assim, considerando o disposto na alínea a) do n.º 6 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, proponho a aprovação da presente proposta que se anexa e que aqui se dá por integralmente transcrita para produzir todos efeitos legais”.

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a referida proposta.

Mais foi deliberado, por unanimidade, submetê-la à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea o) do n.º 2 do art.º 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 26 de Junho de 2007.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier

#### **IV – ANEXOS**

















.....**Primeiro Secretário da Mesa** – Eu aqui lembro o seguinte, nós distribuimos à última da hora uma segunda certidão vinda da Câmara que altera dois dados da primeira certidão que distribuimos. Entregámos por protocolo aos líderes das bancadas e para os restantes não tínhamos tempo e pusemos ali à disposição fotocópias para as pessoas levantarem se assim o entendessem. ....  
.....De qualquer maneira eu muito rapidamente dou a indicação. No quadro 1, no Técnico Profissional, onde estava 1 serão 3. No quadro 3, auxiliar Administrativo, onde estão 3 passa a ser 1, portanto há aqui uma troca. ....  
.....São as únicas alterações.....  
.....Perante isto, Senhor Presidente da Câmara, faz favor, tem a palavra para apresentar este ponto.....

.....**Presidente da Câmara** – Muito obrigado Senhor Presidente pela ajuda. ....  
.....Quero só dizer ao Senhor deputado Vítor que na verdade aquilo que referiu da previsão da localização da estação rodoviária não é correcto, e vou-lhe explicar porquê. ....  
.....No tempo do Dr. Mina, eu cito o nome, não o cito com reserva absolutamente nenhuma, ele tem consciência disso, eu também tenho a minha consciência absolutamente tranquila, fez aquilo que lhe competia fazer e que pode fazer, e de acordo com a ajuda que teve no seu tempo, e respeito-o em absoluto por isso. Não o posso penalizar absolutamente em nada. Não o fiz, não o quero fazer. ....  
.....Nessa altura foi aberto um concurso de ideias para a elaboração do projecto da estação rodoviária e esse concurso de ideias tem um projecto, que está exactamente onde estava o estaleiro da Junta Autónoma de Estradas. Era lá. Não era em mais sítio nenhum, era lá. ....  
.....Em fase posterior, já comigo na Câmara avaliamos outras alternativas, entre elas essa zona, já foi uma proposta nossa junto da Direcção Geral de Transportes Terrestres no sentido de avaliar essa possibilidade. Iniciamos ainda algumas negociações. ....  
.....Imediatamente a seguir e no âmbito do concurso de ideias que preparamos para o prolongamento da Avenida Sá Carneiro, com a construção do túnel, decidimos nesse processo perspectivar o aproveitamento de superfície para a estação rodoviária.

Essa é que é a realidade do processo. Fica esse registo que me parece ser necessário também para vossa informação. ....

.....Eu estou convencido é que o que os cidadãos pretendem é que o Município faça bem. A Câmara no seu todo, os Vereadores no seu conjunto, do PSD e do PS, encontrem em cada decisão as melhores soluções, que a Assembleia Municipal também encontre as soluções mesmo no quadro da divergência política e ideológica necessária, encontrem as soluções melhores para o desenvolvimento e para o futuro do Concelho. ....

.....Eu acredito face a algumas observações que aqui hoje foram feitas, eu vou assumir um desafio que é de preparar, com algum tempo, um quadro de comparação de algumas situações, entre o que eram e o que são. Farei isso num momento, não sei quando, mas para apresentar à Assembleia Municipal. ....

.....A Revisão do Quadro de Pessoal, trata-se de uma intervenção muito restrita e muito restrita porque vai haver alterações importantes de legislação no final do ano, início do próximo ano, sobre as quais não sei precisar qual é a natureza das mesmas, mas que vai mexer com o Quadro do Município. E portanto por isso, mesmo sentindo a necessidade de intervir nalgumas situações a nível das estruturas de Direcção, etc., decidimos não introduzir essa matéria nesta proposta por eventualmente ela ser descabida face a legislação que vai ser publicada. ....

.....Assim, e tendo em conta algumas necessidades imediatas, relacionadas com o funcionamento dos serviços, nós decidimos trazer-vos uma proposta que envolve criação de alguns lugares, supressão de outros. ....

..... Uma proposta por parte do Departamento Sócio-Cultural para o Sector de Acção Social. Sentimos que nesta área precisamos de reforçar, precisamos de mais um quadro, temos dois quadros, estão preenchidos, está um concurso a decorrer e precisamos de contratar mais um quadro. ....

..... Porque só a Comissão de Protecção de Menores em Risco absorve um quadro superior. A Comissão tem estado a funcionar com pessoas destacadas do serviço de emprego, ou em estágios profissionais, e essa não é uma medida adequada, portanto precisamos de um quadro nesse sector, que faça esse serviço e eventualmente complemente outras necessidades do Município. ....

.....Temos também uma proposta da parte deste sector, sector cultural, face à criação de novas infra-estruturas, o Centro de Arte Contemporânea, Museu da Máscara e instalações desportivas, de criar cinco lugares de técnico-profissionais, e

alguma extinção naturalmente. Há três técnicos de animação cultural, tínhamos previsto na proposta anterior dois Auxiliares Administrativos, não era o perfil adequado para o desempenho de funções no Centro de Arte Contemporânea. O perfil de Técnico de Animação Sócio-Cultural, é o perfil que melhor se ajusta ao funcionamento deste equipamento, acrescentando ainda que a diferença de vencimento é muito reduzida. Não podemos exigir a um auxiliar administrativo que fale inglês ou que fale francês, ou solicitar preferencialmente essa qualidade. Já um técnico de animação seguramente tem essas qualidades. Portanto, estávamos a fazer uma má escolha em termos de afectação de recursos deste equipamento. ....

.....O mesmo para o Museu da Máscara, ficará com um técnico neste âmbito.....

.....Na área desportiva, tínhamos previsto mais técnicos na área da licenciatura, nós precisamos neste momento de técnicos, tipo monitores, quer dizer, não faz sentido termos algumas actividades a decorrerem com adultos e com jovens e a serem exercidas por licenciados. Portanto a posição do monitor é a posição que nos parece melhor ajustar-se a essa actividade, aquela relativamente à qual o quadro da Instituição não se recusará a fazer determinadas actividades, o mesmo poderia não acontecer com um licenciado, além de que também custa menos dinheiro, portanto há aqui um ajustamento. Esta situação leva à extinção de dois lugares, a criação de dois técnicos neste âmbito e extinção de dois noutra âmbito. ....

.....Depois tínhamos também uma reclassificação de um operário principal – Ferreiro em serralheiro – extinguindo-se o lugar de Ferreiro em simultâneo com a requalificação, que corresponde a um ajustamento. ....

.....No Departamento de Obras e Urbanismo uma proposta de criação de lugares:....

.....Motoristas de pesados - precisamos de três motoristas de pesados, não quer dizer que tenham aumentado os motoristas, tem havido reclassificações, reformas; um tractorista e tínhamos motoristas de transportes colectivos – 5 – e agentes únicos de transporte colectivos – 13. ....

.....O que é que isto quer dizer? Não vamos aumentar - eu próprio tenho alguma dificuldade de vos explicar e por isso vou ler a fundamentação desta necessidade. ....

.....Não se trata assim de vir a criar mais lugares na Câmara, trata-se sim de criar lugares efectivos numa categoria, mas para resolver o problema do recrutamento e da ascensão . Dado que o recrutamento se processa por motorista de transportes colectivos, o recrutamento legalmente processa-se através da categoria de motorista de transportes colectivos, e os agentes únicos são recrutados por concurso interno

entre os motoristas de transportes colectivos, estes lugares tornam-se necessários para conseguir dotar os serviços dos STUB de funcionários necessários à condução dos autocarros. Esta relação não implica ter que estar a preencher todos os lugares destas categorias, quando os lugares de agente único estiverem preenchidos, na mesma proporção estão vagos os de motorista. Assim é deixada margem para a possível colmatação de necessidades futuras, ou seja, há um recrutamento para motorista de transportes colectivos, eles depois de entrarem para a Câmara passam para agentes únicos, ou seja, ficam vagos esses lugares. Agora o recrutamento de agente único tem que ser feito por aquela categoria. É assim que está previsto na Lei, portanto temos de fazer esta evolução no quadro. ....

..... Há uma necessidade indicada para o armazém a nível de auxiliares e para o Teatro. ....

..... Portanto, são as alterações, alterações simples. Eu confesso que não tenho grandes alterações adicionais, não há um encargo financeiro adicional para a autarquia, conforme o mapa demonstrativo que foi apresentado, trata-se de encontrar uma forma de melhor gerir os recursos humanos e melhor adequar as necessidades do serviço ao perfil de pessoas que têm que desempenhar determinadas tarefas nalguns dos equipamentos. ....

..... **Presidente da Mesa em Exercício** - Muito obrigado Senhor Presidente. ....

..... Pedidos de esclarecimento? .....

..... Faz favor, Lídio Correia. ....

..... **Lídio Correia** – Senhor Presidente, no mapa que nos foi distribuído, e para além das explicações que nos deu face, digamos, às admissões ou às subidas que vai haver, mas também fala aqui numa série de extinções. E eu estive a dar aqui uma volta nisto e quando se trata de extinguir só temos praticamente categorias de operários, ou auxiliares, eu queria saber efectivamente o porquê da extinção destes lugares, quer de operários, quer de auxiliares. ....

..... Obrigado. ....

..... **Presidente da Mesa em Exercício** - Muito obrigado. ....

..... Mais pedidos de esclarecimento? .....

..... Não há. ....

..... Senhor Presidente, deseja responder? .....

..... Faz favor .....

..... **Presidente da Câmara** – Compreendo a preocupação do Senhor deputado, de facto não vamos acabar com nenhum posto de trabalho, mesmo em categorias mais baixas. O nosso quadro, e penso que a próxima reestruturação que for desenvolvida face à legislação que for publicada, há-de permitir-nos avançar noutra sentida, eventualmente até de extinguir alguns lugares de Chefia, não sei, há uma reorganização que a Câmara não tendo uma estrutura pesada, que não tem, é inquestionável que não, nem no número de trabalhadores, nem nas chefias, nem nas acessórias, basta lerem e interpretarem o valor correspondente à despesa com pessoal relativamente à despesa corrente ou relativamente ao orçamento global da Câmara e fazer uma comparação com outros Municípios, para se perceber porque é que nós em Bragança fazemos obras e cidades grandes no país não fazem obras, porque não têm dinheiro para as fazer, alguma justificação existe. ....

..... Nós temos na Câmara existentes 493 lugares criados, só temos 373 ocupados. Significa que temos aqui muitas áreas nas quais na verdade podíamos extinguir vários lugares sem afectar ninguém, absolutamente ninguém. De facto os lugares serem criados não quer dizer que tenham que ser preenchidos. Portanto não vamos com esta proposta perturbar nenhum dos nossos colaboradores no Município, não é essa a perspectiva, sempre que é possível autorizar e promover a progressão na carreira nós não travamos um dia, essa é a perspectiva, temos que respeitar as Leis do país no que diz respeito a essa matéria e ela tem sido restritiva nestes últimos dois, três anos. Mas de resto eliminar essa sua preocupação. ....

.....

..... **Presidente da Câmara** - Sim, mas nós se pudéssemos... porque não precisamos dos lugares. Nós podíamos extinguir muitos mais lugares. E portanto nós, se quiserem, para imediatamente dizer à Assembleia, o facto de irmos propor a criação de um determinado número de lugares não significa aumentar a despesa. E dizemo-lo de forma aberta. Para isso até conseguimos suprimir estes lugares. Podíamos suprimir 100, eventualmente dos 120 que ainda restam. Portanto não se trata de ninguém perder nenhum posto de trabalho, não se trata de condicionar a

actividade de nenhum dos colaboradores do Município, em circunstância alguma, absolutamente nenhuma. ....

..... **Presidente da Mesa em Exercício** - Muito obrigado Senhor Presidente.....

..... Para intervenções? Quem deseja?.....

..... Faz favor José Castro.....

..... **José Castro** – Naturalmente que a CDU não pode ver sem alegria, de facto, o reforço da área cultural e social em termos técnicos, da Câmara Municipal. Achamos que são valências que devem ser assumidas o mais rapidamente possível, as obrigações também são cada vez maiores, e portanto só esperamos que, de facto, a Câmara Municipal através dos concursos que abra, saiba escolher os melhores, não é? Porque a Câmara Municipal merece efectivamente os melhores e quando digo os melhores também que saiba sobretudo dar-lhes vínculos dignos e que esses vínculos sejam suficientemente longos e estáveis para que esses profissionais possam de facto programar as suas actividades e trabalhar com gosto e que não haja actividades a meio do ano que se interrompem porque acabou aquele estágio, que afinal era só um estágio profissional, não, que realmente sejam lugares que fixem e que sejam realmente orientados como deve ser, porque nem sempre é isso que se tem visto até agora. ....

..... No entanto, a CDU não compreende porque é que estando para aí a vir a nova legislação que realmente vai definir e regular os novos vínculos e inclusivamente também em os estatutos remuneratórios, porquê esta pressa de seis meses antes, e como o Senhor Presidente disse que não sabe muito bem ainda o que vem aí, como é que seis meses antes se avança com uma reestruturação que eu julgo que o Senhor Presidente quis dizer aqui que era pouca coisa e tal, mas não é assim tão pouca coisa.

..... E relativamente às extinção dos lugares, naturalmente que ele vem um pouco no sentido do que tem sido a evolução do quadro nestes últimos anos. Nós temos de facto, a Câmara tem vindo cada vez menos a precisar dos lugares de operário e de certos lugares de auxiliar, precisamente porque tem empreitado, porque tem contratado fora, esses trabalhos, e naturalmente compreenderão que a posição da CDU não é essa, não entendemos isso. ....

..... Hoje em dia o Munícipe quando está no seu dia a dia, na rua e contacta com algum trabalhador que está de facto a trabalhar num serviço que é competência da

autarquia, nomeadamente na limpeza, no ajardinamento, mas inclusivamente nas pequenas obras, já não fala com ele como falava há uns tempos atrás, e falar quando digo haver realmente um feedback interessante que diga e que faça sentir o que é que as pessoas sentem relativamente aquela obra. E não o faz porque precisamente aparece na lapela com o nome de uma empresa privada que nós não sabemos quem é, quem é que manda, e se por acaso formos falar com esse trabalhador, provavelmente a primeira resposta que ele dá é dizer, olhe vá falar com o meu patrão, porque a mim o que mandaram fazer foi isso, não é?.....

.....Também não concordamos com esta tendência generalizada na alteração do Quadro, porque eu julgo que toda esta gestão mais corrente, mais próxima e que tem uma influência muito grande na qualidade de vida do cidadão, e nomeadamente do cidadão enquanto munícipe, tem sido degradada, tem vindo cada vez a ser pior precisamente por esse afastamento e por isso a posição da CDU não é exactamente esta que nos é aqui apresentada e daí o nosso sentido contra esta tipo de proposta.....

.....**Presidente da Mesa em Exercício** – Muito obrigado Senhor deputado.. .....

..... Senhor deputado Luís Afonso deseja falar? .....

..... Faz favor. ....

.....**Luís Afonso** – As explicações que o Senhor Presidente da Câmara nos deu são suficientes naturalmente para naturalmente aprovarmos esta proposta que é colocada agora à Assembleia, mas de resto gostaria de lembrar, enfim, aquilo que tem sido a prática do PSD, nomeadamente na gestão da Câmara liderada pelo Engenheiro Jorge Nunes. ....

.....Não esquecer que esta câmara ao longo dos últimos anos tem sido excepcional nos seu desempenho, porque tem apresentado dentro das despesas correntes um valor sempre bem controlado e reduzido, e tem reduzido, aquela que é sempre o handicap das empresas e das Instituições Públicas, que é a remuneração com o pessoal, as despesas com o pessoal. E isso tem reflexos positivos, como dizia o Senhor Presidente, câmaras há que o quadro de pessoal absorve de tal forma os recursos financeiros da Câmara, despesas de pessoal, despesas correntes, que depois pouco fica para o investimento. E este aspecto é muito importante que seja lembrado hoje aqui, neste momento e depois das intervenções anteriores. A Câmara de Bragança tem tido um grande, um enorme e um bom desempenho nesta matéria.

Tem conseguido controlar despesas com o pessoal e despesas correntes. Naturalmente libertando o essencial da massa necessária financeira para o financiamento dos investimentos que preocupam os cidadãos, e de resto isso é o que os cidadãos querem, que as Câmaras que são eleitas cumpram com os seus programas e façam aquilo que os cidadãos querem, dar qualidade do espaço público, dos equipamentos e da oferta de nível da cultura, do desporto, capacidade de facto que os cidadãos possam usufruir desses equipamentos públicos. ....

.....E neste caso, no momento em que os cidadãos escolhem olhando para o exercício de um executivo, que se eventualmente ele propõe novamente nas eleições, é nesse momento que os cidadãos discutem e analisam e dizem - bem vamos renovar a nossa confiança neste Executivo - e é nessa altura que escolhem por um conjunto de acções que essa Câmara desempenhou ao longo do seu mandato. ....

.....Enfim, para responder também à CDU, que quando a Câmara eventualmente tem algumas contratações externas, se o faz é porque consegue fazer o melhor com menos despesa, porque há um conjunto de situações que as Câmaras têm vindo a fazer, que é contratar os serviços externamente, porque conseguem fazê-lo melhor. ....

.....E dizer que de facto a análise que os cidadãos fazem sobre o desempenho da Câmara não se restringe ao contacto directo com o operário, e naquela possibilidade que você dizia do cidadão poder questionar o operário que é da Câmara, está bem, está mal, está a fazer assim está a fazer assado, bem, o que importa ao cidadão é que o que a Câmara se comprometeu politicamente a desenvolver no seu programa eleitoral, o faça, o faça bem e isso é que interessa aos cidadãos. ....

.....De qualquer forma o Senhor Presidente da Câmara explicou aqui claramente aquilo que pretende, na opinião do PSD muito bem, vamos votar favoravelmente esta proposta, naturalmente. ....

..... **Presidente da Mesa em Exercício** - Muito obrigado Senhor deputado. ....

..... Não há inscrições para mais intervenções. ....

..... **Presidente da Mesa em Exercício** – Deseja? .....

..... Faz favor Senhor Presidente. ....

..... **Presidente da Câmara** – Pretendia só, responder ao Senhor deputado José de Castro. Porquê apresentar agora esta proposta de pequena alteração e não aguardar? Porque realmente para nós é absolutamente obrigatório fazê-lo, por causa de contratar pessoal para o Centro de Arte Contemporânea assim como para as piscinas. ....

..... No início do ano a procura das piscinas é maior, não podemos estar sempre a contar só com estagiários da ESE. ....

..... Hoje os estágios profissionais, que eram uma área em que íamos com facilidade, decorrem de candidatura a uma bolsa, estão mais condicionados, há um número mais restrito de verbas para estágios profissionais. Há uma situação, digamos que prejudica mais um bocado os jovens licenciados nesse âmbito, tínhamos uma facilidade grande de aceder a meia dúzia ou uma dezena, digamos, de jovens em termos de estágios profissionais, hoje temos dois atribuídos. Portanto significa aqui que há uma situação de maior restrição, de maior dificuldade para os licenciados com esta nova modalidade que foi criada. ....

..... Portanto, temos absoluta necessidade de o fazer, amanhã mesmo enviaremos via electrónica este processo para publicação em Diário da República, para não perder um dia na Secretaria, neste processo. Temos muito pouco tempo, teremos alguma dificuldade, podemos inclusive ter que recorrer a soluções transitórias enquanto não decorre o processo de contratação. ....

..... A contratação será feita para o Quadro, com vínculo à Instituição, não nos agrada absolutamente nada as situações de precariedade, acho que isso é do pior que pode acontecer, ter pessoas que querem organizar a sua vida, comprar a sua habitação, querem casar, querem ligar-se a um espaço e estão sempre com o coração nas mãos sem saber o que vai acontecer no dia seguinte. Eu pessoalmente sou absolutamente contrário a situações de precariedade excessiva. Tem sido sempre essa a nossa atitude na Câmara, é assim que temos procurado conduzir as coisas, nesse sentido. ....

..... Este recrutamento será um recrutamento feito para o quadro, também a escolha há-de ser a melhor escolha possível, nos termos das regras que vierem a ser definidas. ....

..... Um exemplo recente e nós temos prudência e cuidado nisso, um exemplo recente de contratação de pessoal para o Centro de Ciência Viva é bem evidente. A Associação não precisava sequer de fazer concursos para esse efeito, fez no sentido de dar oportunidade a todos e de encontrar os melhores. E pensamos à partida que a

equipe que fez a selecção dos recursos humanos cumpriu com a sua missão seleccionando o melhor no sentido do interesse do funcionamento desse equipamento e esse interesse é o interesse dos cidadãos. ....

.....O Centro foi aberto ontem, num dia muito positivo, gostávamos de ter visto os Senhores deputados presentes, os Senhores Presidentes de Junta, a vida não o permite, de qualquer forma, fica o convite para poderem visitar este excelente equipamento, levar os amigos, é um equipamento do Município, é um equipamento de referência. ....

.....O Senhor Ministro salientou uma coisa relativamente à qual tem autoridade, se fosse eu a salientá-lo podia estar a dizer uma verdadeira asneira, ou ninguém compreendia do que estava a falar, o Senhor Ministro salientou - este equipamento é um equipamento de referência que sairá nas melhores revistas internacionais da especialidade. Portanto, visitem. ....

..... **Presidente da Mesa em Exercício** – Muito obrigado Senhor Presidente.....

..... Depois disto passamos à votação. ....

**-----Após análise e discussão foi a mesma proposta submetida a votação tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com dois votos contra, treze abstenções e cinquenta e um votos a favor, estando momentaneamente sessenta e seis membros presentes. -----**

..... Declarações de voto?.....

..... Lídio Correia faz favor.....

..... **Lídio Correia** – A CDU votou contra esta reestruturação por uma questão de princípio, não pelo facto muito concreto que o Senhor Presidente enunciou aqui da necessidade de ter gente nas piscinas, já não percebemos a necessidade absoluta de a ter já rapidamente no novo Centro , porque até Janeiro de 2008 de certeza absoluta que não vai precisar dessa gente. ....

..... Agora há uma questão de princípio aqui e uma questão de fundo que nos leva efectivamente a votar contra, que é o facto de a extinção de uma série de lugares que aí estão presentes, é apenas e só o resultado da Câmara abdicar de algumas das

coisas para que efectivamente está vocacionada, contrariamente a muitas outras competências que se pretendem absorver. ....

..... A Câmara tem a vocação de tratar dos lixos, por exemplo, dos jardins, por exemplo, etc., etc., e não terá, por exemplo a vocação de tratar de escolas, de saúde ou outras coisas parecidas. ....

..... Obrigado.....

..... **Presidente da Mesa em exercício** – Muito obrigado.....

..... Senhor Vítor Alves faça o favor. ....

..... **Vítor Alves** – O Grupo Municipal Socialista absteve-se nesta votação porque achamos que ao haver reorganização interna do Quadro de Pessoal, numa altura do ano económica e civil, como é o caso, deveria acompanhar a proposta, porque se trata de extinções, reclassificações, e mudanças, algumas mudanças com alguma substância, que deveria ser acompanhado da análise e descrição das funções dos novos cargos do Quadro e sobretudo das consequências financeiras, embora refira os índices salariais, ou os intervalos de índice, não são claramente definidos os montantes financeiros envolvidos. ....

..... E portanto, nessa matéria achamos que tudo aquilo que se reporta a Quadro de Pessoal e alterações durante o ano, que deve respeitar o Planeamento de Recursos Humanos que está subjacente a um Plano de Actividades e Orçamento que é aprovado em determinada época do calendário político. ....

..... Muito obrigado.....

..... **Presidente da Mesa em Exercício** – Muito obrigado Senhor deputado. ....

..... Não há mais pedidos de declaração de voto. ....

..... Passamos então ao último ponto.....

**PONTO 4.3.7 – NOMEAÇÃO DE SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, CONFORME DISPOSTO NO N.º 2 DO ARTIGO 48.º DA LEI N.º 2/2007, DE 15 DE JANEIRO, QUE APROVA A LEI DAS FINANÇAS LOCAIS, REVOGANDO A LEI N.º 42/98, DE 6 DE AGOSTO. -----**

## CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Directora do Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira da Câmara Municipal de Bragança:

Certifica que na Acta da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia onze de Junho do ano de dois mil e sete, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Presidente, Eng.º António Jorge Nunes e Vereadores, Eng.º Rui Afonso Cepeda Caseiro, Arqt.º Armando Nuno Gomes Cristovão, Dr.ª Maria de Fátima Gomes Fernandes, Dr.ª Isabel Maria Lopes, Prof. António José Cepeda e Francisco Manuel Gonçalves, se encontra uma deliberação, do seguinte teor:

### **“AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISOR OFICIAL DE CONTAS - PROPOSTA DE NOMEAÇÃO**

Pela Directora de Departamento de Administração Geral e de Gestão Financeira foi presente a seguinte informação:

Tendo em vista a aquisição dos serviços acima referidos, submeteu-se à consideração superior a informação de 19.04.2007, através da qual foi proposta, nos termos do n.º 6 do art.º 78.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, a escolha do seguinte procedimento:

Procedimento com consulta prévia (>12.469,95€ até ≤ 24.939,89€), consulta a 3 fornecedores.

A referida informação mereceu despacho, em 20.04.2007, do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal.

Neste sentido e em cumprimento das disposições legais inerentes a este procedimento, os serviços enviaram convites a cinco entidades:

1. DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.;
2. ERNST & YOUNG AUDIT & ASSOCIADOS, SROC, SA.;
3. PRICEWATERHOUSE COOPERS & ASSOCIADOS - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.;

4. FÁTIMA PEREIRA & CARLOS DUARTE, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas; e,

5. ANTÓNIO MAGALHÃES & CARLOS SANTOS, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

Foram recebidas as propostas das entidades referenciadas com os números 1, 3, 4 e 5.

A entidade com o número 2 informou da sua indisponibilidade para responder ao convite.

Tendo em consideração o disposto no art.º 152.º do já referido diploma legal, os serviços procederam ao exame formal das propostas e da documentação exigida. O resultado foi o seguinte:

Foram admitidas as propostas dos quatro concorrentes;

Da análise efectuada e tendo em consideração o critério de adjudicação adoptado e divulgado através do ofício convite, entende-se que o fornecimento deve ser adjudicado à firma, Fátima Pereira & Carlos Duarte, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., uma vez que, em conformidade com o seguinte mapa, apresentou a proposta de mais baixo preço.

#### **Elementos a colocar obrigatoriamente nas propostas**

<b>Concorrentes</b>	<b>Preço total c/ indicação da não inclusão do Iva, taxa de IVA aplicável e condições de pagamento</b>		<b>Prazo de execução</b>	<b>Prazo de validade das propostas (não pode ser inferior a 60 dias)</b>
<b>Fátima Pereira &amp; Carlos Duarte, Sociedade de Revisores de Contas</b>	<b>Valor da proposta (Honorários)</b>	<b>9.620,00 €</b>	<b>1 Ano</b>	<b>60 Dias</b>
	<b>Despesas de Deslocação</b>	<b>0,00 €</b>		
<b>Pricewaterhouse Coopers &amp; Associados-</b>	<b>Valor da proposta (Honorários)</b>	<b>40.000,00 €</b>	<b>Até Março ou Abril de</b>	<b>90 Dias</b>

<b>Sociedade de Revisores Contas, Lda.</b>	<b>Despesas de Deslocação e Estadas, Alimentação e Outras</b>	<b>Até ao máximo de 10% dos honorários</b>	<b>2008</b>	
<b>António Magalhães &amp; Carlos Santos – Sociedade de Revisores Contas</b>	<b>Valor da proposta (Honorários)</b>	<b>18.000,00 €</b>	<b>Relatório final até Março de 2008</b>	<b>180 Dias</b>
	<b>Despesas de Deslocação</b>	<b>Não menciona na proposta</b>		
<b>Deloitte Associados, SROC, S.A.</b>	<b>Valor da proposta (Honorários)</b>	<b>34.000,00 €</b>	<b>Relatório final até 31 de Março de 2008</b>	<b>60 Dias</b>
	<b>Despesas de Deslocação e Outras</b>	<b>Facturadas pelo exacto montante em incorridas que</b>		

Assim e considerando que:

Nos termos do disposto no n.º 1 do art.º 79.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, a escolha do procedimento foi previamente autorizada;

O procedimento por consulta prévia decorreu de acordo com o estabelecido nas disposições legais aplicáveis (n.º 1 do art. 81.º e artigos 151.º, a 154.º do já referido diploma legal);

Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 159.º do referido diploma legal, não é exigida a celebração de contrato escrito, uma vez que a despesa a efectuar não é superior a 50.000 euros.

Propõe-se, nos termos do n.º 2 do art.º 48.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, submeter a presente proposta, de aquisição de serviços de Auditoria Externa à aprovação da Assembleia Municipal de Bragança.

Após análise e discussão, foi deliberado, com os votos a favor dos Srs., Presidente, Eng.º António Jorge Nunes, e Vereadores, Eng.º Rui Afonso Cepeda Caseiro, Arqt.º Armando Nuno Gomes Cristóvão, Dr.ª Maria de Fátima Gomes Fernandes, Dr.ª Isabel Maria Lopes e duas abstenções dos Vereadores, Prof. António José Cepeda e Sr. Francisco Manuel Gonçalves, submeter à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do n.º 2, do art.º 48.º, da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 13 de Junho de 2007.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier

..... **Presidente da Mesa em Exercício** – Senhor Presidente da Câmara tem a palavra para apresentar este ponto. ....

..... **Presidente da Câmara** – A nova Lei de Finanças Locais determina que alguns Municípios sejam obrigados a dispor de Revisor Oficial de Contas. A competência de escolha é da Assembleia Municipal. A Câmara tem a obrigação de desencadear o procedimento, nos termos legais, e apresentar à Assembleia Municipal uma indicação de deliberação. ....

..... É isso que consta da certidão. ....

..... **Presidente da Mesa em Exercício** – Muito obrigado Senhor Presidente. ....

..... Pedidos de esclarecimento? ....

..... Não temos. ....

..... Intervenções? ....

..... Faz favor. ....

..... **António Vieira – Apresentou, por escrito, o seguinte:**.....

..... “Senhor Presidente em Exercício, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, membros da Assembleia. ....

..... A matéria de ratificar a proposta de nomeação de um Revisor Oficial de Contas não mereceria só por si qualquer intervenção não fosse o caso de, nesta situação particular, nos parecer ter havido uma intenção ostensiva de deixar alguém de fora. ....

..... Vamos por partes: ....

..... O Senhor Presidente da Câmara sabe que existe um Revisor Oficial de Contas em Bragança, que por acaso desenvolve cá a sua actividade, dá emprego a pessoas de Bragança e, azares dos azares, é do Partido Socialista e são públicas e notórias as

divergências que manifesta acerca da gestão da Câmara de que o Sr. é o primeiro responsável; .....

.....É de supor que o seu critério de gestão, nomeadamente quando se trata de aquisição de bens e serviços, não seja o da confiança política caso em que V.Exa terá de perguntar a todos os fornecedores qual é a sua opção partidária e a sua opinião acerca do Presidente da Câmara; .....

.....Imaginamos que o Município de Bragança tenha um grau de complexidade que exija o envolvimento de uma equipa a pessoas, à semelhança do que acontece noutras instituições na mesma dimensão, que terão de ser deslocadas do Porto, sede da empresa proposta para prestação de serviços de revisão de contas, custando à Câmara importantes recursos que poderiam ser economizados se o prestador e a sua equipa fossem residentes em Bragança; .....

..... V. Exa tem essa irreprimível característica de no que toca a dinheiros públicos não se importa de gastar à “tripla forra” , seja a por e tirar granitos no centro da Cidade (quem não se lembra das obras do PROCOM), seja a construir as tais obras faraónicas que alguém terá que sustentar e, pelos vistos, mesmo para contratar serviços V. Exa não hesita ir ao Porto mesmo sabendo que os tem cá perto de casa; ..

..... Senhor Presidente .....

..... Senhores Deputados,

..... Não acreditamos que se sinta honrado e orgulhoso com aquilo que fez. Esta atitude revela uma conduta pouco democrática, pouco transparente e acima de tudo eivada de uma animosidade em relação a pessoas que, independentemente das suas opiniões, merecem o respeito profissional. ....

.....Estamos certos que V. Exa não tenha cumprido com escrupuloso zelo democrático aquilo que devia e que era, nem mais nem menos, ter convocado para concurso os prestadores de serviços da revisão de contas que tivessem escritórios de representação em Bragança ou em Trás os Montes. De pouco servirá V. Exa dizer que os políticos de Lisboa se esquecem do nordeste porque, ao que parece, são alguns políticos do nordeste que exportam para o Porto e Lisboa os recursos que cá poderiam ficar. ....

..... Muito obrigado” .....

..... **Presidente da Mesa em Exercício** – Muito obrigado Senhor deputado. ....

..... Senhor deputado Luís Afonso, faz favor, tem a palavra. ....

..... **Luís Afonso** – Eu começo dizendo, por quem “Deus” nos manda avisar... ..  
..... Atenção, não é o caso do procedimento da Câmara, que é um procedimento  
correcto. O Senhor Presidente julgo que não terá dito isso, mas segundo o que diz a  
lei do Código do Procedimento Administrativo tinha que convidar cinco empresas. ....  
..... Mas por quem nos manda Deus avisar!... ..  
..... É que foi por acaso o vosso Ministro da Saúde, Correia de Campos, quem na  
semana passada gozou de uma prerrogativa e teve um procedimento que vai um  
pouco contra aquilo que são, e todos os partidos o têm dito, até elementos do Partido  
Socialista o têm dito, com procedimentos antidemocráticos, procurando silenciar, calar  
a boca. Hoje já as pessoas têm medo. ....  
..... Com o Partido Socialista agora, com um conjunto de atitudes, já tinha acontecido  
outra há bem pouco tempo na DREN, Direcção Regional da Educação do Norte,  
parece que o Partido Socialista é que pratica esses actos! .....

..... Hoje, olhando para um presente e para um passado muito recente, o Partido  
Socialista é que não é exemplo para ninguém. Parece que quer silenciar a boca aos  
Portugueses. E quem não está de acordo com o Governo, Rua! É exonerado dos  
lugares.....

..... Por quem nos manda Deus avisar!... ..

..... Contrariamente, eu tinha que dizer isto, mais uma vez eu tinha que voltar a dizer  
qualquer coisa.....

..... **Luís Afonso** – Isto é uma introduçãozinha.....

..... **Luís Afonso** – Não gostam... Não gostam de ouvir aquilo.....

..... **Presidente da Mesa em Exercício** – Senhores deputados, eu, mais uma vez, peço para terem um bocadinho de calma, inscrevam-se e falem. ....

.....

..... **Presidente da Mesa em Exercício** – Está bem. ....

..... Senhor deputado Luís Afonso respeite o tema que está em causa.....

..... Muito obrigado.....

..... **Luís Afonso** – Respeitando o tema que está em causa, a verdade é que este também é um espaço de diálogo político, e depois da atitude aqui de um membro do partido Socialista acusar o Senhor Presidente da Câmara dizendo que não pode estar de consciência tranquila. Porquê? Procedeu mal o Senhor Presidente da Câmara? Ou procedeu dentro das normas que estão em vigor em Portugal para o respectivo acto? Ou a sua exposição aqui neste palanque foi apenas a convite e a pedido? Provavelmente foi feito a pedido de alguém que se sentiu melindrado. ....

..... A Câmara trás aqui à Assembleia Municipal para aprovação, um procedimento que está feito de forma regular e de forma correcta. Se não vos agrada paciência. Que não é ilegal, não é. Paciência. Mas para trazer recados encomendados, da próxima vez tenha o devido cuidado de não melindrar o Senhor Presidente de Câmara nalgum acto, levantando a dúvida, levantando a dúvida junto desta Assembleia relativamente ao Senhor Presidente de Câmara. Porque ficou uma dúvida para mim, de que o Senhor Presidente de Câmara teve um comportamento incorrecto, contra alguém das suas relações. ....

..... De qualquer forma, a Câmara tem aqui cinco propostas, entrega a proposta à de mais baixo custo, e portanto não há nada a dizer por isso. E a Câmara de Bragança fez bem, contrariamente à posição que você levanta aqui, que era bom que na sua declaração de voto viesse corrigir a dúvida que levanta sobre o Senhor Presidente da Câmara. Era bom que o fizesse. Aproveite esta oportunidade, de seguida, da declaração de voto, para dizer se o Senhor Presidente de Câmara procedeu de forma ilegal? .....

..... Bom, a Assembleia Municipal de Bragança, naturalmente o PSD com presença aqui em maioria, porque assim foi a escolha do povo, vai naturalmente aprovar esta decisão legal, legal, feita pelo Senhor Presidente de Câmara. ....

..... E é só isso que tinha a dizer. ....

..... **Presidente da Mesa em Exercício** – Muito obrigado Senhor deputado. ....

.....

..... **Presidente da Mesa em Exercício** - Deseja a palavra para defesa da honra? ...

..... Faz favor. ....

..... **António Vieira** - – Senhor deputado Luís Afonso, eu não trouxe aqui recados de ninguém nem preciso de trazer recados de ninguém. Agora que, em termos administrativos, a Câmara seguiu aquilo que estava no decreto Lei... agora em termos políticos o Senhor Presidente da Câmara procedeu muito mal! Porque ele, no meu entendimento, se por acaso há pessoas competentes cá na terra tinha que os consultar e depois até os serviços não lhe poderiam ser adjudicados. Mas no meu entendimento era quase obrigatório ter que consultar as pessoas existentes cá na terra. Portanto, isso para mim foi um acto democrático de excluir alguém se calhar, está muitas vezes nesta Assembleia, anteriormente disse muitas vezes naquilo que o Senhor Presidente da Câmara em termos ??? daquilo que ele fazia. ....

..... **Presidente da Mesa em Exercício** – Muito obrigado Senhor deputado. ....

..... Não há mais ninguém inscrito. ....

..... Vamos terminar aqui e vamos por à votação. ....

.....

..... **Presidente da Mesa em Exercício** – Nós estamos nas intervenções, já não estamos nos pedidos de esclarecimento. ....

.....

..... **Presidente da Mesa em Exercício** – Não. A Mesa toma as suas decisões. ....

..... Quando algum dos senhores deputados discorda das decisões da Mesa, recorre para o Plenário, que é o que já deviam ter feito alguns e se calhar não o fizeram. Não

percebo porque é que não recorreram para o plenário e depois vêm dizer que não respeitou o Regimento. Eu discordo disso. ....

..... Vamos então proceder à votação. ....

----- **Após análise e discussão foi a mesma proposta submetida a votação tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com onze votos contra, três abstenções e cinquenta e dois votos a favor, estando momentaneamente sessenta e seis membros presentes. -----**

..... Declarações de voto? .....

..... Senhor Vítor Pereira faça o favor.....

..... **Vítor Pereira** – Às vezes é preciso fazer exercícios de memória e é o que eu tenho que fazer aqui. ....

..... Começo por citar uma frase de alguém, nesta tribuna, na sexta feira - “bem empregue a Frei Tomás!”. Estão mesmo a ver quem é que começou com este digníssimo Santo da Igreja da patrística da Igreja, quem fez referência a isso.....

..... Pois é, é que exactamente o Senhor Ministro da Saúde fez exactamente o procedimento administrativo correctíssimo que o Senhor Presidente da Câmara acabou de fazer. A Comissão de Serviço terminou e ele nomeou quem muito bem quis e entendeu. Está no seu direito, governou, ganhou. Foi exactamente o que fez o Senhor Presidente da Câmara.....

..... Mas agora quero-lhe dizer mais Senhor Luís Afonso, quero-lhe dizer mais. Se alguém tem comportamentos claustrofóbicos políticos, também lhe vou fazer um exercício de memória ao Senhor, porque nesta digníssima Assembleia Municipal, eu lembro-me bem, hoje, tenho presentes as palavras, em dois mil e um, mal o seu companheiro Durão Barrosos acabou de ganhara as eleições, dias passados, pouco tempo, logo a seguir, uma Assembleia Municipal que houve aqui, sabe o que é que o Senhor veio dizer aqui? Veio aqui ofender muita gente que estava aqui sentada, e eu inclusivamente senti-me ofendido. E sabe porque? Então vai ouvir agora. Porque eu já na altura tinha posto o lugar à disposição e tinha dito que me queria ir embora, porque quem governa e, na minha opinião, quem ganha governa, e o Senhor aproveitou uma Assembleia Municipal, que nunca ninguém fez aqui do Partido Socialista, para pedir a cabeça de todos os “boys”, que vocês chamavam na altura, do Partido Socialista. Portanto tenha memória Senhor Dr. Luís Afonso!.....

..... **Presidente da Mesa em Exercício** - Senhor deputado faça uma declaração de voto. Eu peço que faça uma declaração de voto e que não ultrapassem esses limites. Agradecia isso. ....

..... Senhor Vítor Pereira já deu por terminada a sua intervenção? .....

..... Quem pediu para fazer declaração de voto? .....

..... Vieira e Henrique Ferreira.....

..... Pode ser o Senhor deputado Vieira. ....

..... **António Vieira** – O Grupo Municipal do Partido Socialista votou contra só por uma simples razão. É que não está em causa a Câmara consultar muito bem quem entendesse, tem todo o direito, é um acto administrativo, consultou cinco empresas, concorreram quatro. Agora, nós votamos contra por um acto político, da maneira como o processo foi desenrolado. No meu entendimento, o Senhor Presidente da Câmara excluiu alguém, e excluiu propositadamente, e o nosso voto vai contra nesse sentido...

..... **Presidente da Mesa em Exercício** - Muito obrigado. ....

..... Senhor deputado Henrique ferreira faça o favor. ....

..... **Henrique Ferreira** – Votei contra porque sou solidário com o PS. E porque sou solidário com o PS queria aproveitar este momento para comunicar que, face a algumas tomadas de posição às minhas votações, pedirei a suspensão do mandato, pensando que com esse acto ajudarei o PS no futuro. ....

..... Mais uma vez quero ajudar o PS e só o PS, e as minhas diferenças apenas radicam na concepção daquilo que julgo ser a melhor estratégia política, no âmbito de uma actuação cidadã e crítica. Não sendo esta concepção aceite, pelo menos pela liderança do grupo, julgo que o melhor para ambos, para mim e para o PS, é a minha saída, para já provisória, até uma decisão definitiva mais amadurecida. ....

..... Recuso portanto o “ir para a casa de banho”, que me foi sugerido. ....

..... Muito obrigado.....

..... **Presidente da Mesa em Exercício** - Muito obrigado Senhor deputado. ....

.....Suponho que não há mais declarações de voto, e sendo assim, chegamos ao fim da nossa agenda de trabalhos. Eu agradeço a colaboração de todos os membros desta Assembleia e para todos a continuação de um bom dia.....

**PRESENCAS:** Seguem-se as presenças e faltas dos membros que constituem a

**A – Assembleia:**

**I – PRESENCAS**

**PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA:**

**1 – Mesa:**

**Primeiro Secretário** – Acúrcio Álvaro Pereira  
**Segunda Secretária** – Maria Elisa Monteiro Pires Vilela

**2 – Membros:**

Adérito de Jesus Falcão Lhano **a)**  
Amândio dos Anjos Gomes  
António Almeida Dionísio **a)**  
António Manuel Afonso  
Cândido Vaz Alves  
Carlos José Cadavez  
Domingos Moura dos Santos  
Francisco António Alves  
Joaquim do Nascimento Pereira  
José Alberto Moutinho Moreno  
José António Lourenço Rodrigues  
José Luís Baltazar  
Luís Manuel Ferro Azevedo  
Luís Manuel Madureira Afonso  
Maria Eugénia C. Barreira Afonso  
Maria Madalena Morais Morgado  
Nuno Alvares Pereira **a)**  
Nuno Filipe Machado Reis  
Rui Fernando Rodrigues Correia  
Vasco José Gonçalves Vaz

**PARTIDO SOCIALISTA**

Amílcar dos Anjos Pires  
António Rodrigues Vieira  
Armando Pinto Bento **a)**  
Bruno Viriato Gonçalves Costa Veloso  
Henrique da Costa Ferreira  
Luís Carlos Magalhães Pires  
Luís Filipe Fernandes

Luís Manuel Silvestre  
 Manuel António Pires  
 Orlando Augusto Matos Pontes  
 Victor Fernando Simões Alves **a)**  
 Vítor Prada Pereira

### COLIGAÇÃO DEMOCRATA UNITÁRIA

Lídio Alberto Correia  
 José Manuel Correia dos Santos Ferreira de Castro **a)**

### BLOCO DE ESQUERDA

Luís Miguel Vale Fernandes Vale

### PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA

<b>ALFAIÃO</b>	João Adriano Rodrigues
<b>BABE</b>	Manuel António Esteves
<b>BAÇAL</b>	Manuel João Pinelo Regino (Substituto)
<b>CALVELHE</b>	Ernesto Augusto Morgado Gomes
<b>CASTRO DE AVELÃS</b>	José Vicente Fernandes
<b>COELHO</b>	Ernesto António Fernandes
<b>DEILÃO</b>	Manuel Benites Inácio
<b>ESPINHOSELA</b>	Hélder Augusto Martins
<b>FAILDE</b>	Gualter Dinis Gonçalves Garcia
<b>GIMONDE</b>	João Victor Alves
<b>GOSTEI.</b>	Carolina de Jesus Fernandes <b>a)</b>
<b>GRIJÓ DE PARADA</b>	Maria Helena Santos Branco
<b>IZEDA</b>	Maria Rosa Galhardo Pinto Pires
<b>OUTEIRO</b>	José António Prada
<b>PARADA</b>	António Manuel Afonso Pires
<b>PARADINHA NOVA</b>	Domingos António Seca
<b>POMBARES</b>	Afonso Augusto Pires Domingues
<b>QUINTELA DE LAMPAÇAS</b>	Victor Manuel Costa
<b>RABAL</b>	Virgílio Augusto Esteves (substituto Presd.)
<b>REBORDAINHOS</b>	Albino Alves Rodrigo
<b>RIO FRIO</b>	Humberto Amândio Garcia
<b>RIO DE ONOR</b>	António José Preto
<b>SALSAS</b>	Filipe Osório Caldas <b>a)</b>
<b>SAMIL</b>	Eduardo Joaquim Portela
<b>SANTA COMBA DE ROSSAS</b>	Francisco José Pires Paula
<b>SANTA MARIA – BRAGANÇA</b>	Jorge Manuel Esteves de Oliveira Novo
<b>SÃO JULIÃO DE PALÁCIOS</b>	Elias dos Santos Vara
<b>SÃO PEDRO DOS SERRACENOS</b>	António Carlos de Sá
<b>SÉ – BRAGANÇA</b>	Paulo Jorge Almendra Xavier

<b>SENDAS</b>	Marco Paulo de Jesus Frei ( Substituto Presd.
<b>SERAPICOS</b>	Armando Augusto Venâncio Dias
<b>SORTES</b>	João Ramiro de Castro
<b>ZOIO</b>	Manuel Diogo Afonso

a) Aplicação do disposto no nº. 9 do artigo 64ª. do Regimento da AM.

## II – FALTAS

### PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

António Eduardo Fernandes Malhão  
 António Guedes de Almeida  
 Augusto Acácio Morais ( **justificada**)  
 José Joaquim Meireles Salgueiro  
 José Miguel Gonçalves Miranda  
 Júlio da Costa Carvalho ( **Justificada** )  
 Luís Manuel Machado Rodrigues  
 Martina Isabel Veiga Dias  
 Martinho Eduardo Nascimento (**Justificada** )  
 Pedro Nuno Gonçalves Nogueiro

### PARTIDO SOCIALISTA

Fernando Manuel Teixeira Rodrigues  
 João Baptista Ortega  
 Lídia Gomes Valinho

### PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA

<b>AVELEDA</b>	Isidro Carlos Pereira Rodrigues
<b>CARRAGOSA</b>	Carlos Manuel Diegues Teixeira do Vale
<b>CARRAZEDO</b>	Adelino Antero Ferreira (Substituto)
<b>CASTRELOS</b>	Amílcar Pereira Ventura
<b>DONAI</b>	Luís Aníbal Rodrigues Martins
<b>FRANÇA</b>	Amândio dos Santos Costa
<b>GONDESENDE</b>	Anibal Gilberto Rodrigues Afonso
<b>MACEDO DO MATO</b>	João do Nascimento Fernandes
<b>MEIXEDO</b>	Luís Urbano Gonçalves
<b>MILHÃO</b>	António Alcino Fernandes
<b>MÓS</b>	Anselmo Anibal Martins
<b>NOGUEIRA</b>	José António Prada
<b>PARÂMIO</b>	Manuel João Afonso Fernandes
<b>PINELA</b>	António Jorge Brás Pires
<b>QUINTANILHA</b>	Sérgio Miguel Borges Romão
<b>REBORDAOS</b>	Adriano Augusto Correia Rodrigues

## B- CÂMARA

### PRESENCAS:

**Presidente** - António Jorge Nunes

Isabel Maria Lopes

-----Não havendo mais assuntos a tratar, foi encerrada a sessão (segunda reunião) cerca das doze horas, e do que nela se passou se lavrou a presente acta que depois de achada conforme – vai ser aprovada na quarta sessão ordinária desta Assembleia Municipal a realizar em 24/09/2007 – vai ser assinada pelos membros que constituem a Mesa.

**Presidente,** \_\_\_\_\_

**Primeira Secretária,** \_\_\_\_\_

**Segunda Secretária,** \_\_\_\_\_

### NOTAS:

1 - No discurso sobre o Estado e Vida do Município os esclarecimentos adicionais prestados pelo Senhor Presidente da Câmara, aquando da apresentação do mesmo, encontram-se escritos a itálico.

2 – Nas intervenções escritas apresentadas pelos membros encontram-se, também escritas a itálico, as informações adicionais que foram prestadas no decorrer da leitura das mesmas intervenções.

3 – Não se incluem na presente acta, constam do respectivo original, os seguintes documentos:

4.3.2 – Empréstimos – páginas 217 a 231;

4.3.3-Contrato de compra e venda de acções – PENOG – páginas 248 a 254;

4.3.4- Quadro de Pessoal – páginas 310 a 318 e 321 a 328